



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA - UFBA**  
**INSTITUTO DE HUMANIDADES, ARTES E CIÊNCIAS PROFESSOR**  
**MILTON SANTOS**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**STELA ANANDA DE BARROS SIMÕES**

**OS VENTOS DO ATLÂNTICO SUL:**  
**PERSPECTIVAS E ENTRAVES NA RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO**  
**PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE BRASIL E ANGOLA**

Salvador

2019

**STELA ANANDA DE BARROS SIMÕES**

**OS VENTOS DO ATLÂNTICO SUL:  
PERSPECTIVAS E ENTRAVES NA RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO  
PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE BRASIL E ANGOLA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos, Universidade Federal da Bahia, como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof. Dra. Elga Lessa de Almeida

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),  
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Barros, Stela Ananda de  
Os Ventos do Atlântico Sul: Perspectivas e  
entraves na relação de cooperação para o  
desenvolvimento entre Brasil e Angola / Stela Ananda  
de Barros. -- Salvador, 2019.  
201 f.

Orientadora: Elga Lessa de Almeida.  
Dissertação (Mestrado - Mestrado em Relações  
Internacionais) -- Universidade Federal da Bahia,  
IHAC, 2019.

1. Cooperação Internacional. 2. Desenvolvimento. 3.  
Sul-Sul. 4. Brasil-Angola. 5. Sistema Internacional.  
I. Almeida, Elga Lessa de. II. Título.

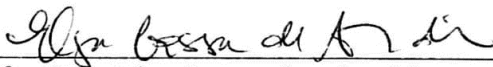
**STELA ANANDA DE BARROS SIMÕES**


**OS VENTOS DO ATLÂNTICO SUL: PERSPECTIVAS E ENTRAVES NA  
RELAÇÃO DE COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO ENTRE  
BRASIL E ANGOLA**

Dissertação apresentada como requisito para obtenção do grau de Mestre em Relações Internacionais, do Instituto de Humanidades, Artes e Ciências da Universidade Federal da Bahia.

Aprovada em 30 de setembro de 2019.

**Banca examinadora**

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dra. Elga Lessa de Almeida

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Daniele Benzi

  
\_\_\_\_\_  
Prof. Dr. Bas'ilete Matomalo

À minha família, sempre!

## AGRADECIMENTOS

Não foi apenas uma dissertação, mas o encerramento de um ciclo.

Estendo meu amor e minha gratidão...

A Deus, fonte primeira de toda existência e Senhor das Inteligências. Agradeço por arquitetar os meus caminhos, iluminar o meu destino e me encher de amor.

À Mãe Celestial, minha musa eterna, doadora da feminilidade que me sustenta. Obrigada, Senhora!

Ao Senhor Jesus Cristo, por ser meu exemplo de amor ao próximo.

À Mainha, minha companheira divina, minha melhor amiga, meu farol e alicerce. Você é minha soberana.

Aos meus "Mãos", meus presentes mais valiosos, vocês são a minha inspiração.

Ao meu esposo, minha dupla evolutiva, você é meu lar.

Aos meus tios e tias, primos e primas, amigos e amigas, cunhados e cunhadas, sogro e sogra, sobrinhos e sobrinhas, vocês são a leveza que a vida me trouxe em forma de alegria.

Aos meus anjos do outro lado do véu: painho, vovó e vovô...Obrigada pela proteção!

À minha orientadora, minha mais nova amiga e exemplo de doçura.

Ao Programa de pós-Graduação em Relações Internacionais - PPGRI, ao LABMUNDO e a todos os colegas, professores e funcionários que me inspiram tanto carinho.

À minha revisora e exemplo de escritora. Obrigada, tia!

À Universidade Federal da Bahia, por abrir suas portas.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia – FAPESB, fonte de apoio financeiro essencial à minha investigação.

Às inteligências universais que inspiram os sonhos e as lutas justas. Nunca desistam de mim!

África, Mamã África,  
geraste-me no teu ventre, nasci sob o tufão colonial,  
chutei teu leite de cor: cresci...atrofiada, mas cresci.

(Deolinda Almeida, “Longidila”, mártir angolana)

*Os ventos do norte não movem moinhos  
E o que me importa é não estar vencido*

“Sangue Latino”,  
(João Ricardo e Paulinho Mendonça, 1973)

BARROS, Stela Ananda de. **Os ventos do Atlântico Sul: perspectivas e entraves na relação de cooperação para o desenvolvimento entre Brasil e Angola.** Orientadora: Prof. Dra. Elga Lessa de Almeida. 2019. 201 f. il. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

## RESUMO

O Brasil ocupou relevante posição no Sistema Internacional, ao servir como forte instrumento para a articulação da cooperação entre os países do Sul. Apesar de não ter sido precursor da cooperação Sul-Sul, ao longo da primeira década do século XXI, foi vanguardista em internacionalizar programas sociais de redução da fome e das desigualdades. No tocante às relações com o continente africano, o modelo de cooperação brasileiro começou a ser construído, assentado em discursos que visavam se distanciar da retórica da cooperação tradicional verticalizada. Especificamente com Angola, tais relações encontram-se debruadas por elementos históricos e culturais semelhantes, cujas interações econômicas têm sido ampliadas, desde 1980, pela Cooperação Técnica. Principalmente nas áreas de saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura. A dissertação apresentada busca, de forma geral, compreender os aspectos da Cooperação para o Desenvolvimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola. Sobretudo, no período concernente aos anos de 2003 a 2015, bem como entender as razões pelas quais a cooperação brasileira com Angola, referente a repasses financeiros, apresentou menor relevância em relação a outros países africanos, notadamente os lusófonos. Depreende-se que, dentre outras coisas, essa cooperação é estratégica ao estreitamento de laços sociopolíticos e econômicos entre os dois países.

**Palavras-Chave:** Cooperação Internacional; Desenvolvimento; Sul-Sul; Brasil-Angola; Sistema Internacional.



BARROS, Stela Ananda de. **The South Atlantic winds: perspectives and obstacles in the relationship of development cooperation between Brazil and Angola.** Advisor: Prof. Dra. Elga Lessa de Almeida. 2019. 201 s. ill. Dissertation (Master in International Relations) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais, Instituto de Humanidades, Artes e Ciências Professor Milton Santos. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

## ABSTRACT

Brazil occupied an important position in the International System, serving as a strong instrument for the articulation of cooperation between the countries of the South. Although it was not a precursor of South-South cooperation, throughout the first decade of the 21st century, it was *avant-garde* in internationalizing social programs to reduce hunger and inequality. Regarding relations with the African continent, the Brazilian cooperation model began to be built, based on speeches that aimed to distance itself from the rhetoric of traditional vertical cooperation. Specifically with Angola, such relations are bordered by similar historical and cultural elements, whose economic interactions have been expanded, since 1980, by Technical Cooperation. Mainly in the areas of health, culture, public administration, professional training, education, environment, sports, statistics and agriculture. The dissertation presented seeks, in general, to understand the aspects of Cooperation for Development between the Federative Republic of Brazil and the Republic of Angola. Above all, in the period from 2003 to 2015, as well as understanding the reasons why Brazilian cooperation with Angola, regarding financial transfers, was less relevant in relation to other African countries, notably the Portuguese-speaking countries. It appears that, among other things, this cooperation is strategic to the strengthening of socio-political and economic ties between the two countries.

**Keywords:** International Cooperation; Development; South-South; Brazil-Angola; International System.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Gráfico 1	Pagamentos efetuados para CSS pelo Governo Federal Brasileiro .....	79
Gráfico 2	Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por empresa brasileira entre 2002 e 2016	152
Gráfico 3	Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por país entre 2002 e 2016 .....	153
Quadro 1	Projetos da Odebrecht em Angola no período de 1984 a 2014 .....	155

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABC	Agência Brasileira de Cooperação
ACP	África-Caribe-Pacífico
AID	Fundação da Associação Internacional de Desenvolvimento
ALCA	Área de Livre Comércio das Américas
ANC	<i>Armée Nationale Congolaise</i>
ANP	Agência Nacional do Petróleo
ANPROTEC	Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores
BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BRICS	Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
CACEX	Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A.
CENFOC	Centro de Formação Profissional de Construção Civil
CEPAL	Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
CEPD	Cooperação Econômica para o Desenvolvimento
CIAC	Centro Integrado de Assistência à Criança
CID	Cooperação Internacional para o Desenvolvimento
CINFOTEC	Centro Integrado de Formação Tecnológica
CNI	Confederação Nacional da Indústria
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
CNS	Cooperação Norte-Sul
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito

CPLP	Comunidade dos Países de Língua Portuguesa
CSS	Cooperação Sul-Sul
CTB	Cooperação Técnica Brasileira
CTPD	Cooperação Técnica e Econômica entre os Países em Desenvolvimento
PABA	Plano de Ação de Buenos Aires
ECOSOC	Conselho Econômico e Social das Nações Unidas
FDI	Investimento Direto Estrangeiro
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FTD	Projeto de Formação, Trabalho e Desenvolvimento
G20	Grupo dos Vinte
G5	Grupo dos Cinco
G77	Grupo dos Setenta e Sete
G8	Grupo dos Oito
IBSA	Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul
IEL	Incubadora Empresarial de Luanda
INAFOP	Instituto Nacional de Formação Profissional
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
JICA	<i>Japan International Cooperation Agency</i>
MAPESS	Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança
MAPTSS	Administração Pública Trabalho e Segurança Social
MdE	Memorando de Entendimento
MERCOSUL	Mercado Comum do Sul
MINFAMU	Ministério da Família e Promoção da Mulher

MINPET	Ministério dos Petróleos
MIREX	Ministério da Relações Exteriores (Angola),
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MRE	Ministério de Relações Exteriores
NAM	Movimento dos Não-Alinhados
NDB	Novo Banco de Desenvolvimento
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico
ODA	Ajuda Oficial ao Desenvolvimento
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milénio
OMC	Organização Mundial do Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PALOP	Países da África de Língua Oficial Portuguesa
PEA	Programa Empresarial Angolano
PEB	Política Externa Brasileira
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
ProMOCC	Promoção da Formação Profissional na área de Construção Civil Angola-Brasil-Japão
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PT	Partido dos Trabalhadores
PRE	Plano de Reabilitação Económica
SIOP	Sistema Integrado de Planeamento e Orçamento
SNFP	Sistema Nacional de Formação Profissional
SONANGOL E.P	Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola
SWAPO	<i>South West Africa People's Organisation</i>
UNCTAD	Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento

UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNFPA	Fundo de População das Nações Unidas
UNITA	União Nacional para Independência Total de Angola
ZOPACAS	Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	15
<b>2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA E TEÓRICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS</b> .....	22
2.1 MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS E A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL.....	25
2.2 INSTITUCIONALIDADE EM UM SISTEMA INTERNACIONAL INTERSUBJETIVO.....	30
2.3 COOPERAÇÃO COMO PREDISPOSIÇÃO NORMATIVA NO AMBIENTE INTERNACIONAL ANÁRQUICO.....	34
2.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E A TENTATIVA DE EQUILIBRAR CAPACIDADES.....	40
<b>3 A ROTA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO EM CORRENTES SULISTAS</b> .....	44
3.1 A COOPERAÇÃO SUL-SUL: CONJUNTURA HISTÓRICA E FÓRUMS DE DEBATES INTERNACIONAIS.....	48
3.1.1 Conferência de Bandung, Indonésia - 18 a 24 de Abril de 1955 .....	50
3.1.2 Conferência de Buenos Aires, Argentina - 30 de Agosto a 12 de Setembro de 1978.....	57
3.1.3 Cúpula do Milênio, Nova York - 06 a 08 de Setembro de 2000.....	60
3.1.4 Conferência de Nairóbi sobre CSS, Quênia, 01 a 03 de Dezembro de 2009.....	64
3.2 A BRISA FRESCA DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA NA CORRENTEZA BRAVIA DO SISTEMA INTERNACIONAL .....	67
3.2.1 O Brasil na Rota da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.....	69
3.2.2 Organismos mediadores e base conceitual da Cooperação Técnica Brasileira.....	73

<b>3.2.3 Modalidades e especificidades legais da cooperação brasileira</b> .....	76
<b>4 O EIXO BILATERAL BRASIL-ANGOLA: DA SUPERAÇÃO DOS ENTRAVES HISTÓRICOS ÀS APROXIMAÇÕES COOPERATIVISTAS...</b>	81
4.1 RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA.....	81
4.2 ANGOLA .....	91
4.3 A ATMOSFERA FORMAL DA COOPERAÇÃO À SOMBRA DO ITAMARATY.....	95
4.3.1.1 <i>Da Abstinência de Solidariedade aos Primeiros Acordos de         Cooperação</i> .....	100
4.3.1.2 <i>Acordos na década de 1980</i> .....	102
4.3.1.3 <i>Redemocratização e os anos de 1990</i> .....	114
4.3.2 <b>A transição para o novo milênio e novas pautas do     desenvolvimento</b> .....	119
4.3.3 <b>A intensificação da Cooperação nos Governos Progressistas entre os     anos de 2003 e 2016</b> .....	123
<b>5 DUALIDADE COMPLEMENTAR: O BINÔMIO PÚBLICO - PRIVADO NO MODELO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO</b> .....	138
5.1 APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ANGOLANO.....	139
5.1.1 <b>Centro de Formação Profissional do Cazenga</b> .....	142
5.2 A INICIATIVA PRIVADA BRASILEIRA E O ESTÍMULO A PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA.....	147
5.2.1 <b>Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC)</b> .....	160
<b>6 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	166
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	173



## 1 INTRODUÇÃO

O Brasil ocupou relevante posição no sistema internacional, ao servir como articulador substancial da cooperação entre os países do Sul. Durante a primeira década do século XXI, apesar de não ter sido precursor da cooperação Sul-Sul, foi vanguardista em internacionalizar programas internos de redução da fome e das desigualdades sociais, reproduzidos por muitos países em vias de desenvolvimento.

Os países lusófonos do continente africano, dentre estes Angola, compreendem algumas das regiões prioritárias da política de Cooperação Internacional brasileira. A partir de grandes mudanças no fluxo da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, desde a criação da Agência Brasileira de Cooperação - ABC, o Brasil tem se consolidado, gradualmente, como país ofertante de cooperação.

Devido ao dinamismo das Relações Internacionais e à ascensão de atores com improvável protagonismo nas interações sistêmicas, a demanda pela investigação das nuances, características e extensão deste novo modelo de cooperação é crescente. Havendo, para tanto, necessidade de sistematização dos estudos sobre os aspectos de uma nova ordem mundial, desenhada, também, a partir das experiências e dos paradigmas do Sul Global.

Tangente à especificidade das relações entre Brasil e Angola, às quais este trabalho busca elucidar, pode-se dizer que os países se encontram entrelaçados por elementos históricos e culturais centenários. Contudo, os elos de cooperação, para além destes elementos, vêm sendo tratados e ampliados a partir de 1980, por meio do estabelecimento da Cooperação Técnica em diversas áreas, tais como: saúde, cultura, administração pública, formação profissional, educação, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura<sup>1</sup>.

O modelo de Cooperação Técnica brasileiro, definido pela Agência Brasileira de Cooperação – ABC, pode ser caracterizado como uma intervenção temporária, que tem por objetivo a promoção de mudanças qualitativas e/ou estruturais, capazes de minimizar, ou mesmo sanar problemas específicos identificados nos âmbitos

---

<sup>1</sup> Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>.

socioeconômicos (ABC, 2014, p.9). A Cooperação para o Desenvolvimento também pode ser vislumbrada como um meio de conjecturar novos paradigmas e explorar oportunidades.

Ao servir como elemento catalisador do desenvolvimento, a Cooperação Técnica é, muitas vezes, apontada como potencializadora de mudanças substanciais nos sistemas sociais para os quais se destina. As áreas menos desenvolvidas, cabe pontuar, tendem a permanecer à margem dos fluxos socioeconômicos principais. Ou seja, agravando as assimetrias entre os povos e interferindo na qualidade de vida das pessoas. De tal modo, a Cooperação para o Desenvolvimento emerge, idealmente, como perspectiva afirmativa para que essas diferenças sejam diminuídas, figurando a Cooperação Técnica como poderosa ferramenta para este fim.

A Cooperação Técnica Internacional, objetiva solucionar problemas presentes nas nações não desenvolvidas, que são contributos ao aumento dos abismos e desequilíbrios causados pela pobreza. Caracteriza-se tal cooperação pela oferta de apoio a projetos voltados à geração, absorção e disseminação de conhecimento. Fornece também suporte à capacitação de instituições, tanto nacionais públicas quanto da sociedade civil para o “[...] planejamento, execução e avaliação de iniciativas de promoção de desenvolvimento” (ABC, 2014, p. 9). Essa cooperação torna-se mecanismo considerável ao alinhamento e provável inserção isocrônica de países do Sul Global dentro do Sistema Internacional.

Assim sendo, buscou-se, primordialmente, compreender os aspectos da Cooperação para o Desenvolvimento entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola, destacadamente no período de 2003 a 2015. Procurou-se, ainda, entender as razões pelas quais a cooperação brasileira com Angola, atinente a repasses financeiros, apresentou menor relevância em relação a outros países africanos, essencialmente os lusófonos.

A escolha do objeto de pesquisa justifica-se, dentre outros motivos, por se tratar de temática referente à demanda crescente de estudos sobre os países em desenvolvimento, notadamente sob a perspectiva interna. Há carência de estudos aprofundados sobre a relação de Cooperação Brasil-Angola, ainda que Angola seja peça primordial dentro do escopo das relações brasileiras no continente africano. Portanto,

evidencia-se a necessidade de compreender a dinâmica das relações econômicas nos países em vias de desenvolvimento, tomando como instrumento de análise o caso da relação bilateral entre estes dois países<sup>2</sup>.

É importante ter em mente que entre o período que compreende os anos de 1998 a 2017, foi disponibilizado pelo Brasil um total de US\$ 55,7 milhões para Países da África de Língua Oficial Portuguesa – PALOP. Deste montante, Angola recebeu US\$ 5,8 milhões, cerca de dez milhões a menos que Moçambique (ABC, 2017, p. 27). Observa-se, assim, discrepância entre os valores referentes à cooperação bilateral, considerando Angola e os demais países dos PALOP, aparentemente não tão estratégicos para o Brasil, seja por suas capacidades ou necessidades.

Tal observação conduziu, previamente, ao problema da pesquisa. Pretendeu-se, a priori, saber quais as razões para que um país como Angola, com urgente demanda por desenvolvimento, não era o destino mais significativo aos aportes brasileiros de projetos de cooperação internacional.

Com o intuito de estabelecer o caminho dissertativo, capaz de contemplar também a percepção genérica do funcionamento do Sistema Internacional e a formatação da Cooperação para o Desenvolvimento, o perfil metodológico da investigação ponderou dois prognósticos. Primeiro, como a compreensão de determinados paradigmas e paradoxos, ao longo da formatação institucional da própria Cooperação Internacional, delinearam as relações interestatais e deram margem ao surgimento de uma nova Ordem Internacional convencionada por princípios cooperativistas.

Essas relações singulares levaram ao segundo prognóstico para a compreensão das relações estatais institucionalizadas: de que maneira a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento entre os países do Sul Global poderia redefinir o modo como países em vias de desenvolvimento se posicionavam no Sistema Internacional.

---

<sup>2</sup> O aprofundamento dos estudos sobre o tema aqui sugerido pode conduzir à uma maior compreensão das características da cooperação brasileira, contribuindo para a atualização dos conhecimentos concernentes a ela, e, principalmente, promovendo orientação para a ação, no intuito de atingir a emancipação através da razão, fundamentada na premissa crítica de que o julgamento científico deve estar comprometido não apenas com a descrição sistemática da realidade, mas também com a possibilidade de nortear e fundamentar – através dos resultados obtidos – as transformações necessárias.

A partir da análise destes prognósticos foi possível localizar e correlacionar conjunturas, práticas e interesses desencadeadores da relação de cooperação entre Brasil e Angola, transpassada pelo relacionamento da Política Externa brasileira com a África, por meio de projetos específicos para a capital angolana, sobre os quais se falará no decorrer deste estudo.

As inferências encontradas em tais prognósticos conduzem ao entendimento de que os elos estabelecidos entre Brasil e Angola, em prol do desenvolvimento horizontal, estão para além dos números da cooperação oficialmente projetada como Sul-Sul, devendo ser vistos por diferentes ângulos, antes de diagnosticá-los como irrelevantes<sup>3</sup>.

Faz parte da instrumentalização da compreensão e compilação das informações obtidas, a observação das práticas imersas no contexto ideológico dos discursos oficiais. Como também a abrangência dos acordos e convênios firmados por prepostos do corpo diplomático - das esferas governamentais e privadas - e, finalmente, a nomeação do mundo material correspondente aos efeitos produzidos pela cooperação em si.

Para tanto, o direcionamento cognitivo desta investigação teve a preocupação de estabelecer diagnósticos e prognósticos comprometidos não só com a descrição sistemática da realidade, palco da interação ora estudada, mas, também, com a possibilidade de nortear, quiçá, transformações sociais necessárias.

O desenho da pesquisa tem aspecto majoritariamente qualitativo, de caráter documental e bibliográfico, assentado no campo das Relações Internacionais. A revisão bibliográfica está apoiada nos conceitos de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, com ênfase na Cooperação Sul-Sul, e toma, como objeto de estudo,

---

<sup>3</sup>Concernente à interpretação mais ampla e criteriosa da realidade foi importante ter em mente a existência do poder simbólico no qual toda sociedade está submergida, não apenas entre as relações verticais, como também nas horizontais. Pierre Bourdieu (2004, p. 72) afirma que no tangente ao mundo social "(...) o hábito do verbalismo político, e da reificação dos coletivos que foi muito praticada por alguns filósofos, faz com que os paralogismos e os atos de força lógicos implicados nas afirmações mais triviais da existência cotidiana passem despercebidos", expondo-nos ao que ele chama de "deslizamento ontológico" em uma realidade onde os agentes sociais acabam lutando pelo poder simbólico – referido como o poder de nomeação constituinte. Sem querer aprofundar as questões teóricas sobre o poder simbólico em si, mas trazendo tal afirmativa "bourdiana" para a prática desta pesquisa, evidencia-se que foi impreterível se atentasse ao lugar de origem da pesquisa, para não cair em demasiadas armadilhas ontológicas. É importante salientar que esta investigação tem como lugar de referência a República Federativa do Brasil e que sua autora, nacional brasileira, ainda que pertença ao Sul Global, não pode ocupar a experiência angolana, menos ainda seu lugar de fala a respeito dos aspectos da cooperação aqui tratada.

aspectos da relação de cooperação bilateral entre Brasil e Angola. Os pontos passíveis de mensuração encontrados são oriundos de dados estatísticos e de natureza econômica e social, nacionais e internacionais, disponíveis em redes de acesso ao público geral.

O propósito do método selecionado foi, justamente, o de relacionar as questões-chave da pesquisa, levantadas por meio do problema no qual a temática se encontra inserida. De acordo com Anna Leander (2008), essa relação deve ser feita a partir de 'ferramentas de pensamento' com o intuito de conduzir a análise do pesquisador para ampliar sua percepção sobre as relações de poder contidas entre as variáveis selecionadas. Deste modo, foi criterioso, nas interpretações dos dados, considerar as relações de poder e de interesse presentes nas interações entre os Estados brasileiro e angolano. E, igualmente, nas instituições mantidas por estes e entre àquelas pelas quais se correspondem.

A formação do desenho metodológico se deu, portanto, pela consideração de duas decisões centrais a respeito do estudo elaborado. A primeira delas é a delimitação do campo que compreendeu a temática correspondente, afunilada em direção à Cooperação Sul-Sul e, mais especificamente, à relação bilateral de cooperação Brasil-Angola. A segunda, refere-se ao trabalho em um nível de análise que, simultaneamente, formatasse a direção das relações existentes entre as variáveis dependentes - projetos de Cooperação Técnica e o aumento das relações comerciais entre Brasil-Angola - e as independentes: conjuntura político-econômica internacional e cooperação para o desenvolvimento, a fim de compreender a institucionalidade e as relações de interesse constituídas a partir destas.

Cabe dizer ainda que a decisão de utilizar as 'ferramentas de pensamento', foi pré-requisito para estabelecer explicação coerente, visando lograr a legitimação dos pressupostos encontrados pelo processo sistemático de estudo e de investigação. Desta maneira, dividiu-se a dissertação em quatro enunciados, dentro de uma logicidade.

O primeiro capítulo explana a formatação das primícias de uma Ordem Internacional, moldada pela institucionalização globalizada da Cooperação Internacional. São então refletidos aspectos conceituais a respeito de algumas das teorias das Relações Internacionais, elucidativas dos fundamentos do processo de estabelecimento

de um novo Sistema Internacional. Esse sistema, apesar de ter contornos claramente herdados de ordens anteriores, conferiu à evolutiva Sociedade Internacional novos padrões de relacionamento alicerçados em organismos de alcance global.

Devido ao recorte temporal deste primeiro momento, e por se tratar de uma abordagem voltada às teorias de Relações Internacionais, não foi possível fugir às premissas realistas, pois se intuiu, para além disso, explicar a ordem estabelecida no Pós-Guerra. Ordem que serviu de pano de fundo ao arremate do institucionalismo da Cooperação Internacional, base indubitável para a montagem da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Foram exploradas as bases teóricas acerca dos problemas relacionados à criação de regimes; legitimidade da institucionalidade; e função hegemônica. A questão ideacional e a distribuição das capacidades dos Estados no sistema - temas presentes implícita ou explicitamente na interação dos atores internacionais – foram, igualmente, analisadas. A abordagem preliminar abriu precedentes para a compreensão de como a Cooperação Sul-Sul se desenha dentro da possível esfera anti-hegemônica, mesmo quando se mantém nos pilares institucionais do sistema internacional já existente.

O segundo capítulo parte de duas proposições: 1) fazer uma análise introdutória sobre a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, a partir das perspectivas do Sul Global, abordando a conjuntura histórica dos fóruns e debates que a edificou; e 2) inserir a base conceitual da cooperação brasileira no contexto pesquisado, dando margem à explanação sobre sua relação com o continente africano. Buscou-se, a partir daí, analisar e apontar as características principais da Cooperação para o Desenvolvimento, dissertando, genericamente, sobre as peculiaridades dos acordos entre os países do Atlântico Sul, caso de Brasil e Angola.

No terceiro capítulo, se tem inserida a compreensão obtida acerca dos contextos angolano-brasileiro, visando apresentá-los de forma mais particular, destacando aspectos relevantes da relação de cooperação entre ambos. Foi necessário, para isso, identificar fatores socioeconômicos e institucionais contributivos ou dificultadores dessas iniciativas cooperativistas. Além da leitura de bibliografia referencial, foram analisados documentos oficiais de ambas as repúblicas, a fim de traçar a linha histórica, cronológica e documental relacionada aos acordos celebrados.

O último capítulo reúne projetos para o desenvolvimento angolano, pois, embora o estudo da iniciativa privada brasileira em Angola não tenha sido o objetivo da pesquisa, tornou-se relevante ponderar como tais projetos integraram a política de Cooperação Técnica oferecida pelo Brasil na região de Angola. Interferindo, assim, mesmo que indiretamente, nos números da cooperação.

Como instrumento específico para a análise pretendida no capítulo mencionado, estudou-se a participação brasileira na execução de projetos de formação profissional. Foram analisados dois destes em especial: o da construção do Centro Integrado de Formação Tecnológica - CINFOTEC e o do Centro de Formação Profissional do Cazenga. Procurou-se entender, a partir disso, os aspectos da Cooperação para o Desenvolvimento em projetos semelhantes, viabilizados por parcerias com os setores público e privado. Com tal propósito, destacaram-se agentes estratégicos na execução destes projetos: o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a construtora Odebrecht e o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI).

Espera-se que esse trabalho possa contribuir, de algum modo, para a sistematização dos acordos de cooperação técnica entre Brasil e Angola, fornecendo uma visão das benesses e dos entraves que estes apresentam. Isso, a nosso ver, constitui uma via importante para o estabelecimento de novos e futuros acordos firmados com vista a uma pontual efetividade, concretizando o desenvolvimento real almejado.

## 2 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL: UMA BREVE ABORDAGEM HISTÓRICA E TEÓRICA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

As inovações tecnológicas, as revoluções científicas e a expansão do comércio trouxeram, para o início do século XX, uma alvorada de perspectivas otimistas. Os novos arranjos internacionais e a expansão comercial dinamizavam as Relações Internacionais, arrojadas, naquele momento, em promessas de liberdade e prosperidade. Trazidos pelos ares do desenvolvimento industrial e da ascensão burguesa, os Ventos do Norte estavam a pleno vapor do progresso!

A aparente paz internacional, que perdurava desde a última guerra europeia, era sentida como promessa selada pela própria expansão do Capital. No entanto, paralelo à euforia da época, crescia o descontentamento com as estruturas arcaicas de poder, com os legados coloniais não superados e as divergências sistêmicas latentes.

Tais descontentamentos tornaram inevitáveis a geração de conflitos pontuais para além do território europeu, estendendo-se pela Comunidade Internacional tocada pelas dinâmicas comercial, cultural e científica de Estados centrais massivamente industrializados. Sendo assim, o cenário arrebatador do progresso, abrigado no início do século XX, também acolheu múltiplas tensões, proeminentes de rivalidades antigas, que fizeram eclodir a Primeira Guerra Mundial.

Os conflitos armados da guerra geraram altos custos às nações beligerantes, deixando profundos *déficits* materiais e, sobretudo, humanos, contabilizando a triste soma, aproximada, de dez milhões de vidas perdidas. Diante do exaustivo cenário de devastação, surgiram arcações de Cooperação Internacional<sup>4</sup> que bordaram, de forma mais delineada, os caminhos da possível institucionalização globalizada das relações entre os Estados. Decorrentes, assim, de uma percepção da necessidade de criar mecanismos dentro do Sistema Internacional que evitassem, principalmente, os embates bélicos e fossem capazes de gerar uma ordem mantida pela designada “máquina superior de controle”, a que se refere Watson (2004, p. 393).

---

<sup>4</sup> Conforme Murphy (2013), a cooperação pensada de forma mais ampla pode ter sua origem desde o final do século XIX.



Havia, portanto, apelos motivacionais suficientes para sustentar a criação e manutenção da nova ordem mundial pautada por razoável ajuste sistêmico que, naquele momento, estaria carregado de tradições predominantemente europeias e se destacavam por aspectos de convivência e de interação estatais assinalados pelo uso do direito à soberania.

À ocasião da celebração do *Tratado de Versalhes*, marco legal que pôs fim à guerra, foi instituída a Sociedade das Nações, cujo pacto originário suscitava a criação de uma entidade supranacional. Deveria essa sociedade ser fomentadora do “Desenvolvimento da Cooperação entre as nações” e prover a paz e a segurança internacionais, valendo-se do compromisso de seus signatários à observância do direito internacional e das obrigações de não recorrência à guerra. Comportava o Preâmbulo do *Pacto da Sociedade das Nações*, de 1919, outras incumbências: manutenção aberta das “[...] relações internacionais fundadas sobre a justiça e a honra” e o respeito escrupuloso de “todas as obrigações dos tratados nas relações mútuas dos povos organizados”. (LIGA DAS NAÇÕES, 1919, n.p.).<sup>5</sup>

Para Adam Watson (2004), o *Acordo de Versalhes*, que inclui a própria formação da Liga das Nações, estabeleceu-se como o primeiro ato constituinte “[...] da autorregulação global por parte de uma sociedade que se tornara mundial”. Objetivava não apenas produzir uma base para a implantação de regras funcionais às instituições internacionais, como favorecer um concerto mundial capaz de manter a ordem e evitar a guerra (WATSON, 2004, p. 391-392).

Salienta-se que a formatação desta nova ordem internacional, de aspiração cooperativista, nascia imbuída de definições e concepções europeias e conferia ao direito internacional e à diplomacia regras e práticas previamente existentes, por exemplo, na *Grande Republique* europeia. Os pressupostos básicos de legitimidade, tais como a Soberania e a Igualdade Jurídica dos Estados, reproduzidos pelas atuais agências de cooperação internacional, são impressões a. (WATSON, 2004, p. 392).

Apesar da euforia inicial ao favorecimento de uma ordem internacional pautada na cooperação entre Estados, o *Pacto da Sociedade das Nações* mostrou-se ineficaz e seu

---

<sup>5</sup> Esse Pacto foi assinado em Versalhes em 28 de junho de 1919.

fracasso justifica-se por diversas razões. Adam Watson (2004) destaca dois motivos plausíveis de serem elencados.

O primeiro, refere-se à manutenção do *status quo* do sistema internacional, apesar do aparente empenho das nações “vencedoras” em mudar e ajustar o sistema posto. Watson alerta para uma “tentativa tibia de autodeterminação” pelos Estados vencedores da Guerra, que impunham a necessidade de estabelecimento definitivo das fronteiras e denominavam de Estado Agressor àqueles determinados a alterá-las à força (WATSON, 2004, p. 394), posição contrária à própria integridade soberana.

Ou seja, o comportamento aparentemente contra-hegemônico que a Liga das Nações apresentava, desembocava na imposição de um mesmo grupo de Estados vencedores. Esse grupo propunha uma limitada e não amplamente legitimada ordem internacional, levando à segunda razão para o fracasso da Liga citado por Watson: a impossibilidade de impor sua legitimidade. Mesmo porque, nem todas as potências que compartilhavam do poder do Sistema Internacional compunham a Liga das Nações. Caso da União Soviética e dos Estados Unidos. Apesar de ter apoiado e aderido ao Tratado de Versalhes, na figura do então presidente Woodrow Wilson, os Estados Unidos não obtiveram a adesão e apoio do Senado<sup>6</sup>, retirando-se do pacto em 1920.

Em que pese as transgressões responsáveis pela falência da tentativa ordenadora da Liga, perdurou a simpatia pela ideia de uma possível nova ordem sustentada por alianças e com capacidade de abarcar, mesmo que contraditoriamente, as lutas “contra-hegemônicas”. Isto é, com as nações se unindo para evitar investidas bélicas, resultando em novas circunstâncias que “[...] tornaram possível o famoso *aumento do interesse comum*” (WALTZ, 1979, p.102, grifo nosso). Como o próprio termo sugere, o interesse comum carrega a ideia de que todos devem galgar benefícios coletivos, através do trabalho conjunto.

Sendo assim, Waltz (1979) confere a esse momento a potencialização da ideia de que o trabalho sincrônico, com o intuito de melhorar a segurança de todos na

---

<sup>6</sup>“Um Wilson triunfante voltou aos Estados Unidos em fevereiro de 1919 para submeter o Tratado e o Pacto ao Congresso para seu consentimento e ratificação. Infelizmente para o presidente, embora o apoio popular à Liga ainda fosse forte, a oposição no Congresso e a imprensa começaram a crescer antes mesmo de ele partir para Paris. Liderando o desafio estava o líder da maioria no Senado e presidente do Comitê de Relações Exteriores, Henry Cabot Lodge.” (Departamento de História do Governo dos Estados Unidos).

Disponível em: <https://history.state.gov/departmenthistory/people/lodge-henry-cabot>. Tradução nossa.

comunidade internacional, se contrapunha à concentração excessiva na obtenção dos benefícios individuais, mostrando-se mais eficaz. Segundo o autor, embora nem todos os empecilhos tenham sido efetivamente removidos da trilha da cooperação internacional, pelo menos o receio de a vantagem bélica de um país se traduzir em ameaça contra outros, foi relativamente afastado.

A despeito de a Sociedade das Nações ter fracassado em seus objetivos primários, não instaurando ferramenta eficaz para a solução de controvérsias, sua iniciativa deixou legados de essência ideológica, como o supracitado “[...] aumento do interesse comum”. Além disso, contribuiu materialmente em termos organizacionais e institucionais para a construção de uma cooperação internacional nos setores da economia, saúde, transportes, comunicação e trabalho. (PASTOR RIDRUEJO, 2008, p. 692).

O Pacto das Nações inseriu, no debate sistêmico, o bem-estar e o desenvolvimento dos povos como uma “missão sagrada da civilização”. (ONU, 1919, art. 22).

Ou seja, embora criticada por teóricos de diversas áreas, tal bandeira civilizatória não só conduziu a edificação de novos tratados focados na promoção do desenvolvimento, como serviu de esteira às investidas do capital internacional liberal.

## 2.1 MUDANÇAS PARADIGMÁTICAS E A CONSTITUIÇÃO DE UMA NOVA ORDEM MUNDIAL

A perspectiva “missionária” das nações vitoriosas, por assim dizer, mudou a aparência da roupagem colonialista e passou a invocar um certo caráter “tutelar” da relação cooperativa junto aos países do terceiro mundo. Apesar desse aspecto ser enfaticamente criticado por tratar-se de um subterfúgio imperialista dissimulado, discussão que não daremos sequência neste trabalho, pode-se dizer que se trata de ferramenta crucial para a compreensão da mudança paradigmática das relações interestatais. Isso porque, nos permite adentrar na esfera da instrumentalização de uma cooperação pautada na vaga ideia de tutoria, no sentido de assistência prestada por Estados com maiores capacidades que outros. A partir daí, há uma reprodução do discurso, ainda tímido, de um tipo de cooperação tutelar do desenvolvimento. As nações desenvolvidas deveriam assumir então uma espécie de protetorado, ao colocar sob seu manto jurídico os “[...] povos ainda incapazes de se dirigirem por si próprios nas condições particularmente difíceis do mundo moderno”. (ONU, 1919, art. 22).

É substancial a compreensão da não pretensão, com tal afirmação, de que a cooperação internacional tenha se apropriado plenamente dessa retórica sobre “tutela”, principalmente pelo fato de o termo ter sido usado nas práticas de um tipo de “tutoria colonial”. Menciona-se a questão tutelar apenas para chamar a atenção referente à justificativa dada ao seu uso, entendido como uma das maneiras de equilibrar a distribuição das capacidades dos estados, bem como de assumir compromisso atrelado à pauta do desenvolvimento.

O *Pacto das Nações* sugeria, como método mais apropriado para alcançar o objetivo de promover o bem-estar e o desenvolvimento desses povos, a “[...] proteção oferecida pelos Estados com maior capacidade, posto a abrangência de recursos, experiência e posição geográfica”. (ONU, 1919, art.22).

Isso, sem dúvida, dava-lhes mais vantagens no Sistema Internacional, elegendo-os como os mais capacitados para assumir responsabilidades em torno do desenvolvimento de países menos favorecidos.

Importante ressaltar que os acertos destacados no período condizem com a tentativa, mesmo que falha, de um concerto internacional realizado por uma relativa união de Estados. Em tese, se teria o objetivo de evitar conflitos similares aos que levaram à Primeira Grande Guerra, sem ficar restrito à pauta antibélica, abrindo precedente à singela distribuição de capacidades.

Partindo do prisma teórico das Relações Internacionais, pode-se dizer que as premissas do Realismo Clássico nortearam substancialmente o rumo das relações interestatais da época. Sua compilação explicativa fora introduzida por Hans Morgenthau (2002), a quem coube ampliar o sentido da política do poder e delimitar princípios<sup>7</sup> utilizados para analisar o decurso das interações entre os Estados, e direcionar suas

---

<sup>7</sup> 1. A política obedece a leis objetivas, fruto da natureza humana; 2. O interesse dos Estados é sempre configurado em termos de poder; 3. Os interesses, que têm como base maximizar o poder dos Estados, não são fixos nem permanentes; 4. A influência da moral e da ética pode ser usada como mecanismo de justificação e legitimação da ação dos Estados, mas não serve para julgar o comportamento destes; 5. Os princípios morais de uma nação não devem ser aceitos como universais; e 6. A política internacional possui suas próprias leis e regras.

resoluções no ambiente internacional (MORGENTHAU, 2002), denominado por Kenneth Waltz (1979) e por Adam Watson (1992) de Sistema Internacional.<sup>8</sup>

De maneira geral, a ontologia realista vislumbra e segue presumindo possíveis respostas para a compreensão dos dilemas do Sistema Internacional. Sua síntese comporta a ideia da viabilização da interação entre os Estados, a partir da anarquia como base sistêmica. Caracterizada, outrossim, pela negação da autoridade central, tendo o poder como alvo principal.

Pode-se afirmar que o Sistema anárquico das Relações Internacionais não implica em uma desordem caótica. Contrariamente, consiste num tipo de caos organizado no qual a anarquia tem participação impositiva na coordenação entre as unidades que o compõem.

Teoricamente, a permanência da Anarquia nas relações entre os Estados, faz com que estes se preservem como unidades semelhantes. De acordo com Waltz (1979), a possibilidade de haver variações estruturais em tal Sistema seria possível apenas frente a uma mudança do princípio organizador ou, em sua ausência, por intermédio de variações nas capacidades das unidades.

Tal princípio organizador não aparece subitamente com a institucionalização globalizada da cooperação internacional, mas se apresenta através das muitas organizações, alianças e acordos que antecederam a criação da Liga das Nações. Na contemporaneidade, organismos e instrumentos continuam a surgir com claras predisposições em promover a distribuição simétrica das capacidades dentro do sistema internacional. Entretanto, a conotação do que venha a ser estas capacidades é tida a partir da interpretação e do peso atribuídos pelos próprios Estados. Tem-se, a título de exemplo, as “tutelas” já citadas, presente no *Pacto das Nações*, cujas capacidades dos Estados habilitados a “dar proteção” são pontuadas por suas experiências, recursos e posição geográfica.

Atinente às teorias que abarcam o mundo polarizado das Grandes Guerras e da Guerra-Fria, presente ainda em discursos atuais, a síntese realista confere uma base

---

<sup>8</sup> Nomenclatura adotada aqui para indicar o conjunto sistêmico de relações, organizações, territórios e costumes formados segundo os atores, principalmente os Estados, que irão compor as Relações Internacionais.

estadocêntrica, cujos interesses sempre estarão voltados para a maximização do potencial de influência dos Estados, intencionados a se manter autônomos, garantir sua sobrevivência, prevalectimento ou mesmo domínio. O Realismo trouxe consigo uma delimitada separação entre o ambiente interno e externo, sendo este o local onde se configuram as práticas das relações internacionais e são realizados os jogos de poder.

Apesar de os teóricos realistas pontuarem a possibilidade de existência da cooperação internacional, acabam por deixá-la à margem das suas análises, sob a alegação de que, quando ocorre, é apenas para que os atores mais “capacitados” alcancem seus interesses. Uma análise puramente pautada na argumentação realista, levaria à conclusão de que o Sistema Internacional possui natureza conflitante e genuinamente não-cooperativista. No entanto, o ambiente competitivo das Relações Internacionais nem sempre será prescrito pela natureza conflitiva dos Estados, mesmo que o conflito de interesses seja determinante da balança de poder no âmbito internacional.

Neste sentido, observa-se que a descontinuidade da Liga das Nações, por óbvias falhas no cumprimento de seus objetivos<sup>9</sup>, não atrofiou a aspiração da formação de um sistema cooperativo que englobasse a maior quantidade de nações possível. Posteriormente, as experiências colhidas com a eclosão e o fim da Segunda Guerra Mundial foram essenciais ao reordenamento na maneira como os países se apoiavam em suas relações. Ainda sob o manto da indispensabilidade da manutenção da paz mundial, 26 países aliados, que lutavam contra o Eixo Roma-Berlim-Tóquio, começaram a empreender esforços para cooperar no sentido de derrotá-lo e, por fim, criar uma ordem fundamentada na paz e na segurança globais.

Se fossemos evocar as premissas realistas, poderíamos dizer que a proeminência da observância dos interesses exclusivamente próprios dos Estados, levá-los-ia a buscar a execução das suas vontades, independentemente dos acordos firmados. Isso jamais

---

<sup>9</sup> O principal deles foi o de não ter evitado um conflito mundial de proporções semelhantes às da Primeira Grande Guerra, que, visivelmente, não se cumpriu, pois em 1939 foi deflagrado um conflito ainda maior: a Segunda Guerra Mundial.

os faria ceder suas vontades soberanas em favor de um concerto cooperativista internacional<sup>10</sup>.

No entanto, é possível observar a sutil mudança no comportamento dos Estados em relação à própria autonomia soberana no momento em que a *Declaração das Nações Unidas*, de 1942, documento preliminar à criação da Organização das Nações Unidas (ONU)<sup>11</sup>, trouxe consigo importante aparato de regulação por meio de contenção dos próprios interesses em detrimento das preferências individualizadas.

A segunda cláusula da Declaração impôs aos países signatários que não fizessem em separado “[...] armistício ou tratado de paz com o inimigo”. (ONU, 1942).

Ora, em uma situação bélica, de alcance mundial como a Segunda Guerra, a cooperação viabilizada pela *Declaração das Nações Unidas* deu um passo audacioso em direção à legitimação da futura ordem mundial institucionalizada. A fundação da ONU, instituição internacional de caráter permanente, dava primazia ao alcance global que pudesse ter - mesmo sem poder coercitivo - capacidade de direcionar as decisões dos Estados em prol da coletividade, ainda que as resoluções coletivas limitassem, relativamente, ganhos individuais<sup>12</sup>.

À medida em que a declaração incita vinculação obrigatória de uma decisão que poderia ser contraditória ao interesse particular – neste caso, não sair da Guerra para evitar romper com o planejamento estratégico coletivo – a cooperação internacional ganha importante dispositivo de manutenção da ordem global: a concessão à soberania dos Estados. Isto é, a possibilidade de abnegação parcial e voluntária das vontades soberanas em prol de um ordenamento sistêmico supranacional, com poderes específicos doados pelos próprios Estados<sup>13</sup>.

---

<sup>10</sup> O argumento realista é importante para compreender a disposição dos Estados no tabuleiro sistêmico das Relações Internacionais, mas não é completo e não consegue abranger a possibilidade de que as disposições das capacidades estatais nem sempre estejam a sustentar seus movimentos.

<sup>11</sup> Documento que inspira o nome da Organização das Nações Unidas.

<sup>12</sup> Exemplo disso é o apoio do Brasil aos países aliados, que antes de 1942 permanecera neutro na Segunda Guerra e que, inclusive, mantinha relações comerciais com os países do Eixo. Vide o “Acordo sobre Venda de Navios Mercantes entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana” firmado em 1941. (BRASIL, 1941, np). Após firmar a Declaração das Nações Unidas, o acordo foi suspenso e, posteriormente, dezenas de navios mercantes foram atacados pelos países do Eixo. Seria menos oneroso para o Brasil sair da Guerra e propor acordos de paz, no entanto, permaneceu enviando tropas para combater àqueles que se tornaram “o inimigo comum da paz mundial”.

<sup>13</sup> A crítica disso é baseada na afirmação de que, neste caso, a cooperação se dá pela disposição dos Estados de abrir concessão à Soberania para a criação de um “regime internacional”.

Notoriamente, o movimento favorável à constituição de uma ordem marcada pelos princípios de concórdia, não foi destruído com o fim da Liga das Nações, mas ressurgiu com novas vestes de legitimidade, sustentando o maior sistema de governança global institucionalizado: a ONU.

Oficialmente, a ONU começa a existir em 24 de outubro de 1945, após a ratificação da *Carta das Nações Unidas* (ONU, 1945) pela China, Estados Unidos, França, Reino Unido e a ex-União Soviética e demais signatários<sup>14</sup>.

O objetivo principal da ONU é o de suscitar a prática da tolerância e vivência pacífica entre os povos visando garantir a aceitação de princípios e instituição de métodos a serem empregados na manutenção de um mecanismo internacional que promova o progresso social e econômico. (ONU, 1945).

Pode-se dizer que as questões de paz deixam de estar ligadas unicamente à gestão da Guerra e passam a ambicionar o equilíbrio das capacidades nas múltiplas esferas do poder, principalmente as de cunho econômico e social, inserindo nas agendas dos Estados e seus organismos a pauta do desenvolvimento.

## 2.2 INSTITUCIONALIDADE EM UM SISTEMA INTERNACIONAL INTERSUBJETIVO

Ao tentar compreender os mecanismos, o funcionamento e a possibilidade da formação da Sociedade Internacional, alicerçada em um sistema ou sistemas de cooperação internacional, é essencial discutir o papel das instituições e da institucionalidade que dão diretrizes e moldam a operacionalidade das mobilizações estratégicas no exercício da colaboração conjunta entre os atores globais.

Com base nas exposições anteriores, pode-se afirmar que o principal *animus* para o surgimento de uma Sociedade de Nações foi a necessidade de evitar conflitos ou restabelecer uma ordem, por meio de alinhamentos vinculados à proteção dos interesses individuais, para impedir o avanço de inimigos comuns.

Até o final da Segunda Guerra, para além de razões belicosas, o desenvolvimento surge timidamente como parte de uma pauta cooperativista e só alcança notoriedade

---

<sup>14</sup> Disponível no site: <https://nacoesunidas.org/conheca/historia/>. Acessado em: 10 fev. 2019.



quando inserido como objetivo principal do novo Sistema Mundo, protagonizado principalmente pela ONU.

É importante salientar que não é intento desse estudo desmerecer como sistema de Estado ou desqualificar como cooperação as alianças e os alinhamentos entre nações previamente existentes na história, a exemplo da Sociedade de Estado após os Tratados de Westfalia (1648)<sup>15</sup>.

No entanto, para compreender a institucionalidade do sistema assentado num momento histórico transicional de diminuição de diversos tipos de fronteira que significavam o alcance globalizado dos efeitos das decisões políticas locais, foram considerados os moldes da cooperação internacional provenientes dos arranjos institucionais concebidos a partir do século XX.

Pressupondo não ser o Sistema Internacional um objeto estático, a criação das Nações Unidas, em 1945, representa, a nosso ver, o marco institucional da nova era das Relações Internacionais. Houve uma modificação substancial na relação entre os Estados, que moldaram o processo de aparelhamento da institucionalização supranacional. Os atores internacionais desse processo, cabe esclarecer, ocupam espaço significativo nos tabuleiros de governança global e são materializados pelas organizações internacionais englobadas.

É inevitável a alusão à governança global sem mencionar a tradição liberal das Relações Internacionais. Fundamentada a partir da visão Kantiana sobre a razão e o iluminismo, a perspectiva liberal considera a liberdade individual como preocupação central. Deste modo, relevou-se o interesse em criar uma sociedade na qual os indivíduos tenham melhores condições para o exercício da liberdade.

Immanuel Kant postulava “[...] a necessidade e possibilidade de construção da paz internacional por meio de acordos e instituições firmadas, de maneira preferencial, entre Repúblicas - ou democracias, na terminologia atual” (IORIS, 2010, p. 35). Dentro da visão liberal macro sistêmica, as instituições internacionais assumem papel relevante na mudança da natureza política internacional, bem como na redução dos conflitos.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <http://www.pax-westphalica.de/>.

Exemplo ilustrativo da ênfase dada à essa proposta de governança é a própria criação da ONU, em 1945.

Em se tratando de uma sociedade globalizada, diferentemente da visão dos realistas, Robert Keohane (1984), na linha do institucionalismo neoliberal, defende que a solução para os conflitos mundiais e a possibilidade de manutenção sistêmica sem a supremacia do poder hegemônico, encontra-se no estabelecimento da Cooperação Internacional. Para tanto, devem as instituições internacionais (ou supranacionais) desempenhar o importante papel de orquestrar acordos e mediar conflitos entre atores que se relacionam mutuamente e de forma independente, mesmo não sendo imunes aos movimentos pendulares causados pelos conflitos de interesses dos Estados.

De acordo com Keohane (1984), as instituições podem ser vistas por três prismas: a) um tipo de estabelecimento de relativa permanência; b) regimes internacionais ou c) como um comportamento que gera a consagração tácita de costumes e práticas dentro da esfera social ou da comunidade internacional. São então definidas como “[...] padrão geral ou (mesmo) uma categorização da atividade, ou um arranjo particular construído pelo homem – organizado formalmente ou informalmente”. (KEOHANE, 1984, p. 383).

Tal afirmação é apoiada nas conclusões sobre o conceito da institucionalidade social, no qual essas instituições são concebidas como regras do jogo em sociedade ou, basicamente, restrições elaboradas humanamente, formatando suas interações. Apesar disso, não são tais instituições meramente o resultado das interações humanas. Possuem a capacidade de modificar as relações humanas e interferir nas dinâmicas sociais do seu coletivo. Delas provêm a estrutura na qual as sociedades estão montadas, sendo responsáveis pelas incertezas geradas por suas interações. Servem, portanto, como guia e objeto limitante das ações cotidianas. (NORTH, 2001, p.3-4).

Debruçando-se, em parte, na reflexão sobre as aproximações sociológicas do institucionalismo, Keohane (1984) compreende que as instituições não são criadas conscientemente pelos homens, mas emergem lentamente durante processo deliberativo. Ou seja, por um conjunto de pressupostos teórico-normativos que incorporam a regulação da vida coletiva. Assim, as instituições são habitualmente tomadas como verdadeiras pelas pessoas às quais afetam (KEOHANE, 1984 p. 389).

Trazendo para o campo das Relações Internacionais, resta-nos o entendimento de que a maneira pela qual as nações se relacionam nem sempre será pautada em explícitas justaposições organizacionais, muito menos em nítidas regras de convivência, podendo ser resultantes de causalidades nem sempre premeditadas.

Daí a importância de trazer para a seara das Relações Internacionais parte do conceito de formação social das instituições, uma vez que, semelhante a estas, os organismos internacionais emergiram de forma lenta e deliberativa, com pressupostos normativos incorporados e aceitos na práxis do relacionamento entre seus atores.

Keohane (1984), instigado pelas relações de poder entre os Estados e por suas coalizões possibilitadas através dos organismos internacionais, chama atenção para o terreno formativo da institucionalidade internacional. O autor ressalta que, apesar de nem todo tipo de cooperação contribuir de forma benigna para a observância de uma ordem pacífica, pode evitar distensões. E, também, a insurgência de regimes totalitários ou de um poder hegemônico direcionador de relações estatais voltadas exclusivamente aos próprios interesses. (KEOHANE, 1984 p. 391).

Por outro prisma, contrapondo as abordagens institucionalistas sobre as possibilidades de evitar distensões e ampliar os aspectos harmonizadores das relações entre os Estados, o neorrealista Mearsheimer (1999) critica as capacidades institucionais de promover um cenário cooperativista permanente. Tal argumento não desmonta as afirmações de Keohane (1984), mas coloca no cerne da análise o fato de que a comunidade internacional está assentada em um ambiente naturalmente anárquico. Isto é, montado em uma ordem regida pelo direito inalienável da soberania, transformando-se, portanto, em convite para os conflitos internacionais. Isso porque, os Estados buscarão sempre maximizar o seu poder com o intuito de dominar, ou se proteger dos demais, perpetuando a atmosfera de insegurança e desconfiança entre os atores do Sistema.

A despeito das contradições presentes nas relações internacionais e das discordâncias teóricas, a cooperação é um elemento de realidade inquestionável nesse campo. Portanto, não é rejeitada nem pelos críticos mais ofensivos, caso dos realistas. Grupo que não descarta a possibilidade de sua existência, mas coloca em jogo sua validade ao afirmar que as regras originadas dessa cooperação são reflexo dos

interesses dos Estados, baseadas na distribuição de poder internacional. (MEARSHEIMER, 1999, p. 13). Fato impeditivo da continuidade permanente de sistemas baseados nela mesma, colocando em xeque o próprio Sistema ONU.

Partindo da premissa de que as instituições são um padrão nem sempre associado a organizações formais, é importante compreender a lógica pela qual se estabelecem e são conduzidas em um mundo presumidamente não determinado. Para tanto, teóricos construtivistas, como Alexander Wendt (1992), traduzem as instituições como sendo um conjunto ou estrutura de relativa estabilidade concernente às identidades e aos interesses.

As estruturas formadas por estas instituições são sistematizadas por intermédio de regras e normas formais, cuja força motriz está arraigada à socialização e participação dos atores no conhecimento coletivo. Pressupondo que as instituições sejam entidades fundamentalmente cognitivas, inexistindo além das ideias dos atores a respeito do funcionamento do mundo, isso não significa que elas não sejam reais ou objetivas. (WENDT, 1992).

A questão ideacional implica, portanto, diretamente nos dilemas que circundam a formação, legitimidade, conservação e eficácia da Cooperação Internacional. Sobretudo, quando suas regras, valores e práticas estão vinculados às entidades institucionais engendradas por agentes, cujas motivações variam amiúde, a depender de suas necessidades e interesses.

### 2.3 COOPERAÇÃO COMO PREDISPOSIÇÃO NORMATIVA NO AMBIENTE INTERNACIONAL ANÁRQUICO

Para discutir a relação entre o material e o ideacional, com foco nos conceitos de soberania e anarquia, dentro de um ambiente de cooperação, cabe distinguir como estes se inserem na análise das Relações Internacionais e quais são os aspectos mais relevantes para teorização dos fenômenos que apresentam.

Tomando como parâmetro inicial as afirmações ontológicas<sup>16</sup> a respeito dos fenômenos substanciais que envolvem o mundo das Relações Internacionais, considera-se que qualquer sociedade busca, de forma aparelhada ou não, uma maneira de se organizar, imbuindo-se das ferramentas materiais ou ideacionais que considerem essenciais à sua organização e desenvolvimento. Para efeito desta análise, o material, quando dimensionado para os arranjos do Sistema Internacional, pode ser interpretado enquanto estruturas e infraestruturas. Consideram-se materiais: os regimes, eventos, sistemas e padrões que dotam de operacionalidade as relações e estratégias tangíveis entre os agentes internacionais.

Relembrando que, dentre os agentes ou atores internacionais, Estados são destacados, tradicionalmente, como ponto de partida para a compreensão do funcionamento do Sistema Internacional. Sendo assim, dessa concepção de Estado se busca compreender os fundamentos e os efeitos da soberania sobre uma conjuntura anárquica, caracterizada primordialmente pelo usufruto da liberdade de ação - evocada pela própria prerrogativa soberana - e desprovida da limitação repressora da autoridade.

Por soberania, entende-se que esteja relacionada historicamente a um tipo de racionalização jurídico-política do poder (BOBBIO, 1998, p. 1.187). Sua instituição encontra-se diretamente vinculada à construção das identidades e dos interesses transformados pela anarquia internacional, que não existe até que os Estados interajam entre si. Ou seja, a soberania surgida a partir da ordem legitimada pelo poder institucionalizado é solidificada e projetada através dos Estados para um ambiente marcado pela ordem anárquica.

A relação entre anarquia e ordem, especificamente, se dá de forma diferenciada entre os âmbitos interno e externo dos Estados. O ambiente de interação de seus atores é explicado a partir de visões sistêmicas distintas, composto por grupos de normas que produzem efeitos materiais. Muitas vezes de “animus” similar, mas desarticuladas de

---

<sup>16</sup> As afirmações ontológicas tentam explicar, responder, definir e classificar os fenômenos materiais e imateriais que circundam a existência humana e suas adjacentes construções. A ontologia é também uma construção social, cujas explicações, bem como percepções às quais se permite, são repletas de ideologias. Fato que nos alerta para as limitações presentes em toda e qualquer explicação a respeito do mundo real e das suas categorias organizacionais.

uma mesma estrutura, dando origem a padrões decorrentes da interação dos seus agentes.

Trazida por Krasner (1999) à luz do debate, a relação entre regulamentação internacional e regimes, deriva, para o autor, dos resultados das interações no Sistema Internacional, determinados pelos cálculos de interesses materiais e ideacionais. Neste caso, ocasionando a violação ou aderência aos princípios e regras dispostos, explícita ou implicitamente, pelas organizações ou costumes.

Pode-se inferir desta afirmação que os cálculos de interesses, apontados por Krasner (1999) fomentam a disputa entre os agentes, cujas capacidades são medidas por determinada balança de poder, equilibrada por transdutores majoritariamente assimétricos, havendo entre eles disposição ou indisposição à normatividade, gerando uma situação de hipocrisia organizada. Neste contexto, os governantes aderem, em um momento, às convenções pelo fato de elas fornecerem recursos e suporte e, no outro, as violam pelos mesmos motivos. (KRASNER, 1999, p.24).

Mesmo assim, ainda que a anarquia internacional admita a ausência de autoridade, não se subtrai a possibilidade da formação de um padrão internacional pautado em normas e regras, desde que sejam condizentes com interesses dos agentes interativos. É justamente no espaço de interação entre esses agentes que a soberania faz uso do senso de legalidade das forças que a potencializa. Paralelo a isso, sua manutenção dependerá do tipo de retorno trazidos pelas normas. As estruturas normativas ou ideais, bem como as estruturas materiais, permitem múltiplas concepções de poder no âmbito do desenvolvimento dos Estados e do sistema interestatal. (RAE, 2007, p.131-133).

O prevalecimento das múltiplas concepções de poder está intimamente ligado à distribuição das capacidades, que oferecem condições tanto para a perpetuação das assimetrias sistêmicas, quanto para a formação de outros tipos de estruturas fundamentadas na tentativa de implementação da ordem. Longe de ser considerada como equivalente à harmonia, para alguns autores estruturalistas, a cooperação resulta, quase sempre, em ganhos materiais. Decorrentes de situações cuja mistura de interesses heterogêneos e, ao mesmo tempo, complementares, os ganhos proporcionam convenientes ajustes a seus impulsionadores. (AXELROD; KEOHANE, 1985, p.226).

Nesse caso, como sustentar a ideia de que a cooperação internacional seja um subterfúgio resistente e eficaz às sinuosas assimetrias sistêmicas?

Para Keohane (1984), a própria hegemonia está relacionada, de forma complexa, à cooperação e à instituição de regimes internacionais. Tal cooperação funcionaria, portanto, como um dos mecanismos essenciais à manutenção da paz e um mínimo de ordem. O autor afirma, de forma contrária aos críticos da teoria hegemônica, que a liderança hegemônica bem-sucedida depende, inclusive, da cooperação assimétrica: “[...] a cooperação pode ser promovida pela hegemonia, e as hegemônias requerem cooperação para fazer e aplicar as regras”. (KEOHANE, 1984, p. 46).

Essas regras, basicamente, constituem o meio pelo qual os discursos são regulados e usados pelos que buscam estabelecer, não apenas a ordem, como também os regimes. O regramento atribui ação valorativa, desde que as palavras tenham o poder, tanto de transformar a realidade, quanto de construí-la. A construção linguística da realidade é levada em consideração no sentido das pressuposições, predicções e da subjetividade de um tipo de imparcialidade relativa na análise das práticas discursivas. (EPSTEIN, 2014).

Tais práticas discursivas, como se pode pressupor, moldam a subjetividade inerentes às estruturas do poder presentes no arcabouço do Sistema Internacional, cuja interação explora a influência normativa das instituições fundamentais visando outorgar-lhes legitimidade. O ideacional utiliza-se, portanto, de uma estrutura intangível, fragmentada nos discursos capazes de promover ações deliberativas. Infere-se com isso que as ideologias sejam uma fonte de legitimidade quando pautadas em deliberações. Apesar, como pontuado por Waltz (1979), de auxiliar na criação de alianças efetivas aos adeptos da cooperação internacional, por exemplo, as ideologias estão propensas a contribuir com a formação de conflitos.

Para os teóricos construtivistas, que exploram o conceito agente-estrutura (ignorada pelos neorealistas, por exemplo), as relações conflitivas e/ou cooperativas, decorrentes da interação entre agente-estrutura, são resultados transitórios. Logo, Anarquia e Soberania são conceitos relativos que podem ser transformados ao longo do tempo. (WALTZ, 1979, p. 21).

Compreende-se, portanto, que o Sistema Internacional está debruçado não apenas nas capacidades materiais, como também nas relações sociais regidas por ideais que dão sentido à própria interação entre as suas partes. Sendo assim, não é apenas possível dizer que a “Anarquia é o que os Estados fazem dela” (WENDT, 1992), como também que a Soberania é a instituição pela qual eles garantem a sua própria existência.

Por conseguinte, indaga-se: A construção dos discursos internacionais e sua base subjetiva, seria um meio sólido de legitimar a materialidade institucional de um tipo de superestrutura globalizada, sem desequilibrar o sistema anárquico? Com quais argumentos, então, devemos refutar a máxima realista de que a cooperação internacional não pode perdurar em um ambiente fadado aos conflitos de interesses dos Estados que se apegam ao direito soberano como pressuposto de sobrevivência?

Keohane e Martin (1995) atribuem ao princípio de reciprocidade a perspectiva da possibilidade do sistema contínuo de cooperação. Para estes autores, as instituições internacionais, nas quais a reciprocidade funciona de base operacional, devem ser consideradas sustentáculos à paz duradoura. Isso, obviamente, em uma política mundial limitada pelo poder do Estado, regada por interesses divergentes e de “[...] improvável experiência com uma governança hierárquica efetiva”. (KEOHANE; MARTIN, 1995, p. 50).

Para além dos conceitos trazidos por este debate racionalista, a existência das instituições também pode ser observada como fator das causas variantes da prevalência dos regimes internacionais. Para Krasner (1982) os regimes são possíveis por conta das variantes representadas por interesses egoístas; poder político; normas e princípios; hábitos e costumes; e do conhecimento. A despeito disso, a institucionalidade internacional constituída, a priori, por diferentes atores, pode vir a oportunizar o surgimento de uma governança global, capaz de ampliar diálogos pautados em processos deliberativos. Aglutinando, desse modo, as várias partes da sociedade civil globalizada e promovendo um modelo mais amplo de participação, inclusive cidadã, na nova ordem internacional.

Talvez, por esse motivo, os argumentos de Keohane e Martin (1995) acerca da capacidade do princípio da reciprocidade em alongar os efeitos da paz duradoura em um Sistema Internacional sejam pertinentes aos sistemas baseados em cooperação. Isso



em função de a sistemática institucional já se encontrar entrelaçada a outros tipos de sistemas, entidades, valores e ações, gerando situação de interdependência.

No entanto, a abordagem do princípio da reciprocidade feita por Keohane e Martin (1995) encontra claros óbices dentro do próprio sistema institucionalizado de cooperação. Tecnicamente porque tais sistemas não conseguem garantir que a reciprocidade mantenha os conflitos particulares afastados da sua esfera de influência. Muito menos conseguem mediar, com eficácia, os impasses criados nos ambientes não alcançados, mantendo-se, portanto, suscetível à vontade autocentrada dos Estados. Neste caso, a reciprocidade, como se deduz, pode não funcionar como alicerce de continuidade da cooperação, mas sim como fator compensatório à vulnerabilidade existente no Sistema em si.

Para além das questões sobre a durabilidade da cooperação, resta o problema em torno da criação de novos regimes e manutenção da hegemonia correlacionados à própria interação sistêmica. Questiona-se então: As ordens montadas pelas instituições configuram o meio pelo qual as nações centrais estabelecem o regime político-econômico? Ou, ainda, a cooperação seria uma máscara utilizada única e exclusivamente para esconder interesses individuais?

Sob a ótica daqueles que operam a cooperação internacional como ferramenta para o equilíbrio das capacidades, retomando a questão soberana, podemos evocar o receio de que a soberania venha a ser utilizada como pretexto para impedir o avanço das interações sistêmicas. Considera-se, neste contexto, a soberania como uma das variantes da formação de regimes, e não apenas uma suposição. Em suma, um tipo de valor que confere poderes ilimitados aos Estados, apesar de, em contrapartida, os igualar em capacidade decisória.

Na interpretação de Stephen Krasner, teórico dos Regimes Internacionais, afirma-se, não sem ressalvas, que a soberania qualifica os Estados como os únicos atores do Sistema Internacional, com direitos ilimitados para agir. A alteração do princípio constitutivo da Soberania implicaria, inevitavelmente, numa mudança sistêmica. (KRASNER, 1979, p. 202).

Ao observar as variantes formadoras dos regimes, Krasner (1979) contribui para o estabelecimento de uma ponte crítica entre a teoria realista e a abordagem estruturalista

neoliberal. E o faz ao alertar para a existência dos interesses particulares das nações e a necessidade de expansão do poder, a partir do uso de seus dispositivos, caso da própria soberania.

Dito isto, compreendendo que a orientação realista exclui a análise dos regimes internacionais e a estruturalista negligencia a intenção da expansão do poder dos Estados, deve-se considerar o desempenho das instituições internacionais e da institucionalidade do sistema como relevantes à determinação do alcance e viabilidade da cooperação. Sendo assim, releva-se, para análises futuras, o papel da institucionalidade e como as instituições se comportam na formação, permanência e dissipação das coalizões entre os atores do Sistema Internacional.

#### 2.4 COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO E A TENTATIVA DE EQUILIBRAR CAPACIDADES

A tentativa de tecedura de uma colcha sistêmica internacional, capaz de gerar um ordenamento amortizador das tensões latentes intrínsecas às relações entre nações, segue produzindo finos bordados arrendados pela diversidade do institucionalismo presente no Sistema Internacional, formado a partir dos Estados.

Considera-se que o Sistema Internacional reflita a convivência entre os principais atores das Relações Internacionais, ou seja, os Estados. De forma que estes, por meio da política externa ou de demais entidades internacionalizadas, tenham contato suficiente para que suas decisões gerem impactos recíprocos de influência direta<sup>17</sup> ou indireta<sup>18</sup>. Pode-se assumir que este mesmo Sistema abriga a comunidade política auto delimitada, cujo princípio da não intervenção, autenticado pela Soberania, sobrevive dentro da lógica anárquica. Princípio muitas vezes assombrado pelo caos sistêmico generalizado, repleto de intervenções ordenativas.

A comunidade política anárquica integra o Sistema Internacional e comporta subsistemas político-internacionais. Suas partes interatuam por meio das relações de coordenação, nas quais cada ator, teoricamente, deve ser igual ao outro, “[...] sem

---

<sup>17</sup> A influência direta à qual o texto se refere é a prática atingida por meio das relações políticas e econômicas, ou mesmo de aproximações fronteiriças, culturais etc.

<sup>18</sup> Por influência indireta, entende-se àquela alcançada por intermédio de um terceiro Estado ou pelo próprio Sistema Financeiro.

obrigação alguma de obediência e sem nenhum direito a comando” (WALTZ, 1979, p. 88).

No entanto, para que haja de fato uma relação de igualdade no trato e no equilíbrio de poder no campo das Relações Internacionais entre os Estados, via Cooperação, seria relevante ter as capacidades dos que nelas atuam todas niveladas, o que não acontece. Um exemplo do desequilíbrio causado pela diferença de capacidades é a própria utilização do princípio da Soberania. Este deveria garantir a não utilização da força dos Estados uns contra os outros e a não intervenção em seus assuntos internos. Entretanto, trata-se de princípio comumente violado, com punições desiguais para quem procede desta forma, sendo maiores para os Estados com menor capacidade de influência e menores (ou nenhuma) para aqueles mais fortes.

Em nível estatal, como expõem Naeem Inayatullah e David Blaney (2004), as diferenças constituem cada Estado como comunidade política particular. Existe, contudo, semelhança presumida entre os atores, mas dificilmente alcançada dentro da comunidade internacional. A paridade compensatória das diferenças é gerida por assimilações, tolerância e combinações hierárquicas. Já o complexo de tais combinações resulta na criação de organizações e movimentos estruturados globalmente. Guardados interesses de natureza, tanto individualizada, quanto diversificada, criando, a partir daí, um espaço internacional de convivência, fincado em interesses e diferenças múltiplos.

A concepção dessas diferenças permite a negociação do *modus vivendi* entre as comunidades políticas internacionais, sem necessariamente torná-la uma comunidade caracterizada apenas por destruição e desigualdade. (INAYATULLAH; BLANEY, 2004, p.6).

O *modus vivendi* estabelece o *modus operandi* que formatará padrões determinantes para o direcionamento das ações dos seus partícipes, contribuindo para a existência de uma sociedade de fato, cuja regulação encontra-se legitimada através da existência das instituições internacionais. (WIGHT, 1991, p. 141).

Prova disso é a já falada criação da ONU, que herda, sem muitos desvios, padrões e princípios moldados previamente pela Liga das Nações e, antes disso, pelo Sistema Europeu pós-Westfália. Obviamente, é necessário repetir que nem sempre o *modus*

*operandi* será genuinamente composto pelo equilíbrio justo da capacidade decisória dos Estados no tocante à criação de instituições internacionais. Como visto, o peso na balança de poder pende para o lado mais forte, para os atores com maiores capacidades.

Tais instituições, lembrando, podem ser tomadas como tipo de estabelecimento de relativa permanência, ser interpretadas como regimes internacionais ou, ainda, como um comportamento gerador da consagração tácita de costumes e práticas dentro da esfera social ou da Comunidade Internacional.

Apesar da fugacidade cooperativista, o ideal regulatório de liberdade e igualdade geram compromissos práticos e ordenados. No entanto, esses compromissos ameaçam “atravessar a linha da ilegitimidade política”, marcada pelo autoritarismo e pelo imperialismo. Ilegitimidade caracterizada pela atualização das estruturas de dominação, também considerada uma reorientação sistêmica em consequência do embate das forças hegemônicas. (Walker, 2006, p.67).

De acordo com Robert Gilpin (1981, 197), “[...] todo sistema internacional que o mundo conheceu tem sido uma consequência dos realinhamentos territoriais, econômicos e diplomáticos” que sucederam as lutas hegemônicas. A mais relevante refere-se à nova distribuição internacional do poder por promover mudança sistêmica, alicerçada na alocação dos seus componentes basilares.

Gilpin (1981) também enfatiza o surgimento de uma “ordem internacional relativamente mais estável e uma governança efetiva do sistema internacional” como consequências das mudanças no Sistema Internacional, cujas guerras funcionaram como partes integrantes de sua evolução e dinâmica (GILPIN, 1981, p.198).

Sendo assim, a cooperação internacional, tal como a concebemos atualmente, permeia elementos consuetudinários de transformação histórica e aqueles formalmente institucionalizados, complementando-os, sem que se anulem. A exemplo do Sistema ONU, repleto de organizações autônomas, às quais funcionam separadamente, com seus próprios orçamentos, diretamente interligadas por acordos internacionais, anteriores à sua formação. Acordos muitas vezes celebrados em consonância com a prática já vigente e pré-institucionalizada das Relações Internacionais.

Apesar desta pesquisa não ter a intenção inicial de abordar mais a fundo a questão hegemônica, é importante inseri-la de maneira concluinte como prova das diferenças

geradoras de desigualdade. Posto que a função hegemônica confere a si mesma a capacidade de disseminar seu poder, por intervenção dos aparatos constituintes do Estado e dos sistemas que os compõem.

Pressupõe-se, portanto, que essa função deva levar em conta os interesses e as tendências dos conglomerados sobre os quais será exercida e a elite dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa. Para Antonio Gramsci (2002), se a hegemonia é ética-política, não pode deixar de ser econômica, muito menos deixar de se fundamentar na função decisiva, exercida pelo grupo dirigente no núcleo determinante de suas atividades. (GRAMSCI, 2002, p. 42).

Refletir sobre as diferenças, bem mais que sobre as igualdades contidas no sistema internacional, abre espaço para contradições destinadas a “[...] incomodar as estruturas dominantes de certeza, poder e autoridade”. (LISLE, 2017, p. 419).

Surgem dessa reflexão, as experiências emancipatórias que adotam ou adotaram perfil multicultural e antineoliberal diante da globalização contra-hegemônica. Por outro lado, oferecem alternativas contributivas ao bem-estar social e cooperação entre os povos, respeitando seus direitos, aumentando suas oportunidades e contribuindo para um futuro sustentável e igualitário.

O processo de formação do Sistema Global, de base cooperativista, interage e converge, como é possível inferir, com outros processos de transformação sociais, políticos e econômicos em seus vários níveis. Torna-se, assim, espelho inexorável dos moldes estruturais e institucionais já existentes dentro da realidade de cada um dos agentes fomentadores da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento.

Sendo assim, movimentos atenuantes das tensões internacionais podem vir a ser moldados por efeito da anarquia. Isso ocorre paralelo à possibilidade da formação de regimes e da provável justaposição dos interesses dos Estados centrais, por meio da institucionalidade. As coalizões, oriundas de tais movimentos, não necessariamente serão anti-sistêmicas, porém ideologicamente contra-hegemônicas, a exemplo da Cooperação Sul-Sul. Compreendem-se tais coalizões como as traçadas no campo ideacional das Relações Internacionais. Algumas práticas, apesar da similitude, poderão não se enquadrar em perfis anti-sistêmicos ou contra-hegemônicas, adequando-se, entretanto, ao Sistema e aos interesses da hegemonia.

### **3 A ROTA DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL PARA O DESENVOLVIMENTO EM CORRENTES SULISTAS**

A linha tênue da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento - CID, dantes traçada de forma quase exclusivamente de cima para baixo – entre os países do Norte desenvolvidos e os países do Sul subdesenvolvidos – vem sendo redesenhada desde a segunda metade do século XX e passou a assumir novos contornos com o advento das independências de nações africanas e asiáticas no final do período em questão.

Ao desvelar-se no século XXI com renovadas perspectivas de projeção no cenário mundial, a Cooperação Internacional passou a ser debatida e executada para além do ponto de partida unidirecional do Norte. Portanto, começava a ser vislumbrada por perspectivas e diretrizes de nações em desenvolvimento. A cooperação para o desenvolvimento transitava, assim, de acordo, também, com a visão dos países do Sul Global, tornando-se alternativa econômica possível para a demanda crescente dos Estados, cujas necessidades centravam-se na superação das barreiras da pobreza. A meta era a de impulsionar o crescimento econômico para se desenvolver. (IPEA, 2010).

Intrínseca à nova ordem estabelecida para o século XXI, após as mudanças caracterizadas por Douglas North (1990) como virada institucional, instituiu-se a ideia de que os países do Sul Global precisavam assumir o controle de seu desenvolvimento. Não apenas no sentido de projetar o crescimento econômico externamente, a fim de atrair novos investimentos, mas para ser responsáveis pelas transformações positivas necessárias nas esferas sociais, políticas e econômicas. A dinâmica da Sociedade Internacional, estimulada, inclusive, pelos organismos supranacionais, atrai à esfera de Cooperação para o Desenvolvimento nova concepção de auxílio internacional: Cooperação Sul-Sul.

É possível afirmar que a Cooperação Técnica para o Desenvolvimento e a Cooperação Sul-Sul possuem pressuposições assentadas em uma série cronológica de eventos internacionais, os quais refletem as inquietações das nações não industrializadas. Antes disso, é preciso situar essas modalidades em uma estrutura mais ampla de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, retomando a abordagem histórica e analisando as razões do seu surgimento e especificidades.

A Cooperação para o Desenvolvimento é um conceito relativamente novo e sua origem está diretamente ligada a fatos históricos: Segunda Guerra Mundial, Plano Marshall, criação das Nações Unidas e instituições de *Bretton Woods* e descolonização. Suas motivações não são lineares e variam de acordo com a interação entre seus atores, guiada pela combinação de fatores políticos, econômicos, sociais, geoestratégicos, ideológicos, morais e éticos, cujo peso oscila de acordo com a conjuntura.

A existência e criação de mecanismos estruturantes para o fomento do desenvolvimento produziram efeitos diretos nos aspectos construtivos da cooperação internacional. A criação do Banco Mundial, exemplo disso, foi concebida no final da primeira metade do século XX, em 1944, sob o reflexo das Conferências de Bretton Woods. A presença do Banco Mundial, originalmente Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), é indispensável às articulações relacionadas ao desenvolvimento econômico internacional via cooperação. Tem sido, desde então, o termômetro das preferências da comunidade internacional referente ao tema.

Após sua concepção, a prioridade dos aportes iniciais era a de reconstrução dos países atingidos pela Segunda Guerra Mundial. A mudança de paradigma veio com o passar do tempo, quando o foco do Banco Mundial passou a ser o desenvolvimento com base em investimentos de infraestrutura, tais como redes elétricas, barragens, estradas etc.<sup>19</sup>. Facilitava-se, a partir daí, o acesso aos fundos de investimento a outros interessados, não apenas aos países afligidos pela Guerra, implicando diretamente no projeto de desenvolvimento às nações do denominado “Terceiro Mundo”.

A necessidade de erradicar a pobreza tornou-se o principal objetivo do Banco Mundial. Em 1960, a Fundação da Associação Internacional de Desenvolvimento (AID) pôs em perspectiva a cooperação internacional, tornando possível aos países mais pobres ter acesso aos empréstimos concedidos pelo Banco Internacional de Desenvolvimento em termos concessionais especiais: apoio financeiro com taxas de juros reduzidas ou mesmo inexistentes, além de carência e reembolso estendidos<sup>20</sup>. A preferência diferenciada por países em desenvolvimento produziu efeito direto no

---

<sup>19</sup> Disponível em: <[www.worldbank.org/en/about/history](http://www.worldbank.org/en/about/history)>. Tradução nossa.

<sup>20</sup> Disponível em:

<[www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/grupo-banco-mundial](http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao-internacional/cooperacao-internacional/grupo-banco-mundial)>.

comportamento da cooperação internacional. Passam a ser incorporados compromissos sólidos de apoio à redução da miséria, transformando em valores positivos e necessários os subsídios para auxiliar os países afetados por sua “[...] fragilidade, conflitos e violência, por desastres naturais ou em risco de sobre-endividamento”<sup>21</sup>.

Para Carlos Puente (2010), atual embaixador brasileiro em Moçambique, a CID pode ser classificada por critérios básicos: 1) segundo a origem, a cooperação pode ser oficial, pública ou privada; 2) os canais de execução podem ser bilateral, triangular (ou trilateral), multilateral, descentralizado e mediante ONGs para o Desenvolvimento; 3) segundo os instrumentos, a cooperação para o desenvolvimento se divide em Cooperação Financeira (CF), Cooperação Técnica (CT), Assistência Humanitária (AH) e Ajuda Alimentar; e 4) nível de desenvolvimento dos países envolvidos. Classificada em quatro fases, Puente denomina a primeira de “a Fase das Lacunas”, correspondente às décadas de 50 e 60.

Refere-se essa fase ao momento em que ocorre a associação obrigatória entre o caminho para o desenvolvimento e a necessidade de investimentos maciços de capital nas economias subdesenvolvidas. As economias subdesenvolvidas possuíam escassez relativa de capital como fator de produção, apesar de dispor em abundância de outros fatores, dentre os quais matéria prima e mão-de-obra. (PUENTE, 2010, p. 42).

A segunda fase ou “Dimensão Social”, nos anos de 1970, comporta o apelo desenvolvimentista e consiste numa dimensão mais qualitativa da cooperação, extensiva à assistência técnica. Insere-se, nesta etapa, o elemento social que impulsiona a cooperação nos campos da saúde e da educação, atribuindo-se certa ênfase a esforços na agricultura e áreas rurais.

Já a terceira fase ou a de “Ajuste Estrutural”, de 1980, ocorre em meio a crises internacionais em que a cooperação para o desenvolvimento sofre, por parte dos doadores, reduções drásticas sendo reorientada para os chamados “ajustes estruturais”. Isso provoca questionamento em relação à efetividade da cooperação, tanto pelos países e instituições doadores, quanto pelos países chamados de recipiendários. (PUENTE, 2010, p. 44 e 46).

---

<sup>21</sup> *Ibid.*



A quarta fase abarcava reminiscências Pós-Guerra Fria e da Boa Governança, a partir de 1990, dando vazão a um novo paradigma da cooperação. Sedimenta-se esse paradigma na tendência entre os Países Desenvolvidos de atribuir a responsabilidade do próprio desenvolvimento aos países do Sul, “[...] na assunção de que os fluxos internacionais privados de capitais e de comércio devem assumir o primeiro plano dos esforços pelo desenvolvimento” (PUENTE, 2010, p.48-49).

Ao discorrer sobre os comportamentos dos países da periferia global e a mudança paradigmática por estes protagonizadas ao longo da segunda metade do século XX e início do século XXI, releva-se que a engrenagem sistêmica utilizada para atribuir novas ferramentas à metodologia das saídas para o desenvolvimento estava carregada de razões nem sempre confluentes.

O conflito de interesses ainda é impeditivo para o avanço de um sistema de cooperação mais eficaz. Sendo assim, se faz necessário ampliar a compreensão das possíveis motivações cooperativas, para além daquelas pontuadas pelos conceitos do realismo clássico e do idealismo liberal das Relações Internacionais, já explanados.

Puente (2010) traz à luz da análise possíveis distinções entre as razões que impulsionam as relações de Cooperação para o Desenvolvimento, a saber: 1) morais, altruístas e humanitárias, de base filosófica; 2) motivos políticos e geoestratégicos, condutores da definição, escopo, volume, orientação, destinação e execução da ajuda externa; 3) econômicas e comerciais, transpostas na facilitação da obtenção de créditos para financiar a cooperação para o desenvolvimento, atrelada à ajuda condicional; 4) históricos e culturais, verificados a partir de vínculos existentes, neste sentido, entre o país doador e receptor; 5) por demandas específicas de países beneficiários, envolvidas em situações críticas; e, por fim, 6) motivos outros de consideração ambiental e fluxos migratórios de menor peso no conjunto de justificativas. (PUENTE, 2010, p. 55-59).

Na impossibilidade de mensurar e afirmar quais são de fato os interesses por trás da Cooperação Internacional, muito menos sua eficácia, o trabalho se atém à análise de teorias e documentos indicativos das pretensas intenções cooperativas.

As razões traçadas por Puente (2010) dão conotação aos valores da cooperação, marcados pela noção de legitimidade, assentada em princípios de direito natural. No Sistema Internacional, os motivos também configuram os interesses e as identidades

atribuídas às relações entre Estados, construídas, inclusive, por processos e estruturas sociais não determinantes.

A oferta da Cooperação Internacional pode ser julgada como efeito do compartilhamento de valores comuns, circunscritos na identidade das instituições formadas a partir dos Estados, bem como das interações sociais sistêmicas.

A conjuntura de Cooperação Internacional, ao menos até a primeira década do século XXI, encaixa-se no cenário globalizado e de dispersão de poder, pós-Guerra-Fria, quando há a busca de alternativas de inserção internacional dos países, sobretudo os em desenvolvimento. A busca e oferta pela cooperação requerem a “[...] identificação de formas não coercitivas que possam servir de apoio para que o Estado aumente sua capacidade de influenciar outros atores internacionais na direção de seus interesses e objetivos”. (PUENTE, 2010, p.97).

Ante a necessidade de buscar alternativas para o Desenvolvimento dos países, a Cooperação Sul-Sul se transmuta em brisa fresca na densidade do Sistema Internacional.

### 3.1 A COOPERAÇÃO SUL-SUL: CONJUNTURA HISTÓRICA E FÓRUMS DE DEBATES INTERNACIONAIS

Indubitavelmente atrelada à evolução da Cooperação Norte-Sul, a ascensão da Cooperação Sul-Sul (CSS) está enredada aos processos históricos da política e da economia mundiais.

Incluem-se, neste cenário, a participação dos países nominados “Sul Global” nos diversos organismos internacionais, bem como em processos de integração e associação das relações intra e inter-regionais dos quais seus Estados se favorecem. (CABANA, 2014, p. 10).

Referindo-se tanto aos países em desenvolvimento, quanto aos países do antigo “Terceiro Mundo”, o Sul global vincula-se aos países do hemisfério Sul, abarcando, também, os do hemisfério Norte, com indicadores econômicos médios ou baixos.

Sul global é o termo utilizado, simbolicamente, para denominar nações em desenvolvimento, com histórias, origens, tradições e enfoques referentes ao poder diversos. Substitui e atualiza a qualificação de “Terceiro Mundo”, englobando os países

já independentes que inauguraram a ordem internacional pós-colonial. O termo, interpretado como “espaço de resistência híbrido”, abrange agentes públicos e privados da periferia ou semiperiferia na sistemática do mundo moderno. O interesse em construir uma globalização contra-hegemônica é o denominador comum das articulações provenientes de processos interativos desses países. (PINO, 2014, p.57).

Fenômenos determinantes do êxito pela busca de maior representatividade e governança no sistema global foram compartilhados por potências emergentes, sendo comumente relacionados à mudança ou deslocamento do eixo de crescimento da economia internacional. São ainda vinculados à “difusão estrutural do poder”, caracterizada pela multipolarização, bem como ao enfraquecimento das hegemonias centrais. Fragilizadas em decorrência das sequenciais crises econômicas e dos sucessivos conflitos armados. (PINO, 2014, p.58).

Sem embargo, a pauta sobre Segurança Internacional seguia inviolada, em razão dos conflitos armados e guerras civis internacionais no pós-Guerra Fria. Em países desenvolvidos, como os Estados Unidos, as intervenções militares preventivas, sinalizadas por Samuel Huntington (1993) significaram, dentre outras coisas, o fomento à indústria bélica.

Até 2013, pode-se dividir a evolução histórica da CSS em quatro períodos distintos, definidos por conferências internacionais, marcos institucionais para a concepção construtiva dos princípios diretivos, ideológicos e práticos de orientação da CSS. Destacam-se: a) *Conferência de Bandung*, em 1955, b) *Conferência de Buenos Aires*, em 1978, c) *Cúpula do Milênio*, em 2000; e d) *Conferência de Nairóbi sobre CSS*, em 2009. Tais períodos, cabe lembrar, foram determinados substancialmente pela “reorganização da geopolítica internacional após a Segunda Guerra Mundial, o contexto da Guerra Fria, a abertura do comércio internacional e os processos de descolonização (afro-asiáticos)”. (LÓPEZ CABANA, 2014, p. 10-11).

Além das conferências, o período de 1955 a 2013, também acolheu a criação de organismos internacionais estratégicos, normalmente associados à ONU e seus principais órgãos, com vista à estruturação deste tipo de cooperação. Outrossim, funcionando como plataformas de serviços, consultas e apoio sistêmico à coordenação

política e econômica das iniciativas de caráter bilateral ou multilateral de cooperação para o desenvolvimento.

### **3.1.1 Conferência de Bandung, Indonésia - 18 a 24 de Abril de 1955**

A *Conferência Afro-Asiática*, em Bandung, na Indonésia, ocorreu no âmbito das Nações Unidas, entre 18 e 24 de abril de 1955, e demarcou o primeiro período da evolução da CSS. Foi considerada o primeiro marco relevante à coalizão das nações do Sul.

Vinte e nove países africanos e asiáticos se reuniram, a fim de discutir maneiras de alcançar uma cooperação mais significativa nos âmbitos econômico, cultural e político. (CONFERÊNCIA DE BANDUNG, 1955).

A publicação da *Declaração para a Promoção da Paz Mundial e Cooperação* foi um dos principais ganhos desse evento, pondo em xeque a segurança internacional como principal questão para a paz mundial. A declaração se fundamentava no fato de a questão bélica ser ponto comum aos Estados, os quais deveriam se unir para promover o desarmamento de forma geral. Além de discutir a eliminação das armas nucleares, devendo a energia nuclear ficar restrita a propósitos exclusivos de pacificação. (CONFERÊNCIA DE BANDUNG, 1955, p. 8).

Na redação final do documento, a questão da segurança internacional como introdução à verdadeira necessidade dos países ali reunidos foi posta em pauta. Estes Estados faziam frente à ordem internacional e questionavam a tolerância do sistema acerca de haver muitas nações ainda sob o manto da submissão colonial. Em tese, a utilização da energia nuclear para propósitos de pacificação poderia ser a resposta para atender às necessidades das nações oprimidas, particularmente da Ásia e da África, pois:

[...] já que existe uma exigência urgente de progresso social e melhoria no padrão de vida, com liberdades mais amplas. Liberdade e paz são interdependentes. O direito de autodeterminação deve ser desfrutado por todos os povos, e a liberdade e a independência devem ser concedidas, o mais rápido possível, àqueles que ainda são povos dependentes. De fato, todas as nações deveriam ter o direito de escolher livremente seus próprios sistemas políticos e econômicos e seu próprio modo de vida, em conformidade com os propósitos e

princípios da Carta das Nações Unidas. (CONFERÊNCIA DE BANDUNG, 1955, item G. Tradução nossa).

As nações deveriam desfrutar da liberdade de viver em paz, praticando o princípio da boa vizinhança e desenvolvendo meios para cooperar amigavelmente. Para tanto, nesta conferência, foram compilados 10 princípios<sup>22</sup> norteadores. A observância destes poderia contribuir efetivamente para a “[...] manutenção da paz e da segurança enquanto que a cooperação nos campos econômico, social e cultural ajudaria a promover a prosperidade comum e bem-estar de todos”. (CONFERÊNCIA DE BANDUNG, 1955).

Além da retórica motivacional à promoção da paz mundial e à cooperação internacional, também foram discutidos temas transversais: aspectos econômicos e culturais da cooperação; autodeterminação e direitos humanos; e, finalmente, a dependência dos povos. Reconhecendo a urgência em promover o desenvolvimento econômico da região, algumas propostas foram lançadas. Baseavam-se em recomendações gerais de incentivo à confluência dos países participantes, sem necessariamente formar um bloco econômico<sup>23</sup>.

Ficou acordado o fornecimento de assistência técnica uns aos outros, via especialistas, estagiários, projetos pilotos e equipamentos para demonstração, além de intercâmbio de *know-how* e estabelecimento de institutos de formação e pesquisa nacionais ou regionais, quando possível. Neste último caso, objetivando “[...] transmitir conhecimentos e habilidades técnicas em cooperação com as agências internacionais existentes”<sup>24</sup>.

As propostas relativas à cooperação econômica não excluía a convivência nem a necessidade de cooperação com os demais países localizados fora da região. Muito menos a possibilidade de investimento de capital estrangeiro. Pelo contrário,

---

<sup>22</sup> 1. Respeito aos direitos fundamentais, de acordo com a Carta da ONU. 2. Respeito à soberania e integridade territorial de todas as nações. 3. Reconhecimento da igualdade de todas as raças e nações, grandes e pequenas. 4. Não-intervenção e não-ingerência nos assuntos internos de outro país. (Autodeterminação dos povos). 5. Respeito pelo direito de cada nação defender-se, individual e coletivamente, de acordo com a Carta da ONU. 6. Recusa na participação dos preparativos da defesa coletiva destinada a servir aos interesses particulares das superpotências. 7. Abstenção de todo ato ou ameaça de agressão, ou do emprego da força, contra a integridade territorial ou a independência política de outro país. 8. Solução de todos os conflitos internacionais por meios pacíficos (negociações e conciliações, arbitragens por tribunais internacionais), de acordo com a Carta da ONU. 9. Estímulo aos interesses mútuos de cooperação. 10. Respeito pela justiça e obrigações internacionais.

<sup>23</sup> Final. item 12. (CONFERÊNCIA DE BANDUNG, 1955).

<sup>24</sup> CONFERÊNCIA DE BANDUNG, 1955. subdivisão A. “ECONOMIC CO-OPERATION”, Item 2.

reconheceu-se “[...] que a assistência recebida por certos países participantes de fora da região, por meio de acordos internacionais ou bilaterais, dava contribuição valiosa para a implementação de seus programas de desenvolvimento”<sup>25</sup>

O estabelecimento de categorias de assistência técnica, apreciadas como cooperação entre os países da região, semeava um novo molde ideacional dentro do sistema internacional: a percepção de que a “periferia do mundo”, por assim dizer, possuía experiências técnica e intelectual suficientes a ponto de contribuir, dentro das suas possibilidades, para a demanda regional de desenvolvimento. Essa concepção dava margem a práticas de interação que motivaram a permuta das experiências locais. Além de questões econômicas, outro elemento merece destaque para o desenho da Cooperação Sul-Sul. Trata-se do ideacional da cultura, evocado copiosamente nos acordos de cooperação entre países da região da África, Ásia e América Latina.

Nesta análise, revela-se como imprescindível, a inclusão do fator cultural como elemento de conciliação histórica e aproximação política no escopo da cooperação técnica internacional. A conferência Afro-Asiática, consonante a isso, deu ênfase à importância da promoção da cooperação cultural como o meio “mais poderoso” de promover o entendimento entre as nações.<sup>26</sup>

Ao delatar o colonialismo sofrido pela região, bem como a interrupção de suas relações por conta das investidas imperialistas, as nações partícipes da conferência expuseram anseios em renovar antigos contatos culturais e desenvolver novas relações no contexto do mundo moderno. Possível a partir do estreitamento dos laços anteriormente rompidos e por meio da construção de mecanismos educacionais capazes de devolver aos povos o direito de conhecer e fortalecer a própria cultura, contribuindo assim para o fortalecimento do senso de autodeterminação: direito fundamental do ser humano<sup>27</sup>.

Foram citados os casos particulares da Tunísia, Argélia e Marrocos, como exemplos de nações cujos direitos básicos à educação e estudo da própria língua foram suprimidos pelas potências coloniais, que as mantinham sob sua dependência, *in verbis*:

---

<sup>25</sup> *Ibid.* subdivisão A. “ECONOMIC CO-OPERATION”, Item 1.

<sup>26</sup> *Ibid.* Subdivisão B. “Cultural Co-operation”. Alínea 1.

<sup>27</sup> *Ibid.* alínea 2.

[...] Discriminação semelhante tem sido praticada contra pessoas africanas e “de cor” em algumas partes do continente africano. A Conferência considerou que essas políticas significam uma negação dos direitos fundamentais do homem, impedem o avanço cultural nessa região e dificultam a cooperação cultural<sup>28</sup> no plano internacional mais amplo. A Conferência condenou tal negação dos direitos fundamentais na esfera da educação e cultura em algumas partes da Ásia e da África por esta e outras formas de repressão cultural (CONFERÊNCIA DE BANDUG, 1955. Tradução nossa).

A determinação em promover a cooperação cultural, nos termos da conferência, deveria ser direcionada segundo os preceitos de aquisição de conhecimento entre os países, intercâmbio cultural mútuo e intercâmbio de informações<sup>29</sup>. Para tanto, considerou-se a implementação de acordos bilaterais como meio plausível para obtenção de cooperação cultural mais eficaz<sup>30</sup>, cujas ações adotadas derivariam de cada país, de acordo com suas capacidades.

Em meio à Guerra-Fria, ainda sob efeito da *Conferência Afro-Asiática de Bandung*, fomentou-se a criação de uma organização de Estados neutra e independente das questões de poder dos blocos hegemônicos do período. Consequentemente, em 1961, mediante a assistência de 24 países das regiões da África, da América Latina e da Ásia, foi criado, em Belgrado (atual Sérvia), o *Movimento dos Não Alinhados* (NAM - Non Aligned Movement).

O objetivo principal continuava a ser a construção independente de um caminho político mundialmente capaz de afastar a possibilidade de seus Estados membros serem colocados como garantias ou promessas nos conflitos entre grandes potências. (NON ALIGNED MOVEMENT, 1961).

De caráter anti-imperialista, a luta contra o neocolonialismo e o uso da mediação nas relações com todas as grandes potências tornaram esse Movimento um fator “[...] essencial para o processo de descolonização, que resultou na conquista da liberdade e independência de muitos países e povos, bem como na criação de novos Estados”. (NON ALIGNED MOVEMENT, 1961).

Com o intento de fortalecer e promover a paz e a cooperação internacionais, foram adotados integralmente, nos discursos estatais, os princípios traçados pela conferência de Bandung. A conferência foi um grande incentivo para a formalização dos processos

---

<sup>28</sup> *Ibid.* Subdivisão B. “Cultural Co-operation”, alínea 2.

<sup>29</sup> *Ibid.* alínea 5

<sup>30</sup> *Ibid.* alínea 6

de descolonização Afro-Asiático, cujos princípios de liberdade e autodeterminação se alinhavam aos da Carta das Nações Unidas. Pode-se dizer que a *Declaração para a Promoção da Paz Mundial e da Cooperação*, assinada pelos 24 países, em sua maioria ex-colônias, encorajou os demais Estados a resolver tensões internacionais com cooperação, evitando destruições em massa.

Assim sendo, os Estados deveriam se alinhar por meio das Nações Unidas para realizar uma “[...] redução da produção de armas atômicas sob um válido controle internacional”. (CONFERÊNCIA DE BANDUNG, 1955).

À ocasião, os países signatários convidaram a comunidade internacional a desenvolver cooperação amistosa baseada em alguns princípios: reconhecimento da igualdade de todas as raças e de todas as nações, sejam grandes ou pequenas; promoção do interesse e da cooperação recíproca; e a abstenção de intervenções ou interferência nos assuntos internos de outros países.

Em 1964, mesmo ano do golpe militar no Brasil, no seio da primeira *Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento* - UNCTAD<sup>31</sup>, nascia o Grupo dos 77, mais conhecido como G-77. De acordo com Rubens Ricupero (2004), ex-secretário geral do órgão, não apenas brotou conjuntamente à Conferência, pois ambos coexistem sob o estímulo de dar voz aos países, visando edificar uma estrutura econômica, financeira e comercial, mais bem orientada para o desenvolvimento.

Para o diplomata brasileiro, o Grupo dos 77 possuía um concreto recém-encontrado sentimento de autoconfiança e autoafirmação. Em seu discurso, proferido à ocasião da Cerimônia de Abertura da UNCTAD, Ricupero enaltecia o papel do Grupo dos 77 de manter viva a agenda do desenvolvimento, sobretudo pelo foco de dar continuidade às negociações econômicas em curso, e não às finanças. A seu ver, não havia nada semelhante na estrutura do sistema financeiro internacional. Sendo assim, o Grupo dos 20, o G-90, os países ACP<sup>32</sup> e a Unidade Africana, empenhados no incremento de economias em desenvolvimento, juntaram-se a um agrupamento multilateral de “[...] forças organizadas e eficazes”, no campo do comércio internacional. (RICUPERO, 2004).

---

<sup>31</sup> UNCTAD - United Nations Conference for Trade and Development.

<sup>32</sup> Países signatários do acordo de Cotonou (ou Cotonu). Trata-se de acordo comercial entre a União Europeia (UE) e os países ACP (África-Caribe-Pacífico).



Atualmente, o Grupo dos 77 é a maior coalizão de países em desenvolvimento pertencente ao sistema ONU, integrada por 133 países. Ao longo das últimas três décadas, depois de sua criação, foi responsável pela aprovação do Programa de Ação de Caracas para a cooperação Econômica entre Países em Desenvolvimento, seguido da criação de um fundo fiduciário do PNUD para a cooperação técnica e econômica para países em desenvolvimento. O fundo teve capital inicial de 5 milhões de dólares, gerido pelo PNUD em nome do G-77, com o objetivo de financiar a Cooperação Econômica para o Desenvolvimento (CEPD) e a Cooperação Técnica para o Desenvolvimento. (CABANA, 2014, p.30).

O G-77 transformou-se em articulador relevante para a socialização dos países em desenvolvimento, sobretudo concernente à política internacional. Alicerçado em todas as áreas significativas do Sistema das Nações Unidas, configurou-se como “[...] o principal órgão do Terceiro Mundo para a articulação e unificação de seus interesses econômicos coletivos”. Ao representá-los nas negociações com os países desenvolvidos, também se tornou uma referência global de enfrentamento aos desequilíbrios econômicos. (DOMÍNGUEZ, 2019 p. 187. Tradução nossa).

Enquanto os Países não Alinhados faziam do desenvolvimento questão prioritária da agenda internacional, crucial à manutenção de uma agenda de alto nível, o G-77 se convertia no principal fórum do Terceiro Mundo, “[...] através do qual começaram a serem negociadas medidas concretas para mudar as condições internacionais de promoção do desenvolvimento no sistema das Nações Unidas”. (DOMÍNGUEZ, 2019, p. 187-188. Tradução nossa).

Apesar da comprovada contribuição do NAM e do G77 para a institucionalização da CSS, problematiza-se: Até que ponto o movimento dos países do Sul, a partir de Bandung, iniciado aparentemente de forma autônoma e com aspirações globais, conseguiu superar limitações materiais inerentes e forjar um modelo de cooperação realmente alternativo ao desenvolvimento proposto pelos países centrais? Quais são os reais alcances da conferência de Bandung e da criação de organismos institucionalizados de consulta e apoio para o desenvolvimento, a exemplo do NAM e do G77? Esses são questionamentos pertinentes a análises futuras, mas aqui colocados em razão da natureza instigante que o tema em estudo suscita.

A criação de uma aliança assentada na luta anti-imperialista, em prol da ascensão econômica de países subdesenvolvidos, foi realçada pelo caráter, moderadamente autônomo, da CSS. O plano era o de remodelar as diretrizes do comércio e do custeamento internacional destinado ao desenvolvimento, objetivando a equiparação acelerada entre países subdesenvolvidos e desenvolvidos. Notadamente, a CSS não conquistou o propósito primordial de sua existência, mas facilitou o acesso de países periféricos a espaços outrora reservados aos Estados cêntricos do Sistema.

Observa-se que a aquiescência dos países do terceiro mundo à modelagem do sistema ONU paira, ainda, sob a perspectiva de lograr, por esse intermédio, a legitimidade intrinsecamente outorgada pela comunidade internacional. Além disso, ou com isso, intenta ascender dentro dos espaços de poder protagonizados pelos países centrais.

Por conseguinte, a ONU, além de referência principal para o incremento da Cooperação Sul-Sul, passa a integrá-la em seu sistema. Encaixando-a em distintos organismos especializados, bem como criando mecanismos transversais para viabilizá-la. Justo neste contexto de fomento à CSS, é criado o *Plano de Ação de Buenos Aires* (PABA), quando, pela primeira vez, de forma oficial e institucional dentro do Sistema ONU, se faz referência às relações de cooperação técnica e econômica entre os países em desenvolvimento (CTPD).

O PABA desponta após intensa crise financeira nos países do Sul. No entanto, alguns dos Estados mais promitentes, embora abalados, emergiram como “[...] novos polos de poder econômico e político, que começam a reestruturar a arquitetura da governança global e o sistema de cooperação internacional”. (DOMÍNGUEZ, 2019, p.193. Tradução nossa).

Desempenhando, como se pode depreender, papel de liderança referente à promoção da cooperação internacional para o desenvolvimento entre os países do Sul.

### 3.1.2 Conferência de Buenos Aires, Argentina - 30 de Agosto a 12 de Setembro de 1978

Em setembro de 1978, em Buenos Aires, capital Argentina, aprovou-se por consenso de 138 Estados, com endosso da ONU, o já citado PABA<sup>33</sup>. Denominado oficialmente *Plano de Ação para Promoção e Implementação da Cooperação Técnica entre os Países em Desenvolvimento* - CTPD, o PABA representou um divisor de águas para a Cooperação Técnica Internacional, sobretudo no amadurecimento das relações entre os países em desenvolvimento.

Desde sua aprovação, várias decisões e resoluções reafirmando a validade e a importância da CTPD<sup>34</sup> foram adotadas pela Assembleia Geral da ONU, Conselho Económico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), Conselho Executivo do PNUD e Comitê de Alto Nível do CTPD.

Observa-se interesse singular de aumentar as capacidades dos países em desenvolvimento e, também, utilizar as capacidades já existentes. Espera-se, de tal modo, encontrar soluções para o problema relacionado à questão, a partir das próprias necessidades e aspirações. A promoção e o fortalecimento da autoconfiança coletiva passam a ser estimulados por meio da utilização das capacidades complementares pré-existentes, tais quais o compartilhamento e a utilização de recursos técnicos próprios<sup>35</sup>. (ONU, 1978).

Ambiciona-se, evidentemente, o estabelecimento de uma nova ordem mundial, diretamente relacionada à convergência dos conhecimentos disponíveis nestes países para proporcionar, conjuntamente, estratégias necessárias à condução assertiva de suas relações econômicas internacionais<sup>36</sup>. (ONU, 1978).

A rogativa ao compartilhamento e reconhecimento das próprias capacidades, bem como sua melhoria, preveem absorção, adaptação e habilitação tecnológica direcionadas às necessidades específicas de desenvolvimento<sup>37</sup>. Isso era prerrogativa para que os países em questão pudessem “[...] atingir maior grau de participação nas

---

<sup>33</sup> Disponível em: <https://www.unsouthsouth.org/bapa40/documents/buenos-aires-plan-of-action/>

<sup>34</sup> Technical Cooperation for Developing Countries - Cooperação Técnica para Países em Desenvolvimento.

<sup>35</sup> Buenos Aires Plan of Action (ONU, 1978). II. Objectives. *alíneas* “a” - “b”

<sup>36</sup> *Ibid.* *alínea* “c”

<sup>37</sup> *Ibid.* *alíneas* “f” - “h”

atividades econômicas internacionais e (ampliassem) a cooperação internacional”<sup>38</sup>. (ONU, 1978).

Trata-se de nova percepção acerca da cooperação internacional, bem como dos moldes e vias factíveis para tornar o desenvolvimento possível.

Quando as diretrizes do PABA são fracionadas em níveis nacional, sub-regional, regional, inter-regional e global, não implica somente na simples setorização de recomendações e programas de cooperação. A cooperação entre os países em desenvolvimento de forma mais conciliada, para favorecer a eficácia da ajuda por meio da subdivisão das regiões globais, cede, regionalmente, à corresponsabilização pelo próprio progresso. Logo, pelo desenvolvimento do Sistema Internacional como um todo.

Recomendações, tais como a “promoção de maior autossuficiência nas esferas econômica e social”<sup>39</sup>, preconizam a pressão internacional para que os Governos dos países em desenvolvimento intensifiquem seus esforços para promover a autoconfiança: “[...] nacional e coletiva, fortalecendo seus contatos e comunicações mútuos mediante o intercâmbio de experiências e empreendendo programas e projetos, inclusive conjuntos, em áreas de interesse mútuo [...]”<sup>40</sup>. Espécie de termômetro do contrapeso alternativo buscado pelo sistema internacional, representado pela ONU. Colocado para balancear os desequilíbrios oriundos da desproporcionalidade das capacidades de cada Estado e, também, conduzir, ao ritmo de sua própria regência, os rumos da cooperação entre os países periféricos. Ou nem tão periféricos, se estivermos falando sobre a China, por exemplo.

A instrumentalização da CTPD, mediante a Conferência de Buenos Aires, tornava-se, então, a variante mais recente das tentativas de institucionalização da cooperação Sul-Sul. Isso, o que para muitos autores, significou um marco positivo para o avanço do desenvolvimento via cooperação Sul-Sul. Para outros, como Ernst (1979), foi sinônimo de retrocesso, representando, em suma, posição defensiva na tentativa de concretizar o mínimo dos requisitos no NAM, considerando a posição original. Para esse autor, a capacidade de se tornar uma ponte para a cooperação global Sul-Sul soa limitada. “É

---

<sup>38</sup> *Ibid.* alínea “f”

<sup>39</sup> *Ibid.* Recommendation 9. “The promotion of greater self-reliance in the economic and social spheres”

<sup>40</sup> *Ibid.* sub. 27.

melhor entendido como o menor denominador comum entre as demandas da cooperação global Sul-Sul e os interesses que a opõem (ainda predominantes) de alguns países desenvolvidos, especialmente os principais da OCDE”. (ERNST, 1979, p. 1397).

Ernst (1979) destaca a ausência, até aquele momento, de um marco institucional com capacidade para promover e proteger a cooperação entre os países do terceiro mundo, sendo a cooperação Sul-Sul elemento ainda marginal das Relações Internacionais. O autor considera óbvia a urgência de aumentar o volume da CSS, visto que no escopo da divisão internacional de capacidades científicas e de inovação, bem como das relações econômicas internacionais, as limitações eram entrave à efetivação. Não obstante, apesar das limitações, algumas empresas privadas e estatais surgiam como provedoras de cooperação, oriundas de países recém-industrializados, tais como Índia, Coreia do Sul, Brasil, Argentina e México<sup>41</sup>. (ERNST, 1979, p. 1396-1397).

Desta forma, o contra-movimento ou o movimento contra-hegemônico, iniciado na conferência Afro-Asiática dissolve-se no interior do próprio Sistema Internacional. A crítica feita por Dominguez, tocante ao uso do PABA para reduzir a CSS à cooperação técnica subalterna e subfinanciada, tem origem na desativação dos “regimes de Bandung”. Para o autor “[...] o PABA foi o prelúdio do novo episódio histórico no qual foi procurado relançar a utopia (neo) liberal do mercado autorregulado”. (DOMINGUEZ, 2019, p.15).

Isto significa que qualquer intento de autonomia, aflorado pela conferência de Bandung, permaneceu reservado ao plano ideacional, sendo reduzido, ou absorvido, pelo aspecto homogeneizador do sistema mundo da ONU. No entanto, mesmo não tendo a CSS mantida intacta a autonomia do movimento, ou a integridade na autodeterminação como movimento contra-hegemônico, ainda assim preserva aspectos diferenciados da Cooperação tradicional. Mesmo passando a integrar e, por que não, contribuir para a construção da lógica cooperativa internacional assentada nas velhas fundações da cooperação Norte-Sul.

Para João Antônio Lima (2014), a CID, observada pela ótica dos países do Sul, possui características que destoam das aspirações dos doadores tradicionais. Por um lado, afasta-se parcialmente da simpatia pelo caráter diferente e distante dos ajudados,

---

<sup>41</sup> Muitas vezes vinculadas por acordos triangulares.

assim como da *expertise* baseada na superioridade do conhecimento dos países ocidentais. Por outro lado, assume caráter empático baseado na identidade compartilhada e nas experiências próprias de cada país. (LIMA, 2014, p.361-362).

Por conseguinte, a solidariedade evocada pela CSS confere à cooperação entre os países em desenvolvimento novo sentido ideacional para suas relações. Isto posto, tais Estados cooperativos são impelidos a se correlacionar de forma horizontalizada, ainda quando suas diferenças refletem na eficácia das suas ações.

### **3.1.3 Cúpula do Milênio, Nova York - 06 a 08 de Setembro de 2000**

A partir de 2000, uma série de acontecimentos internacionais relacionados à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, cujo avanço está emparelhado à evolução da Cooperação Sul-Sul, traduziu-se em esforços conjuntos na luta contra a pobreza.

Apesar de ter havido diminuição no volume da ajuda da CNS desde 1990, comprometendo diretamente em sua eficácia, o estabelecimento dos Objetivos do Milênio implicou em um movimento internacional mais claro em relação às metas a serem atingidas coletiva e individualmente por cada Estado.

Da primeira década do novo milênio, e, principalmente, entre 2000 e 2009, 80 eventos internacionais fomentadores do fortalecimento das relações Sul-Sul, configuraram-se no fruto de uma década de crescimento econômico de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Traduziram-se em anos de bonança responsáveis por incrementar o apoio oficial ao desenvolvimento, duplicado, de maneira geral, até 2005. (LÓPEZ CABANA, 2014, p. 19).

A difusão do termo Cooperação Sul-Sul derivou da sua popularização na década anterior, com inclusão em quase todos os fóruns de debate internacionais, a exemplo da *Cúpula das Américas Joanesburgo* (2002) e *Cúpula do G8* (2008).

A CSS foi introduzida no G8 a partir do convite para integrar o G5 (Brasil, China, Índia, México e África do Sul) ou BRICS, em 2007. Neste ano, foi iniciado o Processo de Diálogo de Heiligendamm sobre diversos temas, dentre os quais o desenvolvimento,

debatido pelas potências, todas emergentes. (LÓPEZ CABANA, 2014, p. 21. Tradução nossa).

A Declaração do Milênio, documento referencial de partida para o norteamento das políticas de cooperação internacional para o desenvolvimento, foi adotada na *Cúpula do Milênio das Nações Unidas*, realizada em Nova York, de 6 a 8 de Setembro de 2000. O evento se constituiu em um encontro “sem precedentes” na história das Nações Unidas, assistido por 100 Chefes de Estado, 47 Chefes de Governos, 3 Príncipes, 5 Vice-Presidentes, 3 Primeiros Ministros, 8000 Delegados e 5500 jornalistas. (ONU, 2000).

O referido documento reafirmava a “fé” na Organização das Nações Unidas e na Carta das Nações, exaltando-as como fundamentos indispensáveis para um mundo mais pacífico, próspero e justo. Outorgava aos signatários, em seu art. 3.º, o dever de “[...] libertar, a todos os povos do mundo, especialmente os mais vulneráveis e, em particular, às crianças do mundo, às quais pertence o futuro” (ONU, 2000)<sup>42</sup>. Logo, a Declaração do Milênio é um dispositivo enfático de um novo projeto de ordem internacional. Sua força motriz está vinculada, em particular, ao processo de globalização, o qual inclui, tacitamente, a própria cooperação internacional enquanto ferramenta indispensável aos ajustamentos.

Para a Cúpula,

[...] o desafio central que enfrentamos hoje é o de assegurar que a globalização se torne uma força positiva para todos os povos do mundo. Enquanto a globalização ofereça grandes oportunidades, no presente seus benefícios são desigualmente compartilhados, enquanto seus custos são desigualmente distribuídos. Nós reconhecemos que países em desenvolvimento e outros países com economias em transição se deparam com dificuldades especiais nas respostas ao seu desafio central. Portanto, somente através de esforços vastos e sustentados na criação de um futuro compartilhado, baseado em nossa comunidade humanitária em toda sua diversidade, pode a globalização se tornar completamente inclusiva e justa. Declaração do Milênio das Nações Unidas, Subseção I. Valores e Princípios, alínea “5”. (ONU, 2000).

Tais esforços deveriam incluir políticas e medidas, a nível global, correspondentes aos dos países em desenvolvimento e economias em transição, formuladas e implementadas com a participação efetiva dos próprios. Deveria ser empreendido, ainda, empenho conjunto politicamente coerente, a fim de melhorar a cooperação entre as

---

<sup>42</sup> ONU (2000). Inciso I. Valores e Princípios.

Nações Unidas e suas agências, bem como entre as instituições Bretton Woods e a Organização Mundial de Comércio (OMC)<sup>43</sup>.

As entidades multilaterais, capazes de reforçar as Nações Unidas como instrumento mais efetivo ao alcance das prioridades traçadas por este organismo, são igualmente essenciais para a completa resolução dos problemas de paz e desenvolvimento. Como exemplo disso citam-se “[...] a luta pelo desenvolvimento de todos os países do mundo, a luta contra a pobreza, ignorância e doença; a luta contra a injustiça; a luta contra a violência, terror e crime; e a luta contra a degradação e destruição dos nossos lares comuns”<sup>44</sup>.

Um dos elementos de maior relevo das políticas de cooperação técnica, norteador para a expansão dos acordos bilaterais e triangulares entre os países do Atlântico Sul, foi o anseio da comunidade internacional em satisfazer necessidades especiais do continente africano<sup>45</sup>. Vislumbrando o apoio à consolidação da democracia na África, ponto crucial para a expansão comercial no continente, foi dada ênfase à assistência às suas lutas pela paz duradoura, erradicação da pobreza e desenvolvimento sustentável. Claramente uma estratégia para trazer a África ao caminho da economia mundial, ou melhor, ao caminho da economia capitalista globalizada.

Resolveu-se, assim, dar apoio total às estruturas políticas e institucionais das democracias emergentes<sup>46</sup>: a) encorajar e sustentar mecanismos regionais e sub-regionais para a promoção de estabilidade política e prevenção de conflitos, no intuito de assegurar o fluxo de recursos para as operações de paz no continente<sup>47</sup>, considerado confiável; b) empunhar medidas especiais, bem como chamar atenção para os desafios do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza, englobando, inclusive, o cancelamento de dívidas e o acesso a mercados estáveis(o que não implicou necessariamente nas facilitações comerciais junto a órgãos de ajustes internacionais, como a OMC); c) expandir as correntes de Investimento Direto Estrangeiro (FDI); d)

---

<sup>43</sup> *Ibid.* Inciso VIII. Reforçando as Nações Unidas, art. 30, alínea “i”.

<sup>44</sup> *Ibid.* Inciso VIII. Reforçando as Nações Unidas, art. 29.

<sup>45</sup> *Ibid.* Inciso VII - Satisfazendo às Necessidades Especiais da África, art. 27.

<sup>46</sup> *Ibid.* art. 28, alínea “a”

<sup>47</sup> *Ibid.* alínea “b”



melhorar a Assistência ao Desenvolvimento Oficial (ODA); e e) expandir o fluxo de transferência tecnológica<sup>48</sup>.

Em 2001, guiados pelos princípios estabelecidos na *Declaração do Milênio* e ratificando a globalização como força positiva às pessoas do mundo, os Estados que participaram da *3ª Conferência das Nações Unidas para Países Menos Desenvolvidos*, em Bruxelas, na Bélgica, assumiram o compromisso de trabalhar para a integração “benéfica dos países menos desenvolvidos na economia global”.(ONU, 2001).

De tal modo, resistindo à marginalização, visando alcançar crescimento econômico sustentado e acelerado; desenvolvimento sustentável; e erradicação da pobreza, desigualdade e privação<sup>49</sup>.

Em 2003, por ocasião da Assembleia Geral da ONU, em Nova York, observou-se a substituição da terminologia “Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento” para “Cooperação Sul-Sul”<sup>50</sup>. Em sua resolução, ratificou-se que os países em desenvolvimento têm a “responsabilidade primordial de promover e realizar a Cooperação Sul-Sul”, não substituída pela Cooperação Norte-Sul, mas complementar a essa. Ou seja, longe de ser via alternativa, a CSS passava a ser vista, na verdade, como complemento da cooperação Norte-Sul, absorvida, por meio do Escritório das Nações Unidas para a Cooperação Sul-Sul<sup>51</sup>. Como parte integrante da política geral de desenvolvimento do Sistema ONU e do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento<sup>52</sup>. Apesar das imposições sutis da ONU em manter a CSS, sob o efeito muitas vezes anestésico do seu sistema, os países em desenvolvimento reivindicavam, em pautas nos fóruns internacionais, maior autonomia relativa aos aspectos gerais das decisões e definições da CSS.

A conjuntura favorável aos países em desenvolvimento acompanhou, contraditoriamente, a retração do mercado internacional e cresceu na esteira do comércio com a China. O contexto serviu de palco ao consenso de Yamoussoukro, em 2008, entre os países do G77 e as Nações Unidas, para tratar sobre as concepções do

---

<sup>48</sup> *Ibid.* alínea “c”

<sup>49</sup> A/CONF.191/12 (ONU, 2001).

<sup>50</sup> A/RES/58/220 (ONU,2003).

<sup>51</sup> United Nations Office for South-South Cooperation (UNOSSC).

<sup>52</sup> A/RES/58/220 (ONU,2003). Art. 3.

que deveria ser a CSS. O consenso justificou-se sob a alegação de ser crucial assegurar a clareza na estrutura deste tipo de cooperação. Foram considerados como elementos essenciais para tal conceituação o entendimento de que:

- I. a cooperação Sul-Sul e sua agenda devem ser dirigidas pelos países do Sul;
- II. a cooperação Sul-Sul não deve ser vista como substituta da cooperação Norte-Sul<sup>53</sup>;
- III. o fortalecimento da cooperação Sul-Sul não deve ser uma medida para lidar com o interesse do mundo desenvolvido na assistência aos países em desenvolvimento;
- IV. a cooperação entre os países do Sul não deve ser analisada e avaliada usando os mesmos padrões usados para as relações do tipo Norte-Sul; e, por fim,
- V. as contribuições financeiras de países em desenvolvimento não devem ser vistas como Assistência Oficial ao Desenvolvimento (AOD) para países do Sul, mas, no entanto, devem ser entendidas como expressões de solidariedade e cooperação, a partir de experiências compartilhadas e afinadas.

Observa-se aqui mudança elementar no pressuposto da cooperação, dispondo da premissa de horizontalidade como ferramenta diferencial do trato entre as nações do Sul. Tal ideia de horizontalidade, baseada em premissas culturais e suposta irmandade por afinidade histórica, permeia a retórica dos acordos de cooperação. Ademais, fará parte de diversas investidas conjuntas de estratégia para potencializar a influência e promover a independência econômica e a autossuficiência da região Sul. Por fim, são lançados a Plataforma de Desenvolvimento do Sul e o Fundo do Sul para o Desenvolvimento e Assistência Humanitária, como mecanismos auxiliares ao fortalecimento da institucionalidade da CSS.

#### **3.1.4 Conferência de Nairóbi sobre CSS, Quênia, 01 a 03 de Dezembro de 2009**

O quarto período, iniciado com a Conferência de Nairóbi, Quênia, compreende o limite do principal recorte temporal deste trabalho. Abrange de 2009 a 2013.

---

<sup>53</sup> Apesar de, ainda no mesmo ano, no primeiro Fórum de Alto Nível da Cooperação para o Desenvolvimento, em seu relatório, haver uma insistência a respeito do “caráter complementar” da CSS ao da CNS.

Caracterizado pela intensificação dos eventos internacionais relacionados à Cooperação Sul-Sul, principalmente por sua inserção definitiva na agenda da eficácia da ajuda.

O contexto político do período estava atrelado à crise econômica mundial, eclodida em 2008, nos Estados Unidos, ainda não totalmente sanada, e com maior repercussão nos países desenvolvidos. A contração econômica, sendo esse um dos seus principais reflexos, a redução dos fluxos de ajuda pelos países desenvolvidos, verificada, em 2009, em 17 dos 27 países do CAD, comparado a 2008. Já os destinatários da Ajuda Oficial Direta (OAD), porventura desagregados em função do nível de renda, podem sofrer com a queda da ajuda, isso em países de renda média e renda média alta, sobretudo. “Com o critério de renda média são incluídos 103 países, dos quais 48 se classificam como países de renda média-alta. (LÓPEZ CABANA, 2014).

A resolução adotada na conferência de Nairóbi contemplou, notadamente, intenso debate a respeito da eficácia da ajuda e da compatibilidade da Agenda da Eficácia da Cooperação Sul-Sul. Na ocasião, foram reconhecidos os papéis dos *Países Não Alinhados* do G77 e de outras iniciativas do Sul Global como promotores de Cooperação Sul-Sul<sup>54</sup>. A conjuntura que antecede a conferência de Nairóbi é marcada pelo dinamismo econômico de alguns países em desenvolvimento, enfatizando a cooperação Sul-Sul, inclusive por meio de iniciativas de integração regional. Além disso, verificou-se a “criação de mercados comuns regionais; sindicatos aduaneiros; cooperação em campos políticos; quadros institucionais e reguladores; e redes de transportes e comunicações interestaduais”. (ONU, 2009).

A resolução final de Nairóbi é o termômetro de como a questão do desenvolvimento foi interpretada pela ótica sistêmica formada por parâmetros de países centrais. Apesar do reconhecimento de ações afirmativas e esforços de aportes financeiros dos países de renda média no montante da cooperação global, países subdesenvolvidos são apontados por não estar “[...] no caminho certo para alcançar os objetivos do desenvolvimento acordados internacionalmente, incluindo os Objetivos do Milênio”. (ONU, 2009).

---

<sup>54</sup> A/CONF.215/2. I. Resolutions adopted by the Conference. Art. 07

Essa retórica se faz presente desde 1990, quando na fase do pós-Guerra Fria e da boa governança, o cenário internacional caracterizava-se pela mudança dos interesses geoestratégicos. O período abarcou redução da cooperação para o desenvolvimento, restringindo o acesso à cooperação dos países de renda média. O estabelecimento de novos parâmetros para a concessão da ajuda se concentrava menos em setores produtivos e mais nas áreas de desenvolvimento das capacidades institucionais: saúde, educação, meio ambiente e segurança pública. (ALMEIDA, 2015, p. 86).

Ainda para Elga Almeida (2015, p. 33), a ajuda daquele momento deveria interagir com os fluxos privados e desempenhar um papel catalisador a fim de promover a boa governação e a eficácia.

Historicamente, a articulação entre os países do Sul Global se fortalece quando nações submetidas a regimes coloniais intencionam formar frentes na luta em prol da independência. O recorte para contextualização da Cooperação Sul-Sul também parte de referenciais de lutas anticoloniais do século XX. São precedentes dos discursos do desenvolvimento a partir dos anos de 1950, em que se objetivava a promoção de um espaço internacional livre de submissão coercitiva e desigualdade. (ARTICULAÇÃO SUL, 2017).

A importância de tal articulação resulta de inúmeras tentativas de promover o equilíbrio das capacidades dos Estados, substancialmente aqueles com maior vulnerabilidade. Isso por meio de trocas que não se restrinjam apenas aos aportes financeiros e transferências técnicas, mas contemplem o intercâmbio de conhecimento e experiências. Isto é, como estímulo à prática de diálogos construtivos suficientes para maximizar o poder de barganha frente a organismos internacionais, bem como estimular a formação de soluções adaptadas aos problemas particulares dos países subdesenvolvidos, ou em vias de desenvolvimento.

Uma das questões mais inconsistentes da cooperação Sul-Sul refere-se à adaptação nem sempre eficiente de suas políticas aos problemas locais, principalmente por conta de os aportes econômicos ainda serem tímidos para a maioria dos países com os quais cooperam. Sendo assim, as nações em desenvolvimento continuam recorrendo a organismos internacionais que tratam das questões internas com verticalidade e interferência nos assuntos estatais. Fator contrário às políticas de cooperação Sul-Sul.

Ainda assim, na conjuntura aportada em limites do modelo tradicional da AOD, colocado em prática por países da OCDE, a CSS desperta uma série de expectativas pela forte atuação na Comunidade Internacional. (ARTICULAÇÃO SUL, 2017, p. 7).

As expectativas positivas pelo compromisso da CSS com o desenvolvimento figuram como arcabouço alternativo de cooperação. Esse tipo de cooperação é assinalado por políticas e discursos de soluções conjuntas e de horizontalidade. Alicerçada por projetos oriundos de demandas locais específicas e princípios de não interferência em assuntos domésticos. Sem contar que a rejeição às imposições políticas é fator estimulante da harmonia nas relações, auxiliando na manutenção da busca pela aquisição de benefícios mútuos e múltiplos.

A engrenagem conceptiva da Cooperação Sul-Sul tem sido, até o momento, sistematicamente construída sob base ideológica teoricamente discrepante a dos preceitos homogeneizadores dos principais organismos do Sistema Internacional. Apesar disso, é possível observar que, mesmo imersos neste cenário contraditório de interesses, alguns países do Sul Global, apoiados em seus acelerados índices de crescimento econômico, se auto-posicionaram no Sistema. Desempenhando papel de doadores de ajuda, não apenas receptores, o que lhes confere patamar diferenciado nos tabuleiros de poder e governança globais.

Dentre os novos atores do Sul, de potencialidade reconhecida, o Brasil merece destaque. Trata-se de País, segundo Almeida e Kraychete (2017) que, durante a primeira década deste século, principalmente após a posse do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva - por meio de uma “diplomacia presidencial” - intensificou discursos sobre a necessidade de reaproximação regional. Pautada, teoricamente, no princípio da cooperação internacional, cujas iniciativas se debruçaram no aumento dos acordos de cooperação técnica e no fluxo comercial.

### 3.2 A BRISA FRESCA DA COOPERAÇÃO BRASILEIRA NA CORRENTEZA BRAVIA DO SISTEMA INTERNACIONAL

A aceleração do desenvolvimento brasileiro, desencadeada a partir da primeira década do século XXI, posicionou o país sul-americano em um patamar de destaque em meio aos jogos políticos que nortearam e seguem direcionando as relações internacionais.

A atenção apurada da comunidade internacional em direção aos países do Sul, neste caso ao Brasil, dava-se pelas notáveis transformações na área socioeconômica, que permitiram o rompimento dos “[...] grilhões históricos da pobreza e da exclusão” de milhares de brasileiros (IPEA, 2010, p.7).

De acordo com relatório *Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional*, elaborado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o País se enaltecia por consolidar o regime democrático por meio de estratégia inclusiva de desenvolvimento econômico. Ou seja, atingia e superava metas de redução da pobreza, cumprindo parte dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), em consonância com o estabelecido pela ONU, antes do prazo. (IPEA, 2010, p.8).

Sobre os ODM, estes tinham como logro incentivar os países a cumprir oito metas específicas que os ajudaria a reduzir a pobreza extrema, colocando-os em posição diferenciada no sistema internacional.

Ao que parece, o novo cenário cedeu espaço para diálogos mais aproximados com países interessados em galgar um novo patamar na comunidade internacional. Caso do Brasil, que, como se falou, não apenas desejava ser receptor de ajuda, mas doador internacional e Angola. Esta, apesar de ser uma potência econômica regional, principalmente por causa do petróleo, demandava urgentemente pela reestruturação do país, que sofrera com sucessivas baixas materiais e um imenso *déficit* demográfico. Principalmente por conta dos séculos de exploração colonial e, logo após a declaração de independência, por uma brutal Guerra Civil.

Portanto, a interdependência dos países do Sul constitui, em si mesma, razão incisiva para que a Cooperação para o Desenvolvimento Internacional seja “peça-chave”, fomentadora “da paz, da prosperidade e da dignidade humana”, contributa ao estabelecimento de uma ordem internacional mais justa e pacífica<sup>55</sup>.(IPEA, 2010, p.8).

---

<sup>55</sup> Ainda de acordo com o relatório: “As diretrizes da atuação do Brasil em diferentes modalidades de intercâmbio internacional foram construídas e são aplicadas a partir de uma diplomacia independente, sem subserviência e respeitosa de seus parceiros. Segundo o ministro das Relações Exteriores do Brasil, naquele momento, o embaixador Celso Amorim, o país era caracterizado por “uma diplomacia inovadora, mas que não se (afastava) dos valores fundamentais da nação brasileira – a paz, o pluralismo, a tolerância e a solidariedade”. (IPEA, 2010. p.78).

Em discurso, na abertura do *Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul - IBAS sobre Desenvolvimento Econômico com Equidade Social*, o então ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, acusou os paradigmas que pautaram a cooperação internacional, na segunda metade do século XX, como insuficientes à “[...] superação das causas estruturais da pobreza e da fome no mundo”. Aproveitou para enaltecer as iniciativas assertivas das nações em desenvolvimento atinentes ao seu progresso, conclamando a comunidade internacional para “rever velhos conceitos e estratégias”, norteadores da cooperação entre os Estados por longo tempo. (AMORIM, 2005).

A expectativa de coalisão entre os países cooperativos do Sul Global, estava imbuída de pretensões autônomas. A proposta, eternizada pelo discurso de Amorim (2005), era a de criar meios para a cooperação internacional orientados por princípios de solidariedade e atendimento eficiente das reais necessidades dos países. A incondicionalidade da ajuda seria a referência maior no tocante à mobilização de recursos. Sendo assim, as estratégias de desenvolvimento acopladas a políticas extensivas seriam concebidas levando em conta as necessidades locais e as especificidades sociais.

Neste ponto, a busca pela autonomia na concepção estratégica de projetos de longo prazo, concebidos para as necessidades específicas das nações, tornou-se a marca mais proeminente da Cooperação Sul-Sul e uma bandeira da política externa brasileira.

### **3.2.1 O Brasil na Rota da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**

Regionalmente, devem ser destacados alguns eventos históricos e o próprio processo de desenvolvimento econômico do país, que colocaram o Brasil no centro do fluxo de cooperação não apenas na região da América do Sul, mas para além-mar, especificamente com as nações africanas.

Ao tentar traçar uma linha cronológica da conjuntura internacional que pode ter impactado a condução da política externa de muitos países em vias de desenvolvimento Fonseca (2008, p.4) destaca: a) Criação da Unidade Especial para CTPD no âmbito do PNUD, em 1974; b) aprovação do já mencionado PABA, cuja resolução de número nove incentiva a capacidade maior de utilizar recursos próprios para incrementar as

capacidades nacionais e o intercâmbio de experiências; c) definição pela Agência Brasileira de Cooperação, a partir da década de 90, do que é a CSS para o Brasil e como deve ser absorvida internamente; d) criação da CPLP, abrindo espaço para diálogo entre o Brasil e as nações de língua portuguesa da África; e) a própria criação do G20, em 1999, destacando a economia brasileira como uma das 20 maiores economias do mundo; f) concepção do Fórum de diálogo Índia, Brasil e África do Sul - IBSA, em 2003, inaugurando caminho para a representatividade intercontinental de potências regionais; g) abertura de diálogos entre os países, em 2006, dos BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), uma das mais importantes coalizões do Sul Global e, finalmente, h) criação do Novo Banco de Desenvolvimento - NDB<sup>56</sup> dos Países BRICS, em 2014, mediante acordo assinado na *Cúpula de Fortaleza*, em 15 de julho do referido ano.

Este último, significou para o Brasil ganhos econômicos advindos “[...] do financiamento de obras de infraestrutura no país e da participação de empresas brasileiras em processos de licitação de obras nos países membros, financiadas com recursos do Banco”<sup>57</sup>. (BRASIL, 2017).

De acordo com dados disponibilizados pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil (MRE), foram disponibilizadas, em julho de 2016, as primeiras operações empréstimos do NDB. O valor total de US\$ 911 milhões destinava-se ao financiamento de projetos de energia renovável em seus países fundadores. Do montante, o Brasil embolsou aproximadamente US\$ 300 milhões, administrados pelo BNDS e destinados ao custeio de projetos na área de energia eólica. (BRASIL, 2016).

Durante 2016, o NBD emitiu o equivalente a R\$ 450 milhões *green bonds* (títulos verdes), pela primeira vez, no mercado doméstico chinês. No ano seguinte, o BNDES fez a primeira emissão de *green bonds* no mercado internacional, configurando-se no primeiro banco brasileiro a investir na “Bolsa Verde”. Essa ação promoveu a reputação positiva do BNDES como fomentador de iniciativas promotoras de energia sustentável, conferindo-lhe maior prestígio na Comunidade Internacional. (BNDES, 2018).

---

<sup>56</sup> O capital subscrito inicial do banco era de US\$ 50 bilhões.

<sup>57</sup> Ministério das Relações Exteriores do Brasil. “O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS”. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>.



Entende-se que para o Brasil fazer parte de um projeto de desenvolvimento global, que inclua a possibilidade de ceder aportes financeiros para financiar o desenvolvimento internacional, é necessário estar minimamente categorizado como uma potência regional. Deve também se perceber como tal e ter capacidades materiais e reconhecimento dos outros estados no papel da liderança que busca desempenhar. (LIMA, 2005, p. 29).

Para Maria Regina de Lima (2005), o Brasil, assim como outros Estados, forma o grande mercado emergente que implementou mudanças efetivamente neoliberais do consenso de Washington. Porém, tais países só são inseridos nesta categoria, a contar dos anos 90. Fazem parte, portanto, daquilo que Keohane (1969) chama de *System-affecting State*<sup>58</sup>. Ou seja, trata-se do conjunto de países, dotado de capacidades e recursos limitados, com perfil internacional assertivo, que valoriza a multilateralidade e a ação coletiva entre seus similares. Configuram-se, portanto, atores com “meta poder”, isto é, são capacitados, mesmo que limitadamente, a fazer valer seus interesses. Localizado no hemisfério ocidental do planeta, o Brasil é um país com peso territorial continental de relevância econômica incontestável para a América do Sul. Com contexto geopolítico relativamente estável e dez vizinhos contíguos, as dimensões geográficas brasileiras consistem em fator mister ao exercício da “Liderança Natural” entre os países da região. (SOUZA, 2002, p. 19-20, apud LIMA, 2005).

Presente em arenas multilaterais e membro fundador das Nações Unidas, ocupado junto com a Índia, por longo período, vaga no Conselho de Segurança, o Brasil só evidencia a aspiração de participar mais efetivamente das deliberações sistêmicas no pós-Guerra Fria. Como ponto de partida à campanha do País em se posicionar destacadamente neste contexto, citam-se estratégias de dois governos. Primeiramente, o de Fernando Henrique Cardoso, impondo ampliação da credibilidade a partir da capacidade de cooperar para a criação de normas e instituições. Em seguida, o de Luiz Inácio Lula da Silva, que abraça a linha autonomista, perfilhando-se com países de

---

<sup>58</sup> “Nos anos de 60 e 70 países como a Índia, o Brasil e o México eram considerados system-affecting states, na medida em que tinham presença internacional multifacetada, participavam de vários foros de negociação comercial e de segurança no Gatt e nas Nações Unidas e eram reconhecidos como interlocutores válidos. Comum entre eles, a articulação de suas políticas externas em torno de dois objetivos centrais: desenvolvimento econômico e autonomia política (Sennes, 2001: 44)” (LIMA, 2005, p. 2).

interesses semelhantes e política voltada para a superação dos desequilíbrios. (LIMA, 2005, p. 9-11).

Na qualidade de potência regional e de país que pratica a Cooperação Sul-Sul, o Brasil compartilha dos princípios norteadores de solidariedade; respeito à soberania; não interferência nos assuntos domésticos dos demais países parceiros; respostas a demandas domésticas ou *demand driven*; e de não condicionalidade (CABRAL, 2012, p. 8).

A respeito da não condicionalidade, apesar de não ser pautada na prática condicionante habitual das relações de cooperação Norte-Sul, é necessário problematizar se é absoluta, posto que a assistência brasileira está normalmente vinculada ao oferecimento de *expertise*, tecnologia e equipamentos.

A relação horizontal de benefício mútuo também deve ser problematizada, pois a multiplicidade de ações e o “quadro institucional segmentado” não nos permite avaliar qualitativamente, de maneira abrangente, o impacto da cooperação brasileira. Esse impeditivo igualmente se reflete nas avaliações quantitativas, já que as demandas são distribuídas entre inúmeras instituições públicas, mistas e privadas, de níveis federal e estadual, envolvidas diretamente na cooperação e atuando, em sua maioria, de forma autônoma. (CABRAL, 2012, p. 8).

Outro fator determinante para a mensuração limitada do alcance da cooperação brasileira é o fato de que o Brasil não se inclui formalmente como país doador de recursos financeiros. Se houvesse cooperação financeira, talvez fosse mais fácil medir seu alcance. Mesmo assim, restaria o problema relacionado à real eficácia da ajuda prestada.

Lídia Cabral (2012) defende que, apesar de o Brasil não exercer, declaradamente, “Cooperação Econômica e Financeira”, suas práticas denotam o contrário. Afinal, financia ações triangulares de cooperação com organismos internacionais e outros Estados. A disponibilização de recursos nesta senda, a fundo perdido, seria uma forma de cooperação financeira. Sobretudo, quando os aportes internacionais são contributos ao desenvolvimento de capacidades e melhoria da qualidade de vida dos países menos favorecidos. (CABRAL, 2012, p. 9).

Tecnicamente, para a autora, mudanças importantes moldaram a cooperação brasileira e foram essenciais para sua expansão na comunidade internacional. Dentre

estas, a participação de projetos estruturantes, visivelmente presentes na cooperação brasileira com a África, que abrange construções de hidrelétricas, rodovias, edifícios escolares etc.

É importante ressaltar os empréstimos oferecidos a empresas brasileiras pelo BNDES, para projetos de infraestrutura internacionais, que não são oficialmente considerados cooperação.

O adensamento das relações do Brasil com outros países requer cooperação técnica internacional, pois trata-se de instrumento privilegiado, realçando a integração sociopolítica e econômica. O foco, em tese, contempla o desenvolvimento de capacidades arraigadas pela identificação, mobilização e amplificação de conhecimentos e competências encontradas no país parceiro. Objetiva-se, dessa forma, conquistar a autonomia local “[...] para o desenho e implementação de soluções endógenas para os desafios do desenvolvimento”. (ABC/MRE, 2013, p.12).

Cabral (2012) divide a cooperação brasileira em quatro modalidades principais: a) assistência humanitária, prestada a países em emergência; b) bolsas de estudos, oferecidas a estrangeiros no Brasil ou no Exterior; c) contribuições para organismos internacionais e bancos regionais; e, por fim, d) cooperação técnica. Dentre tais modalidades, para Fernando José Marroni de Abreu, ex-diretor da ABC, a cooperação técnica é a de “maior volume de resultados positivos no quadro geral dos fluxos de intercâmbio Sul-Sul”. (BRASIL, ABC/MRE, 2013).

### **3.2.2 Organismos mediadores e base conceitual da Cooperação Técnica Brasileira**

O Ministério das Relações Exteriores (MRE) é caracterizado por sua autonomia decisória, insulamento diplomático e evidente continuidade das orientações. Apesar de os recentes desdobramentos políticos, a partir do *impeachment* de Dilma, ter posto em xeque essa última especificidade das relações diplomáticas brasileiras, o órgão é o principal responsável pela articulação e viabilização legal da cooperação brasileira.

Outro órgão basilar à CTB, tem sido a ABC, criada em 1987 e que funciona sob o regimento do MRE. Foi concebida com base na visão do Brasil “[...] como um protagonista dos (...) fluxos de intercâmbio internacional e não apenas um ator passivo de contribuições financeiras e de assessoria técnica oriundas do exterior” (ABC, 2013, p.12).

A Agência Brasileira de Cooperação, mesmo não tendo autonomia administrativo-financeira, funciona ainda como importante instrumento mediador das iniciativas de cooperação brasileiras em prol do desenvolvimento.

Em um momento de grandes mudanças nos fluxos das cooperações internacionais, a Cooperação Técnica Sul-Sul do Brasil expandiu-se por meio de mudanças políticas estratégicas e ações facultadas por seus organismos.

Conforme publicação oficial, a ABC atribui as transformações na forma da cooperação brasileira ao progresso do País. Assim como ao fortalecimento das instituições nacionais e à excelência técnica ofertada por diferentes segmentos. (ABC, 2013, p. 12)

A base conceitual do modelo de CTB envolveu adoção de novas práticas para implementação de atividades e projetos, as quais endossaram o reconhecimento do caráter voluntário, solidário e sem condicionalidades da CSS praticada pelo Brasil.

O desenvolvimento das capacidades, como processo não-linear de longo prazo, fundamentou a cooperação Sul-Sul. Objetivava “produzir avanços nas competências de países parceiros, no sentido de construir e conduzir seus próprios sistemas de inovação<sup>59</sup>”. (BRICS, 2017, p.12, Tradução nossa).

Em outras palavras, constituiu-se como um dos pilares da cooperação técnica internacional, instrumento “privilegiado para o adensamento das relações do Brasil com outros países”, que, por sua vez, enfatiza a integração política, econômica e social. (BRASIL, 2013, p.12).

O processo gradual de desenvolvimento das capacidades ocorre em quatro níveis interrelacionados e interdependentes. Suas dimensões estão divididas em: a) Dimensão Individual, cujas capacidades estão relacionadas aos indivíduos enquanto atores sociais e encontra-se interligada ao desenvolvimento dos recursos humanos; b) Dimensão Organizacional ou desenvolvimentos voltado ao aperfeiçoamento da estrutura organizacional, dos recursos técnicos e humanos, dos processos produtivos e gerenciais

---

<sup>59</sup> “A inovação, por sua vez, seria entendida como um processo organizado e sistemático de geração e aplicação de conhecimentos que culmina na criação de soluções endógenas e sustentáveis para problemas e desafios de desenvolvimento, de forma autônoma. Nesse sentido, intercâmbio de conhecimentos e tecnologias deve garantir a autonomia e não permitir que se criem laços de dependência futura”. (BRICS, 2017, p.12).

dispostos em uma organização; c) Dimensão Interinstitucional, que engloba os arranjos formados por organizações e/ou grupos de indivíduos que atuem atuantes, em conjunto, para o cumprimento de um objetivo comum, e d) Dimensão Social ou Contextual, equivalente ao conjunto de fatores contextuais , políticos, econômicos, legais materiais e financeiros, que delinham as ações individuais e coletivas da sociedade, abrangendo todas as potencialidades humanas das quais o país dispõe.(BRASIL, 2013, p.12).

Sendo assim, de acordo com a visão institucional brasileira “[...] a principal função de um projeto de cooperação técnica é, portanto, a de propiciar o acesso, a absorção e a aplicação de conhecimentos que permitam aos agentes locais de desenvolvimento fortalecer as suas capacidades”. (BRASIL, 2013, p.13).

Os beneficiários não são, no caso, entendidos como meros ‘recipiendários’ passivos de cooperação, mas como principais agentes das mudanças planejadas. Com este fim, busca-se, com a cooperação Sul-Sul brasileira, desenvolver as capacidades pelas seguintes vias: apoio à identificação e mobilização de atores e de capacidades disponíveis no país parceiro; intercâmbio de métodos, abordagens, experiências e estratégias entre os países cooperantes, além de outros conteúdos de aplicação prática nos processos de desenvolvimento; ações de fortalecimento organizacional, incluindo o aperfeiçoamento dos quadros profissionais, aprimoramento de competências gerenciais e técnicas das instituições beneficiárias e modernização ou estruturação de processos produtivos; identificação e celebração de parcerias locais e externas; e promoção de arranjos interinstitucionais associados ao aprimoramento das etapas de planejamento, concepção e implementação de políticas públicas. (BRASIL, 2013, p.13).

O fator relevante para o funcionamento pleno da coparticipação é a entrosamento do país parceiro em todas as etapas decorrentes da cooperação, desde a identificação das necessidades e oportunidades até a avaliação dos resultados. Para tanto, de acordo com as expectativas brasileiras, as instituições beneficiadas dos países parceiros devem demonstrar compromisso técnico. Isso se dá por meio da oferta de contrapartida, que não deve ser interpretada como uma condicionalidade para a realização da parceria, mas ação voluntária para sua eficácia, ampliando assim o efeito multiplicador positivo das iniciativas de cooperação.

### 3.2.3 Modalidades e especificidades legais da cooperação brasileira

Dividida em diferentes modalidades, a CSS brasileira ocorre em quatro tipos distintos: Bilateral<sup>60</sup>; Trilateral, que pode ser concebida com países em desenvolvimento<sup>61</sup>, com país desenvolvido<sup>62</sup> ou com organismo internacional<sup>63</sup>; em Bloco<sup>64</sup>; e Descentralizada<sup>65</sup>. Para efeito de melhor compreensão da organização jurídica dos acordos de cooperação Sul-Sul e facilitação da sua identificação, é importante a observância do arcabouço jurídico-institucional que orienta a execução das iniciativas de CSS brasileiras, sejam quais forem. A determinação dos programas e projetos a serem implementados, bem como o arcabouço institucional que os validarão, são definidos, conjuntamente, pelos governos cooperantes. Toma-se por base o *Acordo Básico de Cooperação Técnica* (também denominado de *Acordo de Cooperação para o Desenvolvimento*, ou *Acordo-Quadro*).

Nacionalmente, pela falta de amparo legal, os acordos de cooperação não podem ser firmados por Estados e Municípios. Devem ser concluídos pela União, por intermediação do MRE, podendo haver acréscimos por instrumentos posteriores à sua aprovação, tais como os Ajustes Complementares ou demais Programas Executivos para a sua implementação concreta.

Em tais casos não é necessária aprovação prévia ou subsequente do Congresso Nacional, sendo, portanto, atos responsáveis por dar andamento à execução de Acordos de Cooperação. Isto é, são atos normatizadores da implementação de projetos da CSS, constituídos por artigos sobre objetivos do projeto, orçamento, gestão e operacionalização, além de aportar dispositivos específicos referentes às obrigações das partes e prestação de contas”. (BRASIL, 2013, p.16).

---

<sup>60</sup> Os parceiros são países em desenvolvimento

<sup>61</sup> Todos os parceiros, em número de três ou mais, são países em desenvolvimento.

<sup>62</sup> Dois países em desenvolvimento cooperam entre si, com participação de um país desenvolvido.

<sup>63</sup> Dois ou mais países em desenvolvimento cooperam entre si, com participação de um organismo internacional.

<sup>64</sup> “[...] se dá no âmbito de organizações e/ou arranjos sub-regionais, regionais ou inter-regionais concebidos e integrados por países em desenvolvimento e dos quais o Brasil faz parte, como o MERCOSUL, UNASUL e IBAS”. (BRASIL, 2013, p.15).

<sup>65</sup> “[...] se dá entre dois ou mais entes subnacionais de países em desenvolvimento. Esta modalidade pode ter uma variante – conhecida como ‘cooperação cruzada’ –, na qual um dos parceiros subnacionais tem origem em um país desenvolvido”. (BRASIL, 2013, p.15).

O marco político da CTB é comumente definido por memorandos de entendimento (MdE), pelas declarações conjuntas e pelos protocolos de intenções. Os MdE e essas declarações são redigidos de forma genérica e simplificada com o objetivo de registrar a intenção das Partes e estabelecer iniciativas de cooperação técnica Sul-Sul. O MdE não faz referência a valores orçamentários ou a mecanismos de execução e/ou implementação de iniciativas futuras. Do mesmo modo, não gera obrigações nem possui respaldo jurídico a iniciativas de cooperação. Também não requer ratificação pelo Congresso Nacional, entrando em vigor na data da assinatura, desde que não crie compromissos gravosos para a União.

O Primeiro documento firmado pelos cooperantes, é, normalmente, o Protocolo de Intenções. Trata-se de título pactuado entre instituição não-governamental e órgão da Administração Pública Brasileira, a fim de assinalar as aspirações conjuntas das Partes. Não se trata, entretanto, de compromisso formal, com valores operacionais ou executivos. (BRASIL, MRE/ABC, 2013, p.16).

Em relação aos arranjos na execução administrativo-financeira da cooperação técnica Sul-Sul, são divididos em três tipos distintos: os executados pelo governo brasileiro; os de execução paralela, ou seja, quando é dividida entre o governo brasileiro e outra entidade parceira; e, finalmente, os de execução descentralizada. Neste último tipo, o governo coordena a iniciativa de cooperação, mas não se responsabiliza por esta, que pode ser executada por determinação de cooperação técnica Sul-Sul, proveniente ou não da Administração Pública. (BRASIL, 2013, p.17).

Na visão de Lídia Cabral (2012, p.12), o Brasil utiliza-se de subterfúgios alternativos quando envolve recursos em programas de cooperação intermediários, como os do PNUD, e o perdão da dívida, seguindo orientações do clube de Paris, embora não seja um de seus membros.

É importante salientar que o Estado brasileiro não pode transferir recursos nacionais para o exterior com vista à cooperação. Como já mencionado, o perdão de dívida não é considerado pelo governo brasileiro como cooperação.

Tais subterfúgios, muitas vezes, dificultam a avaliação da cooperação praticada pelo Brasil. É possível, no entanto, tentar uma aproximação numérica do volume da cooperação brasileira por meio de diagnósticos diversos, a exemplo da perspectiva

orçamentária oferecida pela Articulação Sul. Trata-se de uma das organizações pioneiras na tratativa do monitoramento da cooperação Sul-Sul brasileira, que considera valores pagos a partir do Orçamento Federal. O governo, cabe pontuar, emite relatórios sobre os números da cooperação, caso dos relatórios de atividades, lançados pela ABC, e dos elaborados pelo IPEA. O grande problema é a demora na publicização que traz, em detalhes, os resultados dos projetos de cooperação.

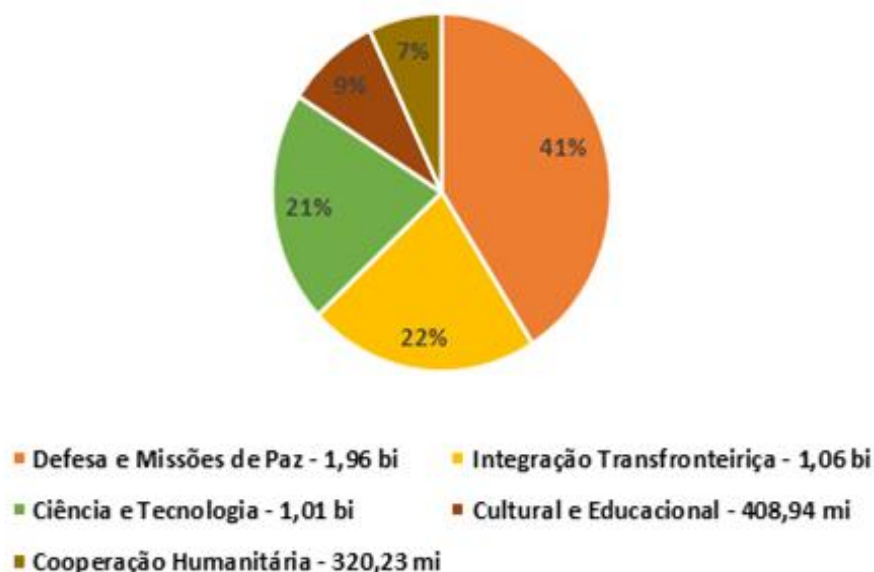
Ressalta-se como prudente proceder análise do comportamento da cooperação brasileira sob o prisma dos fluxos financeiros, posto ser isso fundamental ao entendimento de como são destinados os créditos e recursos, previstos na Lei Orçamentária (Lei no 4.320, De 17 de março de 1964). Sobretudo, concernente à natureza, quantidade e distribuição setorial, como também ao processo decisório e prioridades colocadas no decorrer dos anos. (LOPES; COSTA, 2018, p. 8).

Em 2017, o Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul publicou dossiê sugerindo uma metodologia capaz de identificar os registros de Ações e Planos Orçamentários nas diversas fases do orçamento federal brasileiro. Como resultado dessa sugestão, após apuração dos valores registrados como “pagos” no Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento (SIOP) do Governo Federal, um balanço de gastos nacionais com a CSS foi publicado.

Entre os anos 2000 e 2016, período abarcado pela publicação, foram disponibilizados, mediante tais registros, pouco mais de R\$ 4,7 bilhões para projetos claramente vinculados e documentados como sendo de Cooperação Sul-Sul, subdivididos em cinco áreas: defesa e missões de paz (1,96 bi); ciência e tecnologia (1,01 bi); cooperação humanitária (320,23 mi); integração transfronteiriça (1,06 bi) e cooperação cultural e educacional (408,94 mi).



Gráfico 1: Pagamentos efetuados para CSS pelo Governo Brasileiro (2000-2016).



**Fonte:** <<https://articulacaosul.org/home/>>. (Elaborado pela autora, 2019).

Os percentuais mostrados no Gráfico 1 correspondem ao montante de valores referendados a projetos, segundo os critérios de classificação pré-estabelecidos para tal: a) ter dimensão internacional; b) envolver atores internacionais; c) ser integralização de cotas a bancos e/ou fundos internacionais; d) não ter narrativa de cooperação internacional (técnica, C&T, transferência de tecnologia, recebida e prestada); e e) ter narrativa de CSS (Bolsas para estudantes estrangeiros, assistência humanitária, integração regional ou alianças com países em desenvolvimento, cooperação prestada) (LOPES; COSTA, 2018).

No entanto, a metodologia utilizada para extração dos dados de CSS não integra, ou não atribui, os projetos tidos como apenas de Cooperação Técnica nem a mudança de nomenclatura de projetos com características gerais de cooperação Sul-Sul. Não apenas pelas referências específicas, mas também pelo modo como são operacionalizados. Os dados compilados fazem menção, a título de exemplo, a projetos iniciados em 2000. No entanto, apenas em 2003 a ABC faz referência específica a projetos bilaterais de CSS. Seria preciso maior delineamento e clareza na classificação e catalogação desse tipo de projeto por parte das agências e órgãos envolvidos, desde a negociação até a execução.

A principal região destinatária de cooperação técnica brasileira, como informa Cabral (2012), é a África que absorve 76,5% dos recursos. Destes, 57% são abarcados pelos PALOP.

Resumidamente, o volume maciço da Cooperação Brasileira no tocante à CSS está amparado por Acordos Básicos de Cooperação Técnica, decorrentes de negociações diplomáticas diretas entre Itamaraty e órgãos responsáveis pela política externa dos países demandantes. Entretanto, não se restringe a estes, sendo também fruto de transações paralelas envolvendo entidades públicas, e privadas.

## **4 O EIXO BILATERAL BRASIL-ANGOLA: DA SUPERAÇÃO DOS ENTRAVES HISTÓRICOS ÀS APROXIMAÇÕES COOPERATIVISTAS**

O efeito da desastrosa lógica colonial, que provocou a insalubre relação inicial entre Brasil e África, por extenso período de submissão escravista, deixou marcas profundas e difíceis de ser esquecidas pela memória histórica. Ou mesmo de ser apagadas pelas sociedades remanescentes de tal sistema, já que herdaram, a contragosto, a condição de subdesenvolvimento assinalada pela desigualdade abissal dos seus coletivos. Entretanto, ainda que os entraves nas relações tenham sido consequência do esquema exploratório europeu, considera-se que, para o desenvolvimento da cooperação, as impressões culturais e as aproximações históricas tenham sido essenciais. Afinal, cimentaram a distinta perspectiva de interação entre duas bordas opostas do Atlântico: a de um país continental com um continente dividido.

### **4.1 RELAÇÕES BRASIL-ÁFRICA**

A partir do século XX, após a abolição da escravatura, é possível descrever as relações Brasil-África através da alternância entre períodos de aproximação e afastamento. Determinados tanto pela estratégia da Política Externa Brasileira-PEB, quanto pelo influxo das tendências do Sistema Internacional. No intuito de melhor compreender a intermitência desse vínculo, a partir de uma visão brasileira, parece-nos necessário dividir tais ciclos em períodos de governança nacionais. Dessa forma e para efeito da análise aqui pretendida, o padrão da dinâmica “aproximação-afastamento” será ilustrado por meio da recapitulação histórica elaborada por Elga Lessa de Almeida (2019). Essa autora identificou, em sete períodos diferentes, fatores domésticos e externos tomados como diretrizes pelos governos brasileiros para sua política externa.

#### **a) Primeiro período**

Essa fase é demarcada pelo afastamento quase que completo das relações comerciais e políticas Brasil-África após a abolição da escravatura, motivado pelo desejo do Brasil de criar uma imagem mais moderna e ocidentalizada dentro do Sistema Internacional. Esta etapa caracterizou-se pela intensificação do processo de industrialização pós-Segunda Guerra Mundial. Esse fato levou o Brasil a excluir a África da sua pauta de estratégia econômica internacional, pois o continente ainda possuía

muitas colônias europeias, prejudicando diretamente o alargamento do comércio de *commodities* brasileiro.

A expansão agrícola africana, apoiada pelo sistema preferencial da estrutura colonial, afetava o desempenho mercadológico das nações latino-americanas. Sendo essa a maior causa de desconforto e descontentamento com as políticas de comércio internacional, levando-as a buscar medidas comuns junto a organismos supranacionais.

Uma das críticas mais pertinentes a respeito do comportamento da diplomacia brasileira sobre a questão da colonização reside na volubilidade das relações com as nações africanas, afastando o Brasil dos interesses daquele continente.

Ou seja, havia nítida contradição na política externa entre a insatisfação do sistema de preferências comerciais, implícito às práticas coloniais, e a neutralidade diplomática em relação ao efeito exploratório da colonização no continente africano. A assinatura do Tratado de Amizade e Consulta com Portugal, em 1953, foi uma das ferramentas utilizadas pelo governo português para “[...] cristalizar o apoio brasileiro na questão das colônias africanas e asiáticas”. O discurso brasileiro, a partir da XV Assembleia Geral da ONU, incorpora a “[...]defesa da descolonização e reconhecimento da independência das colônias africanas, entretanto, com a permanência do apoio a Portugal e seu colonialismo na África”. (ALMEIDA, 2019, p. 27 e 29).

## **b) Segundo período**

Diferentemente momento anterior, a política de aproximação dos países africanos, praticada pelos governos de Jânio Quadros e João Goulart, fundamentava-se ideologicamente pela posição brasileira contrária ao racismo e ao colonialismo, a favor da autodeterminação dos povos e da não-intervenção. Enfatizava o ânimo coletivo por defender interesses comuns. em prol do progresso econômico apoiado em proteção dos preços das matérias-primas, avanço industrial e equilíbrio internacional. (ALMEIDA, 2019, p.29).

Apesar de fundamentais para o direcionamento da Política Externa Brasileira, tais interesses e princípios conflitavam com a prática comercial mantida com a África do Sul, sob o regime do *Apartheid*, e as diplomáticas de apoio à descolonização de nações sob o governo português. A abstinência de voto na Assembleia da ONU, em 1961, a respeito do caso angolano, ilustra bem essa situação.

O Brasil se absteve de interferir em favor da independência de Angola ante a necessidade de conservar relações amistosas com Portugal. Justificava-se, à época, que cabia à metrópole portuguesa primar pela autodeterminação do povo angolano, reconhecer seus direitos e conduzir sua libertação. Em tal caso, a nulidade da diplomacia brasileira não foi absoluta, pois houve a tentativa de em criar uma agenda progressiva para a independência do País. Proposta rechaçada por Portugal. (DANTAS, 1962; D'ÁVILA, 2011; MAGALHÃES, 1997).

### **c) Terceiro período**

A intensificação das relações com Portugal e o completo afastamento das relações políticas com a África assinalaram os primeiros anos da ditadura militar no Brasil. O governo militar de Castelo Branco protagonizou o retrocesso das tentativas de aproximação com o continente, iniciadas nos governos Geisel e Quadros (1961-1964). Ao executar, em junho de 1964, a prisão de militares africanos dos movimentos de libertação nacionais, principalmente de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau e Moçambique e realizar, juntamente com Portugal, exercícios navais no litoral angolano, o Brasil demonstrou aferrar-se à obstinação ultrapassada em manter uma imagem positiva de coalizão com seus antigos colonizadores. Tal qual fazia com os Estados Unidos, ou seja, com a potência hegemônica da época. (ALMEIDA, 2019, p. 31).

### **d) Quarto período**

Não obstante, a completa indisposição inicial em compartilhar dos interesses africanos não se mantém durante todo o período ditatorial. Antagônica às tendências do governo militar, a aproximação pragmática com alguns países da África e da Ásia, iniciadas no governo Médici (1969-1974) e alargadas no governo Geisel (1974-1979), abrem caminho para a renovada concepção estratégica de desenvolvimento econômico brasileiro.

A conjuntura da Guerra Fria dividia o mundo em polos hegemônicos opostos. Essa situação, induziu os países periféricos a assumir posições de alinhamento em um panorama cuja aceitação de uma fórmula de preservação do diálogo e administração das diferenças. Paradoxalmente, o alinhamento político poderia prejudicar a colaboração horizontal em razão da ideologia. (LIMA, 2018, p. 14).

Contrária à lógica da estrutura bipolar, que prezava pelo alinhamento automático, surge uma concepção mais abrangente da política externa brasileira. Essa se desenha com aspirações autônoma, universalista e de alcance global. A partir de uma perspectiva paradoxal de abertura política, o Pragmatismo Responsável Brasileiro apontava para a promoção de mudanças no sistema internacional. Ou melhor, no comportamento do país no sistema internacional por meio da redução do fator ideológico, da continuidade das políticas diplomáticas e de uma certa independência dos regimes políticos.

Ao assumir o cargo de Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 1974, o embaixador Antônio F. de Azeredo da Silveira, defendia a ideia da necessária abertura do Brasil para o mundo. Para tanto, o País deveria focar na cooperação internacional e no desenvolvimento, servindo-se de sua dimensão territorial e demográfica, bem como da sua capacidade de diálogo e de suas tradições. O alinhamento automático e a dependência externa, por serem fatores restritivos à soberania nacional, preocupavam tanto o embaixador, quanto o presidente Geisel. Ambos entreviam a possibilidade de fundamentar o regimento internacional com justiça e igualdade considerando as diferenças entre nações e as consequências dos regimes coloniais impostos. Para isso, seria medular a observância dos princípios de igualdade soberana, não intervenção e autodeterminação, todos da Carta das Nações. (LIMA, 2018, p. 14).

A aproximação brasileira com países africanos surge da proposta de construção do “Brasil Potência”. Alicerçada em planejamento econômico e metas de desenvolvimento nacionais, esse plano incluía a diversificação e expansão de mercados. Esse movimento foi, a posteriori, fortalecido pela diplomacia Geisel-Silveira. (ALMEIDA, 2019, p. 33).

Para tanto, somado ao entendimento de que a África se constituía em um mercado promissor para a exportação de produtos industrializados de produção brasileira, o chanceler Gibson Barbosa propôs uma linha inédita de política externa para o Brasil com força para reverter o clima de desconfiança e fragilidade das suas relações com a África.

No intuito de atingir tal propósito, Barbosa traçou um roteiro estratégico demarcado pela visita à nove países africanos. A empreitada resultou no estabelecimento de acordos de cooperação técnica, principalmente nas áreas de agricultura e engenharia, além de tratos voltados ao restabelecimento da navegação direta com vistas à facilitação das relações comerciais.

Na tentativa de dinamizar a economia brasileira e superar os entraves trazidos pela crise do petróleo de 1973, a opção do governo Geisel foi a de “[...] diversificar a estrutura produtiva e modificar a inserção internacional do país pela ótica do comércio exterior” (ALMEIDA, 2019, p. 35).

Sendo assim, ao aproximar-se, não apenas da África, como também de países árabes, buscou-se garantir no Brasil o suprimento do petróleo e promover as exportações de bens e serviços, sendo necessário recorrer ao multilateralismo e “[...] resgatar, de imediato, a hipoteca do colonialismo e do desgaste provocado pelos votos do Brasil em favor de Portugal” (LIMA, 2018, p. 19).

No sentido de promover da já citada abertura política, as novas diretrizes no tocante à política externa relativa à África ficaram evidentes logo nos dois primeiros anos do governo Geisel, quando o Brasil reconheceu, em 1974, a independência da Guiné Bissau e, no ano seguinte, de Angola e Moçambique.

A participação brasileira nas questões internacionais é o reflexo da atualização política pela qual o país passava no tocante ao favorecimento da postura multilateralista facilitadora das negociações externas. Exemplo disso, foi a tentativa de promoção do equilíbrio diplomático a respeito dos conflitos com o Oriente Médio. A perspectiva de exploração de petróleo em países da região, como o Iraque, e em países africanos, como Angola, servem de termômetro para perceber a relevância do novo perfil da PEB.

O investimento brasileiro *offshore* era promissor. A experiência de Ernesto Geisel como ex-presidente da empresa nacional Petrobras, entre 1969 e 1973, foi decisória na composição do plano nacional alinhado ao regimento internacional. Havia, claramente, a expectativa de que a jurisdição internacional refletisse os interesses da nação. Para tanto, era necessário que as orientações da política externa mudassem “[...] os parâmetros nacionais de interpretar o mundo e gerar atitude de renovada confiança por parte da diplomacia brasileira”. Desse modo, os diálogos com as nações do Sul, tanto da América Latina quanto da África, foram nivelados e priorizados como zona de interesse de aproximação e integração. (LIMA, 2018, p. 24-26).

Em linhas gerais, o milagre econômico e a diplomacia de contenção do governo Médici, caracterizados pela legitimação do poder através do desempenho econômico, pela cooperação com os vizinhos e pela atenuação do isolamento, alteraram o curso da

diplomacia brasileira. Assim sendo, aproximaram o país, não apenas das nações circunvizinhas, como também das além-mar, servindo como base para uma economia a serviço do projeto político, que fora amplificada durante o Governo Geisel (1974-1979), cujo “pragmatismo responsável” tornou-se o princípio norteador da diplomacia brasileira. Desse modo, o senso de oportunidade da PEB, possibilitou o resgate de uma política internacional independente, da qual a herança converteu-se na “[...] base que sustenta a política externa do Brasil até nossos dias”. (RICUPERO, 2017, p. 498).

#### **e) Quinto período**

No período seguinte, as relações do Brasil com a África, distribuídas entre o fim da ditadura militar e a redemocratização, foram comprometidas, entre outros fatos, pela crise econômica mundial e as guerras civis africanas. Tais acontecimentos refrearam o avanço da interação comercial entre ambos os lados e impediram o aprofundamento de suas relações, mas não significaram o completo afastamento, como ocorreu no início do governo militar.

Apesar de a redução das embaixadas brasileiras e da concentração comercial na África do Sul evidenciarem a propensão ao afastamento brasileiro, é possível destacar algumas ações responsáveis por manter, minimamente a interação com o continente, tais como: as “missões de paz em Moçambique (1994) e Angola (1995) e a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP”, no governo de Fernando Henrique Cardoso” (ALMEIDA, 2019). Este último evento um forte indicador de como a participação brasileira foi intensificada em Fóruns Internacionais.

É importante ressaltar que o afastamento político-econômico não significou exatamente a ruptura das relações ou a suspensão dos acordos de Cooperação Técnica. Pode-se dizer que houve retração dos interesses brasileiros na região por conta de uma equação política que priorizou, sequencialmente, as diplomacias latino-americana, no governo Sarney (1985-1995); da liberalização econômica, no governo Collor (1990-1992); no âmbito interno do governo Itamar Franco (1992-1994) e, por fim, a política externa liberal e democrática, no governo de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002).

Resumidamente, apenas para contextualizar os três governos que antecederam o de Luiz Inácio Lula da Silva, é importante dizer que a assustadora hiperinflação do país, na era Sarney, estava inserida numa política externa marcada pela crise da dívida e a



perda de controle econômico e político. Neste momento, os imperativos da redemocratização optaram pela aproximação com a Argentina (RICUPERO, 2017, p. 227), crucial para a evolução do MERCOSUL e a relação comercial com os Estados Unidos.

O cataclismo de 1980 e o relacionamento desastroso de algumas nações latino-americanas com o Fundo Monetário Internacional (FMI), por conta das condicionalidades restritivas foram seguidos pela conjuntura globalizante da unificação dos mercados em escala, investimentos e fluxos financeiros no início da década de 90. O Brasil, que já havia perdido a capacidade de crescimento a partir de 1980, teve de reformular seus modelos de desenvolvimento e reorientar sua economia seguindo, a galope, ao longo dos dois anos de governo Collor de Mello, rumo a uma “[...] das modalidades mais fugazes do processo de liberalização”. (RICUPERO, 2017. p. 547).

Após o *Impeachment* de Collor, o governo de Itamar Franco, foi “[...] relativamente pobre em inovações diplomáticas importantes (...), pois os potenciais parceiros externos só voltariam a se interessar pelo Brasil quando demonstrássemos capacidade de pôr ordem na casa”. (RICUPERO, 2017. p 564).

O que viria a acontecer no final de 1994, com o sucesso do Plano Real. Diante da novidade do plano, a diplomacia brasileira optou por “[...] desenrolar-se discretamente” em torno dos temas já iniciados. Dentre estes, o avanço na construção da confiança com a Argentina e o Mercosul, na América Latina e a criação da CPLP, com impactos diretos nas relações multilaterais com o continente africano.

#### **f) Sexto período**

Sobre o período de afastamento após a redemocratização, é importante salientar que o Governo Fernando Henrique Cardoso, manteve a tímida cooperação com a África. Por conta, principalmente, da política externa voltada ao processo de autonomia pela participação e integração, propenso à “sul-americanização da diplomacia” visando fazer da região um espaço pacífico e popular. (RICUPERO, 2017. p. 564).

Foram fatores relevantes para afastar a diplomacia brasileira dos braços da África, convém acrescentar, os problemas regionais africanos, o desinteresse brasileiro em priorizar as relações com o continente e os desafios internos em superar a crise financeira.

### **g) Sétimo período**

No início do século XXI, caracterizado pela natureza do desafio econômico em conquistar a redução da pobreza e da desigualdade, o enviesamento político do governo progressista brasileiro deparou-se com um contexto externo favorável. Assim, o gradativo protagonismo da periferia globalizada facultava as aproximações entre suas nações e contribuía para a expansão da Cooperação Sul-Sul. Neste cenário, a aspiração por uma política internacional protagônica e de prestígio, circunscreveu a política externa do Governo Lula da Silva, entre os anos de 2003 e 2010, cujas investidas do Partido dos Trabalhadores (PT) numa “diplomacia paralela” resultou no empreendimento mais marcante do mandato Lula: a diplomacia presidencial.

A diplomacia presidencial pode ser caracterizada pela participação ativa de presidentes na política externa, tanto na sua condução, quanto na execução e formulação. A prevalência de temas centrais como a política Sul-Sul e as relações regionais foram a tônica da atuação do presidente brasileiro. Em seu programa de governo para as eleições de 2002, a intenção de buscar estabelecer relações econômicas, políticas e culturais com todo o mundo, sobretudo com a América do Sul e a África, era visível. Referendando o Brasil como segundo país de maior população negra do mundo, o programa buscava maior aproximação com o continente africano, sobretudo com os países de língua portuguesa.<sup>66</sup>

Notadamente é a partir do segundo mandato do governo Lula que a política externa de CSS afirma-se com mais delimitações. O programa oficial 2007-2010 enfatizava essas relações. Eram reforçados compromissos com o combate à fome, defesa da paz e com o fortalecimento dos laços entre países da África, num claro empenho de integração sul-americana.

De acordo com o programa, a consolidação dos polos de biocombustíveis – etanol, biodiesel e H-Bio, seriam um incentivo à formação de cadeias produtivas, que incentivariam “[...]a exportação da tecnologia de biocombustíveis para América Latina e África”. (PROGRAMA OFICIAL DO CANDIDATO LULA, 2007-2010).

---

<sup>66</sup> Programa oficial do governo Lula. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/foha/especial/2002/eleicoes/candidatos-lula-programa.shtml>.

A construção de uma política externa concreta para a África no governo petista, importa salientar, só foi incorporada e assumida posteriormente. Mais especificamente, por meio de Resolução da Secretaria de Assuntos Internacionais, no 3.º Congresso do PT, em 2007, resultado de um “[...] conjunto interesses que passaram a compor o governo, apesar de influenciado pelos princípios que norteiam o Partido”. (ALMEIDA, 2015, p. 59).

De acordo com Rubens Ricupero (2017), a diplomacia Lula da Silva inspirava-se no aproveitamento das oportunidades no âmbito global, tendo, portanto, desdobramentos em quatro eixos principais: 1) obtenção do reconhecimento do Brasil como ator político Global de primeira ordem no sistema internacional e, para tanto, o Brasil galgou um posto permanente no Conselho de Segurança da ONU e investiu em coalizões, tais como G-20, BRICS e IBAS; 2) consolidação de condições que favorecessem o desenvolvimento a partir das vantagens comparativas brasileiras, expressas contundentemente na rodada de Doha, OMC; 3) ênfase na cooperação Sul-Sul; e 4) edificação de espaço político-estratégico e econômico-comercial de composição exclusiva sul-americana. (RICUPERO, 2017, p. 608).

Além do apreço pela perspectiva solidária da CSS, o projeto de desenvolvimento do governo prezava a expansão comercial por meio da internacionalização de bens e serviços de empresas privadas brasileiras.

A pauta comercial foi então significativa para o período. Ainda que embrionário, o comércio com a África subsaariana, por exemplo, ganhou impulso com o aquecimento da economia local. Houve, por parte do Brasil, interessada identificação de oportunidades no sentido de ampliar seus negócios em todo o continente africano. Sobretudo, por causa do aumento do valor das *commodities* na primeira década de 2000. (ALMEIDA, 2015, p.63).

Graças à expansão global da economia chinesa, chamada de “efeito China”, a conjuntura internacional favoreceu o aumento das exportações de matéria-prima brasileira. O crescimento econômico de outros países beneficiados por esse efeito foi determinante para a internacionalização dos investimentos de empresas brasileiras, mediante promissoras perspectivas comerciais, nomeadamente no continente africano.

Ao longo deste período foram criados organismos, tais como a APEX e mecanismos com o intuito de ampliar a relação do Brasil com o continente africano. Decorrentes, não apenas de razões comerciais, representadas pelo fluxo das importações e exportações pouco relevantes em relação ao volume do comércio mantido com outras áreas do mundo ou à presença de empresas brasileiras em seu território. Mas, principalmente, por questão estratégica, disposta em um tabuleiro de *Soft Power* nas relações internacionais. O objetivo principal, além de abrir novos mercados, era o de mover-se com maior autonomia para ganhar mais espaço no Sistema Internacional através da força ideológica de suas coalizões políticas.

#### **h) Oitavo período**

Por razões dos abalos políticos e da deterioração gradual e constante da economia, por conta da crise global que começava a estremecer o projeto de desenvolvimento nacional, o sonho do protagonismo brasileiro pela via da “diplomacia presidencial”, inédita por seu prestígio internacional, foi substituído por uma política para dentro. Resumidamente, envolta por uma postura de “[...] menor esforço na aproximação com países africanos” da presidente eleita Dilma Rousseff, deposta por um golpe de Estado em 2016. Não obstante, ainda em seu governo, “[...] os valores investidos na cooperação mantiveram-se em patamares próximos ou superiores aos anos anteriores, destacando-se a África como grande receptor de cooperação técnica”. (ALMEIDA, 2019, 57).

Observa-se, conclusivamente, que a política externa brasileira no tocante às suas relações com a África, como já refletido, manteve trajetória não linear desde a abolição da escravatura até a primeira década do século XXI e os momentos de aproximação podem ser destacados em períodos de governos específicos. Dentre tais momentos de influxo, são evidenciados os esforços fundamentais à aproximação com o continente nos governos Lula da Silva, cujos resultados significaram mudança substancial no fluxo das relações brasileiras com o outro lado do Atlântico. Pautado em fortes iniciativas, a política externa do governo Lula tem relevo para a análise das diretrizes dos diversos programas de Cooperação Sul-Sul, que movimentaram, conjuntamente, agentes públicos e privados. Traduzidos em programas de assistência técnica, humanitária e de diálogos políticos, fazendo do Brasil, além de parceiro histórico e cultural, consorte estratégico da África.

## 4. 2 ANGOLA

A presença da África no mundo se faz notória não apenas por sua extensão territorial – que corresponde a mais de 30 mil Km<sup>2</sup> de terreno, repletos de atrativos naturais e recursos minerais –, mas também pelo alcance e presença, em imensuráveis proporções, da sua cultura que influenciou e segue influenciando parcela significativa do planeta.

Situada na região ocidental da África Austral, fazendo fronteira com o Oceano Atlântico, Congo, Zâmbia e Namíbia, Angola ocupa importante espaço dentro da imensidão retalhada que é o continente africano. Sua relevância nos campos políticos, culturais e econômicos se expande para além dos limites continentais.

A República de Angola, assim chamada oficialmente, tem como capital a cidade de Luanda e comporta 18 províncias. Embora tenha como idioma oficial o português, Angola é um país plurilíngue, cujas línguas nacionais<sup>67</sup> se mantêm vivas e são patrimônio inalienável do seu povo. Dentre as características mais marcantes, além da culturalidade ancestral de sua população, encontra-se o rico solo que abriga algumas das mais expressivas fontes de recursos minerais do planeta, das quais destacam-se petróleo, gás natural, diamantes, fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais<sup>68</sup>.

Apesar de tais potencialidades a tornarem uma das maiores economias do continente, Angola se vê submersa em um contexto paradoxal delineado pela capacidade extrema de autossuficiência em detrimento da presente e indisfarçável desigualdade social. Reflexo do histórico de exploração colonial e de uma Guerra Civil que assolou sua população, deixando-a “[...] dramaticamente privada de recursos médicos, sociais, econômicos e educativos”. (WEELER; PÉLISSIER, 2013, p.355).

Após séculos de submissão ao regime colonial português, Angola tornou-se independente em 1975, com a assinatura dos *Acordos de Alvor*, feitos entre o governo português e os principais grupos nacionalistas de Angola: a Frente Nacional de Libertação de Angola (FNLA), o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e

---

<sup>67</sup> Também chamadas de dialetos. As línguas nacionais mais faladas são: Kikongo, Kimbundo, Tchokwe, Umbundo, Mbunda, Kwanyama, Nhaneca, Fiote e Nganguela.

<sup>68</sup> <http://www.governo.gov.ao/opais.aspx>. Acessado em: 2 Maio 2018.

a União Nacional para Independência Total de Angola (UNITA). Tais acordos visavam estabelecer um sistema de transição pacífico para o estabelecimento da República. A anuência dos acordos de transição pacífica criou positivas perspectivas, porém não foi suficiente para evitar o surgimento de lutas internas, protagonizadas pelos movimentos separatistas MPLA e UNITA. Passados poucos meses da independência, a disputa entre os dois grupos pelo controle da nova república culminou em uma Guerra Civil por 26 anos e que só terminou após a morte do líder da UNITA, Jonas Savimbi, em fevereiro de 2002. (WEELER; PÉLISSIER, 2013). Esse episódio gerou o acordo de paz entre os movimentos<sup>69</sup>.

Durante o período da Guerra Civil, cabe ressaltar, Angola foi palco de disputas internas pelo poder e internacionais por zonas de influência entre os países que participavam da Guerra Fria, como a União Soviética, que apoiava o MPLA, e os Estados Unidos, que estendiam seus braços à UNITA. Sem embargo, a Angola pós-Guerra Civil do século XXI segue sendo um território de disputas com nítidos vieses econômicos e políticos. (WEELER; PÉLISSIER, 2013).

Em reconstrução, a Angola moderna, por assim dizer, distanciada do caráter bélico de suas relações políticas internas, passava a ser vista como um proeminente parceiro estratégico. Seja para as relações regionais ou para as internacionais.

Despontando-se em exponencial crescimento econômico, ao descortinar de suas potencialidades, Angola tem apresentado índices positivos de produção e exportação de recursos minerais, principalmente o petróleo. Transformando-se, em menos de uma década e por essa razão, no “[...] segundo maior produtor de petróleo da África Subsaariana, (...) considerado como o segundo maior detentor de reservas de gás natural do continente”<sup>70</sup>. (FIDH, 2015, p. 07).

A mudança estratégica na política externa do país, no início dos anos 2000, coincidiu com a reconfiguração do sistema mundial, assinalada pela amplificação dos diálogos entre os países do Sul global e as propostas consideradas alternativas para o

---

<sup>69</sup> Com a assinatura do “Memorando de Entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka”, firmado em Luanda, no dia 04 de Abril de 2002.

Disponível em:

[https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace\\_agreements/angola\\_04042002.pdf](https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/angola_04042002.pdf)

<sup>70</sup> Relatório da Missão de Apuramento de Factos

Disponível em: [https://www.fidh.org/IMG/pdf/report\\_angola\\_obs\\_por.pdf](https://www.fidh.org/IMG/pdf/report_angola_obs_por.pdf).

desenvolvimento. Tais propostas foram encabeçadas por países não centrais que passaram a assumir papel no sistema internacional, não apenas como receptores de auxílio externo, mas como fomentadores do desenvolvimento. A ampliação da participação destes países nas agendas e negociações internacionais modificaram, em parte, o arquétipo das relações de cooperação econômica, técnico-científica e cultural, antes verticalizadas entre o norte e o Sul e agora horizontalizadas nos próprios países em desenvolvimento.

A apreciação das oportunidades políticas e econômicas oriundas deste novo cenário internacional não se restringiu às relações bilaterais, mas oportunizou a cooperação multilateral. Objetivava o desenvolvimento e proteção conjunta, bem como à diminuição das assimetrias regionais via cooperação e suporte técnico pautados em políticas externas mais cientes das carências regionais.

Além do estímulo ao desenvolvimento, a criação de novas vias de expansão comercial também configurava os anseios da perspectiva da nova ordem. A reconstrução de Angola, no final da Guerra Civil, por exemplo, incitava a propensão de investimentos, principalmente nos setores de construção civil. Até porque, o país tinha começado a assumir projetos para melhorias de infraestrutura, tais como construção de estradas, moradias, hospitais, escolas e ampliação da tecnicidade dos setores petrolíferos e agrários. (WAISBICH, Laura, et al., 2013).

A escalada econômica da República de Angola se reflete, também, na atuação política nos fóruns regionais e internacionais, como membro do Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA) e do Conselho das Nações Unidas para os Direitos Humanos. Angola vem desempenhando, ainda, importante papel na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), formada por Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe, Timor-Leste e Brasil<sup>71</sup>.

Especificamente em relação ao Brasil, Angola mantém inegável aproximação histórica e cultural. A ligação entre estes países não remonta apenas à época colonial, cujo tráfico de escravos significou um triste marco em suas memórias, mas emerge com grande força no final do século XX, quando o Brasil se torna o primeiro país a reconhecer sua independência. (MELO, 2009).

---

<sup>71</sup> Dados encontrados no site da CPLP, disponíveis em: [www.cplp.org](http://www.cplp.org).

reconhecimento da independência angolana foi uma decisão-chave para facilitação dos arrolamentos comerciais e acesso de empresas brasileiras <sup>72</sup>as, atuante no país desde 1979. A possibilidade de abertura para os negócios e para a cooperação não significou imediato estreitamento das relações entre os países, pois houve muita resistência por parte de Angola em reconhecer o Brasil como aliado. Afinal, durante muito tempo, sob a justificativa de não querer romper relações amistosas com Portugal, a diplomacia brasileira não se opôs às investidas coloniais lusas naquele país. Mesmo assim, apesar das pressões internas e externas, o Itamaraty decidiu manter suas embaixadas em Angola, sendo, inclusive, por período indeterminado, o único país a fazê-lo para não sufocar as relações diplomáticas e dar maior credibilidade aos acordos de Alvor. (MELO, 2009).

Os acordos bilaterais entre estes países foram facilitados pela manutenção das relações diplomáticas e tiveram como marco inicial o *Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica*, firmado em Luanda no dia 11 de junho de 1980. O intuito principal do acordo era o de desenvolver cooperação nas áreas de cultura, educação, saúde, formação profissional, administração pública, meio ambiente, esportes, estatística e agricultura<sup>73</sup>. Tais relações se expandiram na primeira década do século XXI.

Com o fim da Guerra Civil Angolana, quando o Brasil passou a participar mais efetivamente da reconstrução do país, muitas empresas brasileiras, a exemplo da Odebrecht<sup>74</sup> e a Camargo Corrêa, empreenderam macroprojetos estruturais e abriram caminho para uma série de entendimentos bilaterais. Com a ascensão ao poder do governo progressista de Luiz Inácio Lula da Silva, os acordos bilaterais Brasil- Angola

---

<sup>72</sup> “Presença em Angola desde 1979”, dados retirados do site da Petrobrás, no link: <http://201.77.217.135/pt/paises/angola/angola.htm>, acessado em 05/05/2018, às 6:50.

<sup>73</sup> O acordo, em seu segundo artigo, abarcava as seguintes modalidades: a) intercâmbio de informações bem assim a organização de meios adequados à sua difusão; b) aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização, através de concessão de bolsas de estudo para especialização técnica; c) projetos conjuntos de pesquisa em áreas científicas que sejam de interesse comum; d) intercâmbio de peritos e cientistas; e) organização de seminários e conferências; f) envio de equipamentos e materiais necessários à realização de projetos específicos; g) qualquer outra forma de cooperação que for acordada entre as Partes Contratantes. (Decreto legislativo nº 48, de 1981, disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-48-29-setembro-1981-360509-publicacaooriginal-1-pl.html>).

<sup>74</sup> A Odebrecht, em Angola desde 1984, construiu a maior hidrelétrica do país, a Hidrelétrica de Laúca, com 2.067 MW de potência. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/odebrecht-engenharia-construcao>.



foram elevados a outro patamar, avivados pela operacionalização da Cooperação Sul-Sul.

O Brasil, impulsionado pelo notório desempenho econômico e pela busca por maior protagonismo nas negociações internacionais, tomava para si a posição de agente promotor de desenvolvimento e passava a valer-se de políticas de fortalecimento das relações diplomáticas com os países do Sul Global, dentre os quais Angola. Neste contexto, a relação entre os países se torna maior, sendo concretizada com a implementação de *Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos*, datados de 2015, com o propósito de diversificar a presença empresarial brasileira em Angola, já significativamente instalada, bem como promover a integração produtiva e estimular as exportações.<sup>75</sup>

Diante de tal panorama, salienta-se que a parceria estratégica Angola-Brasil não é relevante apenas nas esferas empresariais privadas ou nos acordos de Cooperação Técnica em âmbito estatal, revelando-se crucial à inserção internacional desses países. Ambos buscam conquistar posição melhor de destaque no sistema internacional e, quem sabe, possam galgar juntos maior poder de barganha a partir do aumento de suas capacidades, permitindo-lhes vantagens no empenho pelo desenvolvimento.

#### 4.3 A ATMOSFERA FORMAL DA COOPERAÇÃO À SOMBRA DO ITAMARATY

Em razão da necessidade compreender as regras, convenções, e desdobramentos das práticas e protocolos cooperativistas, parece-nos primordial, nesta parte do trabalho, compilar os acordos celebrados e legitimados pela política externa dos países. Além dos documentos oficiais, também foram analisados relatórios, reportagens e demais registros disponíveis, a fim de correlacionar a conjuntura histórica às causas e efeitos da cooperação.

##### **4.3.1 Os entendimentos diplomáticos das Relações Brasil – Angola entre 1974 e 2002**

A política diplomática do regime militar brasileiro se manteve estreitamente alinhada com os Estados Unidos até o surgimento, dentro da gestão de Ernesto Geisel, de novas

---

<sup>75</sup> BRASIL, 2015. Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8520-acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015>

inclinações descentralizadas dos conflitos ideológicos Leste-Oeste que engendraram a Guerra Fria. Tais inclinações voltavam-se ao denominado “pragmatismo responsável”<sup>76</sup>, representativo, em termos gerais, do “ponto de inflexão na política externa dos militares”, cujo objetivo era o de priorizar o relacionamento brasileiro com “as nações irmãs da circunvizinhança, e de aquém e além-mar” (GEISEL, 1974, apud ALBUQUERQUE, 2006, p. 28).

O apreço à política externa independente acarretou significativas mudanças na relação brasileira com países até então denominados “subdesenvolvidos”, não apenas com os limítrofes territoriais da América do Sul, como também com as nações africanas, mantidas distantes pela costumeira postura neutral. Prevalencia o argumento de que qualquer interferência nos assuntos entre as colônias e as metrópoles abalaria a boa relação com os países centrais. Logo, nos primeiros anos da diplomacia no governo Geisel, a mudança da expressão brasileira para o mundo foi rapidamente sentida ao reconhecer, em menos de dois anos, a independência de três países africanos: Guiné Bissau (1974), Angola e Moçambique (1975), além de estabelecer relações diplomáticas com a República Popular da China, aproximar-se de países árabes e preservar a observância direito internacional na questão territorial palestina. (LIMA, 2018, pp. 19-20).

Muitos fatores levaram o governo militar da época, extremamente nacionalista, a se posicionar de forma mais pragmática no sentido de corroborar com a formatação de um regimento jurídico internacional apoiado no multilateralismo. De tal forma, servindo como plataforma de negociações e equilibrando os interesses das nações, sem suprimir os esforços brasileiros em alcançar dos próprios desígnios.

Após o reconhecimento pioneiro do Brasil à independência de Angola, em 1975, uma série de acordos formais começaram a ser desenhados entre Angola e Brasil, consequências de uma diplomacia que previu a necessidade de o País se manter em território angolano para facilitar o desenrolar das relações.

O brasileiro, Ovídio Melo (2009)<sup>77</sup>, representante diplomático do Brasil em Angola, à época de sua independência, explica qual o comportamento exigido da diplomacia

---

<sup>76</sup> LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (org). **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia** / Sérgio Eduardo Moreira Lima. –Brasília: FUNAG, 2018.

<sup>77</sup> “[...] Melo recebeu do chanceler Azeredo da Silveira, no início de 1975, o cargo de representante especial do Brasil em Angola. Ele deveria coordenar a posição brasileira diante da iminente

brasileira em caso de guerras declaradas ou veladas. A iminência de riscos, em especial à vida, os diplomatas são os primeiros a sair do território. Entretanto, no caso específico de Angola, a representação diplomática brasileira não se retirou, sendo a única a permanecer no país. A latente ameaça de Guerra Civil não foi suficiente para intimidar o Brasil no engendro de possíveis empreendimentos.

O comportamento neutral garantiu aos representantes brasileiros abertura política favorável à aproximação e com o grupo imperante, sem comprometer o relacionamento com demais movimentos libertários. Além da perspectiva de manutenção das relações futuras com Angola, existia o interesse em contribuir para “[...] comprometer Portugal com as promessas que fizera, de libertar Angola, com prazo fixado. Isso era importante porque a promessa era da Revolução dos Cravos”. (MELO, 2009, p. 14).

De acordo com Melo (2009), em meio às atitudes subservientes da época pelos motivos denominados de “sentimentalistas” em relação à antiga metrópole, o Brasil manteve-se ao largo do processo decisório da independência de Angola, causando desconforto em suas relações. Em sua opinião, o reconhecimento da independência pelo Brasil representou, portanto, uma “[...] surpreendente exceção nas limitações que a ditadura impôs à política externa brasileira durante longo período”. (MELO, 2009, p. 85).

Finalmente, após entraves históricos pelos motivos supracitados, registra-se em maio de 1977, na divisão de atos internacionais brasileira, memorando<sup>78</sup> referente ao encontro das delegações dos dois países, celebrado em Luanda. Dava-se, assim, seguimento às conversações informais havidas na cidade do Rio de Janeiro entre autoridades aeronáuticas destes Estados. A negociação decorrente do encontro refletiu a disposição de criar um acordo de transporte aéreo entre Brasil e Angola.

Os termos do acordo, defendidos no encontro, referiam-se à fixação de voos semanais limitado a um por semana, com aumento desse número previamente aprovado pelas autoridades aeronáuticas, quando solicitado. Da parte brasileira, requeria-se que as formalidades relativas à exigência de vistos de entrada a Angola, ainda muito rigorosas, fossem simplificadas, pelo fato de não haver representação consular de

---

independência angolana e a formação do novo governo”. (SIMON, Roberto. 2010) Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/349587/noticia.htm?sequence=1>.

<sup>78</sup> BRASIL. Divisão de Atos Internacionais. Memorando de 13 de maio de 1977, Luanda - Angola. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/>.

Angola no Brasil. A iniciativa, mais que a facilitação de transporte de passageiros, tornou-se símbolo inicial do interesse mútuo em desatramancar as relações políticas e econômicas, abrindo fronteiras e possibilitando maior correspondência material entre Brasil e Angola.

Neste momento, as inclinações políticas da América Latina estavam fortemente pautadas pela ingerência das políticas de reorientação do desenvolvimento, voltadas à padronização e diversificação pró-exportadora da Comissão Econômica para América Latina e o Caribe -CEPAL<sup>79</sup>. Políticas provocadas pela preocupação com a dependência e a vulnerabilidade externa dos países da região, relativas “[...]à expansão das exportações industriais e aos desdobramentos da crise de 1973/4, além do reforço das exportações e da industrialização, a qual encontraria espaço tanto no mercado interno quanto no exportador” (SILVA; PEREIRA; COSTA, 2014, p. 07-08).

José Ocampo (1998), ex-Secretário executivo da CEPAL, aponta proposições básicas em torno da “[...] transformação produtiva com equidade”, conceito sinalizado em um contexto de estrangulamento externo, paralelo à expansão das exportações da época. Genericamente, suas conjecturas eram oriundas da valorização de uma macroeconomia saudável e das oportunidades oferecidas pela abertura e globalização. No seu entendimento, deveria haver um Estado eficiente, coexistente ao estabelecimento de objetivos múltiplos para o desenvolvimento.

Antagônica às perspectivas liberais de contribuir para o enriquecimento das nações, através da expansão comercial, a desigualdade extrema demonstrava não ser a redução da pobreza necessariamente simultânea ao crescimento econômico.

Para Ocampo (1998), políticas complementares de proteção social deveriam ser incluídas no projeto globalizante de abertura mercadológica. Para esse fim, a gestão de projetos educacionais e fiscalização rígida dos gastos sociais precisariam ser ações prioritárias. Além disso, caberia ao Estado incentivar a participação de agentes da esfera não-governamental. (OCAMPO, 1998, p.14).

Sendo assim, a quarta orientação Cepalina para o desenvolvimento teria por objetivo o desenvolvimento produtivo e dinâmico, sendo necessário que política macroeconômica fosse orientada para lidar com as vulnerabilidades externas. Para além

---

<sup>79</sup> Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>.

dessas vulnerabilidades, estavam também os óbices nacionais que assombravam a possibilidade de crescimento equitativo. Iniciava-se, portanto, um diligente esforço em equilibrar as desvantagens internas a partir do desenvolvimento, forçando repensar o papel do Estado e do capital social para o crescimento econômico. Essas diretrizes refletiram diretamente na abordagem das políticas nacionais de cooperação técnica para o desenvolvimento.

Nesse sentido, qualquer perspectiva de desenvolvimento espelhada nas orientações cepalinas deveria incluir o arcabouço social. Ocampo (1998) equipara a acumulação de capital privado ao patrimônio coletivo, ressaltando a importância de ambos para o crescimento econômico. Assinala, ainda, quatro competências sociais essenciais para o progresso, delimitadas por: 1) capital-conhecimento, relativo ao grau de educação da população, tecnicidade e alicerce estrutural de ensino; 2) infraestrutura física; 3) patrimônio natural; e 4) capital cívico e institucional, alusivo ao avanço da harmonia social por meio de confiança mútua e práticas populacionais sistematizadas. (OCAMPO, 1998, p.15).

Apesar de tais orientações não terem sido levadas à risca na ditadura militar, integravam o protótipo de um novo discurso para o desenvolvimento, que passou a celebrar o capital social como importante meio pelo qual o crescimento econômico seria vetor da concepção de valorização do patrimônio individual associado ao acúmulo de capital privado, tendo como critérios o capital-conhecimento, a infraestrutura física e o patrimônio natural. Esta percepção ampliada de caminhos para alcançar o desenvolvimento, é veementemente celebrada nos acordos de cooperação técnica entre os países do Sul global. A ponto de, na mesma década, em 1979, ter sido criado o comitê de Cooperação Técnica entre países e regiões em desenvolvimento, fator impulsionador das iniciativas de cooperação Sul-Sul nos setores econômico, social e ambiental.

Dessa forma, sem abandonar a ideia do desenvolvimento pela via econômica, os países da região precisavam de novos mercados para empreender a expansão comercial, o Brasil se vê então encorajado a olhar para dentro, para os lados e para frente, mais precisamente, para o outro lado do Atlântico.

#### 4.3.1.1 Da Abstinência de Solidariedade aos Primeiros Acordos de Cooperação

As duas décadas antecedentes à virada do milênio foram notoriamente marcadas pelo reordenamento internacional e pela progressiva mudança dos eixos de poder no tocante às relações centro-periferia. Concernente às interações brasileiro-angolanas, o início da década de 80 demarcou novo capítulo na história de suas relações.

Relembrando que o Brasil, ao reconhecer o governo instalado em Luanda, absteve-se de intervir nos assuntos internos de Angola e manteve uma representação especial na capital, com promessa futura de conservar as relações diplomáticas e implantar a embaixada. Demonstrou, com isso, respeito ao processo político estabelecido e o desejo de reafirmar os vínculos culturais entre os países.<sup>80</sup>

Diante dessa conjuntura, mais especificamente em 11 de junho de 1980, dois importantes acordos de cooperação foram firmados no sentido de alinhar o anseio mútuo de fortalecer os laços de amizade e de acelerar o desenvolvimento socioeconômico de ambas as nações.

Tanto o *Acordo de Cooperação Cultural e Científica*<sup>81</sup>, quanto o de *Cooperação Econômica, Científica e Técnica*<sup>82</sup>, ambos em vigor, estavam pautados nos princípios de igualdade de direitos e respeito mútuo pela soberania nacional, bem como na não intervenção, ou ingerência, nos assuntos internos e particulares de cada Estado. Em menos de quatro anos, desde o memorando relativo à negociação de acordo de transporte aéreo, de 1977,<sup>83</sup> as interações entre estas nações se desenharam conforme os princípios já difundidos da Cooperação Técnica Internacional.

No entanto, o financiamento de projetos, apesar de integrar a prática cooperativista global, ainda não era foco de suas relações bilaterais, asseguradas nas modalidades de: intercâmbio de informações; aperfeiçoamento por meio de visitas técnicas e estágios de especialização ou bolsas de estudos; projetos de pesquisa de interesse comum,

---

<sup>80</sup> Despacho-telegráfico nº 393, secreto, da Secretaria de Estado das Relações Exteriores à Representação Especial do Brasil em Luanda, de 6 de novembro de 1975 (Arquivo do Itamaraty).

<sup>81</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Luanda, 11/06/1980.

<sup>82</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Angola. Luanda, 11/06/1980.

<sup>83</sup> Substituído pelo acordo de transporte aéreo em 1983, sendo este último, inclusive, superado.

intercâmbio de peritos e de cientistas; organização de seminários e de palestras e, por fim, envio de equipamentos e materiais<sup>84</sup>. Os financiamentos entrariam em questões conveniadas pelas partes, cuja participação de organismos internacionais seria agraciada pelo próprio acordo. São ressaltadas, no acordo de Cooperação Cultural e Científica, a instituição de facilidades alfandegárias relativas à entrada de materiais de fim não comercial<sup>85</sup> e a vigência de projetos em harmonia com as convenções internacionais<sup>86</sup>.

Em esfera nacional, cresciam um tipo de abertura justificada pela reciprocidade cultural e a preocupação com os desequilíbrios e as desigualdades presentes entre os países desenvolvidos e os em desenvolvimento. Contestava-se, veementemente, a ausência do progresso real na solução de tais disparidades. Essa preocupação era explicitada em discursos oficiais e na postura adotada por representantes brasileiros no exterior.

Em junho de 1980, por ocasião de visita oficial à República de Zâmbia - independente desde 1964 - o Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Ramiro Saraiva Guerreiro, responsável pela manutenção dos acordos de Cooperação com Angola, aproveitou para revisar, junto ao ministro dos negócios estrangeiros daquele país, Wilson Mofya Chakulya, a situação da América Latina e da África<sup>87</sup>. Ambos reafirmaram a importância da adesão aos princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas e da observância do Direito Internacional, enaltecendo a necessidade do respeito pela independência, soberania, igualdade, integridade territorial e não interferência nos assuntos internos dos Estados. O discurso presente na fala dos ministros brasileiro e zambiano refletia a necessidade e o posicionamento dos países em vias de desenvolvimento, que buscavam fazer frente às medidas protecionistas dos países industrializados.

---

<sup>84</sup> *Ibid.* Artigo II. Luanda, 11/06/1980.

<sup>85</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Artigo XV. Luanda, 11/06/1980.

<sup>86</sup> *Ibid.* Artigo XIII. Luanda, 11/06/1980.

<sup>87</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comunicado conjunto divulgado no final da visita oficial à Zâmbia. Secretaria de Estado das Relações Internacionais. Divisão de Atos Internacionais nº 02166. Junho 03 a 05 de 1980.

Em comunicado conjunto, os países reafirmaram, por meio de seus ministros, a determinação governamental de favorecer a criação de uma ordem econômica internacional que permitiria “[...] todos os países a usufruir plenamente de seu direito ao desenvolvimento econômico e social”<sup>88</sup>. Isso refletia não apenas o compromisso brasileiro em participar da construção do novo ordenamento mundial, como também sua determinação de desembaraçar antigas relações com o continente africano.

#### 4.3.1.2 Acordos na década de 1980

Considerando como primordial ao desenvolvimento de qualquer país que deseje se inserir no sistema globalizante um serviço de transmissão de dados eficiente, em 1983, mesmo ano da realização do *I Simpósio Brasileiro de Telecomunicações*<sup>89</sup>, no Rio de Janeiro, estabeleceu-se um mecanismo de colaboração no campo das comunicações. A finalidade era a de contribuir para o desenvolvimento das telecomunicações e dos serviços postais em Angola<sup>90</sup>, em duas modalidades: troca de experiências e prestação de serviços técnicos.

A troca de experiências prevista no artigo III, ocorreria através do envio de missões técnicas de especialistas ou realizações de cursos e/ou estágios de especialização, visando favorecer: planejamento das comunicações; formação e treino de pessoal em correios e telecomunicações; supervisão, operação de serviços de telecomunicações e de serviços postais; desenvolvimento industrial/tecnológico e estudos de especialização; organização e os métodos; e, por fim, documentação técnica<sup>91</sup>.

Já em relação a prestação de serviços técnicos, ampliada se preciso mediante o intercâmbio de correspondência entre os Ministérios, o acordo vislumbrava cobrir as áreas de telecomunicações e postais que compreendem: a) estudos técnicos, desenvolvimento de projetos e especificações de oferta; b) demanda telefônica urbana e rural; c) comunicações nacionais por via terrestre e satélite; d) planejamento e controle, planejamento técnico, planejamento operacional, supervisão de implantação de sistemas

---

<sup>88</sup> *Ibid.* Item 8º.

<sup>89</sup> <http://www.sbrt.org.br/historico.htm>

<sup>90</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais nº 02469 Protocolo adicional ao acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, sobre cooperação no campo das comunicações. Art. I. Luanda, 20/10/1983.

<sup>91</sup> *Ibid.* Art. V. Luanda, 20/10/1983.



e testes de aceitação; e) sistema normativo de materiais, equipamentos e serviços; f) organização de departamentos técnicos e de centros de operações; g) planejamento para ampliação e modernização de redes; h) assessoria na regulamentação e planejamento de serviços de radiocomunicações; i) fornecimento de documentação técnica; e j) assessoria na implantação e consolidação de sistemas de formação em Angola<sup>92</sup>.

As despesas decorrentes da troca de experiências seriam divididas entre as partes, havendo partilha de responsabilidade em caso, inclusive, de comportamento ilícito dos participantes do programa<sup>93</sup>. A parte brasileira se comprometia por designar pessoal devidamente qualificado, com orientação para transferir o máximo de conhecimento e de experiência à parte angolana. Por conseguinte, Angola designaria pessoal em condições de acompanhar e assimilar tal transferência de conhecimentos.

Ao apresentar detalhes do referente acordo, busca-se chamar a atenção para as necessidades da nação recém-independente ainda carente de recursos básicos ao desenvolvimento. Realça-se, também, a utilização de capacidades específicas do Estado brasileiro em resposta à demanda angolana, recorrendo a ferramentas de apoio técnico transmutadas em recursos primordialmente humanos.

O Estado angolano carecia, todavia, de mecanismos burocráticos e regras institucionalizadas para realizar procedimentos de execução e padronização de métodos necessários à elaboração de planos e projetos. Sendo assim, o Estado brasileiro impunha à Administração angolana adoção de normas e práticas utilizadas pela própria Administração brasileira<sup>94</sup>. Normas já enquadradas em consonância com as do Sistema Internacional.

Para melhor organizar o intercâmbio entre os dois países, foi expedido ajuste complementar ao *Acordo de Cooperação Econômica Científica e Técnica, no mesmo ano*. Ambos decidiram:

---

<sup>92</sup> *Ibid.* Art. VI. Luanda, 20/10/1983

<sup>93</sup> *Ibid.* Art. X e XI. Luanda, 20/10/1983

<sup>94</sup> *Ibid.* Art. XIV. Luanda, 20/10/1983

1. cooperar para a regularização do abastecimento da República Popular de Angola em bens alimentares de consumo e corrente, matérias-primas e outros<sup>95</sup>, neste caso, o abastecimento seria realizado mediante exportações brasileiras desses produtos;

2. promover a execução do Complexo Hidrelétrico de Capanda<sup>96</sup>, a pedra angular, por assim dizer, da cooperação Brasil-Angola, cujas obras foram iniciadas em 1987 e paralisadas de 1992 e 1997, por conta do agravamento da situação militar na região. Para o financiamento desta operação, deveriam ser utilizados - como moeda alternativa de pagamento - créditos decorrentes da compra de petróleo angolano pelo Brasil, com os acordos financeiros sendo efetuados entre as instituições de crédito dos dois países;

3. Preservar os princípios do convênio firmado entre o Banco do Brasil - CACEX e o Banco Nacional de Angola<sup>97</sup>;

4. Destinar os primeiros embarques de petróleo da Sonangol (Angola) à Petrobrás (Brasil)<sup>98</sup>; e

5. condicionar o curso em dólar norte-americanos de livre conversibilidade do intercâmbio comercial entre eles, sendo as operações financeiras garantidas também pelo petróleo angolano ao Brasil, segundo condições das petroleiras nacionais de ambos<sup>99</sup>.

É relevante dizer que a construção do complexo de Capanda, inaugurado em 2004, era responsável pelo fornecimento de energia elétrica à capital Luanda. Foi a primeira obra da construtora baiana Odebrecht em Angola, numa parceria com a empresa russa Technopromoexport e a angolana Gamek. Construída em duas fases, a primeira em 1984 e a segunda em 2006, a barragem de Capanda tem 110m de altura e 1.470 m de comprimento, formando um lago de 170 km<sup>2</sup>.

---

<sup>95</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Art. I. Secretaria de Estado das Relações Internacionais. Divisão de Atos Internacionais nº 02440. Brasília, Brasil. 12/04/1983.

<sup>96</sup> *Ibid.* Art. II. Luanda, Angola. 12/04/1983.

<sup>97</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Art. III. Secretaria de Estado das Relações Internacionais. Divisão de Atos Internacionais nº 02440. Brasília, Brasil. 12/04/1983.

<sup>98</sup> *Ibid.* Art. IV.

<sup>99</sup> *Ibid.* Art. V

O aumento do fluxo de pessoas e materiais entre Angola e Brasil, reflexo da intensificação comercial, ocasionou o desenvolvimento de forma segura e ordenada através de serviços regulares de transporte aéreo entre os respectivos territórios. Deu-se, assim, prosseguimento ao estabelecimento da Cooperação Internacional no domínio do transporte aéreo, resultando, em 1983, na celebração do *Acordo de Transporte Aéreo*<sup>100</sup>. Trazia esse acordo, os princípios e as disposições da Convenção sobre aviação Civil Internacional, assinada em Chicago, em 1944. As definições incluíram o embarque e desembarque de passageiros, de carga e de correio, bem como a aterrissagem sem fins comerciais. As cláusulas de vantagem comercial entre ambos os países (como as que o Brasil assinava com países como Estados Unidos e França - caráter fechado das negociações), foram, entretanto, deixadas de fora.

Sobre a gerência das capacidades, os governos garantiam, teoricamente, tratamento justo e equitativo para que as empresas escolhidas tivessem possibilidades iguais na exploração dos serviços acordados. Também se resguardava a isonomia nas rotas especificadas às preferências da empresa designada da outra parte, para não haver conflito de interesses e não afetar indevidamente os serviços explorados, deviam ser considerados<sup>101</sup>.

Em 1988, o Ministro de Estado para a Esfera Produtiva e Ministro da Energia e Petróleos, da República Popular de Angola, Pedro de Castro Van-Dúnen "Loy" e o Embaixador Paulo Tarso Flecha de Lima, também Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, se reuniram. Visavam estabelecer contrato de reestruturação da dívida de Angola, bem como convênios de crédito e contrato de fornecimento de petróleo para o Brasil.

Em comunicado expresso<sup>102</sup>, a República Federativa do Brasil evidenciou o interesse nacional de apoiar Angola devido à difícil conjuntura do país, que precisava concentrar todos os recursos para a defesa de sua soberania. Deste modo, foram concedidas condições especiais na negociação, como demonstração de apoio às

---

<sup>100</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Transporte Aéreo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Secretaria de Estado das Relações Internacionais. Luanda, Angola. 16 de Dezembro de 1983

<sup>101</sup> *Ibid.* Art. 7º (Capacidade)

<sup>102</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Comunicado Conjunto à Imprensa. Brasília. 05 de Julho de 1988.

iniciativas angolanas para reestruturar a economia e, ainda, atenuar os efeitos da guerra<sup>103</sup>.

As linhas de crédito concedidas pelo Brasil somavam o montante de 235 milhões de dólares americanos e deveriam propiciar um incremento do intercâmbio bilateral, ampliando a presença comercial brasileira em Angola. A linha de longo prazo, destinada à continuação da construção da hidrelétrica de Capanda, representava uma contribuição substancial à efetiva implementação de projetos considerados prioritários pelo Governo angolano. Como parte do acordo, o fornecimento ampliado de petróleo angolano para o Brasil supriria as necessidades importantes da economia nacional e tornaria Angola fornecedor do país, havendo, neste momento, significativo interesse em intensificar os vínculos no setor petrolífero.

Ressalta-se que o quadro institucional estabelecido entre Angola e Brasil colocou as relações entre os dois países em um novo patamar, evidenciando a “[...] decisão política de ambos os Governos de consolidarem e diversificarem seus laços de cooperação” (...), com a intenção de acelerar os entendimentos como forma de sistematizar as “relações econômico-comerciais, culturais e de cooperação técnica entre os dois países”. O governo angolano, representado pelo ministro das relações exteriores, reconheceu o apoio do Governo brasileiro sobre as relações comerciais e econômicas. A “Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral” reafirmou o interesse em manter o “Programa de Saneamento Econômico e Financeiro”, com a esperança de dinamizar a produtividade do País e abrir caminho para sua inserção na comunidade financeira global. (BRASIL, 1988, p. 08).

A atuação de empresas brasileiras em projetos econômicos fomentadores do desenvolvimento angolano foi vantajosa. Considerando forte influência do País na África Austral, Angola tornava-se um promissor parceiro estratégico para o Brasil.

---

<sup>103</sup> Evidenciada pelo Ministro Loy, que deu conhecimento ao Governo brasileiro dos contatos mantidos com autoridades dos Estados Unidos no prosseguimento dos esforços do Governo da República Popular de Angola para encontrar uma solução negociada para a guerra de agressão por parte do Governo da África do Sul, de quem é vítima o povo angolano. Reafirmava que o governo de Angola seguia com o propósito de continuar a defender a independência da Namíbia. Alegava, inclusive, que parte do território de Angola continuava a ser ocupado pelo exército da África do Sul, sendo isso ilegal, o que significava e representava a investida imperialista contra Angola e países vizinhos. (*Ibid.* p. 3).

Em virtude das negociações prévias realizadas em 1988, no tocante ao foro de negociações<sup>104</sup> para a dívida de médio e longo prazos, o Governo de Angola, comprometeu-se a não recorrer ao Clube de Paris<sup>105</sup> para eventuais negociações dos termos de pagamentos negociados junto à carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil S.A. (CACEX). Em contrapartida, o Governo brasileiro se obrigava a não divulgar o acordo reescalonado e ainda garantia a confidencialidade, mantendo-se o espírito de cooperação bilateral, norteador da negociação. (BRASIL, 1988, p. 03).

O final da década de 80, especificamente o ano de 1989, significou mudança relevante no panorama das relações internas no modo como a política externa refletia as relações internacionais. Neste mesmo ano, passa a vigor a Constituição Federal, promulgada em outubro, sendo realizadas as eleições diretas para a Presidência da República, fato que afeta todos os setores produtivos do Brasil, inclusive o agrário. Os aspectos do modelo agrário brasileiro influenciaram o campo da saúde animal, “[...] setor que, na luta contra doenças dos animais, consubstancia o aumento da produção e da produtividade pecuárias e garante acesso, pelos controles sanitários, aos mercados internacionais, cada vez mais exigentes. (Boletim de Defesa Sanitária Animal, volume 23, dez. 1989).

Em virtude de tais mudanças, foi estimulado o ajuste complementar<sup>106</sup> em conformidade com as disposições contidas nos Artigos I e III do *Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica*, concluído entre os dois Governos, em Luanda, a 11 de junho de 1980, com o objetivo de facilitar a implementação de pesquisas conjuntas, que compreendiam: a) disseminação das ações de extensão rural, por intermédio de treinamento de pessoal e envio de especialistas brasileiros à Angola; b) amparo à pesquisa agropecuária e assistência técnica para adequar as tecnologias disponíveis às condições angolanas; c) apoio à produção de sementes, particularmente soja, feijão e

---

<sup>104</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Intenções. 18 de maio de 1988.

<sup>105</sup> O Clube de Paris trata-se do principal fórum internacional de renegociação de dívidas de países com dificuldades econômicas. Por ter se tornado um credor internacional, o Brasil, é o único país da América Latina a se tornar membro do clube, sendo seu 22º integrante. Disponível em <http://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/2943-itamaraty-e-funag-promovem-palestra-sobre-o-clube-de-paris>.

<sup>106</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola na Área de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural. Secretaria de Estado das Relações Internacionais. nº 2.845. Luanda, 28 de janeiro de 1989.

mandioca; d) auxílio e orientação para a conservação e defesa do solo. Todos viabilizados por instituições e profissionais brasileiros. (BRASIL, 1989, art. II).

Efetivamente, para que os objetivos pudessem ser cumpridos, as entidades executoras deveriam facilitar o intercâmbio de seus pesquisadores, cientistas, técnicos e especialistas<sup>107</sup>, sendo que cada uma receberia, anualmente, missões especializadas da outra Parte<sup>108</sup>, condicionadas ao interesse e à prévia aprovação das entidades executoras e dos Governos dos dois países. Os resultados, quando alcançados pelo desenvolvimento das ações integradas pelo acordo, seriam avaliados pela Comissão Mista Brasileiro-Angolana, assim como eventuais disputas<sup>109</sup>.

No âmbito da cultura, com o intuito de difundir promover e incrementar os interesses das indústrias cinematográficas, as duas nações concordaram, com base nos princípios de igualdade de direitos e de benefícios mútuos, em firmar um acordo de coprodução de filmes.<sup>110</sup>

Os filmes de longa metragem, contemplados pelo acordo e produzidos sob o regime de coprodução, deveriam ser considerados nacionais, com exploração comercial liberada nos dois países, sem nenhuma restrição, respeitada a legislação vigente de cada país (BRASIL, 1989, art. I).

Um ponto interessante do acordo é o estímulo à participação nos filmes de angolanos residentes no Brasil e os brasileiros residentes em Angola. Era garantida a preservação da identidade nacional na coprodução, em regime de reciprocidade, desde que a legislação das partes reconhecesse a capacidade para essa participação (BRASIL, 1989, art. II). A participação de não nacionais só seria admitida mediante autorização prévia das autoridades competentes das partes, condição válida para filmagens externas, em outros países. Como meio de valorização do profissional local, os prêmios e subvenções não poderiam ser transferidos para o coprodutor do outro país.

---

<sup>107</sup> *Ibid.* Art. V

<sup>108</sup> *Ibid.* Art. VI

<sup>109</sup> *Ibid.* Arts IX e X

<sup>110</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo de Co-produção Cinematográfica entre o Governos da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola. Luanda, 28 de janeiro de 1989.

As contribuições dos coprodutores poderiam variar entre 20% e 80%, sendo as mesmas constituídas por contribuições de pessoal (diretores, técnicos e artistas); serviços e materiais; e monetárias (BRASIL, 1989, art. V).

A divisão de lucro deveria corresponder à participação dos coprodutores no custo da produção. Observa-se que, os benefícios mútuos nas relações multilaterais estavam refletidos nitidamente neste acordo. Ou seja, no caso de exportação de filme realizado no regime harmonizado, para país onde houvesse limitação às importações, a exportação seria atribuída ao país que tivesse maiores e mais vantajosas condições de colocar o produto naquele mercado, sempre assinalando a realização como brasileira-angolana, ou angolana-brasileira.

Caso uma das partes dispusesse de livre entrada para seus filmes em um país importador, com quem mantivesse melhor relação, ambos deveriam se beneficiar de tal possibilidade. O dever de, obrigatoriamente, figurar a parceria na publicidade comercial, por ocasião de manifestações culturais e artísticas diversas, principalmente em Festivais Internacionais, refletia o interesse mútuo em demarcar uma etapa distinta para os dois países e aproveitar para construir uma imagem internacional, demarcando novos espaços, inclusive culturais. A inserção de ambos os países na indústria cinematográfica espelha a ideia de que o investimento em cultura também contribui para o desenvolvimento.

Em 1989, atendendo ao convite de José Eduardo dos Santos, Presidente do partido MPLA e da República Popular de Angola, o Presidente José Sarney, fez uma visita de amizade e trabalho naquele país. Foi a primeira ida de um presidente brasileiro à Angola, ainda sem representação consular no Brasil. Entre os dias 27 e 28 de janeiro, a conjuntura internacional esteve no cerne das discussões das delegações, assim como a situação prevalecente na África Austral.

Além disso, foram trocadas informações sobre a conjuntura interna de cada país e reafirmados os compromissos de cooperação. A visita da delegação brasileira à Angola foi estratégica para o desenho de novas parcerias, não apenas nas áreas políticas e culturais, mas sobretudo econômicas. Não por acaso, estavam presentes João Camilo Penna, Diretor Presidente de Furnas Centrais Elétricas; Wagner Freire Oliveira e Silva, Presidente da Braspetro - Petrobras Internacional; e Namir Salek, Diretor da Carteira de

Comércio Exterior do Banco do Brasil. (BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração Conjunta, 28/01/1989).

Concernente às questões internas de Angola, foram sublinhadas as ações em curso, a exemplo do Programa de Saneamento Econômico e Financeiro, adotado pelo Governo angolano para assegurar o relançamento da economia nacional.

O posicionamento angolano, à época, evidenciava-se na retórica de José Eduardo dos Santos ao notabilizar a contribuição do seu país à causa da liberdade reafirmando o apoio à luta dos povos da Namíbia e da África do Sul, conduzida pela *South West Africa People's* <sup>111</sup>[<sub>OBJ</sub>] (SWAPO), o *Armée Nationale Congolaise*<sup>[OBJ]</sup> (ANC), dentre outras organizações patrióticas. Seu discurso dava mostras da postura assumida de potência local, em condições de liderança e autonomia.

A Angola independente buscava apropriar-se de uma posição no sistema internacional como Estado livre, salvaguardando seu direito à soberania. Com uma política externa voltada à construção de caminhos comerciais, Angola seguia apoiando iniciativas anti-imperiais<sup>112</sup>, ao tempo em que tinha de equilibrar a política interna. Seus estratagemas para a edificação de um novo país - que durante anos, desde sua independência, vinha se arrastando em meio a uma devastadora Guerra Civil - eram caracterizados pelos esforços em fomentar a fixação de infraestruturas para a reestruturação.

O Programa de Cooperação brasileiro-angolano vinha sendo implementado com esforços conjuntos por ambos os países, e adotava uma perspectiva positiva pertinente às possibilidades de cooperação identificadas na III Sessão da Comissão Mista de Cooperação Bilateral, em 1989. Um dos pontos relevantes do encontro foi o posicionamento brasileiro em favor da luta contra o *Apartheid* e liberdade dos povos da África Austral. A este respeito, Brasil e Angola decidiram criar uma Comissão de Emergência para agilizar a concretização de ações “[...] tendentes ao incremento da

---

<sup>111</sup> Exército Nacional Congolês

<sup>112</sup> “Na mesma ocasião o Presidente José Eduardo dos Santos informou ao seu homólogo sobre a evolução da situação no Sudoeste da África à luz dos Acordos de Nova York. A este respeito destacou as ações que vêm sendo desenvolvidas com vistas a garantir a concessão da independência à Namíbia com base na Resolução 435/78 do Conselho de Segurança da ONU”.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Comunicado Conjunto Brasileiro - Angolano. Angola, 28/01/1989.



cooperação bilateral face às perspectivas de paz que se abrem no Sudoeste da África com a assinatura dos *Acordos de Nova York*<sup>113</sup>.

Os governos reiteraram a disposição mútua de estreitar o relacionamento mantido no âmbito da CSS. Aproveitaram para compartilhar percepções sobre a cooperação no ramo petrolífero e evidenciaram a similitude de suas concepções atinentes aos desafios e problemas do período. Neste ínterim, aproveitaram para apoiar a efetivação da Resolução 435, do Grupo de Assistência das Nações Unidas para o Período de Transição (UNTAG), força de paz da ONU. Referida resolução, tratava da definição de um plano de monitoração do processo de pacificação e democratização na região da Namíbia. Iniciativa que, de acordo com esses países, favorecia “[...] o estabelecimento de um clima de boa vizinhança e de coexistência pacífica no sudoeste da África”. (BRASIL, 1989).

Naquela ocasião foram iniciados os entendimentos com vistas à criação de um mecanismo institucional para a cooperação multilateral dos países de expressão oficial portuguesa, em temas de natureza cultural e que, futuramente, se estabeleceria como a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP. Até então, Angola televisionava programas e realizava mostras de pintura e de dança, nas quais exibia filmes e livros brasileiros, estes últimos doados à sua Biblioteca Nacional.

Observa-se o alinhamento do discurso dos líderes referente à criação de condições que favorecessem a resolução dos dilemas humanos, sobretudo os relacionados aos confrontos regionais. A segurança e consolidação da paz internacional foram temas contemplados pelo desejo de cooperação conjunto, assim como o apoio à preservação das Nações Unidas como organismo mundial de promoção da cooperação. O diálogo interposto explicitava como as relações de cooperação entre países do Sul Global, destinava-se a seguir o ordenamento internacional interposto pela ONU, apesar de todas as alusões sobre emancipação sistêmica cabíveis aos discursos da CSS.

Pertinente à propensão dos países em desenvolvimento de se posicionar com mais convergência a respeito dos principais temas de interesse das Relações Internacionais, exemplifica-se a questão do direito alusivo a todos os Estados de participar equitativamente das deliberações referentes aos temas da comunidade internacional,

---

<sup>113</sup> *Ibid.* Item 11.

como o desarmamento<sup>114</sup>. Assim como nas demais questões com poder de afetar interesses legítimos. Para a resolução de conflitos regionais que afetavam negativamente o desenvolvimento político, econômico e social das regiões da África, da América Latina e da Ásia, observa-se a tendência dos países em desenvolvimento por soluções conjuntas. Sem se afastar dos princípios contidos na Carta das Nações Unidas, denota-se forte apelo ao respeito à autodeterminação dos povos e ao exercício da livre escolha, sem interferência externa e por meio das próprias vias de desenvolvimento.

Havia, como se pode observar, uma preocupação generalizada entre os países em desenvolvimento a respeito dos problemas gerados pelos conflitos regionais que, inevitavelmente, poderiam afetar o Sistema Internacional. Tal inquietação não se restringia apenas às nações que compactuavam de semelhanças culturais ou históricas, como Angola e Brasil. Entretanto, era reflexo internacional de uma ordem mundial descentralizada e remontada a partir da participação do Sul Global.

A prova de que temas centrais, como a segurança internacional, estavam sendo apropriados pelos países em desenvolvimento foi a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul - ZOPACAS (região situada entre a América do Sul e África), em 1986, impulsionada pelo Brasil e estabelecida pela Resolução 41/11<sup>115</sup>, da Assembleia Geral das Nações Unidas.

Antônio Patriota (2012) descreve os objetivos de manutenção da paz e de valorização do Atlântico Sul como intentos de transformar a região em patrimônio comum e elo entre a África e a América do Sul, fazendo da ZOPACAS símbolo da determinação de seus povos em preservar a independência, soberania e integridade territorial.

Buscava-se desenvolver relações sob condições de liberdade e harmonia, conclamando os países da Zona a promover a cooperação para o desenvolvimento social e econômico regional. Bem como a proteção do meio ambiente, conservação dos recursos vivos, paz e segurança para toda a região. Unidos neste propósito e aflitos a respeito dos conflitos regionais, os países pertencentes à ZOPACAS, fizeram um apelo aos Estados de todas as outras regiões, principalmente aos Estados militarmente mais

---

<sup>114</sup> “As Partes sublinharam que a entrada em vigor do Tratado entre a URSS e os EUA sobre Eliminação dos Mísseis de Médio e Curto Alcance abre perspectivas para a eliminação das armas nucleares e outras armas de destruição em massa”. *Ibid.* Item 21.

<sup>115</sup> Disponível em: <<https://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>>.

significativos, para que respeitassem “[...]escrupulosamente a região do Atlântico Sul como uma zona de paz e cooperação, especialmente através da redução e eventual eliminação de sua presença militar local<sup>116</sup>” (NAÇÕES UNIDAS, 1986, A/RES/41/11). Também solicitaram que não introduzissem armas nucleares ou outras armas de destruição em massa e não disseminassem em seus territórios rivalidades e conflitos alheios.

Além dos conflitos armados, a dívida externa era tema de grande peso para os países em vias de desenvolvimento. Em particular, para os países da América Latina e da África, cuja solução que assegurasse as perspectivas de crescimento econômico para os países devedores era tida como essencial. Havia a súplica coletiva para que o problema da dívida externa estivesse baseado no “princípio da responsabilidade recíproca”, devendo estar equilibrado entre credores e devedores (BRASIL, 1986). Era condenável a prática da discriminação no comércio internacional, bem como o recurso a meios econômicos com fins coercitivos de pressão política e o protecionismo dos países mais industrializados.

Os desequilíbrios da economia mundial afetavam diretamente as economias dos países em desenvolvimento, sobretudo as do Brasil e Angola. Ao alegar que a Ordem Econômica Internacional vigente gerava distorções estruturais, os presidentes ratificaram a necessidade de estimular a cooperação econômica como meio de equilibrar as assimetrias. (BRASIL, 1989).

Como meio de facilitar as relações diplomáticas e consulares entre as duas nações, foi firmado acordo sobre a ampliação das instalações da Embaixada do Brasil em Luanda, tendo Angola se disponibilizado a ceder um terreno para este fim, sendo propriedade de Angola e o prédio a ser construído, de propriedade do Brasil<sup>117</sup>. Por conta disso e em função do princípio de reciprocidade, o Brasil se comprometeu a fazer o mesmo em solo brasileiro, retribuindo o gesto angolano.

---

<sup>116</sup> Em razão da estabilidade para a região, a expectativa de pacificação e independência da Namíbia e a esperança de uma África do Sul livre do *Apartheid* eram pontos relevantes para o progresso das relações de cooperação africanas.

<sup>117</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Divisão de Atos Internacionais. Acordo Entre o Governo da República Federativa do Brasil e a república Popular de Angola sobre a ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda. Angola, 28/01/1989.

#### 4.3.1.3 Redemocratização e os anos de 1990

Após José Sarney, o próximo chefe de Estado a visitar Angola foi Fernando Collor de Mello<sup>118</sup>, o primeiro presidente brasileiro a ser eleito democraticamente após a promulgação da Constituição de 1988. Durante o encontro, foram discutidas questões relativas à manutenção da paz na região, sendo destacada a necessidade efetiva das sanções contra a África do Sul. Penalidades essas tomadas como mecanismo de intimidação, visando acelerar as medidas necessárias à instalação da sociedade democrática e plurirracial no país, sob o regime do *Apartheid*.

Na ocasião, os governos assinaram um Protocolo de Intenções na Área de Desenvolvimento Educacional e aprovaram a realização da Quinta Sessão da Comissão Angolano-Brasileira, para o primeiro trimestre de 1992. Para esta sessão, estavam previstas a avaliação da cooperação existente entre as duas nações, visando melhor e mais adequado aproveitamento das oportunidades e capacidades recíprocas, principalmente na área do petróleo (BRASIL, 1991). Neste mesmo ano, a cidade do Rio de Janeiro sediou a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, conhecida como Rio-92, da qual Angola também participou.

Ainda em 1991, como reflexo da preocupação mútua relativa à educação e ao bem-estar da criança e o desejo de melhorar as condições para a proteção e desenvolvimento da infância e da juventude, o Protocolo de Intenções<sup>119</sup> relativo ao desenvolvimento educacional, foi firmado. Diligenciava o incremento à troca de experiências no campo da educação integrada, tendo como parâmetro os Centros Integrados de Assistência à Criança (CIACs). O presidente angolano foi convidado a enviar uma delegação para participar da inauguração do primeiro CIAC, em Brasília, em outubro de 1991 como forma de “[...] proporcionar à parte angolana conhecimento direto da experiência brasileira nesse campo”<sup>120</sup>.

---

<sup>118</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Declaração Conjunta. Brasileiro-Angolana. Divisão de Atos Internacionais. Luanda, Angola. 10/09/1991.

<sup>119</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola na Área de Desenvolvimento Educacional Divisão de Atos Internacionais. Luanda, Angola. 10/09/1991

<sup>120</sup> *Ibid.* Item 2.

Em 1992, mais precisamente no dia 15 de julho, por meio do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio de Energia Elétrica e Águas<sup>121</sup>, foram estabelecidas as diretrizes gerais pelas quais seriam regidas a cooperação entre Brasil e Angola nas áreas de energia elétrica, recursos hídricos, geologia e mineração. Levando em consideração os princípios já postos pelos acordos anteriores, a cooperação técnica na área de energia e recursos naturais firmou-se entre a Secretaria de Estado de Energia e Águas de Angola e o Ministério de Minas e Energia do Brasil. Esse, por sua vez, designou a empresa brasileira Furnas Centrais Elétricas e o Departamento Nacional de Águas para execução dos acordos previstos no Protocolo. A gestão global foi executada por uma Comissão Coordenadora<sup>122</sup>, de caráter permanente, com previsão de reuniões alternadas tanto no Brasil quanto em Angola.

Concernente à responsabilidade brasileira, a prestação de assistência aos setores de energia elétrica e águas de Angola vislumbraram as áreas de gerência, planejamento empresarial e estruturação institucional. Especificamente, o protocolo contemplava quatro esferas da cooperação: suporte financeiro; aprimoramento de capacidade técnico-administrativa; capacitação técnica profissional; e pesquisa e desenvolvimento. No tocante ao suporte financeiro<sup>123</sup>, as asseguravam-se verbas disponíveis das partes brasileira e angolana, bem como demais outras para o propósito do acordo, sejam captadas bilateralmente ou multilateralmente. Sendo assim, as partes interessadas deveriam procurar apoio financeiro junto aos organismos especializados com o objetivo de garantir ampla abertura dos custos de execução<sup>124</sup> dos serviços pretendidos.

Uma das características mais marcantes da cooperação técnica, nomeadamente no que diz respeito à cooperação brasileira com Angola, é a capacitação técnica e profissional fixada principalmente pela elaboração de cursos e envio de técnicos para a habilitação de profissionais angolanos. Em relação a este acordo, as partes teriam de facilitar o acesso a cursos de capacitação nos domínios de energia elétrica e águas, em

---

<sup>121</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio de Energia Elétrica e Águas que fazem entre si a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola. Divisão de Atos Internacionais. Luanda, Angola. 15/07/1992.

<sup>122</sup> À comissão coordenadora competia: elaborar uma programação anual dos trabalhos (principalmente recursos humanos e financeiros); submeter a programação de trabalho às partes envolvidas para a aprovação; e zelar pelo cumprimento das ações acordadas. *Ibid.* Artigo I. Alínea f.

<sup>123</sup> *Ibid.* Art. 6

<sup>124</sup> No tocante às dívidas, deveriam ser solucionadas de forma bilateral e direta entre as partes. *Ibid.* Art. 7.

todas as suas modalidades, assim como o deslocamento para intercâmbio de técnicos das duas nações. O intuito disso era o de dar apoio aos organismos e empresas na capacitação de pessoal por meio da participação de seminários, palestras e cursos<sup>125</sup>. Como forma de aprimoramento da capacidade técnico-administrativa, seria enfatizada as áreas de energia elétrica e recursos hídricos.

Ainda na década de 90, com interesse na normalização das relações financeiras entre os dois países, em 1995<sup>126</sup> teve vez o acordo para reescalonamento entre Brasil e Angola, da dívida, objeto do acordo, no valor de US\$ 382.041.705,16, sendo os juros decorrentes do atraso de US\$ 54.364.941,70<sup>127</sup>.

A partir de 1996, o programa bilateral de cooperação Brasil - Angola adentra uma nova fase, não apenas de intensificação das relações, como também de diversificação das áreas de atuação. Naquele momento, ambas as repúblicas objetivaram, através do ajuste complementar ao acordo de cooperação vigente desde 1982, a implementação do *Projeto Centro Móvel de Formação Profissional para Angola*, inserido no contexto do programa de formação profissional na área industrial, visando “[...] atender as demandas do mercado de trabalho Angolano, bem como auxiliar no reforço da reinserção social e de reconstrução nacional de Angola”<sup>128</sup>. (BRASIL, 1996, Título I, Artigo I).

Para a execução de tal projeto, foram designados, da parte brasileira, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), responsável pela execução das ações decorrentes do acordo e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), à frente da coordenação, acompanhamento e avaliação das práticas<sup>129</sup>. A parte angolana, por sua vez, designou o Instituto Nacional de Formação Profissional (INAFOP) como responsável

---

<sup>125</sup> *Ibid.* Art. 4

<sup>126</sup> Somente neste ano, o texto do Acordo no Domínio dos Transportes Marítimos, celebrado em 1989, foi aprovado pelo Congresso Nacional Brasileiro. Coincidiu com a aprovação do texto da Convenção Internacional para a Prevenção de Poluição por Navios, de 1973, bem como de seu protocolo de 1978 e suas emendas de 1984. O Brasil, além de aprovar os seus anexos obrigatórios I e II, que versam, respectivamente, sobre a regulação para a prevenção de poluição por óleo combustível e a prevenção da poluição por carga líquida nociva transportada a granel, também ratifica os anexos opcionais III, IV e V, que regulamentam a prevenção de poluição por substâncias nocivas carregadas em embalagem; a prevenção de poluição por esgoto; e o descarte de lixo dos navios.

<sup>127</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Acordo para Reescalonamento de Dívida entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola. 1995

<sup>128</sup> *Ibid.* Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na Área de Formação Profissional. 25/11/1996.

<sup>129</sup> *Ibid.* Título II. Artigo 2º.

pela execução e o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança (MAPESS) pela coordenação, acompanhamento e avaliação das ações<sup>130</sup>. Como em outros acordos, as partes concordavam que, em matéria de informações ou fornecimento de produtos, os resultados seriam tratados como parte dos esforços conjuntos realizados pelos executores de cada país.

Em 25 de novembro de 1996, o Brasil contribuiu financeiramente para o Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional de Angola<sup>131</sup>, com de US\$ 200.000,00, aparentemente com o intuito de demonstrar a boa-fé e prestatividade do Brasil. De acordo com Gabriela Wolthers, enviada especial a Angola como correspondente do Jornal Folha de São Paulo, o presidente Fernando Henrique Cardoso havia iniciado, no dia 24 de novembro de 1996, a sua primeira visita a dois países africanos, Angola e África do Sul, com objetivos políticos e econômicos, acompanhado por uma comitiva de empresários interessados em investir na região “em ruínas” e que “precisava reconstruir sua infraestrutura”<sup>132</sup>.

De acordo com a reportagem encontrada nos anais do jornal da época, o interesse das principais empreiteiras dessa comitiva, a Norberto Odebrecht e a Andrade Gutierrez, gravitava entre a construção de represas, estradas, exploração mineral e habitações. Destacava a reportagem que:

Outro setor que desperta a atenção dos brasileiros é o petrolífero. A Braspetro, subsidiária da Petrobrás, está em Angola desde 79. O país produz cerca de 700 mil barris/dia. O petróleo é utilizado até mesmo para saldar a dívida de US\$ 426 milhões que Angola tem com o Brasil. Desde 95, quando foi feito o escalonamento da dívida, a ex-colônia portuguesa entrega, como forma de pagamento, uma produção de cerca de 20 mil barris/dia ao governo brasileiro. Em setembro de 95, desembarcaram em Angola 1.130 militares e policiais brasileiros, que integram a Unavem-3 (Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola). FHC gastará boa parte da viagem para visitar a tropa do Brasil, em Kuito, centro-leste de Angola. Sua intenção é agradar a um setor que vem reclamando mais atenção, principalmente com relação a verbas - as Forças Armadas. (WOLTHERS, 1996).

Diante do exposto, a manutenção da cooperação facilitava diretamente, mas não abertamente, o rumo dos investimentos privados. Englobando a capacitação de mão-de-obra como uma ferramenta conveniente.

---

<sup>130</sup> *Ibid.* Título II. Artigo 3º.

<sup>131</sup> *Ibid.* 1996 Ata de Cerimônia de entrega da Contribuição do Governo do Brasil ao Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional do Governo de Angola. Angola, 25/11/1996.

<sup>132</sup> Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/24/brasil/11.html>

Ainda sobre a cooperação na área de formação profissional, para o Centro Móvel de Formação Profissional, em 1999, houve um ajuste complementar sendo-lhes atribuídas as áreas de Construção Civil, Eletricidade, Costura Industrial e Mecânica Diesel, deixando a cargo do governo brasileiro, dentre outras coisas, as tarefas de: designar um Coordenador-Geral e quatro especialistas do SENAI para desenvolver o projeto em Angola; dar apoio à implementação ao projeto; acompanhar e avaliar o desenvolvimento do projeto; apoiar a conclusão do treinamento dos técnicos angolanos no Brasil. (BRASIL, 1999 Título IV - DAS OBRIGAÇÕES, Art. 5º)<sup>133</sup>.

Por parte de Angola, além da designação de um Coordenador para trabalhar em estreita colaboração com o Coordenador Geral do Projeto e que assumiria suas funções ao seu término caberia:

- a) isentar os equipamentos fornecidos pelo Governo brasileiro de licenças, direitos de importação e reexportação e demais encargos fiscais, conforme previsto no artigo VII do *Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica*; custear as despesas de taxas portuárias, aeroportuárias e de armazenagem, em território angolano dos equipamentos técnicos fornecidos pelo Brasil;
  - b) prestar aos técnicos enviados pelo Governo brasileiro apoio durante a execução das tarefas que lhes foram confiadas, colocando à disposição todas as informações necessárias à execução do projeto;
  - c) providenciar o desembaraço alfandegário dos equipamentos fornecidos pelo Governo da República Federativa do Brasil ao projeto;
  - d) arcar com as despesas de transporte dos equipamentos e materiais em solo angolano;
  - e) montar dois pavilhões em Luanda;
  - f) garantir segurança ao projeto;
  - g) efetuar seguro contra roubo, incêndio etc.; e
  - h) custear as despesas de funcionamento e manutenção dos dois pavilhões e do ônibus-escola, bem como dos equipamentos colocados à disposição do projeto.
- (BRASIL, Título IV - DAS OBRIGAÇÕES, Art. 6º).

---

<sup>133</sup> 1999 Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na Área de Formação Profissional



Mediante a intensificação do trânsito de nacionais angolanos e brasileiros, principalmente para fins de intercâmbio técnico e simplificação de procedimentos migratórios, em 1999 foi concedida a isenção de vistos para os portadores de passaportes diplomáticos e de serviço<sup>134</sup>, sendo este o último acordo celebrado antes da virada do milênio.

#### **4.3.2 A transição para o novo milênio e novas pautas do desenvolvimento**

A transição para o novo milênio abarca muitas mudanças de paradigmas e inclusão de temas urgentes no tocante às pautas para o desenvolvimento. A Conferência de Nova York, em 2000, que sustentou a criação da Declaração do Milênio, resultou no compromisso dos países de pavimentar os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio, nos quais não constava a agenda de defesa como prioridade, mas era destacava a necessidade de outorgar mais ajuda, de maior eficácia, aos países menos favorecidos.

Ainda que a “Segurança Internacional” não tenha entrado nos Objetivos do Milênio e o tema da Defesa parecesse secundário aos acordos de cooperação Sul-Sul, no dia 14 de novembro de 2000 foi protocolada, no Ministério das Relações Exteriores, uma carta de intenções de cooperação no âmbito da segurança entre os dois países, considerando a situação ainda delicada de Angola com a guerra civil em curso.

Havia uma pretensão de prestação mútua de cooperação técnica no domínio da segurança e da ordem pública, a se desenrolar nas seguintes áreas: formação de pessoal; intercâmbio de informações no âmbito da segurança e ordem pública; assessoria técnica; fornecimento de material; e realização de estudos de organização e de equipamento<sup>135</sup>. Os assuntos seriam coordenados pela ABC e executados pelos setores de competência do Ministério da Justiça, sendo os temas relativos à Angola coordenados pelo Gabinete de Intercâmbio e Cooperação do Ministério do Interior, realizados pelos setores competentes do mesmo Ministério.

Como exemplo, compreende-se que os Estados brasileiro e angolano harmonizaram-se ao objetivo de promover a igualdade entre os gêneros e a valorização

---

<sup>134</sup> Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços. (Art. 1).

<sup>135</sup> PROTOCOLO de intenções entre o governo da República de Angola e o governo da República Federativa do Brasil para a cooperação técnica no domínio da segurança e da ordem pública. 14 de novembro de 2000.

da mulher ao considerar o disposto na Declaração de Salvador<sup>136</sup>, quando se propôs a implementar o projeto “Fortalecimento da Capacidade Técnica na Área de Gênero e Desenvolvimento”<sup>137</sup> no âmbito da cooperação bilateral<sup>138</sup>.

A conjuntura angolana, imersa ainda nas consequências da Guerra Civil, desfavorecia a mulher, tornando-a, dentro dessa realidade, uma das partes mais vulneráveis e, portanto, integrante de um grupo necessitado de maior atenção, proteção e análise. Ou seja, cujas carências precisavam ser devidamente estudadas. (BRASIL, 2000, página 24).

Neste contexto, buscou-se implementar uma estratégia de apoio ao gênero e promoção da mulher para, por meio da formação pesquisa e apoio, fortalecer a capacidade institucional do ministério “[...] por meio do programa Quadro Estratégico e fortalecimento dos mecanismos de coordenação entre o Ministério da Família e Promoção da Mulher e seus parceiros, sejam eles estatais ou privados (ONGs)”<sup>139</sup>.

Vinculado institucionalmente pelo Ministério do Planejamento, o Ministério da Família e Promoção da Mulher - MINFAMU foi o principal solicitante ao Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA, que, em contrapartida, sinalizou o financiamento do governo brasileiro para a promoção e viabilização do projeto em questão. A importância dessa parceria com o governo brasileiro não se deu apenas na área técnica ou mesmo no suporte financeiro oferecido pelo país, mas funcionou como garantia à viabilização do projeto<sup>140</sup>.

---

<sup>136</sup> Emitida ao final da I Conferência de Mulheres da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP, em Salvador, Bahia, Brasil, sobre Gênero, Cultura, Acesso ao Poder.

<sup>137</sup> Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para o Fortalecimento Institucional do Ministério da Família e Promoção da Mulher. 2000.

<sup>138</sup> Além do MRE e da ABC, foram convocadas, pela parte brasileira, a Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ), a Faculdade de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-RJ) e o Núcleo de Estudos da Mulher e Políticas Públicas da Área de Desenvolvimento Econômico e Social do Instituto Brasileiro da Administração Municipal (IBAM) como responsáveis pela execução das ações decorrentes do presente Ajuste Complementar, cabendo à FUNDAJ a articulação com as instituições executoras do projeto (Artigo II). Foram enquadrados no cronograma do projeto, por exemplo, uma missão de assistência técnica brasileira a Luanda para apoiar funcionários do ministério da família e Promoção da Mulher, bem como a prestação de consultoria para a abordagem e definição de tema para a Conferência Nacional sobre População, em Angola.

<sup>139</sup> Projeto “Fortalecimento da Capacidade Técnica na Área de Gênero e Desenvolvimento”, Brasil fax 0001, pág. 24.

<sup>140</sup> É comum que organizações internacionais, principalmente em se tratando de alguma instituição vinculada à Organização das Nações Unidas, solicitem uma contrapartida de mesmo valor que aquele

Como parte da justificativa usada para apresentar esse pedido ao Fundo, o governo angolano chamava a atenção para o fato de a população feminina do país ser a camada mais afligida com o aumento dos problemas sociais, traduzido em altas taxas de mortalidade, elevado índice de analfabetismo, desemprego e violação dos direitos em geral.

Compreende-se que houve mudança substancial nas características dos requisitos para os financiamentos internacionais, principalmente por conta das conferências (PNUD, UNESCO etc.) que estabeleceram os objetivos do milênio. Ou seja, algumas instituições e fundos internacionais só liberavam financiamentos com retorno ou à fundo perdido, caso os projetos se enquadrassem nos moldes dos Objetivos do Milênio estabelecidos em âmbito global. Sendo assim, o fortalecimento institucional seria crucial para que Angola pudesse ter maior representatividade internacional e viesse a requerer a ajuda necessária ao desenvolvimento, a fim de reestruturar parte da sociedade. Para tanto, o país tinha de se enquadrar em tais moldes e fortalecer as próprias instituições.

Percebe-se então que o Brasil entra no quadro da cooperação como um parceiro concreto, no sentido de contribuir para a criação de uma capacidade técnica nacional e especializada - não só para projeto supracitado, mas para outras áreas – à qual pudesse analisar os diferentes aspectos, programas e projetos relacionados aos temas propostos. (ANGOLA. 2000).

Em que pese os problemas sociais ocupar papel de relevância, observa-se ainda que os entraves institucionais, principalmente em relação à estabilidade do sistema financeiro para os próprios investidores nacionais, era uma das grandes preocupações na política de desenvolvimento estratégico de Angola.

Objetivando estimular um tipo de industrialização transformadora, a estratégia de desenvolvimento da política angolana passou por quatro períodos distintos. O primeiro período começou com a descida drástica do índice de industrialização, entre 1975 e 1977, “[...] causada, principalmente, pelo processo de descolonização, pelos conflitos ocorridos no decurso do mesmo e pela guerra pós independência”. (ANGOLA, 2008, p. 5).

---

solicitado como empréstimo ou a fundo perdido. Neste caso, o Brasil entra diretamente citado como a contrapartida do projeto e uma parte essencial para que ele pudesse ser viabilizado.

A isso se segue o quadro iniciado em 1995 e se estende até 2000, com a inversão da tendência de desindustrialização galopante já verificada entre de 1978 e 1994. Este período é marcado pela “[...] persistência da paralisação ou “quase paralisação” de setores importantes, tais como o têxtil, de montagem de automóveis, produção de carroçarias e cisternas, pneus, de conservas de carne e peixe, óleos e sabões, açúcar e varão de aço”. (ANGOLA, 2008, p. 5)<sup>141</sup>.

Havia a preocupação do governo angolano relacionada ao fortalecimento e organização institucional como parte de um projeto de política estratégica, capaz de amenizar as deficiências que estancavam o desempenho industrial do país. Com a descapitalização de muitas das unidades industriais existentes, o constrangimento de ter um parque industrial obsoleto e degradado, as debilitadas infraestruturas de apoio à produção - abastecimento de água, fornecimento de energia eléctrica etc.-, Angola carecia de um mecanismo de garantias financeiras para os empresários nacionais. Afinal, convivia com crédito bancário insuficiente, escassez de mão de obra especializada e de quadros dirigentes qualificados, além das dificuldades na distribuição e comercialização de seus produtos. (ANGOLA, 2008, p. 8).

Apesar de todo o potencial natural e energético, havia a forte dependência à importação de *commodities*, ou melhor, de insumos para a indústria, o que arrefeceu a possibilidade de um acelerado desenvolvimento econômico pautado na indústria nacional. Angola estava presa às divisas oriundas do petróleo. Sendo assim, com a finalidade de prestar suporte ao fortalecimento institucional angolano, com base nas experiências da institucionalidade brasileira, foram impulsionadas as Atividades de Fortalecimento das Instituições de Planejamento do Governo de Angola<sup>142</sup>, conforme Ajuste Complementar, assinado em 2000.

---

<sup>141</sup> Disponível em <http://www.tralac.org/files/2012/12/Medium-Term-Plan-2009-2013-Portuguese.pdf>

<sup>142</sup> Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República de Angola para Atividades de Fortalecimento das Instituições de Planejamento do Governo de Angola. 2000.

### 4.3.3 A intensificação da Cooperação nos Governos Progressistas entre os anos de 2003 e 2016

Entre os anos de 2003 - início do primeiro mandato de Lula - e de 2016, marcado pelo *impeachment* de Dilma Rousseff, primeira mulher presidente do Brasil, foram realizadas três visitas presidenciais à Angola com intuito de estreitar as relações bilaterais, bem como de investir e ampliar relações comerciais entre os dois países.

Continuamente assentado no discurso da confraternidade e rememorando, sempre que possível, a decisão brasileira de ter sido o primeiro país a “hastear sua bandeira na Luanda independente” e a “equacionar a dívida bilateral de Angola”, as relações diplomáticas e presidenciais do governo Lula foram substanciais para a ampliação dos programas de cooperação bilaterais. E, também, ao favorecimento das relações comerciais entre os países. (LULA, 2005).

Apesar de o Brasil ter sido exposto aos desequilíbrios macroeconômicos acumulados antes do último mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), é relevante lembrar que a conjuntura encontrada pelo governo posterior foi consequência, também, de uma política fiscal ao longo do período de 1999 a 2003.

O conjunto de medidas econômicas adotado e mantido pelo governo subsequente, denominado “tripé macroeconômico”, da política de FHC, exemplifica isso. Era composto por: a) metas estabelecidas para assegurar a razoabilidade entre a dívida pública e o PIB, relacionadas ao *superávit* primário do setor público; b) sistema cambial flutuante, para garantir a estabilidade da balança de pagamentos; c) combo de metas para a inflação, que estipulava seu controle por meio da política de juros. (RIBEIRO, 2015, p. 139).

Havia, em 2000, projeção favorável ao crescimento do PIB, com perspectiva de crescimento, mantida a despeito da instabilidade econômica internacional, ou mesmo das prováveis oscilações econômicas no âmbito doméstico. Caso da inflação elevada em alguns meses ou mesmo de pressões renovadas sobre a taxa de câmbio. No entanto, a crise estadunidense em 2001 e o colapso da moeda Argentina, frustraram a realidade das expectativas brasileiras de normalizar a atividade econômica e manter um índice alto e constante de crescimento.

Mesmo com perspectivas positivas para o segundo semestre de 2001, referentes à queda da inflação e dos juros, o PIB não tinha o mesmo desempenho. Tendo atingido o crescimento médio de 0,4% no período de 1999 a 2003, o PIB teve redução de 0,2% no ano de 2002, quando ocorriam as disputas eleitorais que levaram à vitória o partido progressista de Lula. A partir de 2003, o Brasil passou por um período de ajustes econômicos para a retomada do seu crescimento, cujas atividades estiveram condicionadas, principalmente, às restrições de curto prazo, que objetivavam garantir a estabilidade da economia nacional. (RIBEIRO, 2015, p. 146-150).

O cenário internacional oportunizava a retomada de investimentos. Dentre as razões indutoras do quadro favorável, podem ser listadas: alta liquidez; rigor fiscal global e monetário; aquecimento do mercado de trabalho; e ampliação dos programas de redistribuição de renda. (LAMEIRAS, 2015, p. 163).

Durante o período, houve acréscimo significativo das relações comerciais brasileiras, que em fevereiro de 2003 alcançavam o volume de US\$ 5 bilhões, significando um aumento de 37% em relação ao dinamismo das vendas externas no mesmo período do ano anterior. O incremento das relações comerciais para mercados não tradicionais também foi notado no início de 2003, tais como Emirados Árabes Unidos (204%), seguido por “Angola (160%), Índia (152%), Egito (120%), China (108%) e Hong Kong (74%)”. (IPEA, 2003, p. 26-27).

De acordo com o relatório de conjuntura do IPEA (2003), o compromisso demonstrado pelo novo governo com a estabilidade dos preços, o regime de câmbio flutuante e a austeridade fiscal, bem como sua disposição em utilizar medidas mais duras para conter as pressões inflacionárias<sup>143</sup>, entre outras ações, tais como o comprometimento de retomada da iniciativa de reformas previdenciárias, foram precípuas à reversão das expectativas que decaíam sob o novo governo e vieram, de forma gradual, devido às “incertezas crescentes no cenário externo”.

---

<sup>143</sup> “As principais medidas nesse sentido foram aumentar a meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB, subir a taxa de juros de 25% para 26,5% e elevar de 45% para 60% o compulsório sobre os depósitos à vista. Além das políticas monetária e fiscal contracionistas, o governo retomou a iniciativa dos processos de reformas previdenciária e tributária, reafirmando assim seus compromissos com a sustentabilidade fiscal, a eficiência produtiva e o crescimento da economia no longo prazo” (IPEA, 2003, p V).

Tais incertezas internacionais abrigavam a iminência de uma guerra contra o Iraque, desequilibrando os mercados financeiros e desacelerando a queda do “risco Brasil”. Não obstante, esse cenário contrastava com a “[...] melhoria consistente nas condições para a colocação de títulos públicos nos mercados financeiros domésticos” e para o aumento das captações externas, dentre estas: a promissora relação com Angola, que, no tocante às trocas comerciais, chegara a atingir um *superávit* na marca de US\$1 bilhão, em 2008<sup>144</sup>. (IPEA, 2003, p. V).

Em seu discurso, por ocasião da visita do chefe de estado angolano José Eduardo dos Santos, o presidente Lula da Silva (2005) reforçou o interesse do empresariado brasileiro de apostar em Angola e aproveitou para lembrar a importância de o Brasil ter contribuído, no ano de 2003, para a pacificação da República Democrática do Congo. Passo fundamental para a África Subsaariana, na qual Angola se encontra regionalizada.

É importante ressaltar que as articulações internacionais entre os países do mundo em desenvolvimento, principalmente entre aqueles com visíveis ímpetos de liderança regional, começam a debruçar novos arranjos multilaterais, delineados com o discurso da solidariedade intercontinental e da horizontalidade entre os Estados. Por conseguinte, em setembro de 2003, a assinatura da declaração de Brasília, congregando Brasil, Índia e África do Sul, representou a culminância do encontro fundacional do Fórum de Diálogo IBAS e foi substancial para a utilização da promoção da CSS na busca de soluções comuns ao desenvolvimento dos países do Sul Global.

As novas iniciativas de institucionalização, de roupagem cooperativista sulista, por assim dizer, também influenciava o modo como passariam a ser vistas as relações entre esses países, tanto que em dezembro de 2003, no período de sessões da Assembleia Geral da ONU, o termo “Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento” foi substituído formalmente (resolução 58/220) por “Cooperação Sul-Sul”. Como, aliás, os países em desenvolvimento já a intitulavam, sendo designada uma unidade especial, de mesmo nome, dentro do PNUD.

Em face de tal conjuntura, a reaproximação com o continente africano, traçada como tática de busca por vias alternativas para o desenvolvimento nacional, não foi uma estratégia projetada isoladamente pelo Brasil. As articulações entre os países do Sul,

---

<sup>144</sup> Dados disponíveis em: [www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4817-republica-de-angola](http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/ficha-pais/4817-republica-de-angola).

como já se falou, eram o termômetro da tendência do desenho de novos arranjos internacionais, movidos pelos profusos processos de demanda por crescimento econômico, alicerçado no ideal de ordem globalista.

Inaugurando o que ficou conhecido como “diplomacia presidencial”, o presidente brasileiro aproveitou suas viagens à África vislumbrando ampliar os diálogos com parceiros comerciais e afirmar o compromisso de trabalhar pelo desenvolvimento através da cooperação internacional. Ficava claro, que além de assumir uma postura de liderança regional de projeção global, a nova política nacional objetivava fortalecer os acordos de cooperação pré-existentes, dilatar as oportunidades econômicas e articular novas coalizões políticas de aspiração sistêmica.

Ao longo do primeiro ano do governo Lula, no tocante aos acordos feitos com Angola, mediante o Ministério das Relações Exteriores, foram celebrados ajustes complementares ao *Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica* nas áreas de formação profissional, ambiental, esportiva, artístico-cultural, petróleo, administrativa e de saúde animal e vegetal.

Marcado pelo programa de trabalho para a cooperação bilateral em matéria de ciência e tecnologia, o ano de 2003 também abrigou, por três anos, o Programa Executivo, concebido como um projeto mais amplo de pesquisa e formação de quadros de capacitação e de requalificação profissional nos níveis técnico e artístico nas áreas da cultura. O programa, elaborado em Brasília entre os dias 28 de julho e 1º de agosto de 2003, reconhecia as políticas públicas de cultura como um direito básico de cidadania. Seus efeitos refletiam no empenho pela recuperação “[...] do papel da esfera pública em suas tarefas de produção, difusão cultural, e de qualificação dos artistas.” Com o intento de melhorar, perante o mundo, a imagem dos países de língua oficial portuguesa, empreenderam-se esforços de recuperação do processo de fraternidade histórica. (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores, 2003).

O plano de formação pleiteado pelo projeto, seria formatado por um conjunto integrado de cursos superiores de longo prazo e cursos de especialização e “superação” de curta duração, bem como por estágios e requalificação em serviços os quais abrigavam “[...] as várias intervenções de capacitação: intercâmbio de especialistas,



seminários, oficinas práticas, (...) adotando, sempre que indicado, as tecnologias de Educação Continuada e à Distância”<sup>145</sup>.

Das ações de cooperação especificadas no documento celebrado entre o Ministro de Estado da Cultura do Brasil, Gilberto Gil Passos Moreira, e o Ministro da Cultura da República de Angola, Boaventura Silva Cardoso, foram incluídas as seguintes atividades: a) intercâmbio de especialistas e formadores; b) desenvolvimento de estudos sobre o estágio atual e as perspectivas de desenvolvimento das respectivas variantes da Língua Portuguesa de cada um dos dois países; c) promoção de encontros com a “diversidade cultural” servindo de temática, tais como colóquios, workshops e seminários; d) ações de formação e requalificação referentes ao Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano, chamado de “Programa Monumenta” (incluindo a participação do IPHAN); e e) intensificar parcerias concretas entre a Embaixada de Angola no Brasil e a Fundação Palmares - por conta da sua experiência para a proteção e promoção dos direitos da população negra no Brasil -, além de incluir a participação de quatro universidades brasileiras no programa. (BRASIL, 2003).

Diversas outras instituições, secretarias e fundações nacionais também foram evocadas a contribuírem com o programa através de sua *expertise*, dentre estas, a Fundação Nacional da Arte; o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq; a Casa de Angola (com o projeto Lemba); e as secretarias do Ministério da Cultura brasileiro. (BRASIL, Programa Executivo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola para 2004 a 2006, 04/11/2003).

O Brasil buscava, neste momento, diversificar a atuação em outras áreas estratégicas da cooperação com Angola e, principalmente, fortalecer as instituições angolanas por intermédio do apoio técnico oferecido por organismos brasileiros. Visava, ainda, trocar experiências para fomentar o desenvolvimento conjunto.

---

<sup>145</sup> “A especialização de nível universitário, os quadros indicados para mestrado e doutorado serão discutidos caso a caso, em formato próprio, com a participação direta das Universidades parceiras deste plano: a Universidade de Brasília, a Universidade Federal da Bahia, a Universidade Estadual da Bahia, a Universidade Federal do Rio de Janeiro e a Universidade Cândido Mendes” (*Ibid.* Capítulo I, Conceito Geral do Programa Executivo).

Após considerar a vontade dos chefes de Estado de ambas as repúblicas, e reconhecendo as “[...] semelhanças entre as bacias terrestres brasileiras do Recôncavo Baiano, Sergipe-Alagoas e do Espírito Santo com as bacias emersas do Baixo Congo e do Kwanza da mesma origem e idade geológica”<sup>146</sup>, em 4 de novembro de 2003, as nações em tese firmaram o Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo de Angola e do Brasil no domínio do petróleo. As autoridades competentes designadas para coordenar e implementar os programas e projetos provenientes dos acordos eram, da parte angolana, o Ministério da Relações Exteriores (MIREX), O Ministério dos Petróleos (MINPET) e a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (SONANGOL E.P) e, da parte brasileira, Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Ministério das Relações Exteriores e a Agência Nacional do Petróleo (ANP)<sup>147</sup>.

Tinha-se por objetivo promover um programa que abrangesse: 1) cooperação e assistência na formulação de políticas, leis e regulamentos para a indústria petrolífera, na fiscalização e controle do seu cumprimento, bem como as trocas de experiência na organização e na gestão da respectiva indústria; 2) troca de informações gerais sobre políticas petrolíferas, acordos institucionais, quadros reguladores, transferência de tecnologia, investigação e desenvolvimento, assim como o estabelecimento de bases de dados; 3) troca de informações sobre os programas governamentais nas áreas de comercialização, distribuição de derivados de petróleo e mercados potenciais; 4) promoção da colaboração entre as companhias petrolíferas nacionais, bem como o apoio no estabelecimento de parcerias após identificação nos diversos domínios do setor petrolífero entre as empresas dos dois países de forma a permitir uma harmoniosa transferência de "know-how"; 5) a preparação de visitas de decisores e peritos responsáveis pelo desenvolvimento e implementação das políticas petrolíferas nacionais; e, por fim, 6) qualquer outra forma de cooperação que pudesse ser acordada pelas Partes. (BRASIL, Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Petróleo, 2003).

Entre os anos de 2004 e 2008, houve expressiva melhora no desempenho da economia brasileira, que crescia a taxas consideráveis. O ano de 2004, especificamente,

---

<sup>146</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Petróleo.

<sup>147</sup> *Ibid.*

comportou cenário de recuperação da economia brasileira, atribuído, em parte, pelo já referido aumento da liquidez no mercado internacional. As decisões governamentais, no período, refletiam o consenso de que o dilema do equilíbrio das contas externas vinha recebendo tratamento apropriado nos anos anteriores. Assim, para evitar a recorrência de endividamento externo agudo, foi dada continuidade à política de diminuição da vulnerabilidade econômica, frente às dinâmicas cambial e financeira internacionais. O compromisso com a solidez monetária e austeridade fiscal, favoreceu o aumento da poupança doméstica. Como resultado, o setor externo reagiu satisfatoriamente, a despeito da provável reversão dos saldos da balança comercial. (LAMEIRAS, 2015, p. 167-170)

A primeira metade do segundo mandato do presidente Lula ficou sublinhada por desafios de ordem global, tais como a ameaça de uma crise do sistema internacional, que eclodiu em 2008, e a necessidade de manter a taxa expansiva do PIB nacional a despeito das oscilações econômicas. Enquanto no Brasil, nos anos de 2005, 2006 e 2007, o PIB apresentou taxas crescentes de 3,2%, 4,0% e 6,1%<sup>148</sup> respectivamente, o PIB de Angola atingia taxas surpreendentes de 20,6%, 15,3% e 35,3%<sup>149</sup>, referente aos mesmos anos.

Era visível que, a despeito da retração da economia internacional devido às tensões de ordem financeira global, havia um projeto contínuo de reconstrução e crescimento em Angola, o que resultava em investimentos massivos direcionados a obras públicas, principalmente de infraestrutura, e à gestão e estruturação institucional de setores estratégicos políticos, econômicos e sociais, refletindo diretamente no PIB do país e atraindo investidores de todo o mundo. Paralelo ao programa de desenvolvimento angolano, havia também o interesse brasileiro de aumentar a dinâmica da economia nacional. Assim sendo, o governo lança em 2007 o Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, objetivando estimular o desenvolvimento através, entre outras medidas, de investimentos público e privado em infraestrutura.

---

<sup>148</sup> IBGE. PIB a preços de mercado - Taxa acumulada em 4 trimestres (%), 1º trimestre 1996 - 1º trimestre 2019. Disponível em: [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib%23evolucao-taxa#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%23evolucao-taxa#evolucao-taxa).

<sup>149</sup> IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Boletim de Conjuntura. Boletim de Conjuntura. 13 de setembro de 2007.

Pode-se dizer que existia uma demanda por cooperação técnica para a recomposição de Angola, como também ambiente propício para que o Brasil cooperasse com sua *expertise* e seus programas bem-sucedidos para o desenvolvimento de países africanos. A via diplomática e a política de boa vizinhança praticada pela nação brasileira, além contribuir em parte para o projeto de desenvolvimento do país parceiro, também abria portas para a internacionalização de empresas nacionais, principalmente por meio das abraçadas pelo PAC, de construção e engenharia.

Neste ínterim, dos 74 projetos com Angola - elencados como Cooperação Sul-Sul pela ABC - foram apurados 40 projetos iniciados entre junho de 2003 e novembro de 2008, total equivalente a 54% dos projetos de CSS no período de agosto de 2002 e fevereiro de 2018<sup>150</sup>, todos executados por instituições brasileiras.

Além do apoio à instalação de um telecentro em Angola<sup>151</sup>, em 2005 houve a transferência do controle do Centro de Formação do Cazenga, com instalação iniciada em 1999, para a população angolana. O centro tornou-se referência nas áreas ocupacionais de construção civil, eletricidade predial e industrial, costura industrial, mecânica diesel, planificação e confeitaria. Até a data da transferência da administração, durante os quatro anos de funcionamento, o Centro já havia desenvolvido dez ciclos de ensino e formado mais de 3 mil alunos<sup>152</sup>.

Destaca-se, ainda, em 2005, a visita do então presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, ao Brasil. Nesta ocasião, o presidente Lula da Silva, durante a cerimônia de assinatura de atos, aproveitou o discurso para fazer referência aos novos caminhos a serem tomados na relação entre os países, apontados pela Comissão Mista Brasil-Angola.

Sem perder de vista o interesse de ter sólidas relações comerciais e econômicas, o presidente Lula explicou que a nova lei de investimentos angolana representava estímulo “[...] adicional para empresários atraídos por uma economia que cresce a mais

---

<sup>150</sup> Fonte: [www.abc.gov.br/projetos/pesquisa](http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa).

<sup>151</sup> BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Número do projeto: BRA/98/044/-A0043, disponível em: [www.abc.gov.br/projetos/pesquisa](http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa).

<sup>152</sup> BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Número do projeto: BRA/04/044/-A0033, disponível em: [www.abc.gov.br/projetos/pesquisa](http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa).

de 10% ao ano com inflação em queda”<sup>153</sup>. Sem perder de vista a aposta do empresariado brasileiro em Angola, o presidente também ressaltou a importância dos acordos de cooperação e o compromisso com a horizontalidade e solidariedade das relações de cooperação ao afirmar que Angola esperava mais do que palavras de cobrança de condicionalidades por parte da comunidade de doadores. Desejava, ainda, estabelecer uma parceria solidária que ajudasse “[...] a capacitar o povo angolano para o seu futuro”, sendo necessária a renovação para além dos índices de recuperação econômica, passando pelo “[...] amadurecimento das instituições e do fortalecimento da cidadania, a nível nacional e regional” (BRASIL, Discurso do Pres. Lula da Silva, 2005).

Em 2006, a maior parte dos projetos de cooperação Sul-Sul com Angola era de identificação, ou busca de identificação, das necessidades angolanas nas áreas de Gestão da Cultura, Recuperação de Acervo Audiovisual e Arquivo Histórico<sup>154</sup>; Malária, Saúde da Família, Nutrição, Vigilância em Saúde e Banco de Leite<sup>155</sup> e, por fim, dos Censos, Pesquisas de Tecnologia de Informação e Planejamento Estratégico<sup>156</sup>. Além dos projetos de identificação, foram efetuadas oficinas de trabalho sobre educação de jovens e adultos<sup>157</sup> e apoio à formação de quadros de comunicação institucional<sup>158</sup>, ambos para os países de língua portuguesa. E, além disso, o fortalecimento da educação ambiental através das práticas e experiências brasileiras apresentadas “[...] sem a pretensão de tratá-las como um modelo idealizado a ser meramente replicado em Angola”<sup>159</sup> (BRASIL, BRA/04/044/-A035, 2006).

Já em 2007, foram iniciados 11 projetos de CSS, com destaque para capacitações e cursos, principalmente nas áreas de políticas públicas. Destacam-se ainda duas

---

<sup>153</sup> BRASIL. Presidência da República Secretaria de Imprensa e Divulgação. Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita de Estado do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos Palácio do Planalto, 03 de maio de 2005. Disponível em:

<http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/03-05-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-de-atos-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-de-angola-jose-eduardo-dos-santos>

<sup>154</sup> BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Número do projeto: BRA/04/044/-A030, disponível em: [www.abc.gov.br/projetos/pesquisa](http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa)

<sup>155</sup> *Ibid.* Número do projeto: BRA/04/044/-A041.

<sup>156</sup> *Ibid.* Número do projeto: BRA/04/044/-A073.

<sup>157</sup> *Ibid.* Número do projeto: BRA/04/044/-A057.

<sup>158</sup> *Ibid.* Número do projeto: BRA/04/044/-A056.

<sup>159</sup> *Ibid.* Número do projeto: BRA/04/044/-A035.

missões de apoio, uma a pequenas e médias empresas da capital<sup>160</sup> e a outra à Incubadora Empresarial de Luanda (IEL)<sup>161</sup>, ambas iniciadas em 19 de junho de 2007 e finalizadas em 19 de setembro de 2007.

A IEL foi criada graças à parceria entre o Instituto Nacional de Emprego e Formação Profissional do Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social de Angola (INEP/MAPESS), Incubadora Empresarial de Luanda (IEL), Chevron, PNUD e o Programa Empresarial Angolano (PEA). O PEA proveu o auxílio financeiro e técnico da incubadora, entregue em 2008 ao INEFOP de Angola. Por se tratar de iniciativa única, sua realização foi beneficiada pela tecnicidade da Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), instituição brasileira, com respaldo internacional, responsável pelo apoio a empresas e companhias incubadoras. A missão da ANPROTEC, em Angola, foi subsidiada pelo Brasil a pedido do Programa Empresarial Angolano, por intermédio do PNUD/Angola.

Os trabalhos da IEL tiveram início em novembro de 2006. Seus 28 clientes foram treinados pela equipe responsável. Essa, qualificada por programas de capacitação profissional, assim como por visitas de estudos, e composta por sete trabalhadores de tempo integral, a saber: um diretor, um especialista em incubadoras empresariais, dois técnicos, um administrador econômico, uma secretária e um motorista. (BRASIL, ABC, 2007).

No escopo da cooperação triangular, reuniram-se em Brasília a 9 de novembro de 2007 para discutir a elaboração dos projetos - com vistas a apoiar o fortalecimento da administração pública em Angola e na Guiné-Bissau - as seguintes autoridades: o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o Ministro do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Internacional do Governo do Reino da Noruega, Erik Solheim, o Embaixador da República de Angola, Leogivildo da Costa e Silva, e o Embaixador da República da Guiné-Bissau junto a CPLP e ao Governo Português, Apolinário Mendes de Carvalho.

O fortalecimento de suas instituições democráticas era o cerne da elaboração do projeto no qual o Governo do Reino da Noruega se comprometia em oferecer apoio

---

<sup>160</sup> *Ibid.* Número do projeto: BRA/04/044/-ANPROTEC

<sup>161</sup> *Ibid.* Número do projeto: BRA/04/044/-A145

financeiro para facilitar o treinamento de angolanos e guineenses no Brasil. Como o Brasil não faz cooperação financeira, o Governo concordou em oferecer o treinamento apropriado, através da Agência Brasileira de Cooperação - ABC<sup>162</sup>.

Tal acordo era regido por princípios de cooperação que levavam em conta tanto as opiniões dos órgãos envolvidos dos países que receberiam a cooperação, quanto as circunstâncias especiais que tornassem mais adequada a assunção de alguma tarefa específica das partes. Além disso, seria atribuída preferência ao emprego de recursos humanos e materiais disponíveis no país em que ocorressem tais atividades. (BRASIL, MRE, 2007).

Com o advento da crise econômica e financeira internacional, a maioria dos projetos de cooperação Sul-Sul, iniciados em 2008, foram concluídos no mesmo ano, sendo muitos destes missões voltadas à avaliação dos cursos de capacitação em diversas áreas, dois deles, inclusive, internacionais: o primeiro sobre doenças tropicais<sup>163</sup> e o outro sobre produção de frutas tropicais<sup>164</sup>.

De acordo com Leonardo de Carvalho (2015), no período compreendido pelo final do governo Lula (2009) e o primeiro mandato de Dilma Rousseff (2013), a economia brasileira manifestou comportamento irregular por interferência da conjuntura nacional e internacional. Para esse autor, a influência da estrutura externa foi “[...] relevante para o comportamento errático apresentado pela economia brasileira”, que sofreu os efeitos da crise financeira e demonstrou fraco desempenho refletido em uma queda no PIB de 0,3% logo no início de 2009. (CARVALHO, 2015, p. 179-180).

Os fatores mais relevantes ao fluxo global da economia e que certamente interferiram nas relações exteriores brasileiras, estão relacionados à retração intensa do crédito em todos os mercados, bem como à retração generalizada das atividades econômicas, chamando a atenção para a contração econômica da Europa e nos Estados

---

<sup>162</sup> BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola e da Guiné-Bissau Noruega Cooperação Técnica. Brasília, 09/11/2007 - Em Vigor

<sup>163</sup> BRASIL. Agência Brasileira de Cooperação. Número do projeto: BRA/98/043/-A073, disponível em: [www.abc.gov.br/projetos/pesquisa](http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa)

<sup>164</sup> *Ibid.* Número do projeto: BRA/04/043/-A113.

Unidos. Esta última implicou diretamente no declínio do consumo pessoal de sua população em 3,7% (IPEA, 2008, p. 37)<sup>165</sup>.

Apesar da influência destes fatores negativos, também havia a forte presença chinesa na economia internacional, que por manter um ritmo de crescimento econômico contínuo, significava amparo às economias ocidentais e emergentes em geral. (IPEA, 2008, p. 39).

A China foi importante tanto para a promoção de negociações multilaterais entre países em desenvolvimento, quanto para aumentar a representatividade deste mesmo grupo em importantes foros internacionais. Ao participar em junho de 2009 da primeira cúpula dos BRICS, a China conferiu peso financeiro que garantiu maior visibilidade ao grupo (composto inicialmente por Brasil, Rússia, Índia e China).

A crise internacional iniciada em 2007 impactou diretamente na atuação conjunta desses quatro Países. Tendo em vista a proposição de mudanças no escopo do sistema econômico internacional, o desempenho articulado do BRICS foi essencial para a revista e alterações das quotas do FMI, em 2010. (BRASIL, 2019).<sup>166</sup>

Neste aspecto da governança global, apesar de o Brasil ter de manter os olhos fitos na manutenção da economia nacional, era importante sustentar as relações com Estados empenhados em moldar uma nova ordem internacional, tais como Angola e África do Sul, a partir da representatividade dos países emergentes e do esforço em democratizar as instituições multilaterais formadas pelos próprios. Sendo assim, além do fluxo comercial com Angola, havia o apoio mútuo prestado junto a organismos internacionais, amparado pela continuidade dos acordos bilaterais de cooperação.

Nos últimos dois anos do governo Lula, foram inicializados 16 projetos, dos quais 11 em 2009 e cinco em 2010. A necessidade de revisar o relacionamento bilateral, no sentido de identificar as novas demandas de cooperação técnica<sup>167</sup>, gerou quatro

---

<sup>165</sup> IPEA. Carta de Conjuntura, n. 5, p. 5-9, dez. 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc05\\_completa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc05_completa.pdf)

<sup>166</sup> Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/mecanismos-inter-regionais/3672-brics>.

<sup>167</sup> ABC – Projeto BRA/04/043/-A143.



missões à Luanda nas áreas de saúde<sup>168</sup>, agricultura<sup>169</sup>, urbanismo e censo demográfico. Além das missões, também houve a formação de quadros de profissionais em distintas áreas<sup>170</sup>; participação de representantes africanos no II Fórum África Brasil-Bahia pela sustentação das águas<sup>171</sup>; apoio à formação profissional rural e promoção social em Angola; e capacitação do Sistema de Saúde Pública de Angola em sua segunda fase, dentre outras ações.

Não demorou muito para o reflexo da retração da economia internacional ser sentido no país, além de ter havido mudança no direcionamento da política interna. Esses fatores influenciaram diretamente na PEB. Em meio a isso, a presidente eleita, Dilma Rousseff, concentrou seus esforços na política nacional e na manutenção de um projeto de desenvolvimento de combate ao crime organizado e à corrupção. Voltou-se, ainda, à ampliação dos programas sociais nacionais iniciados nos governos anteriores. Sendo assim, partir de 2011, observou-se redução no fluxo dos projetos direcionados não apenas à Angola, mas à África como um todo.

Essa redução durante a gestão de Dilma Rousseff, entre os anos de 2011 e 2016, é confirmada por meros 13 projetos distribuídos entre missões, apoios e capacitações. Dez destes iniciados e concluídos durante vigência do seu mandato. O estabelecimento da parceria estratégica, firmada entre Brasil e Angola no dia 23 de Junho de 2010<sup>172</sup>, pelos presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e José Eduardo dos Santos, amparou, em grande parte, os compromissos que orientaram a execução dos projetos durante o governo Dilma.

---

<sup>168</sup> Que consistia na implantação da Escola Nacional de Saúde pública, no fortalecimento das escolas Técnicas de Saúde e do fortalecimento do Instituto Nacional de Saúde Pública. Todos com o apoio da FIOCRUZ. *Ibid.* ABC – **Projeto BRA/04/043/-A157.**

<sup>169</sup> Que tinha como objetivo a implementação do projeto de “Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola” com a finalidade de capacitar técnicos angolanos em análises de solos, plantas, sementes e em cultura de tecidos vegetais (BRASIL, Ministério das Relações Exteriores. Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola”. Angola Sanidade Animal e Vegetal - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 23/06/2010. Em vigor).

<sup>170</sup> ABC – **Projeto BRA/04/044/-A306 e BRA/04/044/-A305.**

<sup>171</sup> ABC – **Projeto BRA/04/044/-A471.**

<sup>172</sup> Parceria orientada para privilegiar a formação e a capacitação de quadros, a transferência de conhecimento e tecnologia, a criação de parcerias entre entidades no setor público e privado, além da realização de investimentos recíprocos e complementares. (BRASIL, 2010).

Dentre os programas, planos e ações iniciados, observa-se que uma parte significativa estava sob o âmbito do Acordo de Cooperação no domínio da defesa<sup>173</sup> e tratava, principalmente, de capacitações oferecidas a militares angolanos nas Forças Militares Brasileiras, com o intuito de transmitir aos militares estrangeiros conhecimentos específicos das experiências brasileiras nesta área<sup>174</sup>.

Além do aumento da cooperação em assuntos de defesa, destacam-se os esforços por fortalecer as questões relacionadas ao trabalho e à projeção (no sentido de ascensão) social, que foram temas principais tratados em 2010, pela 3ª Expo Global para o Desenvolvimento da Cooperação Sul-Sul, em Genebra, Suíça<sup>175</sup>. Ainda nesta ocasião, o Brasil seguia reforçando o discurso da horizontalidade da Cooperação Sul-Sul afirmando que as “[...] soluções não podem ser buscadas, [ou] somente vistas no nível micro, elas devem ser vistas em um nível amplo” em que os países não deveriam ser tratados como doadores e receptores, mas como parceiros lutando pela melhoria do mundo. (AMORIM, Celso, Ministro das Relações Exteriores do Brasil, 2010, p.32. Tradução nossa).

Um dos frutos da Expo Global Sul-Sul para o Desenvolvimento foi o acordo entre IBSA (Índia, Brasil e África do Sul) e a organização Internacional do Trabalho (OIT) que facilitaria a criação de um programa de Cooperação Sul-Sul na própria OIT. A consequência imediata, observada especificamente para a CSS entre Brasil e Angola, foi o projeto de apoio à realização do curso de capacitação “Contextos e desafios para a conquista do trabalho decente”<sup>176</sup>, de 15/04/2011 a 15/06/2011. Após o *impeachment*, em 2016, durante o governo interino de Michel Temer, foram iniciados três projetos de CSS, um no âmbito da defesa e dois na área da saúde<sup>177</sup>. Sendo este, outro exemplo de como a cooperação Brasil-Angola não se limitava às suas próprias demandas (ou dos parceiros), mas também atendia às diretrizes curriculares presentes em eventos globais multilaterais.

---

<sup>173</sup> BRASIL, 2010.

<sup>174</sup> ABC – **Projetos** BRA/04/044/-A852; BRA/04/044/-A1063; BRA/13/008/-A002; BRA/13/008/-A046 e BRA/13/008/-A115

<sup>175</sup> Disponível em: <http://www.expo.unsouthsouth.org/2010-geneva/>.

<sup>176</sup> ABC – **Projeto** BRA/04/044/-A800.

<sup>177</sup> ABC – **Projetos**: BRA13/008-A141; BRA13/008-A166; BRA13/008-S286.

É inevitável frisar que este trabalho, por sua abrangência e objetivos, não possui uma análise sobre os resultados locais de cada projeto ora descrito. Por óbvias questões de limitação de recursos e de tempo, apesar de ser importante, não há como deferir um diagnóstico sobre a eficácia da cooperação entre Brasil e Angola. No entanto, dentro dos contornos da pesquisa, este capítulo é uma breve explanação sobre os aspectos da cooperação entre estes países e seu encaixe nas conjunturas locais e globais. Cabe ainda ressaltar que a data de execução de projetos de cooperação nem sempre corresponde ao período em que se firma, sendo sua viabilização, muitas vezes, o resultado de negociações e acordos engendrados previamente.

Não sendo possível aferir o impacto de todos os projetos relacionados à Cooperação Brasil-Angola, empenhou-se, no capítulo seguinte, por analisar mais detidamente algumas ações brasileiras em projetos na área de concentração do ensino profissionalizante. Ademais, incitado pela necessidade de entender a abrangência das relações entre estes países, intentou-se ainda relacionar a influência do setor privado à viabilização de operações em prol do desenvolvimento angolano.

## **5 DUALIDADE COMPLEMENTAR: O BINÔMIO PÚBLICO - PRIVADO NO MODELO BRASILEIRO DE COOPERAÇÃO**

Refletido em um novo horizonte de desenvolvimento da Cooperação Internacional, o Brasil se viu diante de um panorama favorável à aproximação com países com os quais compartilhava semelhante anseio de inserção participativa no palco das Relações Internacionais. Não apenas convocando a necessidade de distribuição equitativa da partilha do comércio internacional, como também aproveitando para abrir novos espaços de diálogo em busca de soluções internacionalizáveis para resolver problemas internos comuns dos países mais pobres ou em vias de desenvolvimento.

Sendo assim, impulsionado pela necessidade de acelerar o desenvolvimento por meio de contribuição mútua, o Brasil passou a se aproximar de países com quem dividia cultura, memória histórica e relações econômicas, principalmente dentro dos continentes africano e americano. Sobretudo na região da América do Sul.

Na África, como já mencionado, a relação brasileira com Angola a partir de sua independência é o resultado de um trabalho diplomático, que assume novas nuances quando a República Federativa do Brasil reconhece a República Popular de Angola como sendo um Estado soberano. O início do século XXI destacou-se pela intensificação dos discursos de Cooperação Sul-Sul.

Pautado na possibilidade de negociação entre pares semelhantes, o Governo de Luiz Inácio Lula da Silva se valeu da diplomacia presidencial e apresentou investidas voltadas à cooperação. Com aspiração de aumentar consideravelmente a atuação brasileira na comunidade internacional, a política externa do período galgou considerável protagonismo em foros multilaterais<sup>178</sup>.

É importante salientar que a aproximação com Angola, apesar de ter sido ampliada durante o governo Lula, não foi iniciada por ele. Alguns programas como o de “aperfeiçoamento profissional” já tinham sido começados durante a gestão de seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

---

<sup>178</sup> Um exemplo disso foi a candidatura do Brasil a um assento permanente no Conselho de Segurança no contexto da reforma da ONU.

No intuito de compartilhar as iniciativas e as experiências domésticas consideradas fundamentais para implantar um modelo de desenvolvimento capaz de se sustentar, o Brasil atendeu demandas internacionais e ampliou os programas já existentes. Massivamente difundida pelo presidente Lula e intermediada pelo Ministério das Relações Exteriores, representado pelo ministro Celso Amorim, conjecturou-se a consolidação das relações entre os países do Sul através do compartilhamento de experiências bem-sucedidas na resolução de problemas comuns às suas realidades.

## 5.1 APERFEIÇOAMENTO PROFISSIONAL E INICIATIVAS PARA O DESENVOLVIMENTO ANGOLANO

Contribuindo para a análise dos aspectos da cooperação brasileira na África, buscou-se no capítulo anterior entender os compromissos complementares assumidos a partir do Acordo de Cooperação com Angola e como estes foram ampliados e sequenciados de 2000 até 2010. Para este capítulo, além da iniciativa de cooperação bilateral oficial, também se intentou aprofundar a compreensão de como a relação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola foi permeada por suas relações comerciais, sobretudo pela presença da iniciativa privada em território angolano.

Para tanto, com o propósito de ilustrar as iniciativas oriundas desta relação, foram extraídos como objetos analíticos dois centros de formação, ambos categorizados na área de educação profissionalizante. São eles: o Centro de Formação Profissional do Cazenga, viabilizado mediante a cooperação bilateral e o Centro Integrado de Formação Tecnológica, concebido pelo empreendimento privado.

Concernente à cientificidade e capacitação profissional, o Conselho de Ministros da República de Angola elaborou estratégia integrada voltado à melhoria do sistema educacional. O cronograma projetado para ser cumprido entre os anos de 2001 e 2015 intencionou criar condições de estabilidade macroeconômica para: a) implantar medidas de políticas de ajustamento estrutural; b) consolidar a edificação de uma sociedade democrática e de direito; c) promover a recuperação socioeconômica e reconciliação nacional; d) adotar políticas educativas integradas e sustentáveis; e) fomentar o desenvolvimento do capital humano; f) reduzir as desigualdades sociais; e g) contribuir para o progresso do ser, dando condições de a Educação assumir função primordial, considerando sua dimensão, impacto e abrangência. (ANGOLA, 2001, p. 10).

A adoção de tal estratégia global como saída à crise socioeconômica, adotada pelo governo angolano, foi concebida a partir de reflexões multidisciplinares participadas com organismos nacionais e setores empresariais. O ponto focal da estratégia adotada pelo plano expressa-se na implementação de políticas que articulassem tanto a defesa quanto a produção, sendo este “[...] um desafio que se coloca, igualmente, às empresas e agentes económicos, enfim a todas as forças vivas da sociedade angolana”. (ANGOLA, 2001, p. 33).

Havia, ainda, necessidade de proporcionar o diálogo ativo entre Governo e parceiros sociais (tanto da sociedade civil, quanto do setor empresarial), inserido no centro dos problemas e das soluções do país. À vista disso, era exigido que houvesse maior engajamento e disponibilidade das capacidades profissionais da mão-de-obra nacional, bem como sua “potencialização e aproveitamento racional em todos os sectores de atividade”. (ANGOLA, 2001, p. 32-34).

No entendimento do governo de Angola, o Homem constitui uma alavanca essencial à inversão da então situação de crise na qual o país estava envolvido, portanto, fator decisivo para o desenvolvimento sustentável da nação. Sendo assim, o reforço dos níveis da força de trabalho teria de perpassar pela alfabetização e formação básica até chegar às modalidades técnicas e ao ensino superior. Diante desta necessidade, reformulou-se o Sistema de Educação e Ensino e foi criado o Subsistema do Ensino Técnico-Profissional, pautado no decreto de n.º 110/83, de 1º de dezembro, o qual traçava linhas orientadoras relativas à implementação e desenvolvimento da estratégia da Formação Profissional.

Anteriormente ao planejamento estratégico aqui mencionado, a capacidade nacional de formação profissional, até o ano de 1992, possuía uma rede de 140 centros de formação, reduzida ao número de 85 centros, quase sua metade, por conta da retomada da guerra. A maioria desses centros pertencia a empresas estatais angolanas, cujo redimensionamento e reajustamento estrutural as fizeram não suportar todos os encargos inerentes ao processo de funcionamento dos centros, sendo este um dos fatores associados à redução drástica do número total da rede de formação profissional. (ANGOLA, 2001, p. 35).

Esse quadro redutivo mudou quando, a partir do decreto de nº 16/98 de 3 de julho

de 1998<sup>179</sup>, o Conselho de Ministros aprovou o regulamento sobre o enquadramento dos Centros de Formação Profissional, definindo as competências para a legalização ou licenciamento destes, bem como o enquadramento no sistema de formação profissional. (ANGOLA, Decreto n.º 29/98 do Conselho de Ministros).

Entre o decreto e o lançamento do programa estratégico, ou seja, em 2001, estavam credenciados 137 centros de formação, dos quais 110 eram privados e 27 de gestão pública (ANGOLA, 2001, p. 35), dentre estes o centro de Cazenga, já mencionado, como objeto da Cooperação Sul-Sul Brasil-Angola.

Os Centros de Formação Profissional são entendidos, em Angola, como estabelecimentos de categoria pública ou privada, “[...] dotado das condições humanas, físicas e técnicas para a realização com a qualidade requerida de ações de Formação Profissional” (ANGOLA, Decreto n.º 29/98, ARTIGO 1º) em que qualquer cidadão nacional, seja de forma singular ou coletiva, bem como as entidades públicas ou privadas de direito, poderiam se habilitar para sua abertura. Além dos nacionais, as instituições estrangeiras abrigadas na Lei Sobre Investimento Estrangeiro, também poderiam se dispor a abrir um centro de formação desde que se encontrassem em parceria com outra entidade de direito angolano. (ANGOLA, Decreto n.º 29/98, ARTIGO 2º).

Apenas a partir da promulgação do referido decreto e da definição da estratégia integrada para a melhoria do sistema de educação, ambos aprovados pelo Conselho de Ministros, o andamento do primeiro centro de formação profissional, realizado por meio da CSS entre Brasil e Angola, desatravancou como fruto de uma demanda angolense. Isso não ficou restrito apenas à participação brasileira no processo. Pelo contrário, dada a quantidade de centros constituídos, o Brasil obteve participação minoritária no acréscimo de suas estruturas físicas. Não obstante, o aperfeiçoamento técnico sempre foi artigo fundamental dos acordos de cooperação.

A implementação do Centro de Formação Profissional do Cazenga asseverou a presença brasileira no processo de reconstrução angolano em setores estratégicos. Foi também um exemplo de como - para além das questões solidárias de cooperação - o

---

<sup>179</sup> ANGOLA. Conselho de Ministros. Decreto nº 16/98, de 3 de julho. D.R. Nº 29/98, 1ª série. Luanda, 17 de Junho de 1998.

Disponível em:

<http://www.ilo.org/dyn/travail/docs/381/legislacao%20sobre%20administra%C3%A7ao%20do%20trabalho.pdf>.

Brasil expandiu seu projeto de desenvolvimento através da internacionalização dos interesses econômicos, veementemente presentes na escolha dos organismos parceiros que corroboram oficialmente em projetos estruturais para o desenvolvimento em Angola.

### 5.1.1 Centro de Formação Profissional do Cazenga

A modalidade de “aperfeiçoamento profissional”, já era prevista no Acordo de Cooperação de 1980, que apresentava um tímido intercâmbio cooperativo “mediante programas de visitas ou estágios de especialização técnica”<sup>180</sup> e evoluiu à medida em que o Estado brasileiro conferia maior relevância e assumia novas responsabilidades diante da CID.

Em novembro de 1996, por meio de ajuste complementar ao Acordo de Cooperação Técnica, o Brasil firmou o compromisso de implementação do “Projeto Centro Móvel de Formação Profissional” (Artigo I) para a República de Angola. Incorporou-se tal projeto ao contexto do programa de “Cooperação Brasil-Angola para a formação profissional na área industrial”<sup>181</sup>. A intenção do acordo era a de atender às demandas do mercado de trabalho e contribuir para a reinserção social do cidadão angolano e reconstrução do país.

Para a execução e coordenação do projeto, dois órgãos de cada um dos países foram selecionados. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) e a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) pelo Brasil, e o Instituto Nacional de Formação Profissional (INAFOP) e o Ministério da Administração Pública, Emprego e Segurança Social (MAPESS) por Angola.

O resultado da parceria prevista no acordo deu origem ao Centro de Formação Profissional do Cazenga, na capital angolana, Luanda. De acordo com a ABC, até que o centro pudesse ser instalado e entrar em funcionamento, ocorreram várias etapas; dentre estas, intercâmbio de técnicos, visitas e treinamentos. Em janeiro de 2000, efetivamente, os cursos no Centro de Formação foram iniciados, tendo primeira turma se graduado no mesmo ano, com 144 formandos<sup>182</sup>.

---

<sup>180</sup> BRASIL, 1980, artigo II alínea “b”

<sup>181</sup> *Ibid.* Ajuste complementar, artigo 1, 1996.

<sup>182</sup> Agência Brasileira de Cooperação: Centro de Formação Brasil-Angola, disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/CentroFormacaoAngola>.



Atualmente, em 2019, o controle do centro encontra-se sob responsabilidade da República de Angola, pois o acordo foi formalmente concluído com a transferência integral de sua administração - efetuada entre os meses de maio e agosto do ano de 2005.

Atrofiada sob regime colonial, até 1975, data de sua independência, Angola carecia de mão-de-obra qualificada para o desenvolvimento de uma industrialização pós-independência que potencializasse suas forças produtivas, ainda extremamente inferiores aos padrões internacionais, e acelerasse o processo de recuperação e de estabilização econômica e social. A subescolarização e as taxas de analfabetismo reais eram desanimadoras: 80% dos angolanos não sabiam ler, nem escrever e manipulavam técnicas de pouca produtividade. Dos 20% restantes, “[...] boa parte possuía apenas habilitações de base inferior a quatro anos de escolaridade”. (ANGOLA, 2001, p. 32).

Diante desse cenário, em março de 1987, realizou-se o “Iº Encontro Nacional de Formação Profissional”, ferramenta condutora do Subsistema de Formação Profissional de Angola, que atendia à recomendação da “[...] adoção de critérios mais flexíveis na execução das ações de formação profissional em conformidade com as necessidades de força de trabalho”. (ANGOLA, 2001, p. 33).

Ressalta-se que o primeiro acordo de cooperação técnica estabelecido entre Brasil e Angola ocorreu em junho de 1980 e já abrangia o aperfeiçoamento profissional, mediante programas de visitas ou estágios de especialização, bem como concessão de bolsas de estudo para a especialização técnica (BRASIL, ITAMARATY, 1980). Desde então, o Brasil, associado ao esforço conducente de políticas voltadas para o aperfeiçoamento técnico por parte de Angola, tem estabelecido acordos de cooperação dirigidas à profissionalização dos nacionais angolanos.

Até o ano de 1998, segundo o relatório do PNUD, Angola ainda se situava na 156ª “[...] posição mundial, com um Índice de Desenvolvimento Humano de 0.355, uma taxa de analfabetismo de 42,5 % e uma taxa de mortalidade infantil da ordem dos 120 em 1000 nascidos vivos” (ANGOLA, 2001, p. 34).

Esse índice, somado à delicada situação humanitária na qual se encontrava, desembocava numa perspectiva pessimista em relação à utilização de mão-de-obra para a projeção econômica angolana pós-Independência e pós-Guerra Civil. Apesar da

abundante riqueza natural e de ser considerada uma das economias mais relevantes do continente africano, mesmo com suas potencialidades ainda não exploradas, Angola não dispunha, à época, de recursos humanos qualificados para o projeto de crescimento econômico pautado na diversificação da indústria e na inovação tecnológica.

Por conseguinte, tornou-se indispensável assegurar a capacitação da classe trabalhadora, recorrendo aos meios disponíveis em âmbito nacional e internacional, tanto nos setores públicos, quanto privados. O reconhecimento da necessidade de motivação e remanejamento da capacidade produtiva, criatividade e talento da população angolana, somou-se à urgência de consubstanciar a defesa e a produção nacionais. Isso por processos de otimização do tempo e racionamento de recursos. (ANGOLA, 2001, p. 34).

A dimensão humana é coeficiente medular para o desenvolvimento. Assim sendo, Angola reconheceu que as vicissitudes nacionais deveriam ser reflexionadas pesando as expressões, causas e efeitos da condição de seus habitantes. Essa consciência foi determinante para o planejamento nacional que, por sua vez, antepôs práticas de normalização e melhoria da qualidade de vida da população.

Considerando a necessidade de capacitar o trabalhador para ocupar os empregos disponíveis e para trabalhar no processo de reconstrução do país, o governo angolano, via Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPESS), solicitou ao governo brasileiro, por intermédio da ABC, a realização de projeto de cooperação técnica na área de formação profissional.

Através do ajuste complementar amparado pelo Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre ambos os países, o projeto tinha como objeto a implementação de um “Centro Móvel de Formação Profissional”, localizado em Luanda e inserido “no contexto do programa de Cooperação Brasil-Angola para a formação profissional na área industrial”. (BRASIL, ITAMARATY, 1996, Título I artigo 1º).

O plano era atender às demandas do mercado de trabalho angolano e auxiliar na reinserção social e na reconstrução nacional do país. Para a sua execução foram acionados, do lado brasileiro, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI<sup>183</sup>),

---

<sup>183</sup> “O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) é uma entidade de direito privado, sem fins lucrativos, vinculado ao sistema sindical. Foi criado pelo Decreto-Lei 4.048, de 22 de janeiro de 1942, para promover a formação profissional de trabalhadores e cooperar no desenvolvimento de

e, do lado angolano, o Instituto Nacional de Emprego Formação Profissional (INEFOP)<sup>184</sup>. Efetivamente, a cooperação técnica bilateral com Angola iniciou-se a partir do projeto do Centro Móvel de Formação Profissional, “juntamente com projeto na área de HIV / AIDS, na visita realizada ao País no âmbito da avaliação do Projeto BRA/98/004”. (MARTINS; SILVEIRA, 2005, p. 48).

Pretendeu-se, primeiramente, construir um centro móvel, porquanto os recursos e prazos para a edificação de estruturas físicas seriam desproporcionais às possibilidades e demanda urgentes. De acordo com informe técnico, elaborado pela unidade de Relações Internacionais da Confederação Nacional da Indústria (CNI), sob à qual o SENAI submete sua organização e administração, a facilitação do deslocamento do centro facilitaria sua operacionalidade. No entanto, mesmo diante da necessidade de conduzir o centro aos locais sem condições de abrigar uma construção do tipo, o projeto teve de ser revisto por motivos de segurança. Os resquícios da guerra e a instabilidade política foram decisivos para o abandono da ideia de dar mobilidade ao centro, posteriormente construído. (CNI, 2016, p. 1).

Sendo assim, ao considerar a necessidade de dar continuidade às ações de cooperação, o projeto do “Centro de Formação Profissional de Cazenga” foi ajustado em 1999, delimitando as funções de cada instituição executora, cabendo ao governo angolano, dentre outras coisas, arcar com as despesas de transporte dos equipamentos e dos materiais em solo angolano, bem como montar dois pavilhões em Luanda<sup>185</sup>. Fundamentalmente, pode-se dizer que Angola ficaria responsável pelo custeio da manutenção do centro e pela infraestrutura física. O INEFOP se responsabilizava pelo gerenciamento e pelos recursos humanos dos cursos oferecidos. Ao governo brasileiro, caberia designar especialistas do SENAI e dar apoio à implementação do projeto, bem como à conclusão do treinamento de técnicos angolanos no Brasil<sup>186</sup>. Já ao SENAI era atribuída a função de produzir o *layout* da infraestrutura e do maquinário, bem como

---

pesquisas tecnológicas de interesses para a indústria e atividades assemelhadas. O SENAI tem um regime de unidade normativa e de descentralização executiva. Para realização de suas atividades, são constituídos órgãos normativos e órgãos de administração nacional e regional, sob a organização e administração da Confederação Nacional da Indústria - CNI e das Federações das Indústrias.” (SENAI. Estrutura Institucional, 2019).

Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/estrutura/>

<sup>184</sup> (BRASIL, 1996, Título I artigo 2º).

<sup>185</sup> (BRASIL, ITAMARATY, 1999, Título IV artigo 5º, alínea “b”).

<sup>186</sup> BRASIL, ITAMARATY, 1999, Título IV artigo 5º, alínea “a”.

material didático, além de abarcar a capacitação dos multiplicadores e gestores do centro. (CNI, 2016, p. 02).

Entre a implementação e a entrega integral da administração do centro de formação do Cazenga ao governo de Angola, o projeto teve a duração de cinco anos, sendo dividido em três fases: a primeira abrangeu o período entre 1999 e 2000 e tinha como objetivo a reconstrução da infraestrutura física e constituição de formadores. A segunda, de 2001 e 2002, comportou revisão e expansão dos cursos; constituição de formadores; desenho de novo currículo; e adaptação do material dos professores, além de ser analisada a adequação da estrutura necessária para receber um departamento de gerenciamento de documentação e conhecimento (CNI, 2016, p. 03). Finalmente, a terceira fase, de 2002 a 2004 incluiu o desenvolvimento do fortalecimento institucional “em preparação para a transferência do gerenciamento do centro para o governo angolano” (CNI, 2016, p. 3), em 2005, quando a gestão do centro foi completamente transferida.

As atividades de capacitação realizadas pelo centro foram divididas em três tipos: cursos regulares<sup>187</sup>; formação de formadores<sup>188</sup>; e cursos nas empresas<sup>189</sup>, este último buscava consolidar o atendimento direcionado às empresas, cujo aspecto de interação com o setor produtivo entrava “em concordância com os objetivos iniciais do projeto de prover vivências concretas e atualização do formador com a realidade do mercado”. Era também uma estratégia para gerar recursos adicionais ao Centro de Formação, “como forma de ressarcimento parcial dos seus custos” (CNI, 2016, p. 4).

No período de capacitação, sob a responsabilidade do SENAI, o Centro chegou a formar 2.984 dos 3.031 alunos matriculados em cursos regulares. Em 2005, a quantidade de cursos oferecidos saltou de cinco para 11. Até 2016, eram oferecidos 15 cursos regulares. Muitos foram atualizados e substituídos com o intuito de melhor atender às

---

<sup>187</sup> Nas áreas de construção civil, costura industrial, eletricidade, informática, mecânica, panificação e confeitaria, artesanato e refrigeração residencial.

<sup>188</sup> Que ofertava os cursos de transporte, panificação, gestão de pequenos negócios, transferência metodológica, metodologia de formação profissional, refrigeração e manutenção, microcomputadores e oficina móveis. Os cursos de formação de formadores tiveram 192 técnicos participantes e concluintes.

<sup>189</sup> Os cursos oferecidos eram de metrologia, mecânica diesel - eixos, mecânica diesel - motores, Mecânica diesel - Manutenção, Mecânica diesel - Embreagem, Refrigeração e Transferência Metodológica. Ao todo, 365 alunos foram matriculados para os cursos nas empresas, todos eles concluíram a formação.

demandas locais, tais como os cursos de *autocad* e de programação de rede de comunicação. (CNI, 2016, p. 3).

Em linhas gerais, o centro iniciou com 144 alunos, chegando a abrigar, em 2014, 3.400 alunos, no ano letivo com 10 meses de duração. Não obstante, entre 2015 e 2016, devido à crise econômica do país, reflexo da baixa do preço do petróleo e do arrocho fiscal, entre outras razões, o centro funcionou com capacidade mínima, ou seja: 1.200 alunos e 30 instrutores. Tangente à absorção de egressos pelo mercado de trabalho, o diretor do INEFOP, durante evento das Nações Unidas em outubro de 2016, expôs que aproximadamente 35% dos alunos são contratados por empresas e 65% são autônomos. (CNI, 2016, p. 4).

É importante ressaltar que os cursos oferecidos pelo programa não foram escolhidos aleatoriamente, tendo havido consulta prévia junto ao governo angolano e à iniciativa privada, constatando que o binômio público-privado, fortemente presente nas relações de cooperação Sul-Sul, se encontrava igualmente inserido em um projeto global de reestruturação e construção de uma nova Angola.

## 5.2 A INICIATIVA PRIVADA BRASILEIRA E O ESTÍMULO A PROJETOS PARA DESENVOLVIMENTO DE ANGOLA

O momento favorável à expansão da cooperação Sul-Sul e a predisposição da política externa brasileira voltada para a maior participação na comunidade global, somados ao renascimento econômico do continente africano na primeira década do século XXI, foram convenientes ao processo de ampliação das relações entre Brasil e África.

Reconhecendo a potencialidade do mercado consumidor africano em crescimento, o Brasil vê na iniciativa privada dispositivo capaz de promover, apoiado ao aparato público, a ampliação do fluxo de investimentos direcionados ao continente. Por conseguinte, ao entorno estratégico que contempla o Atlântico Sul, o Brasil buscou redinamizar suas performances políticas e relações econômicas internacionais, prezando pelo adensamento da cooperação, bem como do comércio. A África evidenciava-se na PEB como uma região oportuna ao estabelecimento de canais de investimento mais sólidos, alcançados por meio de diálogos pautados na coalizão Sul-Sul e no incremento conjunto de suas potencialidades. Diante de tal perspectiva,

algumas iniciativas concretas de cooperação e apoio mútuo foram surgindo e novos empreendimentos tomaram forma para a coordenação de projetos vinculantes, em uma concepção diferenciada, do Brasil com a África.

Coube ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) papel destacado para a ampliação de investimentos nacionais no exterior e estabelecimento de projetos com a finalidade de promoção do desenvolvimento. O BNDES é “uma empresa pública federal vinculada ao Ministério da Economia, sendo o principal instrumento do Governo Federal para financiamento de longo prazo e investimento nos segmentos da economia brasileira<sup>190</sup>”. Sabendo que o BNDES não envia recursos para fora do país<sup>191</sup> e lembrando que seus empréstimos não são considerados cooperação pelo Brasil, os financiamentos concedidos a empresas brasileiras foram relevantes para a expansão comercial, como também para a viabilização de acordos comerciais na execução de obras e demais projetos em prol do desenvolvimento de países africanos, sobretudo em Angola. Tais financiamentos, tiveram como resultado a concentração de iniciativas, majoritariamente de grandes construtoras, para atividades no exterior e expansão de mercados.

Historicamente, a partir de 2000, o BNDES começou a apoiar operações de exportações de bens e serviços brasileiros para a África<sup>192</sup>. Os projetos contemplados incluíam “obras de geração e transmissão de energia, rodovias, saneamento, habitação, logística aeroportuária e exportação de aeronaves, além da exportação de máquinas e equipamentos, incluindo maquinário agrícola”<sup>193</sup>. Entre 2007 e 2013, o banco desembolsou mais de US\$ 2,9 bilhões para operações na África, inclusive em Angola, Moçambique, Gana e África do Sul<sup>194</sup>, financiando apenas a parcela dos investimentos referentes às exportações de bens e de serviços brasileiros. (BNDES, 2013).

---

<sup>190</sup> BNDES. Perfil. Disponível em:

[https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Hotsites/Relatorio\\_Anual\\_2018/](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio_Anual_2018/)

<sup>191</sup> “Os desembolsos de seus financiamentos a exportação são realizados no Brasil e em reais, após a comprovação por meio de documentos de que a exportação dos bens ou serviços correspondentes foi efetivamente realizada”. (BNDES, 2013) Disponível em:

[https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20160331\\_nota](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20160331_nota)

<sup>192</sup> BRASIL, BNDES Institucional. “BNDES inaugura escritório de representação na África”. 06 de dezembro de 2013. Disponível em:

[https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20131206\\_africa](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20131206_africa).

<sup>193</sup> *Ibid.*

<sup>194</sup> Em 2010, por exemplo, foram financiadas as exportações de ônibus brasileiros utilizados na Copa do Mundo de Futebol na África do Sul. (BNDES, 2010, p. 87)

Um marco relevante para a sedimentação do fomento, tanto à cooperação, quanto aos investimentos entre Brasil e o continente africano, foi a inauguração do escritório de representação na África<sup>195</sup>, a 6 de dezembro de 2013, localizado em Johannesburgo, África do Sul. Ao reconhecer o potencial para associações entre empreendedores africanos e companhias brasileiras, o então presidente do BNDES, Luciano Coutinho, enfatizou a inclinação da instituição em “apoiar a expansão das atividades das empresas brasileiras na África”<sup>196</sup> de forma construtiva, por meio de parcerias e de transferência de tecnologia de conhecimento.

É importante seguir enfatizando que o interesse brasileiro na África está para além das heranças culturais e dos elementos históricos compartilhados, uma vez que a África se tornou uma das regiões globais com índices de crescimento mais dinâmicos.

Notadamente, a situação econômica do País apresentou melhora relevante, sobretudo entre 2003 e 2012 quando a expansão de seu PIB se deu acima da média mundial, 2,4% ao ano, enquanto a de Angola crescia 5,1%. Os processos de estabilização e reforço das instituições nacionais reverberaram no desempenho econômico e nas relações exteriores. Ademais, o crescimento do comércio internacional africano, no qual Angola se insere, influenciou diretamente nas relações brasileiras com o continente. Significando, isso, o aumento exponencial no volume dos negócios, passando de US\$ 4,9 bilhões, em 2000, para US\$ 26,5 bilhões, em 2012. Isso posto, ressalta-se que o volume total do intercâmbio comercial do Brasil cresceu: em 1990, participava com cerca de 3%; em 2013, com 6%. (BNDES, 06 de dezembro de 2013).

A presença física do BNDES na África fazia parte de uma visão tática do Estado brasileiro de ampliar seu relacionamento com as instituições locais e regionais, além de aprofundar os conhecimentos sobre o ambiente empresarial africano. Durante os anos destacados, além da celebração de um volume bem maior de acordos de cooperação, o fomento à realização de negócios com vista ao desenvolvimento mútuo era prioridade entendida pelo governo brasileiro como “um senso de compromisso e um componente

---

<sup>195</sup> “Participaram da cerimônia de inauguração o presidente do BNDES, Luciano Coutinho, e o diretor responsável pelos assuntos relativos à África, América Latina e Caribe, Luiz Eduardo Melin. O ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, Fernando Pimentel, enviou mensagem em vídeo”. BRASIL, BNDES Institucional. “BNDES inaugura escritório de representação na África”. 06 de dezembro de 2013. Disponível em:

[https://www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20131206\\_africa](https://www.bnades.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20131206_africa)

<sup>196</sup> *Ibid.*

de esperança em relação ao futuro de nosso relacionamento e ao futuro da África”. (BNDES, 2013).

A implantação do escritório em Johannesburgo<sup>197</sup> é o termômetro da presença institucional do Estado brasileiro, para além das representações diplomáticas e diz muito a respeito dos esforços empregados na ampliação de diálogo e do fomento comercial entre o Brasil e a África. Sua implantação foi justificada pela necessidade de representação local, pois existia uma grande distância entre os países, e pelo aumento da importação de equipamentos manufaturados brasileiros naquele continente. O alto volume de demandas identificadas e o fato de que as duas principais instituições sul-africanas (o Banco de Desenvolvimento da África Austral e a Corporação Industrial de Desenvolvimento) se encontravam naquela capital, também foram razões para o estabelecimento do escritório.

Após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, não apenas as iniciativas de cooperação Sul-Sul com o continente africano foram prejudicadas, como também as relações econômicas sofreram prejuízos. A mudança do sentido da política interna brasileira refletiu intensamente nas relações internacionais como um todo. Ao ser submetido a uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e ser objeto de especulações políticas o BNDES, além de fechar sua representação em Johannesburgo, em novembro de 2016, foi alvo de questionamentos sobre os investimentos em obras internacionais, inclusive na construção de usinas e rodovias em Angola.

De acordo com a opinião do relator do “Relatório Final da CPI do BNDES”, o Senador Roberto Rocha - PSDB, tais obras canalizavam “os recursos que deveriam estar financiando a infraestrutura precária de nosso País” (BRASIL, Senado Federal, 2018). A partir da retórica do Senador é possível inferir que houve mudança substancial na apreciação do compromisso de setores políticos nacionais não apenas com a cooperação internacional para o desenvolvimento, mas também com as iniciativas de fomento a investimentos em alguns campos específicos.

A argumentação opositora se assentava em um discurso especulativo de que as aproximações do governo progressista eram apenas ideológicas, não levando em consideração questões estratégicas. Tais argumentações não se limitaram apenas às

---

<sup>197</sup> Um dos centros financeiros mais importantes do continente.



iniciativas do BNDES em apoiar o financiamento de projetos privados na África, mas reverberaram em outros órgãos encarregados de fomentar a CSS brasileira, inclusive o Itamaraty.

Particularmente neste caso, é possível vislumbrar como a relação agente-estrutura pode ser comprometida pela construção ideológica e dinâmicas sociais. A mudança dos interesses políticos do Brasil afetou de forma elementar as suas relações com o continente africano e, ainda, com as bases estruturais da própria cooperação Sul-Sul. O que parecia estar equilibrado em uma institucionalidade sólida, de perspectiva compensatória para ambas as partes, resultou no arrefecimento do relacionamento brasileiro com Angola.

Para além das contradições ideológicas presentes na cúpula do governo brasileiro e da retração da cooperação, faz-se pertinente alertar que existe ainda a preocupação real referente à mensuração dos resultados provenientes da cooperação.

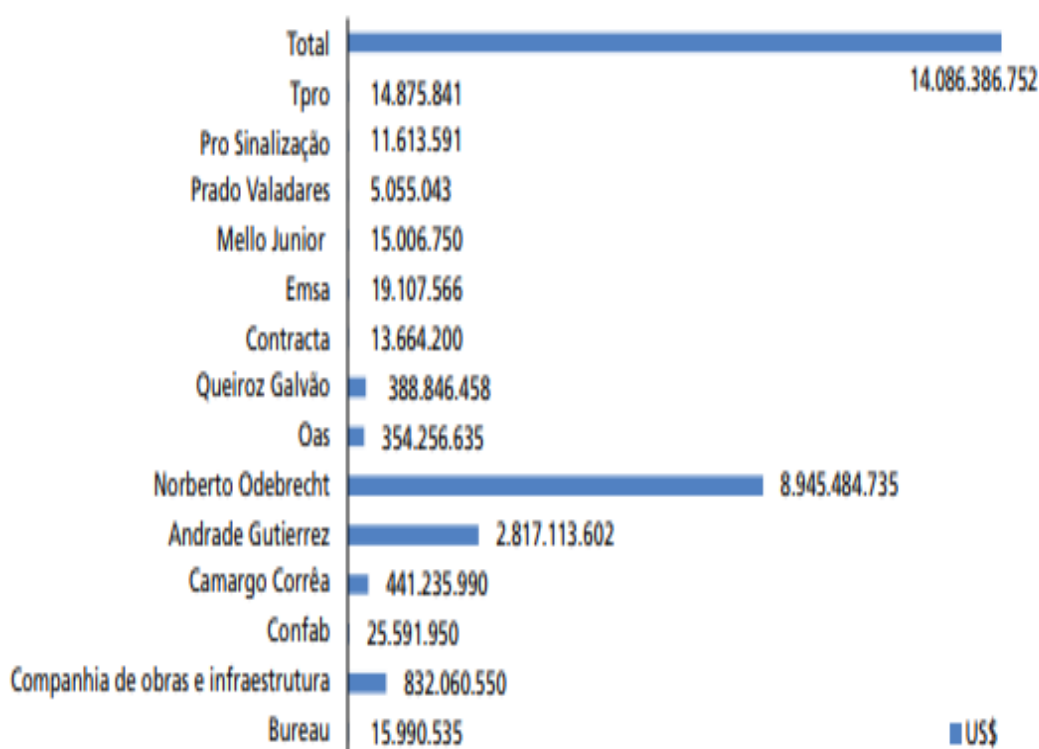
A falta de transparência no trato com as informações dificultou a estimação dos seus efeitos, sobretudo no tocante à República de Angola, que concentrou aproximadamente US\$ 4 bilhões para obras e serviços no período 2007-2015. Com isso, abarcou 86 de 575 subcréditos. Infelizmente, não foi possível identificar informações de contratos entre os anos de 2003 a 2006, muito menos em 2010. Não se sabe se houve ausência de financiamento ou de informação até a emissão do relatório do IPEA, em 2017. (IPEA, 2017, p. 11).

Não obstante, dentre os países do Sul Global, devido à sua constante participação no direcionamento de investimentos, Angola se destacou por ter recebido especial atenção, tanto do BNDES quanto das empresas brasileiras de engenharia. O motivo pelo qual a iniciativa privada brasileira vislumbrou, no território angolano, a possibilidade de expandir mercados reside no fato de que o país buscava se reconstruir após a Guerra Civil, além de buscar a incrementação do seu projeto de crescimento econômico, investindo em infraestrutura, educação profissional, saúde e diversificação de produção.

Ao longo do período de reaproximação com o continente africano, entre 2002 e

2016, o BNDES financiou<sup>198</sup>, na área de engenharia, um total aproximado de US\$ 14 bilhões para 14 empresas brasileiras, sendo a exportação de obras e de serviços executadas em 11 países do Sul Global, mais especificamente nas regiões da América Central, América do Sul e África. Dentre estas regiões, a República de Angola foi quem mais “liderou com aproximadamente US\$ 4 bilhões, enquanto a Odebrecht concentrou quase 80% do financiamento”, como apresentado nos gráficos 2 e 3. (IPEA, 2017, p. 05).

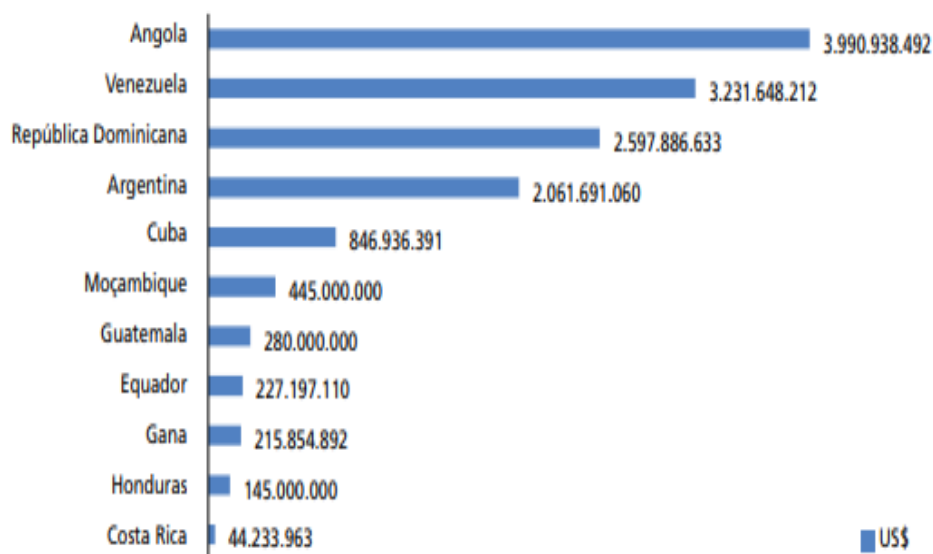
Gráfico 2: Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por empresa brasileira entre 2002 e 2016.



**Fonte:** Banco de dados do BNDES. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).

<sup>198</sup> Além do incentivo às construtoras de engenharia civil, as ações do BNDES compreenderam a aprovação de créditos para: exportações, construção de navios petroleiros, desenvolvimento de vacinas, produção de biocombustíveis, desenvolvimento de energia renovável, incentivo da indústria cinematográfica, entre outros.

Gráfico 3: Financiamento total do BNDES para obras e serviços no exterior por país entre 2002 e 2016.



**Fonte:** Banco de dados do BNDES. Disponível em: [www.bndes.gov.br](http://www.bndes.gov.br).

A construtora Norberto Odebrecht, nome em homenagem ao seu fundador, internacionalizou-se a partir dos anos de 1980 e destaca-se por ter desempenhado um papel mais vanguardista em relação aos investimentos em Angola. Por esse motivo, obteve vantagem na composição de atividades de desenvolvimento de infraestrutura não apenas lá, como também em outros países da região Sul, sendo seguida por participações secundárias, mas também importantes, de empresas tais como a Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Queiroz Galvão, Mello Junior, Prado Valadares e a OAS<sup>199</sup>. Estudos realizados pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) apontam que dentre os 11<sup>200</sup> países selecionados, participantes do financiamento do BNDES entre o período de 2002 e 2016, Angola foi o único a receber classificação diferenciada, por ter espaço específico para os financiamentos<sup>201</sup>.

A presença da Odebrecht em Angola está fisicamente representada pela sede em Luanda e já possui histórico de participação há mais de 30 anos no país. A execução de

<sup>199</sup> IPEA, 2017, p. 10 disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/>

<sup>200</sup> Angola, Argentina, Costa Rica, Cuba, Equador, Gana, Guatemala, Honduras, Moçambique, República Dominicana e Venezuela.

<sup>201</sup> Os países foram divididos em quatro classificações. O primeiro grupo de países recebeu apenas um sub crédito. No segundo grupo, estão aqueles países envolvidos em mais de um sub crédito, ainda que o valor total seja inferior a US\$ 1 bilhão. O terceiro grupo ficou restrito aos países com financiamento acima de US\$ 1 bilhão, exceto Angola, com espaço específico (IPEA, 2017).

seus projetos de engenharia incluí a construção de grandes infraestruturas, tais como barragens, sistemas de abastecimento de água e saneamento, estradas, redes eléctricas e empreendimentos imobiliários. Também são objetos de investimento em Angola a atuação em cadeias de supermercados, exploração de diamantes e na usina de etanol. As obras da construtora na República de Angola começaram em 1984 com a construção da Barragem de Capanda, em Malanje, e não se limitaram ao seguimento de engenharia e construção tendo, inclusive, “desenvolvido programas sociais com a comunidade envolvente a cada um dos projetos, que se destacam nas áreas da capacitação para a geração de renda, saúde comunitária e educação com campanhas de alfabetização” (ODEBRECHT, 2015, p. 24). Através da atuação da *Odebrecht Africa Fund*. Consta que:

[...] (a empresa) administra e desenvolve um portfólio selecionado de investimentos estratégicos no sector do Retalho, Agronegócios, Centros Comerciais, Mineração e Óleo & Gás (...). A Odebrecht em Angola, no âmbito das suas obras e investimentos, é responsável por cerca de 24 mil postos de trabalho (directos e indirectos), sendo na sua maioria ocupados por Angolanos. Promove igualmente várias iniciativas sociais para as comunidades envolvidas às suas obras que, entre campanhas, patrocínios, programas e projetos estruturados, visam temas como: agricultura familiar, iniciativa e cidadania, educação e capacitação, saúde, responsabilidade ambiental e cultura tradicional. (ODEBRECHT, 2015, p. 11).

O conhecimento de tecnologias modernas e a relação com consultorias estadunidenses fizeram com que a construtora se tornasse não somente um polo dinamizador da economia baiana, como também uma referência para o mundo. A partir da década de 90, o cenário econômico internacional da crise do petróleo, juntamente com a recessão doméstica causaram escassez de demandas por obras de engenharia no Brasil, impulsionaram a internacionalização da construtora justamente no período de aproximação Brasil-Angola. Durante esse tempo, a Odebrecht se consolidava pela liderança no *ranking* mundial da construção. (IPEA, 2017, p. 14).

Para Santana (2004), a entrada da Odebrecht na África ocorre por meio dos PALOP, já que decide, no início dos anos de 1980, diversificar na indústria petroquímica e internacionalizar na linha de engenharia. Para a empresa, era importante buscar boas oportunidades, principalmente em áreas onde houvesse interesse dos governos brasileiros em estreitar relações com o país “cliente”. (IPEA, 2017, p. 17).

A construção do Complexo Hidrelétrico de Capanda foi facilitada pelo projeto trilateral entre Brasil e a ex-URSS, depois de o ministro Delfim Neto ter chefiado a missão

comercial brasileira em Moscou. Inicialmente, a previsão de investimento era de US\$ 650 milhões, com reembolso feito por meio de petróleo à Petrobras. O financiamento da obra foi público e efetuado, primeiramente, pelo Banco do Brasil. Já em 2000, ocorreu via BNDES. (IPEA, 2017, p. 17-18).

Para estabelecer a dimensão média da variação dos trabalhos realizados pela construtora, o Quadro 1 resume alguns marcos de engenharia e de intervenção social realizados pela empresa de 1984 a 2014.

QUADRO 1 – Projetos da Odebrecht em Angola no período de 1984 a 2014

ANO – PROJETO	CARACTERÍSTICAS GERAIS
<b>1984</b> - BARRAGEM DE CAPANDA - Início da operação em Angola com a assinatura do Contrato para a construção da Barragem de Capanda, em Malanje.	A Barragem de Capanda tem capacidade instalada de 520 MW e serve cinco províncias: Malanje, Kwanza-Norte, Luanda, Kwanza-Sul e Bengo.
<b>1993</b> - SOCIEDADE MINEIRA DE CATOCA - Criada a Sociedade Mineira de Catoca, associação entre a Empresa Nacional de Diamantes de Angola (Endiama), Alrosa, Lev Leiev e Odebrecht.	Sociedade com o objetivo de prospectar, explorar, recuperar e comercializar diamantes.
<b>1994</b> - projeto LUANDA SUL - Início da implantação do projeto Luanda Sul, primeiro Programa com participação público-privada no país.	Atualmente constitui uma nova cidade em Luanda. Projeto de planeamento urbanístico, idealizado e viabilizado como processo autossustentável de transformação do património natural em infraestrutura.
<b>1995</b> - MISSÃO DE PAZ UNAVEM III - Apoio à Missão de Paz UNAVEM III	o Consórcio Odebrecht-Raytheon firma contrato com a Organização das Nações Unidas (ONU) para prestação de serviços e apoio logístico em todo o território angolano
<b>1998</b> - PROGRAMA DE VACINAÇÃO CONTRA A POLIOMIELITE - Participação na 3ª Jornada Nacional da Campanha Contra a Poliomielite	A empresa obtém reconhecimento do Presidente José Eduardo dos Santos à Odebrecht Angola, pelo compromisso e apoio na erradicação da Poliomielite.
<b>2000</b> - ÁGUAS DE LUANDA - Início da implantação do projeto Águas de Luanda	Sistema de captação, tratamento e distribuição de água potável; Também inicia-se o Projeto de Saneamento e

	<p>Requalificação de Bairros de Luanda e do projeto de Revitalização dos Eixos Viários de Luanda, incluindo obras de requalificação urbana, macrodrenagem, implantação de redes técnicas (água, esgoto, energia), iluminação pública e ampliação e modernização das vias.</p>
<p><b>2002</b> - PROGRAMA DE COMBATE AO VIH/SIDA - Programa de Campanhas de educação e sensibilização dos integrantes e comunidade sobre o vírus.</p>	<p>O programa chegou já a 450 mil angolanos. O Programa foi indicado em 2004 pelo GBC (<i>Global Business Coalition</i>), entre os 9 Melhores Programas do Mundo e pelo IFC (Banco Mundial) como Programa Modelo para 200 empresas no mundo.</p>
<p><b>2002</b> - PROGRAMA DE REALOJAMENTO DAS POPULAÇÕES - Início do Programa de Realojamento das Populações (PRP)</p>	<p>Trata-se de um projeto de construção de infraestruturas e moradias para alojar as pessoas que vivem em situação de risco em Luanda. Tal programa foi estendido e ampliado, vindo a beneficiar mais de 200 mil pessoas</p>
<p><b>2004</b> - BENGUELA - Início da realização do projeto Águas de Benguela</p>	<p>O objetivo principal do projeto era a captação, tratamento, preservação e distribuição da água tratada para as cidades da província de Benguela, beneficiando mais de 1 milhão de habitantes. Outros projetos realizados em Benguela: infraestruturas das principais cidades da província, diversas estradas e regularização dos rios Cavaco, Catumbela e Coporolo.</p>
<p><b>2006</b> - NOSSOSUPER - Planeamento, projeto, construção, implantação e operação da Nova Rede de Supermercados de Angola (NRSA), Nossosuper.</p>	<p>Até o ano de 2014 já contava com 34 lojas, dois centros de distribuição e logística.</p>
<p><b>2007</b> - VIAS DE LUANDA - Início do projeto de Revitalização das Vias de Luanda.</p>	<p>A visão do projeto era reabilitar os principais eixos viários da cidade, envolvendo a concepção e implantação de um projeto urbanístico com atividades de limpeza urbana e manutenção das obras de revitalização</p>
<p><b>2007</b> - BARRAGEM DO GOVE - Início das obras de reparação da Barragem do Gove, no Huambo.</p>	<p>Contrato efetivado como Gabinete para a Administração da Bacia Hidrográfica do Cunene (GABHIC) do Ministério de</p>

	Energia e Águas para a construção da central hidrelétrica e subestação.
<b>2007</b> - BELAS SHOPPING - Inauguração do Belas Shopping em Luanda.	Primeiro Shopping Center de Angola, com 89 lojas, oito salas de cinema e 900 vagas para estacionamento de automóveis
<b>2009</b> - BARRAGEM DE CAMBAMBE - Início da reabilitação da Barragem de Cambambe com o alteamento da parede da barragem, no Kwanza-Norte.	A reabilitação vai permitir aumentar a capacidade instalada de 260 MW para 960 MW, gerando energia para cerca de oito milhões de pessoas.
<b>2009</b> - BIOCUM - Assinatura de contrato para a constituição da empresa Biocom, em associação com a Sociedade Nacional de Combustíveis de Angola (Sonangol) e com o grupo privado Cochán, para o cultivo de cana-de-açúcar destinada à produção de açúcar, de etanol e geração de energia elétrica.	O contrato é parte do Polo Agroindustrial de Capanda (PAC), projeto implementado pela Sociedade de Desenvolvimento do Polo Agroindustrial de Capanda (SODEPAC), que visa aumentar a segurança alimentar e geração de renda com base na agricultura familiar.
<b>2009</b> - PROGRAMA KUKULA KU MOXI (CRESCER JUNTOS) - Criado pela Odebrecht Angola com o apoio da Sociedade de Desenvolvimento do Pólo Agroindustrial de Capanda (SODEPAC).	Objetiva contribuir com o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na área de influência do Pólo Agroindustrial de Capanda (PAC), por meio da melhoria da qualidade de vida e da ampliação das oportunidades de educação e geração de trabalho e renda em suas comunidades. A iniciativa abrange 29 comunidades rurais no Município de Cacuso, beneficiando 10.000 pessoas, retirando 3.000 pessoas da linha da pobreza e reduzindo a mortalidade infantil ali verificada. Hoje conta com a parceria da Maersk Oil e da Sonangol.
<b>2010</b> - PROGRAMA ACREDITAR - Programa de Qualificação Profissional Continuada, foi criado no Brasil em 2008.	O programa forma pessoas nos cursos de construção civil e áreas afins, tornando-as mais aptas para o mercado de trabalho. O elemento diferenciador deste para outros programas é o seu fundamento na Tecnologia Empresarial Odebrecht (TEO) e na Educação pelo Trabalho. Foi implementado em Angola nas províncias de Luanda, Cambambe, Benguela, Jamba e Malange, tratando-se de um apoio à juventude angolana para conquistar o 1º emprego.

<b>2011</b> - PROGRAMA XALENU KYAMBOTE (FIQUE BEM) - Desenvolvido na área de influência do AHE Cambambe em parceria com Empresa Nacional de Electricidade (ENE)	O projeto Social associado a esta obra atua nas vertentes de educação; saúde; geração de renda para a comunidade e incentivo à cultura local
<b>2012</b> - PRÉMIO SIRIUS 2012 - Categoria Melhor Programa de Responsabilidade Social Iniciativa promovida pela Deloitte que reconhece as empresas, instituições, gestores e empreendedores que revelem práticas de gestão sólidas e de excelência.	Uma das categorias avalia a qualidade e abrangência de programas e iniciativas de responsabilidade social corporativa desenvolvidas em Angola. Em 2012 o Prêmio nessa categoria foi atribuído à Odebrecht Angola.
<b>2012</b> - BARRAGEM DE LAÚCA - AHE LAÚCA - Início das obras de construção da Barragem de Laúca-Desvio do Rio, no Kwanza Norte.	No final da sua construção, a barragem de Laúca terá uma capacidade instalada de 2.070 MW.
<b>2013</b> - PRÉMIO FUNDAÇÃO LWINI - Prémio concedido pela Fundação Lwini na 5ª Gala Internacional de Beneficência Lwini 2013	Concedido pela contribuição ao engrandecimento do objeto as causas sociais.
<b>2013</b> - REFINARIA LOBITO SONAREF-	Início das obras de construção das infraestruturas para a Refinaria do Lobito (Sonaref), na província de Benguela.
<b>2014</b> - ADESÃO AO PACTO GLOBAL DAS NAÇÕES UNIDAS	Adesão formal ao Pacto Global das Nações Unidas em Janeiro de 2014
<b>2014</b> - BIOCUM	Inauguração Biocom em Julho de 2014.

**Fonte:** ODEBRECHT (2015), pp.12-15. Elaborado pela autora (2019).

A atuação da Odebrecht em Angola, como disposta no Quadro 1, apesar de ter relevância inquestionável para as relações entre os países, não ocorre de forma isolada, mas integra um desejo mútuo de incrementação e estabelecimento tanto da cooperação para o desenvolvimento, quanto da parceria econômica brasileiro-angolana, integrando o binômio público-privado à maioria dos setores produtivos e de desenvolvimento que contam com tal modelo em quase todos os setores aos quais alcançam.

Em 2010, ao considerar como prioridades a cooperação Sul-Sul no contexto internacional e o compromisso aos processos de integração regional dos quais



participavam, Brasil e Angola decidiram adotar oficialmente uma parceria estratégica. Orientada, entre outras coisas, a privilegiar a) formação e capacitação de quadros, b) transferência de conhecimento e de tecnologia, c) criação de parcerias entre entidades do setor público e privado e d) realização de investimentos recíprocos e complementares. Ambicionava-se, com isso, promover iniciativas nos mais variados domínios, entre eles o econômico, o financeiro, o comercial e o energético. (BRASIL, MRE, 2010).

Concernente à cooperação econômica, financeira, comercial e de desenvolvimento, a promoção da cooperação institucional previa a “formulação, desenvolvimento e avaliação de políticas públicas, bem como na formação e aperfeiçoamento de quadros para o seu exercício” (BRASIL-MRE, 2010, alínea B, item “i”). Neste escopo, delineou-se o estabelecimento de um Plano de Trabalho de Cooperação Industrial entre Angola e Brasil, “[...] visando à integração produtiva das duas economias e sua melhor inserção competitiva internacional” (BRASIL-MRE, 2010, alínea B, item “ii”).

Os desembolsos do BNDES foram justificados pelo financiamento de obras de construção civil em Angola, principalmente em 2010. Quando foi proposto lar a participação da iniciativa privada no desenvolvimento do comércio recíproco e promoção da cooperação empresarial por meio da formação de parcerias, principalmente com pequenas e médias empresas. (BRASIL-MRE, 2010, alínea B, item 13). Neste contexto, fomentou-se projetos no domínio das infraestruturas e dos transportes, como também da cooperação para o desenvolvimento nas áreas de: agricultura; petróleo; energia; e obras públicas. Foi requerido a melhoria da utilização dos mecanismos de financiamento a programas e projetos, como também das exportações, no intuito de incrementar o comércio e a economia desses Países. Intencionava-se, ainda, incentivar a “criação de Conselhos Empresariais Brasil-Angola com vista ao aumento do comércio bilateral de dos investimentos recíprocos” (BRASIL, 2010, alínea B, item 18).

Em linhas gerais, é importante enfatizar que as relações comerciais do Brasil com Angola, de acordo com Ministério das Relações Exteriores, trata-se de uma relação superavitária, que chegou a superar a marca de US\$ 1 bilhão em 2008<sup>202</sup>.

---

<sup>202</sup> “[...] Até 2014, o Brasil exportou mais para Angola do que para a África do Sul, Portugal e Noruega, dentre outros parceiros tradicionais. Desde então, com a crise provocada pela queda dos preços do petróleo, a corrente de comércio retraiu-se. Ainda assim, o Brasil continua a exportar mais para Angola do que para países como Austrália, Israel, Dinamarca, Finlândia e Áustria. Em 2018, o fluxo foi de US\$

Apesar da dinâmica enviesada de acercamento e afastamento entre o Brasil e o continente africano, a presença de empresas brasileiras em Angola, sobretudo da Odebrecht, estabeleceu um elo mais contínuo de relacionamento entre as duas nações, facilitando o adensamento de relações comerciais e a ininterruptão de relações políticas.

### 5.2.1 Centro Integrado de Formação Tecnológica (CINFOTEC)

Apesar de o Centro Integrado de Formação Tecnológica – CINFOTEC ter sido construído fora do âmbito da Cooperação Sul-Sul, decorre de relações e experiências suscitadas pela CSS. Inspirado no modelo baiano do Centro Integrado CIMATEC, o CINFOTEC foi concebido por iniciativa angolana, sendo parte de uma demanda pelo aumento da oferta de formação profissional, inserido na estrutura do Sistema Nacional de Formação Profissional (SNFP) do país<sup>203</sup>. Sob a tutela do Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), o CINFOTEC é fruto de uma iniciativa do Governo de Angola, que buscou a Odebrecht para o desenvolvimento do projeto de capacitação de mão-de-obra<sup>204</sup>, que, por sua vez, convidou o SENAI-CIMATEC para trabalhar como parceiros.

A construtora Odebrecht executou a obra de engenharia e ao SENAI coube a responsabilidade de concepção do Centro e de elaboração do projeto conceitual “[...] além da formação de 15 profissionais angolanos, entre engenheiros e técnicos, que vieram à Bahia para participar de cursos de capacitação técnica e de gestão promovidos pelo CIMATEC”<sup>205</sup>.

A presença do SENAI, além de ser fruto do sucesso da implementação do Centro de Cazenga, é também exemplo de como o Brasil expande seu próprio projeto de desenvolvimento. Como citado neste capítulo, a escolha das instituições parceiras pode significar a internacionalização dos próprios interesses econômicos nacionais. Para

---

669 milhões, com US\$ 458,11 milhões de exportações brasileiras e US\$ 210,89 milhões em importações de produtos angolanos. As exportações procedentes do Brasil concentram-se em carnes (38 %) e açúcar refinado (20 %). Já as importações são constituídas basicamente por petróleo (85 %). (BRASIL, MRE, 2018).

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. República de Angola. Disponível em [http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=4817&Itemid=478&cod\\_pais=AGO&tipo=ficha\\_pais&lang=pt-BR](http://www.itamaraty.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=4817&Itemid=478&cod_pais=AGO&tipo=ficha_pais&lang=pt-BR).

<sup>203</sup> Disponível em: <http://cinfotec.gv.ao/quem-somos/>.

<sup>204</sup> Disponível em: <http://www.fieb.org.br/pagina/308/excelencia-tipo-exportacao.aspx>.

<sup>205</sup> *Ibid.*

ilustrar tal afirmativa, e antes mesmo de aprofundar sobre a construção do CINFOTEC, ocupou-se por compreender também a participação estratégica do SENAI para a iniciativa privada brasileira.

Ao compor “Sistema Indústria”, apelidado de “sistema S”, o SENAI está subordinado à Confederação Nacional da Indústria brasileira, cuja missão é a de “defender e representar a Indústria na promoção de um ambiente favorável aos negócios, à competitividade e ao desenvolvimento sustentável do Brasil” (CNI, 2016, p. 3).

Essa definição nos dá clara ideia de que a presença em Angola foi calculada, pois, de acordo com seu estatuto, uma de suas prerrogativas é a defesa, a coordenação e a representação dos interesses gerais da indústria, de forma direta ou indireta, no intuito de “fomentar a expansão e a competitividade do setor industrial e o desenvolvimento econômico e social do País (Brasil)” (CNI, Seção III Dos Objetivos. Art. 3º, Item I).

Concernente às suas competências, cabe à CNI “articular-se com o poder público para o estudo e solução de questões relacionadas com o desenvolvimento socioeconômico do País” (CNI, Seção IV Das Prerrogativas, Competências e Proibições Art. 5º, item I, p. 8).

Pode filiar-se a “entidades ou organismos internacionais ou manter relações com entidades estrangeiras representativas da indústria ou da atividade econômica”, desde que estes organismos ou atividades sejam de “interesse da indústria brasileira ou da economia do País” (CNI, Seção IV Das Prerrogativas, Competências e Proibições Art. 6º, item I, p. 9).

Fazer parte da execução do delineamento do “Centro de Formação Profissional do Cazenga” significou a primeira experiência do SENAI em um projeto de cooperação técnica Sul-Sul. Devido ao resultado bem-sucedido, a instituição conquistou novos e significativos espaços para a realização de projetos, tanto no continente africano quanto no latino-americano<sup>206</sup>.

A representatividade do SENAI é refletida por meio da atuação em projetos de cooperação técnica internacional e prestação de serviços. Tais ações realçam o valor da marca e dão força ao capital político, fato que enaltece a indústria brasileira. O arrojo das

---

<sup>206</sup> A exemplo de São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Guatemala, Peru, Jamaica e Paraguai.

investidas é relevante para a fixação no cenário globalizado da contemporaneidade. Graças à inserção internacional, o SENAI se configura como um dos três atores de maior relevo no cenário da cooperação brasileira. Em suma, o SENAI consegue êxito em termos de Educação e Qualidade, item 4 dos Objetivos elencados para o Desenvolvimento Sustentável, que, também, busca “Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos. (CNI, 2016, p. 05).

Servindo-se da visibilidade internacional que ganhara, o SENAI aproximou-se de governos estrangeiros e de empresas brasileiras e internacionais que passaram a demandar os seus serviços em projetos de formação técnica e profissional, a exemplo dos demais projetos nos quais participou ainda em Angola, junto ao INEFOP, responsável pelo alvará dos centros de formação, e o MAPESS, tais como o CINFOTEC e o CENFOC, respectivamente realizados nos anos de 2007 e 2012, ambos em Luanda<sup>207</sup>. Este último, o CENFOC, insere-se no modelo de acordo de cooperação triangular, em que a JICA é o agente financiador e o SENAI-SP “tem a responsabilidade da gestão e execução do projeto até 2019” (SENAI-SP, 2017, p. 22). O projeto trata de uma assessoria técnica e tecnológica junto à JICA (Japan International Cooperation Agency), fruto de uma necessidade comum em ainda atender a demanda angolana pautada na reconstrução do país “através do fortalecimento do Centro de Formação Profissional de Construção Civil de Viana (CENFOC)”. (JICA, 22/07/2011)<sup>208</sup>.

A ideia central da proposta era a de adequar a estrutura física do centro para a realização de cursos profissionalizantes, bem como capacitar recursos humanos para sua operacionalização. Como parte do “Projeto de Modernização do Centro Referência de Formação Profissional na área de Construção Civil Angola-Brasil-Japão (ProMOCC)”, a missão conjunta para Angola, no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão, foi responsável pela realização de capacitação técnica e pela certificação de professores do CENFOC no Brasil. “Além da capacitação pedagógica, desenvolvimento de planos de

---

<sup>207</sup> Recentemente, nos dias 03 e 05 de Junho de 2019, a delegação africana que representa a Toyota Angola foi recebida pelo SENAI para a negociação do projeto Academia Toyota de Formação Profissional. Notícia disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/atuacao-internacional/noticias/senai-negocia-projeto-de-formacao-profissional-com-a-toyota-angola/>.

<sup>208</sup> JICA - Japan International Cooperation Agency. Cooperação Triangular para o desenvolvimento da construção civil em Angola. Notícias - 22/07/2011. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2011/220711-2.html>.

cursos nas áreas da Construção Civil, Construção de Estruturas Metálicas e Topografia”. (SENAI-SP, 2017, p. 22).

Antes da execução do CENFOC, resultante de cooperação triangular, destaca-se a implementação do Projeto de Formação, Trabalho e Desenvolvimento - FTD<sup>209</sup> pelo Conselho de Ministros angolano, em 2003. Sua criação objetivava o desenvolvimento institucional, a capacitação de formadores e multiplicadores, a recuperação, construção e equipação de centros de formação, além de abarcar o fomento ao emprego<sup>210</sup>. Foi sob o amparo do FTD que a Odebrecht iniciou a obra do Centro de Formação Tecnológica - CINFOTEC, em Luanda (ODEBRECHT, 2015, p. 12).

O CINFOTEC seria responsável pela:

[...] formação de mão-de-obra nas áreas de mecânica e produção, elétrica e mecatrônica, metrologia e tecnologia da informação e comunicação. Inaugurado pelo Presidente da República de Angola, José Eduardo dos Santos, o Cinfotec está localizado em Luanda Sul e foi construído em um terreno de 12 mil m<sup>2</sup>, sendo composto por quatro pavimentos com 16 salas de aula, duas salas de videoconferência, 22 laboratórios, entre outras instalações. Além da construção, a Odebrecht é responsável pelo aparelhamento, operação assistida e pela transferência final para o governo, que será realizada em 2009. Para apoiar na formação de futuros profissionais, a empresa buscou como parceiro o Centro Integrado de Manufatura e Tecnologia (Cimatec), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), no Brasil <sup>211</sup>.

Mediante tal parceria, a meta do governo angolano era de capacitar mais de 7.000 cidadãos, até o ano de 2011, por meio do CINFOTEC, que foi criado em 2008. Apesar de a meta não ter sido plenamente alcançada, é cabível apontar que no ano de 2015, o centro formou 2.702 alunos<sup>212</sup> e, até 2017, já havia lançado no mercado de trabalho mais de 10.684 pessoas, todas nas áreas de Eletricidade e Mecatrônica, Mecânica e Produção, Tecnologia de Informação e Comunicação e Metrologia.<sup>213</sup>

Além da Odebrecht e do SENAI, a empresa de arquitetura e logística Prado

<sup>209</sup> Diário da República. I Série N.º 82 de 17 de Outubro de 2003. Conselho de Ministros. Resolução n.º 33/03. Sumário: Aprova o Programa Escola para Todos -PET e o Programa Formação-Trabalho-Desenvolvimento - FTD. Disponível em:

<http://www.impresanacional.gov.ao/index.php?id=105&serie=1&token=7219728613822a39c49941c1c7fdc03c&ano=2003&deAno=&ateAno=&numero=&numeroDiploma=&descricao=&page=8>

<sup>210</sup> Agencia Angola Press. 01 de janeiro de 2004. Disponível em:

[https://www.angop.ao/angola/pt\\_pt/noticias/politica/2004/0/1/fe5ddbb0-4365-45f8-b698-f3aa0290a967.html](https://www.angop.ao/angola/pt_pt/noticias/politica/2004/0/1/fe5ddbb0-4365-45f8-b698-f3aa0290a967.html).

<sup>211</sup> Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/centro-tecnologico-em-angola>.

<sup>212</sup> Disponível em: <http://port.pravda.ru/news/science/20-03-2015/38327-cinfotec-0/>.

<sup>213</sup> Disponível em: <http://cinfotec.gv.ao/cinfotec-lanca-mais-quadros-para-o-mercado-de-trabalho/>.

Valladares também participou do projeto de construção do CINFOTEC. De acordo com o Relatório de Auditoria de Conformidade sobre Concessão de Financiamento, emitido pelo Tribunal de Contas da União (TCU) em 2015<sup>214</sup>, os valores financiados pelo BNDES para a execução da obra, em milhões, foram de US\$ 28.645.241, para a construção do edifício, pela Odebrecht<sup>215</sup> e de US\$ 5.055.043 para capacitação e treinamento, pela Prado Valladares<sup>216</sup>.

Os financiamentos liberados para a construção do Centro de Formação encontravam-se inseridos no segmento de financiamento à exportação de serviços, segmento este que fora considerado pelo relator da auditoria do TCU - ministro-substituto Augusto Sherman Cavalcanti - como “[...] a área mais sensível dentro dos processos sob a responsabilidade da área de comércio exterior” (BRASIL, Tribunal de Contas da União, 2015, p.1).

A realização do CINFOTEC foi possível por conta da concessão de linha de crédito brasileiro em favor de Angola, disponibilizada pelo BNDES. Ratificando que o Brasil não oferece cooperação financeira direta, qualquer projeto demandado no exterior, mesmo pautado no desenvolvimento, tem de ter necessariamente um interveniente garantidor e um interveniente exportador. No caso do Centro de Formação, Angola recorreu à Odebrecht para ser interveniente exportador, sendo a própria solicitante o interveniente garantidor.

Como interveniente garantidor, Angola deveria cumprir todas as condições impostas pelo BNDES, dentre estas a comprovação da manutenção do fluxo financeiro relativo ao fornecimento anual de 20 mil barris de petróleo/dia, distribuídos em dois carregamentos trimestrais, depositados por Angola em conta corrente do Banco do Brasil (BRASIL. BNDES, 2006, p. 9).

Havia também a obrigatoriedade em assegurar ao BNDES, ou quem o banco quisesse indicar, o livre acesso ao local do projeto e à documentação relativa à sua execução para fins de inspeções técnicas, administrativas e financeiras (BRASIL, BNDES, 2006, p. 16).

---

<sup>214</sup> BRASIL. Tribunal de Contas da União. Relatório de Levantamento de Auditoria. Nº TC 034.365/2014-1. Páginas 23 e 25

<sup>215</sup> BRASIL. BNDES, pedido de financiamento nº 2006/0205.

<sup>216</sup> BRASIL. BNDES, pedido de financiamento nº 2006/0257.

Observa-se que, no tocante às obrigações impostas no contrato, não há controle específico sobre o modo como a gestão do projeto deveria ser feita. As condicionalidades para os intervenientes resumiam-se aos compromissos de pagamento e à periodicidade obrigatória dos relatórios financeiros e operacionais, principalmente os concernentes ao acompanhamento das exportações com descrição dos bens e serviços vinculados ao projeto. (BNDES, 2006, p. 17)<sup>217</sup>.

A Odebrecht entregou ao MAPESS o edifício do CINFOTEC, em Luanda, inaugurado por José Eduardo dos Santos, então presidente do país. Além de ter sido responsável pela construção, a empresa brasileira responsabilizou-se pelo aparelhamento, operação assistida e transferência final para o governo, em 2009.

As experiências na execução dos projetos de centros de formação aqui estudados são um exemplo do comportamento da Política Externa Brasileira com Angola. Os projetos citados corroboram a hipótese de que as relações internacionais do Brasil se dão em diferentes direções, nem sempre excludentes entre si. O acolhimento à demanda social de Angola pela via diplomática, a necessidade de fazer coalizões para ampliar seu escopo de atuação no Sistema Internacional e o interesse em aumentar sua capacidade através dos negócios internacionais, fazem das investidas brasileiras em Angola uma linha enviesada entre interesses de valores tanto cooperativistas, quanto comerciais. Assim, a cooperação internacional pelos caminhos do Sul pode servir como instrumento para melhorar a relação entre países e, por consequência, o ambiente de negócios.

---

<sup>217</sup> Considerando as nuances conjunturais até aquele momento, observou-se que: “[...] exportações de bens e serviços de engenharia e construção relacionados a projetos de infraestrutura ganharam impulso no mundo durante a boa fase macroeconômica vivenciada recentemente pelos países em desenvolvimento. A alta do preço das commodities beneficiou a arrecadação dos governos de muitos países que apresentavam demandas reprimidas por muitos anos em quase todos os tipos de instalações de infraestrutura. A contração da economia mundial certamente afetou tal trajetória, mas nos setores provedores de bens e serviços para infraestrutura, contudo, por estarem relacionados a projetos de longo prazo e, em geral, conduzidos pelos governos nacionais, tais investimentos são menos suscetíveis a uma reversão tão rápida e profunda quanto em outros setores da economia. Mesmo no contexto de crise vivido durante o ano de 2009, constatou-se que grande parte dos projetos continuou a ser executada”. (BRASIL, Tribunal de Contas da União, 2015, p. 4).

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Cooperação para o Desenvolvimento está indubitavelmente inserida em um Sistema Internacional que se consuma como resultado de alinhamentos e realinhamentos territoriais, econômicos, políticos etc., cuja relação entre os Estados surge como linha de análise principal para compreender as teceduras dos interesses e das práticas que a norteiam.

O ponto de partida estadocêntrico, no entanto, não presume a construção desses interesses e práticas como concebidas unicamente a partir da própria interação entre os Estados. Compreende, em vez disso, a constituição em esferas mais volúveis de institucionalidade pelas quais a racionalização do poder permuta-se em um conjunto de pressupostos reguladores da vida coletiva. Ou seja, a partir da própria concepção de identidades e de anseios geradores de instituições. Sendo estas entendidas como o modo de comportamento causador da consignação tácita de costumes e práticas, tanto na esfera nacional, quanto na internacional.

A estrutura internacional pela qual são transcorridas as relações de cooperação estão imbuídas de institucionalidade, sendo passível de transformações, que podem ocorrer por conta da variedade da capacidade entre os Estados, os quais possuem preferências próprias e capacidades desiguais. Apesar de o princípio soberano lhes garantir presumida semelhança, o desequilíbrio entre as capacidades gera desigualdade no sistema, cuja presença do fator hegemônico está intimamente relacionada à possibilidade de este mesmo desequilíbrio favorecer situações de combinações hierárquicas, criando assim um ambiente internacional repleto de incertezas.

Imersa neste ambiente de incertezas, circunstanciais aos conflitos de interesses, a Cooperação surge como aparato para a manutenção da paz, além de ser fonte ordenativa de resultados possivelmente transitórios, em que os ajustes convenientes irão depender das preferências dos agentes. A fusão de preferências, heterogêneas e complementares, só é possível por meio de princípios de reciprocidade capazes de garantir a funcionalidade da cooperação e alongar os efeitos da manutenção da ordem desejada, atuando como fator compensatório da vulnerabilidade do sistema interdependente.



Ao entender que as relações entre agentes e estrutura, no sistema interdependente internacional são dinâmicas, consegue-se compreender também que a institucionalidade irá variar de acordo com a difusão estrutural do poder que transita, em conjunto, com e por meio das disposições das capacidades. Sendo assim, as razões da manutenção da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento são consequências de reordenamentos sistêmicos, atrelados à possibilidade de evolução da Sociedade Internacional por meio da dinâmica distributiva das capacidades e preferências dos agentes.

Por conseguinte, observa-se que a regulação do sistema através de organismos internacionais e de práticas consuetudinárias, será caracterizada também pela alternância de temáticas prioritárias, que podem variar entre as coalizões pautadas na segurança e na defesa e entre as integrações econômicas. No tocante à Cooperação para o Desenvolvimento, alguns elementos históricos foram contribuintes para a mudança no paradigma da pauta internacional da cooperação, inserindo, como uma de suas prioridades, o desenvolvimento.

A criação das Nações Unidas, os acordos de Bretton Woods e as descolonizações do século XX formaram o leito pelo qual as nações do Sul Global se debruçaram em busca de maior representatividade e governança internacionais. Os anseios por desenvolvimento, casados com a necessidade de se investir em países não centrais, deram margem para articulações que geraram debates em âmbito global, com claros intentos de remontar a ordem mundial e formatá-la em bases construídas pela via do desenvolvimento. Uma forma de equilibrar as capacidades dos Estados, promovendo melhoria na qualidade de vida de suas populações por meio da potencialidade dos mercados emergentes.

A despeito dos interesses particulares dos Estados mais fortes e do fator hegemônico, difuso por tais relações, o amadurecimento político e econômico dos países em desenvolvimento significou também a projeção de novas perspectivas relativas ao trato entre as nações, principalmente para as em desenvolvimento. Alinhado à necessidade de obter mais autonomia, tal amadurecimento preconizou fóruns internacionais de grande relevância para a coalizão dos países do Sul.

Conferências como as de Bandung (1955), Buenos Aires (1978) e Nairóbi (2009), bem como a Cúpula do Milênio, representavam um tipo de virada institucional na qual estes países, potencializados por suas capacidades materiais, projetavam interesses de forma mais articulada e delineavam, por tabela, um novo tipo de relação: a Cooperação Sul-Sul.

A Cooperação Sul-Sul, intitulada também como Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento, herda da Cooperação para o Desenvolvimento valores morais, altruístas e humanitários, bem como os estímulos de lógica geopolítica e econômicas. No entanto, diferente dessa, a CSS já nasce imbuída de características próprias de solidariedade, horizontalidade entre as partes, respeito à soberania e não condicionalidade nos acordos.

Os arranjos orquestrados pela CSS colocam em evidência nações que ascendem não apenas economicamente no cenário global, mas que são capazes de atuar como vetores articuladores de projetos estruturantes no Sistema Internacional. Estas nações são encorajadas a participar de negociações relevantes junto a países centrais e fazer coalizões estratégicas para atingir seus próprios interesses. Os caminhos não tradicionais do Sul são debruçados principalmente por potências regionais, tais como Brasil e Angola, que não necessariamente rompem com o sistema internacional, mas tentam traçar seus próprios caminhos para ganhar espaço dentro destes.

Mais especificamente em relação ao papel desempenhado pelo Brasil, a mudança ocorrida na política externa brasileira ao longo dos últimos anos, principalmente no período referente ao governo Lula da Silva, pode ser caracterizada como um momento de intensificação dos elos com os países sul-americanos e de abertura de novas frentes diplomáticas, que inclui o reforço das relações com países emergentes nas regiões da Ásia, Oriente Médio e África

Apoiada em uma promissora conjuntura de crescimento econômico, a política externa brasileira empreendeu esforços na busca por novos mercados e na ampliação da sua participação dentro do sistema internacional. Observa-se que, durante o período citado, a diversificação das relações exteriores do Brasil não apenas colocou o país em uma posição de destaque internacional, como também abriu espaço para empreitadas comerciais.

Ao se valer de sua ascensão, buscando retirar-se da condição de país receptor de cooperação, o Brasil tomou para si o papel de doador, principalmente no estabelecimento de relações horizontais com os países do Sul Global, em particular com os quais compartilhava historicidade, territorialidade e interesses comuns. Tal horizontalidade, hipoteticamente afastada de obrigatoriedade compensatória, continua sendo veementemente criticada por teóricos no sentido de que as iniciativas de comércio e investimentos Sul-Sul acabam por influenciar a cooperação que se propõe.

Em relação ao continente africano, o modelo de cooperação brasileiro, enquadrado no conceito de cooperação Sul-Sul, começou a ser construído assentado em discursos que visavam se distanciar da retórica dos países desenvolvidos. Evidenciados primordialmente na “Conferência das Nações Unidas sobre a Cooperação Técnica entre Países em Desenvolvimento”, realizado em Buenos Aires, em 1978, as alocuções brasileiras vinham abarrotadas de moralidade social (e porque não dizer, de um certo idealismo passional) fincando a ideia de que o país deveria cumprir as dívidas históricas assumidas com os países africanos. Oportunamente, o Brasil tenta minorar ou afastar de si a imagem do interesse majoritariamente econômico na região.

A qualificação do Brasil como “doador emergente” não o posicionava expressivamente no rol compartilhado entre os principais financiadores do desenvolvimento internacional, mas o elevava a um estágio de ascensão participativa no que diz respeito às conferências entre os Estados, além de lhe conferir maior poder de barganha nas negociações internacionais.

Apesar de toda a visibilidade obtida pelo Brasil ao ofertar cooperação, ainda não se consegue mensurar o real alcance, muito menos sua efetividade no tocante à operacionalidade dos processos envolvidos entre a captação e o encerramento de projetos dentro do escopo das relações bilaterais. Isso porque, o acesso às informações ainda é restrito e difuso e, por se tratar de tema contemporâneo, carece de estudos exaustivos a respeito.

Pode-se dizer que não há uma ideia concisa sobre a institucionalidade dos fatores e dos atores envolvidos, nem delimitação clara das atribuições que separam as funções públicas das privadas no tocante à Cooperação Técnica. Particularmente em relação à Angola, prevalece sigilo numa cultura de prestação de contas, bem como no rumo da

sustentabilidade das iniciativas em curso e as futuras. É possível afirmar que a relação da cooperação para o desenvolvimento brasileiro está intimamente ligada às perspectivas de expansão comercial e pode variar de acordo com as oscilações das tendências geradas pelo Sistema Internacional.

É importante salientar que existem assimetrias de caráter econômico e político reproduzidas nas sociedades angolana e brasileira que podem dificultar a geração, a efetivação e a manutenção dos convênios de Cooperação Técnica. Levando em consideração que as instituições são o meio pelo qual as estruturas se originam e no qual as sociedades estão montadas, tentou-se exemplificar como estão reproduzidos os comportamentos institucionais para além dessas assimetrias favorecedoras de acordos concretos na cooperação bilateral. A operacionalidade da cooperação brasileira é uma amostragem de como são arquitetadas regras estabelecidas como reflexo de interesses próprios dos Estados.

É necessário ter em consideração o problema da mensuração do alcance da cooperação entre os países aqui estudados. O amplo leque de instituições que atuam como parceiras e desempenham diversos papéis nos acordos de Cooperação Técnica dificulta a estimação da efetividade dos projetos. Tal fato, implica, muitas vezes, em uma exposição limitada das ações táticas para o cumprimento dos objetivos e do alcance real da assistência prestada. Um outro complicador é a não transparência de alguns ajustes formais e a falta de acompanhamento posterior à realização dos projetos de cooperação. Em outras palavras, a natureza segmentada da cooperação brasileira, bem como a limitação de acesso a dados concretos e às especificidades dos acordos, pode dificultar, significativamente, a operacionalização de sua eficácia, bem como a interpretação de sua abrangência.

Observa-se, diante do exposto, que a Cooperação Técnica para o desenvolvimento entre Brasil e Angola passou por diferentes momentos históricos, nos quais o Brasil supera a imagem de “braço extensivo da coroa portuguesa” para se tornar parceiro estratégico em potencial. Ao ser o primeiro país a reconhecer a independência de Angola em 1975 - dando-lhe apoio diplomático durante o período da Guerra Fria e, posteriormente, oferecendo suporte para a reconstrução do país após a sangrenta Guerra Civil - o Brasil abre caminho para o desaguar de novas relações diplomáticas em relevantes acordos comerciais.

Entende-se ainda que, no tocante à cooperação, de forma geral, o Brasil adota alguns princípios basilares, tais como o respeito à soberania e a não condicionalidade. Sustentado na ideia de estar abancado em acordos de benefício mútuo, distantes das políticas habitualmente praticadas nas relações Norte-Sul, o Brasil assume a participação efetiva da construção de um novo modelo de cooperação, baseado na horizontalidade e reciprocidade dos arranjos de concórdia entre parceiros internacionais.

A cooperação Sul-Sul, particularmente estudada e representada aqui pela cooperação bilateral entre o Brasil e Angola, adota um novo modelo que não se afasta de todo do modelo de cooperação Norte-Sul, embora possa ser tido como modelo alternativo. É possível que haja uma reprodução dissimulada das práticas e ajustes presentes no padrão cooperativo dos países centrais.

Entretanto, Angola é um dos maiores parceiros comerciais do Brasil na África, destacando-se pelo intenso fluxo de comércio bilateral, que alcançou nível alarmante de crescimento de quase 20 vezes entre os anos de 2002 e 2008, passando de US\$ 200 milhões para 4,21 bilhões neste período. Pode-se afirmar que existe um interesse indispensável na manutenção dos acordos, sobretudo por parte do Brasil que incrementou o comércio e teve abertura significativa neste rentável mercado angolano, sendo o acesso facilitado pela relação de cooperação.

Considerando que Angola ocupa uma posição estratégica no sistema internacional por suas potencialidades mercadológicas, se tentou responder, ao longo desta pesquisa, o porquê de a cooperação brasileira ter se mostrado pouco relevante à República de Angola entre os anos de 2003 e 2015, justamente no período em que destinou uma quantidade significativa de recursos à região africana.

A realidade é que o Brasil, como já demonstrado, participa de projetos estruturantes em Angola há mais de 30 anos, mas dentre os valores dispensados ao país, nem todos são considerados como cooperação para o desenvolvimento. No entanto, se a cooperação brasileira com Angola fosse ponderada a partir de créditos à exportação, equalização das taxas de juros e seguro de crédito às exportações, poder-se-ia dizer, que Angola foi o país com que o Brasil mais cooperou entre os anos de 2002 e 2016.

A cooperação internacional entre Brasil e Angola se dá em uma aparente relação conjunta, cujos interesses são tratados como sendo de benefício mútuo. Não foi possível

mensurar as relações de poder simbólico projetadas na interação diplomática e comercial entre os países, muito menos compreender a eficácia da ajuda prestada pelo Brasil a Angola pela impossibilidade material de fazê-lo e por não ter sido este o objetivo do estudo. O que não deixa de ser uma questão instigante a ser pesquisada futuramente.

Ao compreender com maior clareza fatos históricos, aproximações culturais, correspondências de concórdia e capacidades que demarcaram as relações entre Brasil e Angola, ampliou-se a percepção sobre o modo como os agentes interagem entre si. Do mesmo modo, se pode perceber como integram o Sistema Internacional, são provocados e reagem a esse. Ao serem desveladas as especificidades destas relações, consegue-se trazer para o campo de análise os fatores domésticos e externos de caráter múltiplo, que se reproduzem nas relações presentes na evolutiva e dinâmica Sociedade Internacional.

Conclui-se que, apesar dos entraves à sinuosa relação de cooperação Brasil-Angola, os ventos do Atlântico Sul conduzem à formação de pontes capazes de transpor, em perspectiva, o mar revolto dos limites.

## REFERÊNCIAS

ABC – Agência Brasileira de Cooperação. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral**. Ministério das Relações Exteriores, 4 ed., Brasília, Agência Brasileira de Cooperação, 2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/ManualDiretrizesCooperacaoRecebida.pdf>>. Acesso em: 25 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Diretrizes Gerais para a Concepção, Coordenação e Supervisão de Iniciativas de Cooperação Técnica Trilateral**. Ministério das Relações Exteriores, 1 ed., Brasília, Agência Brasileira de Cooperação, 2017. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/mostrarconteudo/736>>. Acesso em: 25 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul**. Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação. Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2013. Disponível em: <[http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual\\_SulSul\\_v4.pdf](http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_v4.pdf)>. Acesso em: 25 maio 2018.

\_\_\_\_\_. **Projeto BRA/98/004-A003 - Assessoria à Pastoral da Criança de Angola**. 25/08/2002. Disponível em: [www.abc.gov.br/projetos/pesquisa](http://www.abc.gov.br/projetos/pesquisa) Acesso em: 30 jul 2019

\_\_\_\_\_. **Projeto BRA/98/004-A002 - Seminário: I Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais. "Programa de Parceria Brasil-Japão (JBPP)"** 14/10/2002. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeto BRA/98/004-A021 - Preparação da visita do Presidente da República do Brasil ao projeto Centro de Formação Profissional Brasil-Angola e desenvolvimento de ações de cooperação técnica no âmbito do referido Projeto - Fase III** 18/06/2003. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeto BRA/98/004-A033 - II Curso Internacional Sobre Plantio de Frutas Tropicais** 18/10/2004. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S005 - Inserção Social pela prática Esportiva**. 01/04/2005. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-S010 - Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola**. Data de início: 01/05/2005. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-S010 - Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento**

**Rural Sustentável em Angola.** Data de início: 01/05/2005. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A003 - Transferência de Controle do Centro de Formação do Cazenga.** 11/05/2005. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/98/004-A043 - Apoio à instalação do Telecentro em Angola.** 08/07/2005. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/98/004-A054 - Prospecção da realidade angolana na área da Administração Pública para formulação de projeto de cooperação técnica Brasil-Angola.** 30/12/05 Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A030 - Identificação das necessidades Angolanas nas áreas de Gestão da Cultura, Recuperação de Acervo Audiovisual e Arquivo Histórico.** 01/03/2006. Disponível em: <>. Acesso em:

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A041 - Identificação das necessidades Angolanas nas áreas de Malária, Saúde da Família, Nutrição, Vigilância em Saúde e Banco de Leite.** 10/05/2006. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S035 - Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola.** 31/05/2006. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A056 - Apoio à Formação de Quadros de Comunicação Institucional para os Parlamentos dos Países de língua Portuguesa: Técnicas de Jornalismo e Relações Públicas.** 20/07/2006. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A057 - Oficina de Trabalho sobre Educação de Jovens e Adultos nos Países de Língua Portuguesa.** 01/08/2006. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A073 - Identificação das necessidades Angolanas nas áreas dos Censos, Pesquisas de Tecnologia de Informação e Planejamento Estratégico.** 09/10/2006. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A108 - Apoio à Estruturação de Rede de Bibliotecas na Área da Saúde em Angola e em Moçambique.** 16/02/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S073 - Apoio à Reestruturação do Telecentro de Luanda** 29/06/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.



- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-ANPROTEC - Missão de Apoio a Pequenas e Médias Empresas em Luanda.** 19/07/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A145 - Missão de Apoio à Incubadora Empresarial de Luanda.** 19/07/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A059 - Missão de Formulação de Projeto ABC/EMBRAPA e JICA visando a definição do Conteúdo do Curso Internacional de Produção e Processamento da Mandioca.** 08/08/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S083 - Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola** 10/09/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A165 - CURSO DE ENFERMAGEM - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O HOPITAL JOSINA MACHEL, LUANDA.** Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A068 - II Curso Internacional de Produção Sustentável de Hortaliças (JFY 2007).** 22/10/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A172 - Missão de Estudo e Pesquisa para Desenvolvimento de Projeto de Cooperação Técnica na área de Formação Profissional em Angola, no âmbito do Programa de Parceria Brasil-Japão.** 29/10/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S091 - Capacitação para Elaboração de Proposta Curricular.** 16/11/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A064 - CURSO DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O HOPITAL JOSINA MACHEL, LUANDA.** 20/11/2007. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A193 - II CURSO DE CAPACITAÇÃO EM NEGOCIAÇÕES COMERCIAIS INTERNACIONAIS PARA PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA** 02/01/2008. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A187 - Missão de Prospecção para a Implementação de Cooperação Técnica na Produção de Anti-retrovirais** 03/01/2008. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A191 - CURSO DE ANÁLISE DE LABORATÓRIO - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O HOSPITAL JOSINA MACHEL, LUANDA.** 01/02/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A072 - Curso técnico de radiologia - programa de capacitação de recursos humanos para o Hospital Josina Machel, Luanda.** 11/02/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S096 - Escola de Todos.** 14/03/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A236 - Missão de avaliação final do BRA04/044 - Subprojeto S035: "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"** 17/07/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A240 - II CURSO DE ADMINISTRAÇÃO HOSPITALAR - PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS PARA O HOPITAL JOSINA MACHEL, LUANDA.** 23/07/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A113 - IV Curso Internacional sobre Produção de Frutas Tropicais.** 27/08/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A253 - Missão da Pastoral da Criança para Desenvolvimento e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica** 03/09/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S126 - Fortalecimento da Preservação da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola** 29/09/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S127 - Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola** 29/09/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/98/004- A073 - XIII Curso Internacional sobre Doenças Tropicais - (JFY2008)** 01/10/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A270 - Missão para Planejamento do Censo Demográfico de 2010 e Desenvolvimento e Detalhamento de Projetos de Cooperação Técnica na Área Demográfica em Angola.** 31/10/2008. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/98/004-A083 - Missão de Estudos sobre o Sistema Único de Saúde para Países de Língua Portuguesa.** 04/11/2008. Disponível em: <>. Acesso em: Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A143 - Missão de Prospecção de Atividades de Cooperação Técnica com o Governo angolano.** 01/01/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A157 - Missão para detalhamento de projeto para continuidade da capacitação do sistema de saúde de Angola.** 24/01/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A152 - Missão de prospecção para a formulação do projeto Funcionamento Provisório do Centro de Excelência em Desenvolvimento Empresarial – CREDE/Luanda** 02/02/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A204 - Missão de Capacitação da Pastoral da Criança a Angola.** 12/03/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A154 - O Brasil e a CPLP na abordagem do tema recursos hídricos: proposta de reunião de trabalho em Istambul.** 10/04/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A326 - Capacitação para diplomatas dos Estados membros da CPLP.** 31/07/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A334 - II Congresso Internacional Software Livre e Governo Eletrônico – Consegi 2009** 01/08/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/043-A369 - Missão de prospecção a Países em Desenvolvimento de Língua Portuguesa no âmbito da comunicação social** 15/09/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A306 - Formação de Quadros nos domínios das Metodologias de Ensino, Metodologias qualitativa e quantitativa de Pesquisa Científica** 15/10/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A304 - Capacitação de Recursos Humanos na Área da Biblioteconomia** 15/10/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A305 - Formação de Quadros nos domínios das Tecnologias Educativas.** 01/11/2009. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A367 - Missão a Angola para finalização e assinatura de projetos de cooperação** 08/02/2010. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A471 - PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES AFRICANOS NO II FORUM ÁFRICA BRASIL-BAHIA PELA SUSTENTABILIDADE DAS ÁGUAS** 14/05/2010. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S232 - Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola.** 23/06/2010. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S230 - Projeto-Piloto em Doença Falciforme** 23/06/2010. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S242 - Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola - Fase II.** 23/06/2010. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A682 - Missão para a prospecção de projeto de Banco de Leite Humano em Angola.** 17/01/2011. Disponível em: <>. Acesso em: Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A757 - Curso de Prática Diplomática para Diplomatas dos Países Africanos de Língua Portuguesa.** 11/03/2011. Disponível em: <<http://www.abc>>
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S325 - Projeto Escola de Todos - Fase II.** 12/04/2011. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A800 - Apoio à realização do curso de capacitação "Contextos e desafios para a conquista do trabalho decente"** 15/04/2011. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-S325 - Projeto Escola de Todos - Fase II.** 12/04/2011. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.
- \_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A800 - Apoio à realização do curso de capacitação "Contextos e desafios para a conquista do trabalho decente"** 15/04/2011. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A852 - Capacitação de Militares de Angola.** 29/12/2011. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A1023 - Apoio às atividades da Pastoral da Criança Internacional em Angola.** 16/07/2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A1063 - Capacitação de Militares de Angola.** 20/12/2012. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/04/044-A1098 - Missões para a prospecção de projeto de cooperação em pesca e aquicultura em Angola.** 24/06/2013. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **BRA/13/008-A001 - Capacitação de Diplomatas 2014 Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Timor Leste, Haiti, Suriname e Paraguai.** 05/11/2013. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/13/008-A002 - Capacitação de Militares de Angola – 2014.** 20/01/2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/13/008-A046 - Capacitação de Militares de Angola – 2015.** 18/12/2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/13/008-A088 - Capacitação para Diplomatas 2016 – CPLP e MALI.** 18/01/2016. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/13/008-A115 - Programa de Cooperação Técnica em Defesa para países da América Latina, África e Ásia.** 23/11/2016. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/13/008-S286 - Projeto piloto de implantação e implementação de Banco de Leite Humano em Angola.** 11/10/2017. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/13/008-A141 - Prospecção e renegociação de projetos na área da saúde - Prevenção e o controle do câncer no Brasil e Implantação de Unidade de Banco de Leite Humano na Maternidade Lucrécia Paim.** 22/06/2017. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Projeto BRA/13/008-A166 - PROSPECÇÃO E VALIDAÇÃO DE PROJETO NA ÁREA DE SAÚDE: ANEMIA FALCIFORME – FASE II, ONCOLOGIA E DEMAIS**

**DEMANDAS.** 02/02/2018. Disponível em:  
<<http://www.abc.gov.br/Projetos/CooperacaoSulSul/Angola>>. Acesso em: 30 jul 2019.

\_\_\_\_. **Relatório de Atividades.** Brasília, Agência Brasileira de Cooperação, 2017.  
Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/imprensa/publicacoes>>. Acesso em: 25 maio 2018.

ALBURQUEQUE, José Augusto; SEITENFUS, Guilhon Ricardo; DE CASTRO, Sergio Henrique (Coordenadores). **Sessenta Anos de política Externa Brasileira (1930-1990) Volume I: Crescimento, Modernização e Política Externa.** 2 edição. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2006.

ALMEIDA, Elga Lessa de. **Entre o discurso solidário e a ação pragmática: o sentido da cooperação técnica brasileira em Moçambique no governo Lula da Silva.** Repositório UFBA. 2015. Disponível em:  
<<http://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/18333>>. Acesso em: 24 abr 2018.

\_\_\_\_. **Entre o discurso solidário e a ação pragmática da cooperação brasileira em Moçambique: os casos dos projetos de implantação da fábrica de medicamentos antirretrovirais e o ProSavana.** In: MUÑOZ, Enara Echart (org). Dossiê: A cooperação sul-sul do Brasil com a África. Caderno CRH. Salvador, v.29, n.76, jan./abr. 2016.  
Disponível em: <[www.scielo.org.br](http://www.scielo.org.br)> Acesso em 01 fev 2019.

AMORIM, Celso. **Discurso no “opening segment”. GSSD Expo 2010 book.** Segunda, 22 de Novembro de 2010. Disponível em:  
<http://www.expo.unsouthsouth.org/2010-geneva/>. Acesso em 01 fev 2019.

ANGOLA. **Decreto nº 16/98, de 3 de julho. D.R. Nº 29/98, 1ª série.** Conselho de Ministros. Luanda, 17 de Junho de 1998. Disponível em:  
<http://www.ilo.org/dyn/travail/docs/381/legislacao%20sobre%20administra%C3%A7ao%20do%20trabalho.pdf>. Acesso em 01 fev 2019.

\_\_\_\_. **Estratégia Integrada para a Melhoria do Sistema de Educação 2001-2015.** Conselho de Ministros. Luanda, Agosto de 2001. Disponível em:  
<[https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/angola\\_estrategia\\_integrada\\_melhoria.pdf](https://planipolis.iiep.unesco.org/sites/planipolis/files/ressources/angola_estrategia_integrada_melhoria.pdf)>. Acesso em 01 fev 2019.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento complementar ao Protocolo de Lusaka.** Firmado em Luanda, no dia 04 de Abril de 2002. Disponível em:  
[https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace\\_agreements/angola\\_04042002.pdf](https://www.usip.org/sites/default/files/file/resources/collections/peace_agreements/angola_04042002.pdf). Acesso em 01 fev 2019.

\_\_\_\_. **O Perfil de Angola.** Disponível em: <http://www.governo.gov.ao/opais.aspx>. Acessado em 02/05/2018. Acesso em 01 fev 2019.

\_\_\_\_. **Plano de Médio Prazo para o Período 2009-2013.** Ministério da Indústria. Disponível em <<http://www.tralac.org/files/2012/12/Medium-Term-Plan-2009-2013-Portuguese.pdf>>. Acesso em 01 fev 2019.

\_\_\_\_. **Resolução n.º 33/03. Sumário: Aprova o Programa Escola para Todos -PET e o Programa Formação-Trabalho-Desenvolvimento - FTD.** Diário da República Iª Série N.º 82 de 17 de Outubro de 2003. Conselho de Ministros. Disponível em: <<http://www.imprensanacional.gov.ao/index.php?id=105&serie=1&token=7219728613822a39c49941c1c7fdc03c&ano=2003&deAno=&ateAno=&numero=&numeroDiploma=&descritivo=&page=8>>. Acesso em 01 fev 2019.

\_\_\_\_. **Relatório da Missão de Apuramento de Factos.** Disponível em: [https://www.fidh.org/IMG/pdf/report\\_angola\\_obs\\_por.pdf](https://www.fidh.org/IMG/pdf/report_angola_obs_por.pdf). Disponível em: <>. Acesso em 01 fev 2019.

ARTICULAÇÃO SUL. **Guia para o monitoramento e mensuração da cooperação Sul-Sul brasileira.** OXFAM Brasil. São Paulo - SP, 2017. Disponível em: <<https://articulacaosul.org/publicacoes/>>. Acesso em: 24 abr 2019.

AXELROD, Robert e KEOHANE, Robert. **Achieving Cooperation Under Anarchy: Strategies and Institutions.** World Politics, Vol. 38 (1985), pp. 226-254.

BNDES. **BNDES inaugura escritório de representação na África.** 06 de dezembro de 2013. Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20131206\\_africa](https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20131206_africa). Acesso em: 23 jan 2019,

\_\_\_\_. **Contrato de Financiamento celebrado pelo BNDES e pela República De Angola.** 08 de maio de 2007. Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/arquivos/contratos-exportacao/2007.0105.pdf>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_. **Green Bond: relatório anual 2018.** Rio de Janeiro. Abril 2018. Disponível em: <<https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/handle/1408/14762>>. Acesso em: 01 maio 2019

\_\_\_\_. **Relatório Anual 2018.** Disponível em: [https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes\\_pt/Hotsites/Relatorio Anual 2018/](https://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Hotsites/Relatorio%20Anual%202018/). Acesso em: 23 jan 2019.

BRASIL. **Acordo sobre Venda de Navios Mercantes entre os Estados Unidos do Brasil e a República Italiana.** Ministério das Relações Exteriores. 1941. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/detalhamento-acordo/633?page=14&s=italia&tipoPesquisa=1>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_. **Acordo Brasil-Angola de Cooperação e Facilitação de Investimentos 2015.** Nota nº 104. Ministério das Relações Exteriores Disponível em: <http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/notas-a-imprensa/8520-acordo-brasil-angola-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-acfi-luanda-1-de-abril-de-2015>. Acesso em: 07 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio do Ensino Superior e Formação de Quadros.** Angola, Cooperação Universitária - Cooperação Educacional e Esportiva. 23/06/2010 Em promulgação/MRE. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola.** Angola Investimento - Cooperação 01/04/2015 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Educação Não-Superior e Formação.** Cooperação Universitária - Cooperação Educacional e Esportiva. 23/06/2010 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018

\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola no Domínio da Defesa.** Defesa e Assuntos Militares 23/06/2010. Tramitação Congresso Nacional. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Extradicação.** Angola Extradicação 03/05/2005 Substituído. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Transferência de Pessoas Condenadas.** Angola Direito Penal 03/05/2005 Substituído. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal.** Angola Direito Penal 03/05/2005 Superado. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Angola no Domínio de Turismo.** Angola Turismo, Feira e Exposições - Cooperação 17/04/2009 Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s). Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a Supressão de Vistos em Passaportes Diplomáticos e de Serviços.** Angola Vistos e Imigração 31/05/1999 Em Vigor. Disponível em:



<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo no Domínio dos Transportes Marítimos entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola.** Angola Transporte Fluvial e Marítimo 28/01/1989 Em ratificação. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República Popular da Angola sobre a Ampliação das Instalações da Embaixada do Brasil em Luanda.** Angola Relações Diplomáticas e Consulares 28/01/1989 Expirado. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo para a concessão de Créditos e Financiamento Adicional ao Projeto Kapanda entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola.** Angola Cooperação Econômica – Cooperação Financeira 18/05/1988 Em Vigor. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo de Transporte Aéreo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola.** Angola Transporte Aéreo 16/12/1983 Superado. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo de Co-Produção Cinematográfica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Angola.** Angola Cooperação Artístico-cultural 28/01/1989 Em ratificação. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo para Reescalonamento de Dívida entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola.** Angola Empréstimos - Bancos - Bancos 15/08/1995 Situação especial. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Angola.** Angola Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica – Cooperação Técnica - Cooperação Técnica 11/06/1980 Em Vigor. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola.** Angola

Cooperação Artístico-cultural 11/06/1980 Em Vigor. Disponível em:  
<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica firmado entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Executivo da República de Angola para a implementação do Programa de Parceria Estratégica de Cooperação Técnica.** Angola. Cooperação Técnica - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Econômica. 13/11/2012. Em Vigor. Disponível em:  
<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do “Projeto Piloto em Doença Falciforme 23/06/2010 Em Vigor.** Disponível em:  
<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação do Serviço de Sanidade Vegetal e Capacitação Técnica para Inspeção Fitossanitária.** Angola. Saúde - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 23/06/2010 Em Vigor. Disponível em:  
<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio ao Sistema Nacional de Investigação Agrária de Angola”** Angola Sanidade Animal e Vegetal - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 23/06/2010 Em Vigor. Disponível em:  
<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do projeto “Capacitação na Assistência Técnica e Extensão Agrária para Técnicos Angolanos”** Angola Agricultura - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica Angola Agricultura - Cooperação Científica e 23/06/2010 Em Vigor. Disponível em:  
<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e**

**Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola para Implementação do Projeto “Apoio à Formação Profissional Rural e Promoção Social em Angola”** 23/06/2010. Em vigor. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Gestão do Patrimônio Cultural de Angola”**. Angola Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 17/07/2008 Em Vigor. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Brasil e Angola para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Memória e da Produção Audiovisuais de Angola”**. Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica – Cooperação Econômica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 17/07/2008. Em Vigor. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Escola de Todos"**.

Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 18/10/2007 Em Vigor. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Apoio ao Programa de Prevenção e Controle da Malária"**. Angola Saúde - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 18/10/2007 Em Vigor. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Cultural e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na área de "Formação de Docentes em Saúde Pública em Angola"**. Angola Saúde - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Artístico-cultural 09/07/2007 Expirado. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>

oAcordo=BL>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Capacitação do Sistema de Saúde da República de Angola"**. Angola Saúde - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 09/07/2007 Em Vigor. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Fortalecimento da Educação Ambiental em Angola"**. Angola Meio Ambiente - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 26/05/2006 Em Vigor. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva."**. Angola Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica – Cooperação Técnica 19/01/2005 Expirado. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola nas Áreas de Geologia, Mineração e Tecnologia Mineral.** Angola Recursos Naturais - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 03/05/2005 Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s). Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Angola sobre Cooperação Técnica e Procedimentos nas Áreas Sanitária e Fitossanitária Angola Sanidade Animal e Vegetal** - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 03/05/2005 Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s). Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Desporto.** Angola Cooperação

Educacional e Esportiva 03/11/2003 Em Vigor. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Implementação do Projeto "Reorganização, Fortalecimento Institucional e Inovação Metodológica da Extensão Rural como Estratégia de Desenvolvimento Rural Sustentável em Angola"**. Angola Agricultura - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 03/11/2003 Expirado. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Implementação do Projeto "Fortalecimento Institucional dos Institutos de Investigação Agronômica e Veterinária de Angola"**. Angola Sanidade Animal e Vegetal - Cooperação Técnica 03/11/2003 Em Vigor. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para as Áreas do Trabalho, Emprego e Formação Profissional**. Angola Cooperação Científica e Tecnológica - Profissões Liberais – Cooperação Científica e Tecnológica – Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 03/11/2003 Em Vigor. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Apoiar o Desenvolvimento do Programa Nacional "Escola para Todos", em sua fase Emergencial (2002-2015)**. Angola Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica – Cooperação Técnica 01/08/2002 Expirado. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para o Fortalecimento Institucional do Ministério da Família e Promoção da Mulher**. Angola Direitos Humanos – Cooperação Científica e Tecnológica – Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 04/09/2000 Expirado. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na Área de Formação Profissional.** Angola Cooperação Interinstitucional 28/04/1999 Expirado. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na Área de Formação Profissional.** Angola Cooperação Econômica – Cooperação Científica e Tecnológica 25/11/1996 Expirado. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular da Angola na Área de Pesquisa Agrícola e Extensão Rural.** Angola Agricultura - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 28/01/1989 Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s). Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Popular de Angola.** Angola Comércio 12/04/1983 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Ata de Cerimônia de entrega da Contribuição do Governo do Brasil ao Programa de Reabilitação Comunitária e Reconciliação Nacional do Governo de Angola.** Angola Cooperação Econômica 25/11/1996 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **As relações entre o Brasil e o Grupo Banco Mundial.** Ministério da Fazenda. 03 de maio de 2018. Disponível em: <[www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao](http://www.fazenda.gov.br/assuntos/atuacao)>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_. **Carta de Intenções sobre a Cooperação no Domínio do Desenvolvimento Social, entre o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome da República Federativa do Brasil e o Ministério da Assistência e Reinserção Social da República de Angola.** Intenções 15/08/2009 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto Brasileiro – Angolano.** Angola Declaração Conjunta 28/01/1989 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto entre a República Federativa do Brasil e a República Popular da Angola.** Angola Declaração Conjunta 11/06/1980 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Comunicado Conjunto à Imprensa entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola.** Angola Declaração Conjunta 05/07/1988 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Implementação do Projeto "Capacitação para Elaboração de Proposta de Reforma Curricular"** Angola Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 18/10/2007 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Cooperação Econômica, Científica e Técnica, entre o Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República de Angola para Atividades de Fortalecimento das Instituições de Planejamento do Governo de Angola.** Angola Política Administrativa – Cooperação Científica e Tecnológica – Cooperação Econômica - Cooperação Técnica 04/09/2000 Expirado. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018

\_\_\_\_. **Decreto legislativo nº 48, de 1981.** Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decleg/1980-1987/decretolegislativo-48-29-setembro-1981-360509-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_. **Declaração Conjunta sobre o Estabelecimento de Parceria Estratégica entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola.** Angola Declaração Conjunta 23/06/2010 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Declaração Conjunta Brasileiro-Angolana.** Angola Declaração Conjunta 10/09/1991 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Diretrizes para o desenvolvimento da cooperação técnica internacional multilateral e bilateral/ Ministério das Relações Exteriores.** 4 ed., Brasília, Ministério das Relações Exteriores. Agência Brasileira de Cooperação. Agência Brasileira de Cooperação, 2014. Disponível em: <<http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/ManualDiretrizesCooperacaoRecebida.pdf>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na cerimônia de assinatura de atos, por ocasião da visita de Estado do Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos Palácio do Planalto, 03 de maio de 2005.** Presidência da República. Secretaria de Imprensa e Divulgação. Disponível em: <http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/presidencia/ex-presidentes/luiz-inacio-lula-da-silva/discursos/1o-mandato/2005/03-05-2005-discurso-do-presidente-da-republica-luiz-inacio-lula-da-silva-na-cerimonia-de-assinatura-de-atos-por-ocasio-da-visita-de-estado-do-presidente-de-angola-jose-eduardo-dos-santos>. Acessado em: 07 set 2018.

\_\_\_\_. **Emenda ao Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola na Área de Formação Profissional.** Firmado em 28 de abril de 1999 Angola Cooperação Econômica - Cooperação Interinstitucional 29/11/2000 Expirado. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Manual de Gestão da Cooperação Técnica Sul-Sul / Ministério das Relações Exteriores, Agência Brasileira de Cooperação.** Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 2013. Disponível em: [http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual\\_SulSul\\_v4.pdf](http://www.abc.gov.br/Content/ABC/docs/Manual_SulSul_v4.pdf)>. Acesso em: 24 abr 2019

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola.** Angola Política Administrativa - Cooperação Técnica 09/11/2007 Em Vigor. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento para Cooperação com vistas ao Fortalecimento da Administração Pública de Angola e da Guiné-Bissau.** Noruega Cooperação Técnica 09/11/2007 Em Vigor. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola.** Angola Consultas Diplomáticas 18/10/2007 Em Vigor. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre os Governos da República Federativa do Brasil e da República de Angola para o Incentivo à Formação Científica de Estudantes Angolanos.** Angola Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Educacional e Esportiva 18/10/2007 Em Vigor. Disponível em: <https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.



\_\_\_\_. **Memorando Relativo à Negociação de Acordo de Transporte Aéreo entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola.** Angola Transporte Aéreo 13/05/1977. Substituído. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República de Angola e o Governo da República Federativa do Brasil sobre a Cooperação na Área de Aquicultura e Pesca.** Angola Pesca 29/01/2004 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento sobre Cooperação entre o Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Instituto Superior das Relações Internacionais do Ministério das Relações Exteriores da República de Angola.** Ministério das Relações Exteriores Angola Academias Diplomáticas - Cooperação 09/02/2018 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a formalização da cessão do uso de imóveis para a Embaixada do Brasil em Angola e para a Embaixada da Angola no Brasil.** Angola Cooperação 02/05/2017 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Promoção de Investimentos nos Setores da Indústria, da Agricultura, da Energia e dos Serviços Angola** Investimento - Investimento - Agricultura - Agricultura - Energia - Energia 01/04/2015 Em Vigor 01/04/2015 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Cessão Recíproca de Imóveis para o Funcionamento dos Centros Culturais do Brasil em Angola e de Angola no Brasil.** Angola Relações Diplomáticas e Consulares 17/08/2009 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para a Formalização da Cessão de Uso de Imóveis para a Embaixada do Brasil em Angola e para a Embaixada de Angola no Brasil.** Angola Relações Diplomáticas e Consulares 17/08/2009 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>

oAcordo=BL>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Memorando de Entendimento ao Amparo do Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para apoiar o Desenvolvimento do Programa "Escola para Todos" em sua fase Emergencial (2004-2007)**. Angola Cooperação Artístico-cultural - Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Científica e Tecnológica - Cooperação Econômica – Cooperação Técnica 03/11/2003 Em Vigor. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **O Novo Banco de Desenvolvimento do BRICS**. 2017. Disponível em:  
<http://www.itamaraty.gov.br/pt-BR/politica-externa/diplomacia-economica-comercial-e-financeira/118-ndb>. Acesso em: 01 maio 2019.

\_\_\_\_. **O que faz o BRICS?** Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Presença da Petrobras em Angola desde 1979**. Disponível em:  
<http://201.77.217.135/pt/paises/angola/angola.htm>. Acessado em 05/05/2018

\_\_\_\_. **Projeto “Fortalecimento da Capacidade Técnica na Área de Gênero e Desenvolvimento”**, fax 0001, pág. 24. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Programa Executivo de Cooperação Cultural entre a República Federativa do Brasil e a República de Angola para 2004 a 2006**. Angola Cooperação Artístico-cultural 04/11/2003 Expirado. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Programa de Trabalho em Matéria de Cooperação Científica e Tecnológica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola**. Angola Cooperação Científica e Tecnológica 03/11/2003 Em Vigor. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre Cooperação Técnica na Área de Administração Pública**. Angola Cooperação Técnica 03/05/2005 Em Vigor. Disponível em:  
<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&Tip oAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

. \_\_\_\_ . **Protocolo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola sobre a Facilitação de Vistos** Angola Vistos e Imigração

16/06/2014 Em Vigor. Disponível em:

<<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola no Domínio do Petróleo.** Angola Petróleo - Cooperação Técnica 04/11/2003 Expirado. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Protocolo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Angola para Apoio ao Instituto de Formação da Administração Local (IFAL).** Angola Política Administrativa – Cooperação Técnica 03/11/2003 Expirado. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções para Cooperação Técnica no Domínio da Segurança e da Ordem Pública, entre a República Federativa do Brasil e a República da Angola.** Angola Cooperação Técnica 14/11/2000 Em Vigor.

\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica no Domínio de Energia Elétrica e Águas que fazem entre si a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola.** Angola Energia - Recursos Naturais 15/07/1992 Expirado. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Protocolo de Intenções entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola na Área de Desenvolvimento Educacional.** Angola Cooperação Educacional e Esportiva - Cooperação Técnica 10/09/1991 Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Protocolo Adicional ao Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica sobre Cooperação no Campo das Comunicações, de 11/06/80, entre a República Federativa do Brasil e a República Popular de Angola.** Angola Meios de Comunicação 20/10/1983. Em Vigor. Disponível em: <<https://concordia.itamaraty.gov.br/pesquisa?tipoPesquisa=2&TituloAcordo=angola&TipoAcordo=BL>>. Acesso em: 25 set 2018.

\_\_\_\_. **Relatório de Levantamento de Auditoria do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES Nº TC 034.365/2014-1.** Tribunal de Contas da União. Disponível em: [https://portal.tcu.gov.br/data/files/83/A7/EC/6E/70625510F5E781552A2818A8/034.365-2014-1%20\\_BNDES-exporta\\_\\_o\\_.pdf](https://portal.tcu.gov.br/data/files/83/A7/EC/6E/70625510F5E781552A2818A8/034.365-2014-1%20_BNDES-exporta__o_.pdf)

\_\_\_\_. **Relatório final da CPI do BNDES.** Presidente: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP). Senado Federal. Relator: Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) BRASÍLIA, fevereiro de 2018.

BRICS. Policy Center, Centro de Estudos e Articulação da Cooperação Sul-Sul, Agência Brasileira de Cooperação. **Caminhos para a construção de sistemas e processos de monitoramento e avaliação da cooperação sul-sul.** Brasília, Ministério das Relações Exteriores, 1ª edição, Brasília, 2017

CABRAL, Lídia. **Cooperação Brasil-África para o desenvolvimento: caracterização, tendências e desafios.** Textos Cindes, Rio de Janeiro, n.26, dez. 2012.

CARVALHO, Leonardo Mello. **O PAPEL DAS POLÍTICAS ANTICÍCLICAS E O AGRAVAMENTO DOS DESEQUILÍBRIOS MACROECONÔMICOS (2009-2013)** in Economia brasileira no período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea – Brasília: IPEA, 2015.

CEPAL. História da CEPAL. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/historia-de-la-cepal>. Acesso em: 01 fev 2019.

CERVO, A. L. **Relações Internacionais do Brasil.** In O Desafio Internacional, editado por Amado Luiz Cervo. Brasília: Editora UnB. 1994;

CINFOTEC. **Quem Somos.** Disponível em: <http://cinfotec.gv.ao/quem-somos/>. Acesso em: 01 fev 2019.

CNI. **Estatuto.** Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.portaldaindustria.com.br/cni/institucional/estatuto/>. Acesso em: 01 fev 2019.

\_\_\_\_\_. **Informe Técnico Centro de Formação Profissional do Cazenga.** Brasília, 02 de Setembro de 2016. Disponível em: [https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer\\_public/17/c1/17c14b2d-8270-48a3-9b4a-104f40eee2b4/informe\\_tecnico\\_angola\\_ago2016.pdf](https://bucket-gw-cni-static-cms-si.s3.amazonaws.com/media/filer_public/17/c1/17c14b2d-8270-48a3-9b4a-104f40eee2b4/informe_tecnico_angola_ago2016.pdf). Acesso em: 01 fev 2019.

CONFERÊNCIA DE BANDUNG. **Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung.** 24 April 1955 Disponível em: [http://franke.uchicago.edu/Final\\_Communique\\_Bandung\\_1955.pdf](http://franke.uchicago.edu/Final_Communique_Bandung_1955.pdf). Acesso em: 29 out 2018.

DOTY, Roxanne. **Foreign Policy as Social Construction: A Post-Positivist Analysis of U.S. Counterinsurgency Policy in the Philippines.** International Studies Quarterly 37, 1993.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. **A crise do neoliberalismo.** SP: Boitempo, 2014

DOMÍNGUEZ, Rafael. **La Constelación del Sur: la Cooperación Sur-Sur en el Cuarenta Aniversario del Plan de Acción de Buenos Aires.** in DOMÍNGUEZ, R., LO BRUTTO, G. E SURASKY, J. “La constelación del Sur: lecturas histórico-críticas de la cooperación Sur-Sur”, México, uc - buap, 2019 / Tla-Melaua, Revista de Ciencias Sociales. Facultad de Derecho y Ciencias Sociales. Benemérita Universidad Autónoma de Puebla, México. Nueva Época, año 13, núm. 47, octubre 2019-marzo 2020.

EICHENGRREN. Barry. **Privilégio exorbitante: a ascensão e queda do dólar e o futuro do sistema monetário internacional.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.

EPSTEIN, Charlotte. **The Postcolonial perspective: an introduction**. International Theory. Vol. 6. Issue 2. July 2014. Pp. 294-311. Disponível em: [https://www.academia.edu/7962206/The\\_Postcolonial\\_Perspective\\_an\\_Introduction\\_2014\\_in\\_International\\_Theory\\_Vol.6\\_no.2\\_pp\\_294\\_-\\_311](https://www.academia.edu/7962206/The_Postcolonial_Perspective_an_Introduction_2014_in_International_Theory_Vol.6_no.2_pp_294_-_311). Acesso em: 02 fev 2019.

\_\_\_\_\_. **Who Speaks? Discourse, the Subject and the Study of Identity in International Politics**. European Journal of International Relations, v.17, n.2. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/1354066109350055>. . Acesso em: 02 fev 2019.

FIEB. **Excelência tipo exportação**. Disponível em: <http://www.fieb.org.br/pagina/308/excelencia-tipo-exportacao.aspx>.> Acesso em: 29 out 2018.

FONSECA, Luiz Henrique Pereira da. La visión de Brasil sobre La cooperación internacional. In: **Revista Española de Desarrollo y Cooperación**, nº22, primavera/verano, 2008.

FUNAG. **A atuação do Brasil no Clube de Paris**. Disponível em <http://www.funag.gov.br/index.php/pt-br/2015-02-12-19-38-42/2943-itamaraty-e-funag-promovem-palestra-sobre-o-club-de-paris>>. Acesso em: 01 maio 2019.

G-77. **Yamoussoukro Consensus on South-South Cooperation. Twelfth Session of the Intergovernmental Follow-up and Coordination Committee on Economic Cooperation among Developing Countries Yamoussoukro**. Côte d'Ivoire, 10-13 June 2008. Disponível em: [https://www.g77.org/ifcc12/Yamoussoukro\\_Consensus.pdf](https://www.g77.org/ifcc12/Yamoussoukro_Consensus.pdf). Acesso em: 29 out 2018.

GILPIN, Robert. **War and Change in World Politics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

HABERMAS, Jürgen. **Teoria e práxis: Estudos de filosofia social**. Editora Unesp. São Paulo – SP, 2011

HIRSCH, Joachim. **Processos de Transformação da Sociedade e do Estado in Teoria materialista do Estado**. RJ: Revan, 2010.

\_\_\_\_\_. **Teoria materialista do Estado**. RJ: Revan, 2010.

IBGE. **Indicadores IBGE: Contas Nacionais Trimestrais Indicadores de Volume e Valores Correntes Outubro / Dezembro 2013**. Disponível em [https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm\\_source=landing&utm\\_medium=explica&utm\\_campaign=pib%23evolucao-taxa#evolucao-taxa](https://www.ibge.gov.br/estatisticas/economicas/contas-nacionais/9300-contas-nacionais-trimestrais.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=pib%23evolucao-taxa#evolucao-taxa)>. Acesso em: 29 out 2018.

INAYATULLAH, Naeem & BLANEY, David L. **International Relations and the Problem of Difference**. New York: Routledge, 2004.

IORIS, Rafael R. A globalização cultural e os desafios para uma governança global democrática. **Mural Internacional**. Ano I, nº 1, Junho 2010.

IPEA - INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Boletim de Conjuntura. Nº 60**. Brasília: Ipea, Março de 2003. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com\\_content&view=article&id=9559:boletim-de-conjuntura&catid=226:dimac&Itemid=3](http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=9559:boletim-de-conjuntura&catid=226:dimac&Itemid=3). Acesso em: 05 mar 2019.

\_\_\_\_\_. **Carta de Conjuntura, n. 5**. Dez. 2008. Disponível em: [http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc05\\_completa.pdf](http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/cc05_completa.pdf).> Acesso em: 29 out 2018.

\_\_\_\_\_. **Texto para discussão / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada**. - Brasília: Rio de Janeiro: Ipea, 2017.

\_\_\_\_\_. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2011 - 2013** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Agência Brasileira de Cooperação. – Brasília: IPEA: ABC, 2016. 184 p.

\_\_\_\_\_. **Cooperação brasileira para o desenvolvimento internacional: 2005-2009** / Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Agência Brasileira de Cooperação. - Brasília: Ipea: ABC, 2010. 78 p.

JICA. **Cooperação Triangular para o desenvolvimento da construção civil em Angola**. Notícias - 22/07/2011. Disponível em: <https://www.jica.go.jp/brazil/portuguese/office/news/2011/220711-2.html>>. Acesso em: 29 out 2018.

KALDOR, Mary. **La sociedade civil global: uma respuesta a la guerra**. Madrid: Tusquets Editores, 2005.

KEOHANE, Robert; MARTIN, Lisa. **The Promise of Institutional Theory**. **International Security**, v.20, n.1, 1995. pp. 39-51. Disponível em: <http://links.jstor.org/sici?sici=0162-2889%28199522%2920%3A1%3C39%3ATPOIT%3E2.0.CO%3B2-N>. Acesso em: 02 mar 2019.

KEOHANE, Robert O. **International Institutions: Two Approaches**. *International Studies Quarterly*, Vol. 32, N. 4, dezembro de 1988. pp. 379-396. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/161137/mod\\_resource/content/1/Keohane%201988%20-%20International%20Institutions%20-%20two%20approaches.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/161137/mod_resource/content/1/Keohane%201988%20-%20International%20Institutions%20-%20two%20approaches.pdf). Acesso em: 02 fev 2019.

\_\_\_\_\_. **After Hegemony: cooperation and discord under the world political economy**. Princeton, NJ: Princeton University Press, 1984. *Hegemony in the Global Political Economy*.

KEOHANE, Robert O.; NYE, Joseph. **Power and Interdependence: world politics in transition**. Boston: Little Brown&Co, 1997;

KRASNER, Stephen D. **Structural Causes and Regimes Consequences: Regimes as Intervening Variables**. International Organization, Vol. 36, N. 1, 1982.

\_\_\_\_\_. **Sovereignty: Organized Hypocrisy**. Princeton: Princeton University Press, 1999.

KRAYCHETE, Elsa Sousa (Org.). **Brasil-África: Cooperação e investimentos**. Feira de Santana, BA-Brasil. UEFS Editora, 2019.

LAMEIRAS, Maria Andréia Parente. **DA RETOMADA DO CRESCIMENTO À CRISE FINANCEIRA INTERNACIONAL (2004-2008) in Economia brasileira no período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea – Brasília: IPEA, 2015.**

LIMA, Maria Regina Soares de. **A política externa brasileira e os desafios da cooperação Sul-Sul**. In: Revista Brasileira de Política Internacional 48 (1): 24-59 2005.

LIMA, Sérgio Eduardo Moreira (Org.). **O pragmatismo responsável na visão da diplomacia e da academia**. Brasília: FUNAG, 2018.

LISLE, Debbie. **Waiting for International Political Sociology: A Field Guide to Living In-Between**. International Political Sociology, 2017, v.10.

LÓPEZ CABANA, Silvia. **Cronología y historia de la Cooperación Sur-Sur – Un aporte desde Iberoamérica**. Documento de trabajo No. 5. Secretaría General Iberoamericana (SEGIB). PROGRAMA IBEROAMERICANO PARA EL FORTALECIMIENTO DE LA COOPERACIÓN SUR-SUR. Madrid, 2014.

MARTINS, Humberto Falcão; SILVEIRA, Maria Luíza Faraone. **Relatório de Avaliação do Projeto BRA/98/004 - Implementação de Programas e Projetos de CTPD**. Brasília, março de 2005.

MEARSHEIMER, John. **The False Promise of International Institutions In Theories of War and Peace**, (Cambridge: MIT Press, 1999).

MELO, Ovídio de Andrade. **Recordações de um removedor de mofo no Itamaraty: relatos de política externa de 1948 à atualidade**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MÉSZAROS, Istvan. **Poder e Ideologia**. SP: Boitempo, 2004.

MORGENTHAU, Hans. **A political theory of foreign aid**. *The American Political Science Review*.

MURPHY, Craig. **Organização internacional e mudança industrial: governança global desde 1850**. SP: Editora UNESP, 2013.

NON-ALIGNED MOVEMENT. **Historical Background**. Disponível em <<http://www.nambaku.org/about/>>. Acesso em: 13 abr 2018.

NORTH, Douglas. **Instituciones, cambio institucional y desempeño económico**. México DF.: Fondo de Cultura Económico, 2001.

OCAMPO, José A. **Cincuenta Años de la CEPAL**. *in* Evolución de las ideas de la CEPAL. Revista de la CEPAL - Nro. Extraordinario: CEPAL cincuenta años, 1998. Disponível em: <<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/37962>>. Acesso em: 01 maio 2019.

ODEBRECHT. **30 anos de Compromisso com Angola**. 2014, relatório anual: Resultados de Sustentabilidade. Editado em 2015.

\_\_\_\_\_. **Centro Tecnológico em Angola**. 30/12/2008. Disponível em: <<https://www.odebrecht.com/pt-br/centro-tecnologico-em-angola>>. Acesso em: 13 abr 2018.

\_\_\_\_\_. **Negócios da Odebrecht em Angola**. Disponível em: <https://www.odebrecht.com/pt-br/negocios/nossos-negocios/odebrecht-engenharia-construcao>. Acesso em: 13 abr 2018.

ONU. **Declaração das Nações Unidas**. Washington – EUA. 1º de Janeiro de 1942. Disponível em: <<http://www.ibiblio.org/pha/policy/1942/420101a.html>>. Acesso em: 06 set 2018.

\_\_\_\_\_. **Carta das Nações Unidas**. São Francisco, EUA. 26 de junho de 1945. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/carta/>>. Acesso em: 06 set 2018.

\_\_\_\_\_. **Quincuagésimo octavo período de sesiones. Resolución aprobada por la Asamblea General el 23 de diciembre de 2003, n. 58/220. Cooperación económica y técnica entre los países en desarrollo**. A/RES/58/220. United Nations General Assembly. Disponível em: <<https://undocs.org/es/A/RES/58/220>>. Acesso em: 06 set 2018.

\_\_\_\_\_. **História das Nações Unidas**. Disponível em: <<https://nacoesunidas.org/conheca/historia>>. Acesso em: 06 set 2018.

\_\_\_\_\_. **Report of the High-level United Nations Conference on South-South Cooperation**. 21 December 2009. A/CONF.215/2. I. Resolutions adopted by the Conference. Disponível em: <<https://undocs.org/es/A/CONF.215/2>>. Acesso em: 06 set 2018.

\_\_\_\_\_. **Declaration of a zone of peace and co-operation in the South Atlantic**. A/RES/41/11. 27 de outubro de 1986. 50th plenary meeting. United Nations General Assembly. Disponível em <<https://www.un.org/documents/ga/res/41/a41r011.htm>>. Acesso em: 06 set 2018.

\_\_\_\_\_. **Buenos Aires Plan of Action**. 1978. The United Nations Office for South-South Cooperation. Disponível em: < <https://www.unsouthsouth.org/biblioteca/documentos-de-politicas/?lang=es>>. Acesso em: 29 out 2018.



\_\_\_\_. **Declaração do Milênio.** PNUD. New York, 6-8 de setembro de 2000. Disponível em: <<https://www.br.undp.org/content/brazil/pt/home/library/ods/declaracao-do-milenio.html>>. Acesso em: 29 out 2018.

\_\_\_\_. **Brussels Declaration.** 2 July 2001. UNCTAD. A/CONF.191/12. Disponível em: <<https://unctad.org/en/Docs/aconf191d12.en.pdf>>. Acesso em: 24 abr 2018.

LIGA DAS NAÇÕES. **Pacto da Sociedade das Nações.** 1919. Disponível em: <<http://pfdc.pgr.mpf.mp.br>>. Acesso em: 06 set 2018.

ONU, Nicholas G. **World of Our Making: Rules and Rule in Social Theory and International Relations.** Columbia: University of South Carolina Press, 1989.

PASTOR RIDRUEJO, José Antonio. **Curso de Derecho Internacional Público.** 12ª ed., Editorial Tecnos, Madrid, 2008.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **Cooperação Técnica Brasileira: Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul.** ABC Agência Brasileira de Cooperação. Disponível em: <http://www.abc.gov.br/zopacas/default.aspx>. Brasil, 2012.

PINO, Bruno Ayllón. **Evolução Histórica da Cooperação Sul-Sul.** in SOUZA, André de Mello e, (org.). Repensando a cooperação internacional para o desenvolvimento / Brasília: Ipea, 2014.

PONTES NOGUEIRA, João; MESSARI, Nizar. **Teoria das Relações Internacionais: correntes e debates.** Rio de Janeiro, Elsevier, 2005

CNI. **Estrutura Institucional.** Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/senai/institucional/estrutura/>>. Acesso em: 06 set 2018.

\_\_\_\_. **Negociação do projeto Academia Toyota de Formação Profissional.** Disponível em: <<http://www.portaldaindustria.com.br/cni/canais/atuacao-internacional/noticias/senai-negocia-projeto-de-formacao-profissional-com-a-toyota-angola/>>. Acesso em: 06 set 2018.

PUENTE, Carlos Alfonso Iglesias. **A cooperação técnica horizontal brasileira como instrumento de política externa: a evolução da cooperação técnica com países em desenvolvimento – CTPD – no período de 1995-2005.** Fundação Alexandre Gusmão: Brasília, 2010.

RAE, Heather. **Theories of State Formation.** In: GRIFFITHS, Martin (Ed.). International Relations Theory for the Twenty-First Century: an introduction. New York: Routledge, 2007.

ROBERTO, Simon. **O diplomata que levou Geisel aos comunistas.** O Estado de São Paulo, 18/04/2010, Internacional, p. A22. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/349587/noticia.htm?sequence=1>

RIBEIRO, Fernando José da S. P. (Organizador); BASTOS, Estêvão Kopschitz Xavier... [et al.]. **Economia brasileira no período 1987-2013: relatos e interpretações da análise de conjuntura no Ipea – Brasília: IPEA, 2015.**

RICUPERO, Rubens. **Message by Mr. Rubens Ricupero: Secretary-General of UNCTAD to the Special Ministerial Meeting to commemorate the 40th anniversary of the Group of 77.** São Paulo, 11 de Junho de 2004. Disponível em: <<https://www.g77.org/40/unctad.htm>>. Acesso em: 06 set 2018.

RICUPERO, Rubens. **A diplomacia na construção do Brasil: 1750-2016.** 1ª edição. Versal Editores - Rio de Janeiro, 2017.

SANTOS, MILTON. **Território e Dinheiro. In: Território e Territórios.** Niterói: Programa de Pós Graduação em Geografia – PPGeo-UFF/AGB, 2002.

SBrT. **Histórico da Sociedade Brasileira de Telecomunicações.** Disponível em: <<http://www.sbrt.org.br/historico.htm>>. Acesso em: 06 set 2018.

SCHLESINGER, Sérgio. **Cooperação e investimentos do Brasil na África: o caso do ProSavana em Moçambique.** Maputo: FASE, 2013.

SENAI. **Relatório de atividades SENAI - SP 2017.** SENAI - Departamento Regional de São Paulo, 2017. Disponível em: <<http://www.sp.senai.br/institucional/3638/0/relatorio-de-atividades>>. Acesso em: 08 set 2018.

SILVA, Tayso; PEREIRA, Maurício Fernandes; COSTA, Alexandre Marino. **Desenvolvimento e Sustentabilidade na América Latina: Velha História, Novos Caminhos.** VIII Encontro de Estudos Organizacionais da ANPAD. Gramado-RS. 25 a 27 de maio de 2014.

STUENKEL, Oliver. **O mundo pós-ocidental.** Editora: Zahar; 1ª edição, 2018.

The University of Luxembourg's CVCE.eu. **Final Communiqué of the Asian-African conference of Bandung in The Ministry of Foreign Affairs, Republic of Indonesia (Ed.).** Asia-Africa speak from Bandung. Djakarta: 1955, pp. 161-169, 24 April 1955. European Navigator. Disponível em: <[https://www.cvce.eu/en/obj/final\\_communique\\_of\\_the\\_asian\\_african\\_conference\\_of\\_bandung\\_24\\_april\\_1955-en-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html](https://www.cvce.eu/en/obj/final_communique_of_the_asian_african_conference_of_bandung_24_april_1955-en-676237bd-72f7-471f-949a-88b6ae513585.html)>. Acesso em: 08 set 2018.

TOURAINÉ, Alain. **Em Defesa da Sociologia.** Rio de Janeiro, ZAHAR, 1976.

USA DEPARTMENT OF STATE. Office of the Historian. **Henry Cabot Lodge Jr. (1902–1985).** Disponível em: <<https://history.state.gov/departmenthistory/people/lodge-henry-cabot>>. Acesso em: 08 set 2018.

WALKER, Robert. **Lines of Insecurity: International, Imperial, Exceptional.** Security Dialogue, v.37, n.1, 2006.

WALT, Stephen M. Alliance **Formation and the Balance of World Power**. In: BROWN, Michael E., LYNN-JONES, Sean M. & MILLER, Steven E. (Orgs.) *The Perils of Anarchy – Contemporary Realism and International Realism*, Cambridge: MIT Press, 1995.

WALTZ, Kenneth. **Theory of International Politics**. Reading: Addison Wesley, 1979.

WATSON, Adam. **A evolução da Sociedade Internacional: Uma análise histórica comparativa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2004.

WENDT, Alexander. **Anarchy is What States Make of it: The Social Construction of Power Politics**. International Organization, 1992.

WIGHT, Martin. **International Theory – The Three Traditions**. Leicester: Leicester University Press, 1991.

WOLTERS, Gabriela. FHC quer investir em Angola e atrair capitais da África do Sul. **Jornal Folha de São Paulo**. São Paulo, domingo, 24 de novembro de 1996 Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1996/11/24/brasil/11.html>>. Acesso em: 29 out 2018.

WORLD BANK. **The World Bank History**. Disponível em: <[www.worldbank.org/en/about/history](http://www.worldbank.org/en/about/history)>. Acesso em: 13 abr 2018.